

RELATÓRIO ANUAL 2021



O BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Entenda nossos principais processos, produtos e serviços.

ESTRATÉGIA

Saiba mais sobre nossas diretrizes estratégicas e metas alcançadas no ano.

COMO GERAMOS VALOR

Conheça os resultados que geramos para a sociedade.

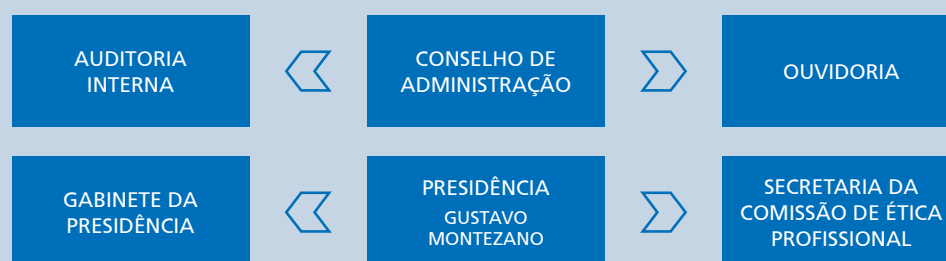
DESEMPENHO

Foram R\$ 64,3 bilhões desembolsados em 191.093 operações com 117.082 clientes.

70
ANOS

BNDES

ORGANOGRAMA 2021



BACK OFFICE

FRONT OFFICE

DIRETORIA DE OPERAÇÕES	DIRETORIA DE PESSOAS E CULTURA	DIRETORIA DE FINANÇAS	DIRETORIA DE COMPLIANCE E RISCOS	DIRETORIA JURÍDICA	DIRETORIA DE CONCESSÕES E PRIVATIZAÇÕES	DIRETORIA DE CRÉDITO PRODUTIVO E SOCIOAMBIENTAL	DIRETORIA DE CRÉDITO E GARANTIAS	DIRETORIA DE PARTICIPAÇÕES, MERCADO DE CAPITAIS E CRÉDITO INDIRETO
RICARDO BARROS	ÂNGELA LINS	BIANCA NASSER	CLAUDENIR BRITO	SAULO PUTTINI	FÁBIO ABRAHÃO	BRUNO ARANHA	PETRÔNIO CANÇADO	BRUNO LASKOWSKY
ÁREA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS E CULTURA ORGANIZACIONAL	ÁREA FINANCEIRA	ÁREA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE	ÁREA JURÍDICA 1	ÁREA DE GOVERNO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL	ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL	ÁREA DE ENERGIA	ÁREA DE MERCADO DE CAPITAIS, PARTICIPAÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS
ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		ÁREA DE CONTROLADORIA	ÁREA DE GESTÃO DE RISCOS	ÁREA JURÍDICA 2	ÁREA DE ESTRUTURAÇÃO DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS	ÁREA DE INDÚSTRIA, SERVIÇOS E COMÉRCIO EXTERIOR	ÁREA DE SANEAMENTO, TRANSPORTE E LOGÍSTICA	ÁREA DE OPERAÇÕES E CANAIS DIGITAIS
ÁREA DE SUPORTE AO NEGÓCIO		DEPARTAMENTO DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES			ÁREA DE ESTRUTURAÇÃO DE EMPRESAS E DESINVESTIMENTO	DEPARTAMENTO DE RELACIONAMENTO DE IMPACTO COM O SETOR CORPORATIVO		
					DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE SERVIÇOS			

Nota: organograma em 31.12.2021. Com o novo estatuto, homologado pelo BCB em março de 2021, a Ouvidoria passa a estar vinculada diretamente ao CA.

RELATÓRIO ANUAL 2021

SUMÁRIO

4	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	33	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA
5	MENSAGEM DO PRESIDENTE	36	NOSSO DESEMPENHO
7	SOBRE ESTE RELATÓRIO	62	GOVERNANÇA
10	O BRASIL E O MUNDO EM 2021	68	ÉTICA, INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA
11	O BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL	71	GESTÃO DE RISCOS
14	NOSSA ESTRATÉGIA	75	NOSSOS RELACIONAMENTOS
24	COMO GERAMOS VALOR	82	NOSSA EQUIPE
26	O QUE FAZEMOS	92	DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO
		93	SUMÁRIO GRI
		96	RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



A pandemia de Covid-19 foi o foco das preocupações no Brasil e no mundo pelo segundo ano consecutivo. Em 2021, foram significativos os avanços no seu enfrentamento, o que possibilitou reduzir os óbitos decorrentes da doença, ainda que o combate às variantes do vírus continue impondo desafios a aspectos essenciais de nossas vidas.

O ano foi marcado, também, pela retomada do crescimento econômico. No Brasil, o nível do produto interno bruto (PIB) ficou ligeiramente superior ao patamar pré-pandemia, mais do que compensando a queda do ano anterior. O BNDES influenciou nesse resultado, seja pelos impactos do seu crédito, seja pelas entregas de sua fábrica de projetos, que contribuíram para a retomada do investimento.

Diante do contexto dos últimos anos, um risco que se acentua é o das mudanças climáticas. O crescimento econômico tem que estar alinhado à contenção do aumento e à estabilização da temperatura do planeta, e à promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) pactuados pelo Brasil e pelos demais países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU).

Mais do que uma preocupação ética, o desenvolvimento sustentável é fundamental para o sucesso e a continuidade dos negócios das empresas, trazendo à tona questões relacionadas à mudança do clima, à gestão eficiente de recursos naturais como a água, ao gerenciamento das cadeias de suprimentos, ao relacionamento com os trabalhadores e à construção de uma cultura corporativa que gere confiança e promova a inovação.

Fundamentais em sua atuação emergencial, como ficou evidente durante a pandemia, os bancos de desenvolvimento estão na linha de frente da identificação dos desafios e dos entraves ao crescimento econômico, e na busca de soluções para melhorar a qualidade de vida da população e enfrentar as mudanças climáticas.

O planejamento estratégico definiu como visão de futuro para o BNDES ser o banco do desenvolvimento sustentável brasileiro. As missões da instituição estão relacionadas aos ODS. O apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME), por exemplo, visa proporcionar empregos, produtividade e competitividade, contribuindo para promover o “trabalho decente e crescimento econômico” e a “redução das desigualdades”. O estímulo à educação básica e à qualificação profissional, presente na agenda do Banco para a educação, é uma forma consagrada de reduzir a pobreza. Temas como a construção de

infraestruturas resilientes, a promoção da industrialização inclusiva e sustentável, e o fomento à inovação permanecem relevantes na estratégia da instituição.

As missões do BNDES estão alinhadas também à transição para a economia de baixo carbono, com foco na ampliação das energias renováveis, no desenvolvimento do mercado de carbono e no fomento a operações de setores produtivos com impacto ambiental positivo. No saneamento, o Banco vem atuando com o Governo Federal e entes subnacionais para criar mecanismos e canalizar recursos, públicos e privados, para impulsionar o investimento em áreas com baixa viabilidade. Em setores como resíduos sólidos urbanos e mobilidade urbana, fundamentais para tornar cidades e comunidades mais sustentáveis, a instituição tem contribuído ainda para a estruturação de projetos, suprimindo uma carência histórica.

A grande capacidade de articulação do Banco – que possibilita ações coordenadas com as diferentes esferas de governo, outras instituições financeiras, fundos internacionais e organismos multilaterais – potencializa sua atuação. Essas parcerias ampliam a disponibilidade de *funding* e promovem o compartilhamento de riscos. Com isso, a instituição ganha cada vez mais importância também no contexto internacional como catalisadora de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Esse movimento é complementado pela diversificação das soluções e formas de atuar do BNDES, que, para além do crédito, segue se destacando na estruturação de projetos, na concessão de garantias, nos investimentos em fundos e na emissão de títulos verdes. Paralelamente, a transformação digital e o desenvolvimento de soluções em parceria com agentes financeiros e *fintechs* vêm aproximando a instituição de MPMEs e empreendedores, com impacto direto na geração de emprego e renda.

A avaliação dessas e de futuras ações do Banco, demonstrando seus resultados e impactos para a sociedade brasileira, é fundamental, e este relatório é um dos instrumentos para dar transparência a eles.

Como instância máxima de governança do BNDES, reforçamos nosso comprometimento com a estratégia desenhada e com a visão de futuro de “ser o banco do desenvolvimento sustentável brasileiro”. Convidamos os leitores a conhecer o percurso feito pelo BNDES no ano de 2021, detalhado nos objetivos e ações estratégicas apresentados nesta publicação. Ela é parte de nosso compromisso com a transparência e com uma comunicação mais direta com a sociedade.



O ano de 2021 foi marcado pela retomada econômica em meio a este novo cenário global em que eventos disruptivos são cada vez mais rotineiros. Foi o momento de vermos os resultados dos esforços iniciados no ano anterior, assim como a consolidação de uma estratégia que busca ampliar o portfólio de soluções oferecidas pelo Banco à sociedade.

Senso de urgência, colaboração e impacto: apostamos em verdadeiras evoluções financeiro-tecnológicas até então pouco exploradas em nosso sistema financeiro e adicionamos mais ferramentas e canais para que o BNDES possa expressar o seu real propósito: liderar e fomentar uma transição em nossa economia de maneira estruturada, equilibrada e sem deixar ninguém para trás.

Nesse contexto, avançamos em linha com compromissos assumidos junto ao Pacto Global e os dez princípios universais propostos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Queremos, podemos e iremos trabalhar de forma mais aberta e inovadora, transformando essa instituição no grande ecossistema de desenvolvimento sustentável do país, além de indutor de novos mercados e oportunidades.

VENTOS ASG

A história marcará esse período como de convergência à urgência das questões socioambientais e de rupturas na adoção de novas tecnologias. Momento em que redes sociais de suporte se solidificaram com a aceleração exponencial da revolução socioambiental. Uma verdadeira explosão de oportunidades ancoradas na filosofia ASG em que o Brasil é, por vocação, protagonista.

Em 2021, a nossa agenda estratégica caminhou nesse sentido. Consolidamos programas de conservação e recuperação de florestas, como o Floresta Viva, posicionando o BNDES, não como monopolista de boas causas, mas como um agente parceiro que estimula iniciativas junto ao mercado. É um primeiro passo que não se limita à filantropia, mas também à exploração de novas possibilidades de retorno a projetos de proteção, mensuração e comercialização



de ativos intangíveis, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Também colocamos o Banco no rol de instituições financeiras participantes da COP26, em Glasgow, onde colaboramos para que o governo do Brasil se posicionasse na linha de frente para o avanço da regulamentação de um mercado único de créditos de carbono. Está na estratégia do BNDES junto a seus pares internacionais a promoção de um pensamento único e global sobre soluções que reduzam emissões de gases em todo o nosso planeta.

MPMES

Ao longo do ano, o apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) esteve no foco de nossa agenda, ancorado nos seguintes objetivos: (i) ampliação da nossa rede de distribuição, que conta hoje com mais de sessenta agentes, via parcerias com cooperativas, bancos regionais, *fintechs* e bancos de nicho, em adição aos bancos comerciais; (ii) desenvolvimento de instrumentos alternativos, tais como fundos voltados à inovação, de *venture capital* e fundos garantidores que aumentem a alocação dos recursos do Banco na última milha do risco de MPMEs.

Foram mais de 129 mil MPMEs e pessoas físicas apoiadas em operações de crédito e garantia. Cumprimos grande parte das metas para o ano, fortalecendo e estruturando nossa atuação para aumentar ainda mais nosso impacto na geração de desenvolvimento sustentável.

Medidas adotadas em caráter emergencial durante a pandemia, como o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI-Peac), responsável por irrigar a nossa economia com cerca de R\$ 92 bilhões em crédito a MPMEs, também demonstraram a relevância dos fundos garantidores para esse nicho. Isso nos trouxe lições importantes que apontam para a perenização dessas ferramentas na estratégia do Banco.

RECICLANDO CAPITAL

Em 2021, em linha com nossa estratégia de desinvestimentos, vendemos mais de R\$ 20 bilhões de nossa carteira de participações e debêntures. Como resultado, ficamos com uma composição de ativos menos exposta à volatilidade do mercado de ações. Mais do que isso, estamos realizando uma grande reciclagem de capital redirecionando recursos alocados em empresas maduras para o fomento de setores da economia ainda em nascimento.

Foi nesse sentido que criamos novos fundos, como o de Internet das Coisas (IoT) e os de investimento em direitos creditórios (FDIC), que direcionam crédito a pequenas empresas por meio de maquininhas e *marketplaces*, entre outras iniciativas inovadoras.

FABRICANDO PROJETOS

Na infraestrutura, consolidamos o BNDES como o maior banco de desenvolvimento estruturador de concessões, PPPs e privatizações do mundo, com uma carteira de mais de 150 projetos e superior a R\$ 300 bilhões em capital mobilizado.

No saneamento, são mais de 10 milhões de brasileiros que passarão a ter acesso a água e esgoto a partir dos compromissos firmados em contratos desenvolvidos por nossa Fábrica de Projetos. Agora é hora de elevar os investimentos em projetos de resíduos sólidos urbanos e de mobilidade, capazes de melhorar significativamente a vida dos brasileiros.

Também avançamos na consolidação do *project finance* no sistema financeiro brasileiro, elevando o número de *players* a partir da assunção de novos riscos, condizentes com nosso papel de banco de desenvolvimento. Nosso foco está na atração de *funding* compartilhando riscos por meio de empréstimos securitizados e sindicalizados, impulsionando a participação do mercado privado e de capitais.

GOVERNANÇA

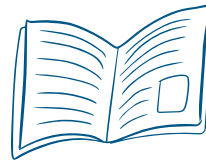
Toda a agenda ASG (ambiental, social e de governança) é prioritária. Mas entendemos que a governança tem sido a pedra fundamental da nossa reconstrução. Sem um “G” maiúsculo, qualquer agenda de desenvolvimento econômico, social ou ambiental ficará comprometida. Torna-se fundamental darmos continuidade à melhoria do ambiente de governança que conquistamos no Brasil ao longo dos últimos anos, seja na perspectiva pública ou privada.

Este relatório anual, cuja integridade eu asseguro, é resultado de uma reflexão coletiva que envolveu todas as áreas e diversas instâncias decisórias do BNDES, além de consultas externas. Sua última edição, de 2020, foi premiada com o primeiro lugar do 23º Prêmio Abrasca – Relatório Anual, na categoria “empresas fechadas”. Esse reconhecimento evidencia os esforços que o Banco vem fazendo para se tornar cada vez mais transparente e aberto.

Esperamos que tenham uma ótima leitura e possam conhecer um pouco mais sobre nossa estratégia, governança e atuação nas páginas seguintes.

Gustavo Montezano
Presidente do BNDES

SOBRE ESTE RELATÓRIO



GRI

102-21 | 102-29 | 102-32 | 102-43
102-44 | 102-46 | 102-47 | 102-48
102-49 | 102-50 | 102-51 | 102-52
102-53 | 102-54 | 102-56 | 103-1

Nosso Relatório Anual 2020 ganhou o primeiro lugar no 23º Prêmio Abrasca – Relatório Anual, na categoria empresas fechadas. Saiba mais em: <https://premioabrasca.com.br/conheca-os-vencedores-do-23o-premio-abrasca-de-relatorio-anual/>

Nosso relatório abrange todo o Sistema BNDES: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME).

O período reportado vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Acontecimentos relevantes ocorridos entre esse período e a aprovação do relatório pelo Conselho de Administração (CA), em 20 de maio de 2022, também foram incluídos. A KPMG Auditores Independentes foi responsável por sua asseguuração.


Este documento segue dois modelos. Pela Lei das Estatais, é obrigatória a adoção de pelo menos um dos dois.

- **Relato integrado, da Value Reporting Foundation:** busca mostrar como o BNDES gera ou pretende gerar valor em curto, médio e longo prazo para seus diferentes públicos de interesse. Este padrão é exigido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como modelo de prestação de contas. Por isso, o Relatório Anual unifica os relatórios de atividades e de gestão em um só documento, racionalizando esforços. Informamos que este relatório está de acordo com a estrutura do relato integrado e não apresenta omissão de informações obrigatórias.

- **Relatório de sustentabilidade, da Global Reporting Initiative (GRI):** relata indicadores de sustentabilidade que buscam dar transparência a nosso impacto ambiental, social e econômico. Este relatório foi preparado em conformidade com as normas GRI: opção Essencial. Os indicadores podem ser identificados no início de cada capítulo e no sumário de conteúdo da GRI no fim do documento.

Assim como em nosso último relatório, indicamos ainda ao longo do texto como nossa atuação se relaciona com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O relatório também apresenta as informações previstas pelo Pacto Global para nossa Comunicação de Progresso (CoP). Destaques da evolução em relação aos princípios do pacto, ao

qual aderimos em 2021, estão identificadas ao longo do relatório com o ícone .

A relação entre os indicadores respondidos, os dez princípios do Pacto Global e os 17 ODS é feita no sumário GRI.

Para informações mais aprofundadas sobre temas específicos, acesse www.bndes.gov.br/publicacoes e consulte também:

- Relatório da Administração;
- Demonstrações financeiras do Sistema BNDES;
- Relatório de Efetividade;
- Relatório de Gerenciamento de Riscos;
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa;
- Relatório de Atividades do Fundo Amazônia;
- Relatório Anual de Impacto das Operações de Crédito no Combate às Desigualdades;
- Seção “Transparência e prestação de contas” em nosso *site*;
- Seção “Desenvolvimento sustentável” em nosso *site*;
- Painel ODS em nosso *site*;
- Painel NDC em nosso *site*;
- Portal BNDES Relações com Investidores.

Este relatório, em português e inglês, assim como um *hotsite* com seus principais destaques estão disponíveis em www.bndes.gov.br/ra2021.

CONTATO

Para mais informações sobre este documento e seu conteúdo, envie um e-mail para relatorioanual@bndes.gov.br.

Caso tenha interesse em se tornar assinante, acesse a opção “Pedido de publicações” em: www.bndes.gov.br/bibliotecadigital.

MATERIALIDADE

A materialidade de nosso relatório vem sendo definida anualmente devido a mudanças relevantes na estratégia do Banco nos últimos anos. Em 2021, fizemos nova pesquisa para deliberar sobre os temas materiais, considerando os quatro princípios de relato indicados pela GRI para definição do conteúdo: (i) inclusão de *stakeholders*; (ii) contexto da sustentabilidade; (iii) materialidade; e (iv) completude.



Em consequência de arredondamentos, a soma dos números nos gráficos pode não ser exata, assim como a soma dos percentuais dos gráficos pode não totalizar 100. Pelo mesmo motivo, pode haver pequena variação entre valores apresentados ao longo do relatório.

DEFINIÇÃO DA MATERIALIDADE

FASE 1

CONSULTA AOS DIRETORES E SUPERINTENDENTES

Consulta aberta, em entrevistas individuais ou em grupo, pedindo indicação de temas relevantes no ano.

LEVANTAMENTO NOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO E DE RELACIONAMENTO

Análise dos assuntos mais abordados nas redes sociais, na comunicação com a imprensa e com investidores, na Ouvidoria, no Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e na Central de Atendimento.

BENCHMARKING

Avaliação dos temas mais tratados em relatórios de outras instituições financeiras e de desenvolvimento que seguem os modelos do relato integrado e do GRI.

18 TEMAS SELECIONADOS, COM DEFINIÇÃO DE SEUS LIMITES

FASE 2

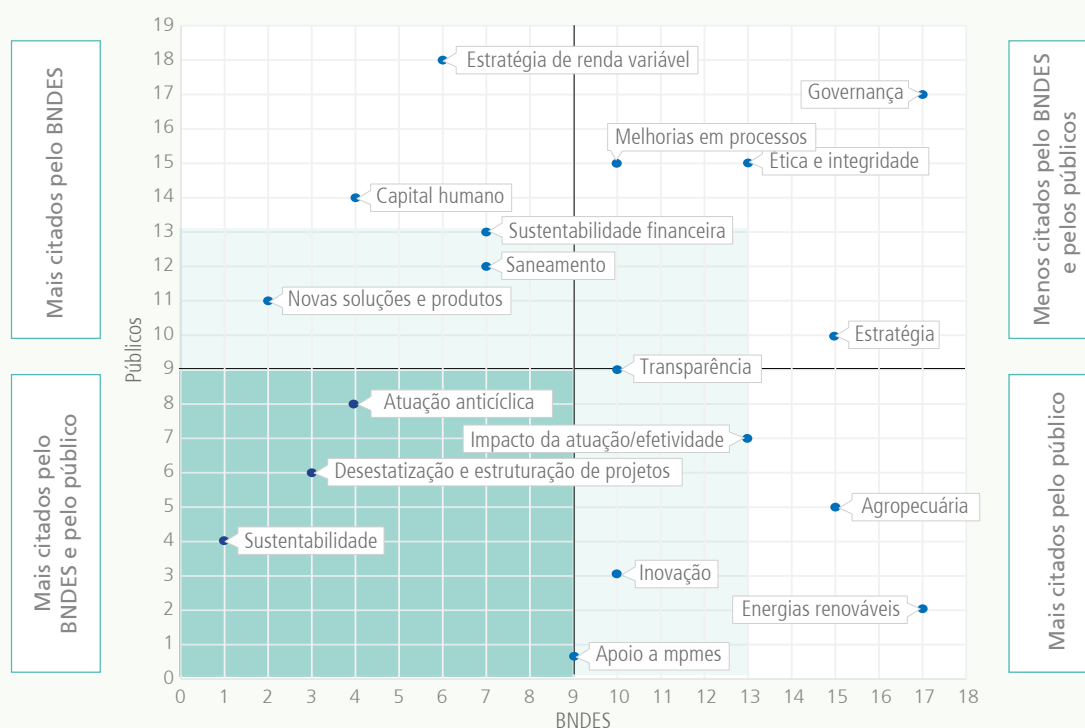
QUESTIONÁRIO PARA PÚBLICOS DE INTERESSE

Pesquisa *on-line* quantitativa com diferentes públicos de interesse, como investidores, clientes, associações e entidades de classe, governo, público interno, órgãos de controle e de fiscalização, entre outros. A consulta foi enviada por *e-mail* e divulgada em nossas redes sociais, sendo encaminhada também para o CA do BNDES. O respondente deveria escolher até cinco temas entre os 18 selecionados na etapa anterior.

FASE 3

MONTAGEM DE MATRIZ DE MATERIALIDADE, CONSIDERANDO RANKING DE RELEVÂNCIA PARA O BNDES *VERSUS* IMPORTÂNCIA PARA OS PÚBLICOS DE INTERESSE

Foi feito um cruzamento entre o que o BNDES gostaria de falar e o que nossos públicos mais gostariam de ouvir.








APRESENTAÇÃO PARA SUPERINTENDENTES E APROVAÇÃO PELA DIRETORIA

Os dois temas mais mencionados foram aqueles que também haviam sido destaque em 2020: Sustentabilidade e Desestatização e estruturação de projetos. O tema Atuação anticíclica ainda foi bastante citado, mas a Diretoria avaliou que o assunto poderia ser tratado ao longo do relato, já que a maior parte das medidas emergenciais implementadas pelo Banco já havia sido destaque em 2020. Dessa forma, ampliou-se o quadrante para abarcar os temas Apoio a MPMEs, o primeiro mais citado exclusivamente pelos públicos de interesse, e Novas soluções e produtos, que teve grande importância no ano. Por último, decidiu-se incluir como quinto tema Impacto da atuação do BNDES, mencionado como um dos mais relevantes por nosso CA.

5 TEMAS SELECIONADOS

MATRIZ DE MATERIALIDADE

Apresentamos a seguir nossa matriz de materialidade, com temas que afetam nossa capacidade da organização de gerar valor a curto, médio e longo prazo. Destacamos cada tema ao longo do relatório, explicando por que o tema é material, seus limites e sua forma de gestão no BNDES. Além de nos capítulos indicados, cada tema material é abordado em sua própria seção de destaque.

Tema	Limites	Capitais	ODS	Capítulos	Públicos
SUSTENTABILIDADE GRI: 102-2 102-11 103-1 103-2 103-3 307-1 419-1	Contribuição para os ODSs; questão climática; políticas e instrumentos de apoio	» Natural » Social e de relacionamento	Todos	» O que fazemos » Nossa estratégia » Nosso desempenho » Destaque Novas soluções e produtos	
DESESTATIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS GRI: 103-1 103-2 103-3 203-1 203-2	Concessões, privatizações e parcerias público-privadas; processo; principais projetos em andamento e em prospecção	» Manufaturado » Social e de relacionamento	6, 7, 8, 9, 13, 17	» O que fazemos; » Nosso desempenho » Nossos relacionamentos	
APOIO A MPMES GRI: 103-1 103-2 103-3 203-1 203-2	Ampliação do acesso a crédito; desconcentração bancária; atuação de agentes financeiros; participação nas operações e nos desembolsos totais	» Social e de relacionamento	8, 9, 10, 12, 13, 17	» Destaque Novas soluções e produtos » Nosso desempenho » Nossos relacionamentos	
NOVAS SOLUÇÕES E PRODUTOS GRI: 102-2 102-6 102-11 103-1 103-2 103-3	Garantias; cofinanciamento com agentes privados; operações com debêntures; <i>matchfundings</i>	» Financeiro » Social e de relacionamento	2, 7, 8, 9, 13, 15, 17	» O que fazemos » Sustentabilidade financeira » Nosso desempenho	
IMPACTO DA ATUAÇÃO DO BNDES GRI: 103-1 103-2 103-3 203-1 203-2	Efetividade das ações do Banco	» Manufaturado » Intelectual » Social e de relacionamento » Natural	Todos	» O Brasil e o mundo em 2021 » Nossa estratégia » Como geramos valor » Nosso desempenho	

Legendas



SOCIEDADE



GOVERNO

ÓRGÃOS DE
CONTROLE E DE
FISCALIZAÇÃO

INVESTIDORES



CLIENTES



ACADEMIA

AGENTE
FINANCEIRO

O BRASIL E O MUNDO EM 2021



O ano de 2021 foi marcado pelo avanço da vacinação contra a Covid-19, que possibilitou que a economia mundial recuperasse seu dinamismo. Essa retomada aconteceu de forma gradual e desigual nas diferentes regiões ou setores, estando sujeita a retrocessos com o surgimento de novas variantes e surtos localizados. Estimativas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizadas em janeiro de 2022, sugerem que o PIB mundial teve incremento de 5,7% em 2021 e irá crescer 4,3% em 2022.

A recuperação da atividade foi acompanhada em todo o mundo por taxas de inflação ao produtor e ao consumidor mais elevadas. Além do forte aumento de demanda, que ajudou a reaquecer a economia, a alta nos preços foi acentuada pelo surgimento de gargalos produtivos decorrentes da escassez de insumos, de dificuldades de logística e da desorganização das cadeias produtivas, em especial aquelas mais internacionalizadas. O mundo encerrou 2021, portanto, em ritmo de crescimento elevado e com inflação acima do desejável.

O aumento nos preços do petróleo e das *commodities* internacionais de energia faz parte desse cenário geral. O mercado internacional de divisas chegou ao fim do ano com grande instabilidade, derivada do comportamento da inflação e do aparecimento da variante Ômicron do coronavírus. Apesar dos níveis elevados de liquidez, a aversão ao risco tem prevalecido, em particular, nas economias emergentes. Outra fonte de preocupação está na capacidade de determinados países de estabilizar suas dívidas públicas, que passaram por aumento generalizado com a implementação de políticas de mitigação dos efeitos da pandemia sobre a renda disponível das populações.

No Brasil, também houve retomada da economia em 2021, com crescimento no PIB da ordem de 4,5%, acompanhado de crescimento da inflação para a casa dos 10% ao ano (a.a.). Para tentar conter o aumento de preços, a Selic (taxa de juros de referência do Banco Central do Brasil – BCB), que no início de 2021 estava em 2,0% a.a., foi sendo progressivamente elevada a partir de março e encerrou o ano a 9,25% a.a.

A partir do segundo trimestre de 2021, com o avanço da vacinação no país e a queda dos casos e óbitos por Covid-19, os indicadores de mobilidade

social se normalizaram, com impactos positivos sobre o mercado de trabalho. Com isso, a taxa de desemprego no país caiu rapidamente, alcançando 11,6% em novembro, ante 14,9% em março.

Apesar da recuperação econômica agregada e da melhora do mercado de trabalho, houve perda de dinamismo na indústria e no comércio no segundo semestre. No caso do setor industrial, isso se deve a dificuldades de regularização da produção, em virtude da já referida desorganização das cadeias de suprimento globais, que deve persistir até meados de 2022. No comércio, há um deslocamento da demanda do setor de bens para o setor de serviços, devido à normalização da economia. Observa-se ainda deterioração do consumo das famílias, que perderam poder de compra com o aumento da inflação. Soma-se a isso uma política monetária mais apertada, com aumento da taxa de juros para conter a inflação, que também pressiona os orçamentos familiares ao elevar o peso das dívidas nos gastos.

De modo geral, o cenário de recuperação da atividade econômica em 2021 confirmou que o BNDES acertou ao implementar uma atuação anticíclica temporária, com as principais ações emergenciais restritas ao ano de 2020. Essas ações serviram de base para a retomada em 2021, uma vez que contribuíram para a sobrevivência das empresas e a manutenção de uma parcela expressiva de empregos.

A procura por recursos do BNDES se manteve relativamente estável no ano. As consultas por empréstimos foram apenas 3% inferiores ao observado em 2020, totalizando R\$ 121,4 bilhões. Já os desembolsos somaram R\$ 64,3 bilhões, valor muito próximo ao verificado em 2020 (R\$ 64,9 bilhões).

Para 2022, o BNDES trabalha com uma expectativa de demanda por seus recursos similar à de 2021. As **MPMEs** representam um segmento relevante para o crescimento e para a geração de empregos, e seguirão como prioridade estratégica do Banco. Além disso, buscando se tornar o banco do desenvolvimento sustentável, a instituição empreenderá esforços para ampliar seus impactos na descarbonização da economia e na estruturação de projetos de investimento, um gargalo histórico ao crescimento sustentado da economia brasileira.



Saiba mais em Apoio a MPMEs



O QUE É UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO?

Os primeiros bancos de desenvolvimento (BD) surgiram na Europa em meados do século XIX, mas a maior parte das instituições atuais foi criada após a Segunda Guerra Mundial, em razão dos esforços de reconstrução dos países ou de industrialização de nações em desenvolvimento. Desde então, houve períodos de crescimento e retração dessas instituições. Os últimos anos foram marcados por um movimento de surgimento de novos BDs.

Relatório do Institute of New Structural Economics (Inse) da Universidade de Beijing apontou que em 2019 existiam 539 instituições financeiras de desenvolvimento no mundo, com ativos somando US\$ 18,7 trilhões. Além do Brasil, hoje, vários países (desenvolvidos e em desenvolvimento) mantêm instituições de desenvolvimento fortes, como Alemanha, China, Coreia do Sul, Espanha, Japão, México, França e Rússia.

Essas entidades vêm cumprindo papel relevante no desenvolvimento socioeconômico de países e regiões onde atuam, em cenários tanto de estabilidade quanto de crise.

Os BDs podem diferir quanto a: estrutura de capital; *funding*; variedade de setores apoiados; porte dos clientes; modelos de financiamento; condições de crédito; regulação e supervisão; e governança corporativa. Há, igualmente, diversos instrumentos de apoio utilizados, como oferta de financiamento, garantias, seguros, participação acionária, fundos não reembolsáveis e elaboração de projetos.

Embora cada instituição tenha sua forma de atuar, todas auxiliam a implementação de políticas públicas, complementam as ofertas de crédito do sistema financeiro privado e contribuem para que os setores privado e público assumam riscos e desafios em investimentos estratégicos de longo prazo. Em geral, contam também com alguma forma de apoio do governo: isenção de impostos, garantias da União, acesso a fundos constitucionais e parafiscais ou subsídios para implementação de políticas públicas.

Apesar da importância da *performance* financeira para a manutenção das atividades, os BDs não têm o lucro como medida principal de seus resultados. A maximização do bem-estar

social e o desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável são os objetivos primordiais dessas instituições.

A estratégia de longo prazo dos BDs prioriza a transição para um modelo econômico inclusivo, compatível com as mudanças climáticas e redutor de desigualdades de renda. Esse foco foi consolidado pelo lançamento da Agenda 2030 pela ONU em 2015, com a definição dos 17 ODSs, que passaram a orientar investimentos na “nova economia”.

Além de seu papel no apoio a investimentos estratégicos no longo prazo, os BDs cumprem uma função anticíclica importante em momentos de instabilidade do mercado de crédito, atenuando a queda da oferta de recursos privados e possibilitando uma recuperação econômica mais rápida. Esse tipo de atuação se mostrou fundamental para **mitigar os efeitos negativos na economia provocados pela pandemia de Covid-19**, tanto na área de saúde quanto no fornecimento de liquidez para as empresas, visando manter negócios e empregos.

Disponibilizamos em nosso *site* uma **seção** dedicada a difundir conhecimento sobre a atuação das instituições financeiras de desenvolvimento (IFD), esclarecendo sobre suas contribuições para o crescimento e o desenvolvimento das nações. A página reúne estudos sobre o tema, elaborados por nosso corpo funcional e já publicados em nossos periódicos ou coleções, que foram divididos pelos seguintes subtemas: (i) experiências internacionais comparadas; (ii) atuação em segmentos/setores; e (iii) gestão de riscos e aspectos regulatórios. A seção apresenta também uma comparação entre indicadores do BNDES e de outros BDs.

QUEM SOMOS

Somos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Economia, sendo o principal instrumento do Governo Federal, nosso único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Como banco a serviço do Estado, também estruturamos projetos de desestatização (parcerias público-privadas – PPP –, concessões



Saiba mais em
Nosso desempenho >
[Anticíclico emergencial](#)



Acesse em:
www.bndes.gov.br/ifds

e privatizações), visando atrair investidores para melhorar a infraestrutura do país. Operamos desde 1952 e somos um dos maiores BDs do mundo.

O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.



Saiba mais em [O que fazemos](#)

Nossa **atuação ocorre** por meio de financiamento e crédito; participação em empresas; serviços de estruturação de projetos; prestação de garantias; concessão de recursos não reembolsáveis a projetos de caráter social, ambiental, cultural e tecnológico; além de produção de conhecimento. Disponibilizamos produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações.



Saiba mais em [Impacto da atuação do BNDES](#)

Avaliamos o apoio a cada projeto com foco em seu potencial de geração de impacto social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto.



Saiba mais em [Governança](#)

Nossa **governança** é composta por regras e padrões de gestão criteriosos e envolve o relacionamento entre instâncias internas, como Conselho de Administração (CA), Diretoria, Conselho Fiscal (CF) e demais comitês; e externas, como Congresso Nacional, Controladoria-Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Tribunal de Contas da União (TCU) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

ONDE ESTAMOS LOCALIZADOS



Saiba mais em [Nossa equipe](#)

Atuamos em todo o território nacional. Temos sede e foro oficial em Brasília (DF), no entanto, mais de 90% de **nossos empregados** estão alocados em nosso escritório central no Rio de Janeiro (RJ), em edifício próprio – o Edserj. Também temos representações em São Paulo (SP) e no Recife (PE).



Saiba mais nas seções [O que fazemos e Apoio a MPMEs](#)



Saiba mais em: www.bndes.gov.br/instituicoes-financeiras-credenciadas

Para alcançar as demais localidades e facilitar o acesso a nossas linhas de financiamento, principalmente para as MPMEs, **atuamos também de forma indireta**, isto é, por meio de parceiros que ofertam nossos produtos. Temos mais de **sessenta agentes credenciados**, entre bancos comerciais privados e públicos, bancos de cooperativa e de montadora, bancos de desenvolvimento regionais e agências de fomento.

CONTINGÊNCIA

Durante a pandemia de Covid-19, mantivemos o foco em nossa missão institucional, gerenciando as mudanças necessárias para atuação remota de nossos colaboradores.

Nossa atuação vem sendo pautada pelo Plano de Gerenciamento de Incidentes e liderada pelo Comitê de Contingência, composto pela Diretoria Executiva. A tomada de decisões é apoiada por um subcomitê de contingência, formado por superintendentes, e por informações fornecidas pelas equipes especializadas em continuidade de negócios, que atuam como pontos de monitoramento da situação.

Mantivemos ao longo de 2021 as medidas de contingenciamento e prevenção à Covid-19 em nossos ambientes de trabalho.

De modo a evitar a circulação de casos suspeitos, foi estabelecida, em parceria com a equipe de medicina ocupacional, ampla triagem de sintomas no acesso às dependências do Banco, além do mapeamento de potencial contato com pessoas contaminadas. Quando necessário, foi solicitada a realização de testes RT-PCR. A mesma equipe foi responsável por orientar os empregados sobre sua saúde física e mental, analisando, ainda, solicitações de manutenção do regime remoto (*home office*) devido a condições de saúde e de gestação, para as quais havia recomendação de priorização do trabalho remoto ou vedação legal para o retorno.

Os exames periódicos de saúde dos empregados foram retomados no ambulatório do Edserj e em clínicas particulares, no caso dos escritórios regionais, cumprindo com requisitos normativos e respeitando os protocolos de segurança. A campanha de vacinação contra *influenza* foi realizada de forma antecipada e depois estendida até o mês de dezembro, representando uma importante medida de contenção das ondas de gripe deslocadas para além do inverno em 2021.

As condições de trabalho no *home office* continuaram sendo asseguradas por ações como o fornecimento de *notebooks* e a permissão para a retirada de cadeiras e acessórios ergonômicos nas dependências do Banco, a título de empréstimo.

Com o avanço do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e a estabilização dos principais indicadores sanitários nas localidades onde temos escritórios, o Comitê de Contingência estabeleceu as diretrizes necessárias para a estruturação de nosso plano de retorno ao trabalho presencial. A retomada do regime presencial ocorreu a partir de novembro, iniciada pela volta dos empregados com função comissionada. Posteriormente, novas fases foram sendo implementadas, considerando os limites de ocupação dos andares e a faixa etária dos empregados. Solicitamos aos colaboradores a comprovação da imunização para acesso às dependências do Banco.

ESCRITÓRIOS ECOFICIENTES

Em 2021, o condomínio do Edserj contratou consultoria especializada para realizar estudo de viabilidade técnica para renovação da certificação LEED 2009 for Existing Buildings: Operations and Maintenance (edifícios existentes: operação e manutenção) do Edserj, obtida em 2017 e válida até o início de 2022. Estamos, atualmente, avaliando e implementando medidas para obter a nova certificação.

CONSUMO DE ENERGIA

Toda a energia consumida no Edserj é adquirida no mercado privado de energia elétrica e é lastreada em fonte de geração incentivada – pequenas centrais hidrelétricas (PCH).

O consumo de fontes não renováveis consiste principalmente em óleo *diesel* para alimentação dos geradores de emergência, recurso que é utilizado, na maioria das vezes, em testes ao longo do ano.

CONSUMO DE ÁGUA

A água potável do condomínio é proveniente de distribuidora e é utilizada para os sistemas de condicionamento de ar, irrigação, instalações hidrossanitárias e purificadores.

O Edserj ainda não dispõe de nenhum tipo de tratamento de água para reúso ou captação de água de chuva.

RESÍDUOS

O condomínio do Edserj realiza monitoramento e controle de todo o resíduo produzido no edifício, nos termos da legislação aplicável.

SÉRIE COMPARATIVA EDSEJ

Em 2021, houve redução de consumo de praticamente todos os elementos, na comparação com 2020. Embora tenha ocorrido queda expressiva na ocupação do Edserj no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, marcado pelo início da quarentena, a partir de abril, houve aumento contínuo do número de ocupantes do prédio, acentuado em novembro e dezembro com a retomada gradativa das atividades presenciais. As medidas de conservação e eficiência energética em 2021 tiveram impacto marginal na redução do consumo, sendo a parcela mais relevante da redução explicada pela menor ocupação do prédio por conta da pandemia.

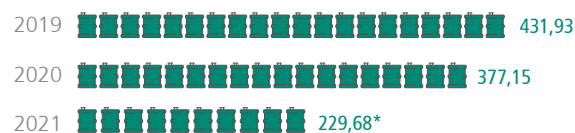
CONSUMO DE ENERGIA (MWH)



↓ Redução de 0,13% em relação ao consumo de 2020.

O retorno gradativo ao regime presencial e os ajustes na operação do sistema de ar-condicionado devido a requisitos relacionados à pandemia resultaram em discreta redução do consumo.

CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (gigajoules)



* sendo 203,96 em não renováveis (*diesel*) e 25,72 em renováveis (*biodiesel*)

↓ Redução de 39,10% em relação ao consumo de 2020.

A redução foi motivada principalmente pela menor quantidade de operações atípicas e pela redução da carga e duração dos testes nos geradores, especialmente entre setembro e dezembro, quando o tanque de *diesel* do edifício foi substituído.

TAXA DE INTENSIDADE ENERGÉTICA



↑ Aumento de 0,02% em relação a 2020.

Consumo total de eletricidade (MWh)/empregado com jornada integral alocado no Edserj*/ano.

* Considera ativos no dia 31 de dezembro de cada ano. Não inclui estagiários, cuja jornada é inferior à jornada padrão dos empregados do BNDES.

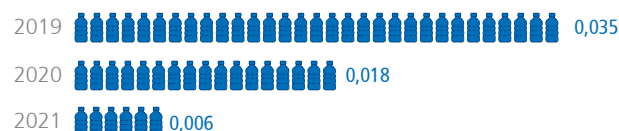
CONSUMO DE ÁGUA (megalitros)



↓ Redução de 16,85% em relação ao consumo de 2020.

O aumento de cerca de 6% no consumo do sistema de ar-condicionado foi compensado pelas quedas de 24% do consumo com instalações hidrossanitárias, resultante da baixa ocupação do edifício, e de 48% do sistema de irrigação, em função de ajustes na programação do sistema automático e do regime de chuvas mais favorável.

CONSUMO DE ÁGUA MINERAL ADQUIRIDA EM RECIPIENTES PLÁSTICOS (megalitros)



↓ Redução de 66,79% em relação ao consumo de 2020, decorrente da baixa ocupação do edifício em 2021.

PESO TOTAL DE RESÍDUOS (TONELADAS) DISCRIMINADO POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO (2021)

TIPO DE RESÍDUO	MÉTODO DE DISPOSIÇÃO	PESO (TONELADAS)	DESCRIÇÃO
Aterro	Orgânico	106,78*	Descarte realizado por empresa contratada.
	Entulho	297,52	Descarte realizado por empresa contratada.
Reciclagem	Geral	35,5	Descarte por meio de cooperativas e/ou empresas especializadas, de acordo com as características dos materiais/produtos.
	Lâmpadas	0,89	Descarte por meio de empresa especializada, para recuperação do mercúrio e reciclagem do material restante.
Reutilização		1,07	Basicamente lixo eletrônico: descarte por meio de empresa especializada para triagem e posterior reutilização.
Outros: infectante		0,09	Basicamente resíduos do ambulatório: descarte por meio de empresa especializada que faz a autoclavagem (descontaminação) e posterior encaminhamento a aterro.

* Durante a pandemia, os resíduos tiveram o peso estimado (valor predeterminado por saco: 11 quilos x quantidade).



ALINHAMENTO COM DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

Em conformidade com a Lei das Estatais, elaboramos anualmente nossa estratégia de longo prazo. O conteúdo e o acompanhamento da execução da estratégia são submetidos a nosso CA.

As políticas públicas são referência fundamental para a estratégia de longo prazo, que considera o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) anual, aprovados no Congresso e sancionados pelo presidente da República. Para aprofundar a articulação de nossa estratégia com políticas públicas, interagimos também com os diferentes ministérios.

Participamos dos ciclos de gestão do PPA, contribuindo com as discussões por meio de nossos especialistas setoriais e de assuntos econômicos, sociais e ambientais. Ao longo da execução do plano, monitoramos e comunicamos ao governo a utilização dos recursos previstos.

A LDO 2021 atualiza a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, definindo como diretriz geral a preservação e geração do emprego e, para o BNDES, em particular, o “estímulo à criação e preservação de empregos com vistas à redução de desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente, ao aumento da capacidade produtiva e ao incremento da competitividade da economia brasileira”, contemplados em nossa estratégia.

Em 2021, buscou-se maior interlocução com o Ministério da Economia (ME), em especial, com a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura e a Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação. Houve intensa articulação entre nossas equipes e as do ME para estimar as necessidades de investimento e os desafios e oportunidades associados a elas. Nessa análise, consideramos, entre outros insumos, os planos setoriais do Governo Federal, e interagimos com ministérios setoriais e com o Ipea na definição de cenários econômicos para o país. O trabalho de levantamento dos investimentos necessários em infraestrutura foi utilizado para elaboração do **Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura (Pilpi) 2021-2050**.

ESTRATÉGIA CORPORATIVA

MACROPROCESSO DE GESTÃO DE ESTRATÉGIA

Estratégia de longo prazo

Nossa estratégia de longo prazo, aprovada pelo CA, é formada por três componentes: identidade institucional; mapa estratégico; e objetivos e orientações estratégicas. Outros documentos importantes que a complementam são: os riscos e as oportunidades da estratégia; o plano de negócios; as entregas para a sociedade (Plano Trienal 2020-2022); e a viabilidade financeira da estratégia, todos aprovados pelo CA.

Mapa, objetivos e orientações estratégicos

Nosso mapa estratégico é resultado de um processo de planejamento que envolve a reflexão sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro; a avaliação dos investimentos necessários em infraestrutura para remoção de gargalos, universalização dos serviços públicos e aumento da produtividade; a identificação de oportunidades para atuação em diferentes setores da economia; e a análise do padrão de financiamento das empresas, buscando formas de ampliar o *fundings* disponível e prospectar parcerias com outras instituições financeiras.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Em dezembro de 2021, atualizamos alguns componentes de nossa identidade institucional para:

PROPÓSITO: Transformar a vida de gerações, promovendo desenvolvimento sustentável.

VISÃO DE FUTURO: Ser o banco do desenvolvimento sustentável brasileiro.

MISSÃO: Viabilizar soluções que transformem o setor produtivo e promovam o desenvolvimento sustentável.

VALORES: Ética; espírito público; compromisso com o desenvolvimento e excelência.

PRINCÍPIOS: Comprometimento, agilidade, cooperação, inovação, transparência e efetividade.

Por fim, incorporamos à identidade institucional o seguinte conjunto de **COMPORTAMENTOS:** decisões com base no propósito, excelência no atendimento ao cliente, olhar inovador, liderança engajadora, colaboração e integração, e desenvolvimento contínuo.



Como resultado da revisão do planejamento estratégico realizada em dezembro de 2021, nosso mapa estratégico passou a estar estruturado em duas partes. A parte superior, como no mapa de 2020, é composta por missões, que explicitam as principais agendas de desenvolvimento com as quais contribuimos. Para cada uma delas, além do detalhamento de objetivos e orientações estratégicas, são apresentadas as contribuições para os ODS e os eixos da Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) relacionados.

Com relação às missões, realizamos também algumas alterações: “Socioambiental” foi

desmembrada em “Social” e “Ambiental”, reforçando a importância a ser dada na estratégia para ambos os temas. A temática “MPME” foi apartada de “Estrutura produtiva”, passando a configurar uma missão específica. As missões “Inovação”, “Desenvolvimento do mercado de capitais” e o tema “Desenvolvimento territorial” – antes parte da missão “Modernização do Estado e desenvolvimento territorial” – tiveram seus objetivos incorporados às diferentes missões do mapa, tendo em vista sua transversalidade. Como resultado, o mapa passou a ter sete missões, conforme a figura a seguir.

MAPA ESTRATÉGICO DO BNDES (DEZEMBRO DE 2021)



O mapa de 2020 era dividido em três partes: missões, processos e financeiro e aprendizado e evolução. As duas últimas foram revistas e reorganizadas nos temas de Suporte ao negócio na parte inferior do mapa de 2021.



Acesse o mapa anterior em: www.bndes.gov.br/ra2020

Para cada missão, os objetivos estratégicos, ODSs e eixos da EFD associados são:

MISSÃO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	ODS	EIXOS EFD
Infraestrutura	Desenvolver e apoiar projetos para aumentar produtividade, ampliar acesso e promover infraestrutura integrada, sustentável e resiliente.	6, 7, 8, 9, 13, 17	Econômico, Ambiental e Infraestrutura
Social	Estruturar e propagar iniciativas sociais de impacto, promovendo inclusão, alavancando recursos do setor privado e melhorando a qualidade e eficiência na prestação de serviços.	1, 3, 4, 8, 9, 16	Econômico, Social, Infraestrutura
Ambiental	Promover a transição para uma economia neutra em carbono, resiliente ao clima, fomentando o crescimento econômico dentro dos limites do planeta e posicionando o BNDES/Brasil como polo para investimentos sustentáveis no cenário internacional.	2, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 17	Econômico, Social, Ambiental, Infraestrutura
MPME	Apoiar as MPMEs, visando a manutenção e geração de empregos, o aumento da produtividade, da competitividade, do empreendedorismo, da sustentabilidade e da inovação por meio do acesso ao crédito capital, da desconcentração bancária e de instrumentos alternativos.	8, 9, 10, 12, 13, 17	Econômico, Social, Ambiental
Estrutura produtiva	Apoiar o aumento da produtividade, da competitividade, do emprego qualificado, integrando inovação, exportação, empreendedorismo e sustentabilidade por meio do acesso ao crédito/capital e instrumentos alternativos.	8, 9, 10, 12, 13, 17	Econômico, Social, Ambiental
Modernização do Estado	Desenvolver soluções para gargalos públicos atuando na estruturação de projetos de parceria, privatizações, ativos imobiliários e transformação digital dos governos.	2, 8, 9, 10, 12, 17	Econômico, Social, Ambiental
Emergencial	Agir de forma tempestiva para promover a sustentabilidade da economia e sua retomada.	8	Econômico, Social

Na parte inferior do mapa estão os oito temas estratégicos de suporte ao negócio, que buscam viabilizar a estratégia. Para cada tema, as orientações estratégicas associadas são:

TEMA	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS
Pessoas	Promover uma organização mais ágil e flexível, com mais economicidade, eficiência e produtividade. Disseminar uma cultura orientada pelo propósito, com foco no cliente, liderança engajadora, olhar inovador e meritocracia. Proporcionar um ambiente de trabalho que valorize a saúde mental e física dos empregados, o respeito ao meio ambiente, a diversidade e o trabalho social inclusivo.
Governança	Aumentar a eficiência do sistema pelo qual o BNDES é dirigido, monitorado e incentivado. Fortalecer a governança das temáticas socioambiental e de gestão de riscos, contribuindo para a consolidação da confiança das partes interessadas na instituição.
Comunicação	Zelar pela reputação e aumentar o grau de conhecimento do BNDES, sua favorabilidade e os “defensores da marca”. Promover a disseminação da estratégia institucional para os públicos interno e externo. Promover a comunicação externa e interna com efetividade no alcance e no engajamento, buscando uma comunicação mais ágil, proativa, simples e empática.
Tecnologia da informação	Viabilizar a geração de negócios e o aumento da produtividade por meio da digitalização, consolidando canais e integrando processos digitais do <i>front office</i> ao <i>back office</i> .
Gestão integrada de riscos	Apoiar a viabilização de projetos de impacto para o país, inclusive assumindo maior exposição ao risco de crédito ao reduzir a exposição ao risco de mercado, com segurança e sustentabilidade para o BNDES, por meio da gestão integrada de riscos.
Gestão de ativos e passivos	Viabilizar recursos financeiros e condições de negócio compatíveis com a promoção do desenvolvimento do país, mantendo o continuado equilíbrio financeiro e patrimonial.
Processos e normas	Simplificar e padronizar processos e normas, visando reduzir custos de transação, melhorar a experiência de clientes e parceiros, elevar a produtividade e reduzir o risco operacional do BNDES. Implementar a transformação digital do BNDES por meio de processos mais automatizados e integrados de ponta a ponta (<i>front office</i> e <i>back office</i>).
Orientação a dados	Viabilizar a geração de negócios e ampliar a produtividade por meio de captura e análise de dados e desenvolvimento de soluções. Ampliar a capacidade de entrega do centro de excelência em ciência de dados. Difundir cultura centrada em dados na organização. Utilizar inteligência artificial (IA) e ciência de dados na digitalização dos processos do Banco.

Plano de negócios 2021

O plano de negócios anual especifica a implementação de nossa estratégia por meio de projetos, indicadores estratégicos e metas associadas. As informações sobre o desempenho da estratégia são apreciadas trimestralmente pelo Comitê Gerencial (CG), pela Diretoria e pelo CA.

Indicadores estratégicos

Os indicadores estratégicos são informações quantitativas utilizadas para definir resultados esperados e orientar comportamentos, permitindo que se acompanhe o atingimento dos objetivos estratégicos ao longo do tempo. Existem dois tipos de indicadores: corporativos e de área. Os indicadores estratégicos corporativos resumizam contribuições de todo o Banco para os objetivos estratégicos. Os indicadores estratégicos de área definem o plano de contribuição de cada unidade para atingir os objetivos.

Em uma primeira visão geral dos indicadores corporativos e de área de 2021, observa-se que a maioria teve desempenho igual ou acima da meta.

Foram definidos cinco indicadores corporativos para 2021. Três deles são diretamente relacionados a nossas missões (Fábrica de projetos e desestatização, Operações inovadoras


de cofinanciamento de infraestrutura e Número de operações aprovadas de infraestrutura), e os demais estão associados à dimensão financeira (Despesas administrativas e de pessoal e Resultado operacional bruto por empregado).

Todos os indicadores apresentaram desempenho melhor do que o previsto.


INDICADORES ESTRATÉGICOS CORPORATIVOS			
Indicador	Meta 2021	Realizado em 31.12.2021	Desempenho 2021
Despesas administrativas e de pessoal (R\$ mil)*	2.449.221	2.408.724	101,65%
Resultado operacional bruto por empregado (R\$ milhões)	4,25	6,21	146,12%
Fábrica de projetos e desestatização (qtd. de marcos)	90	100	111,11%
Operações inovadoras de cofinanciamento de infraestrutura (qtd.)	10	15	150,00%
Número de operações aprovadas de infraestrutura (qtd.)	26	31,5**	121,15%

* Para “Despesas administrativas e de pessoal”, o objetivo é que o realizado fique igual ou abaixo da meta. Assim, o cálculo do desempenho é feito pela meta sobre o realizado.


** O valor realizado, com uma casa decimal, deve-se ao fato de as operações cujas beneficiárias são empresas públicas, sociedades de economia mista ou entes públicos entrarem com peso de 0,5.

 Saiba mais em Nosso desempenho > Desempenho econômico-financeiro

O desempenho do resultado operacional bruto por empregado, superior à meta, é explicado parcialmente pelo **ganho com alienação das debêntures participativas da Vale**, evento não recorrente, ocorrido em abril de 2021, no valor de R\$ 3,8 bilhões (R\$ 1,6 milhão por empregado).

 Saiba mais em Desestatização e estruturação de projetos

No âmbito do indicador Fábrica de projetos e desestatização, houve esforço de diversificação da atuação do BNDES em diferentes setores da economia e com clientes nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado, foram concluídos no ano 100 marcos, acima da meta de 90, incluindo importantes projetos de **concessão de saneamento**.


 Saiba mais em Nosso desempenho > Infraestrutura

O ano foi marcado também pelo avanço em **operações inovadoras de cofinanciamento de infraestrutura**, que somaram 15 de uma meta de 10. Aprimoramos nossas políticas de crédito e garantia, bem como nosso portfólio de soluções de concessão de crédito e prestação de serviços, visando impulsionar o cofinanciamento das operações e uma maior assunção de riscos nos projetos, incluindo a possibilidade de fazer operações em caráter piloto. Esses esforços

contribuíram para que o desempenho atingido nesse indicador tenha sido superior à meta. Realizamos a **primeira estruturação** para uma oferta pública de debêntures, no valor de R\$ 1,8 bilhão. Outro destaque foi o empréstimo para projeto de mobilidade urbana em sistema de alta capacidade, que incluiu um conjunto de dez bancos, entre nacionais, estrangeiros e organizações multinacionais.

Finalmente, a quantidade de operações aprovadas de infraestrutura ficou em 31,5 (cf. nota na tabela de indicadores corporativos), acima da meta de 26. Além das operações inovadoras de cofinanciamento, detalhadas no indicador anterior, destaca-se a aprovação de oito projetos de geração eólica – a maioria com energia comercializada no mercado livre –, cinco projetos de transmissão de energia, quatro projetos de distribuição de gás e três projetos de rodovias.

O quadro a seguir mostra os desempenhos obtidos nos 47 indicadores de área selecionados para 2021. Desse total, seis (13%) ficaram com desempenho abaixo da meta estipulada para o ano; 15 (32%) tiveram *performance* exatamente igual à meta; e 26 (55%) apresentaram desempenho superior ao pactuado.

 Saiba mais em Nosso desempenho > Infraestrutura

INDICADORES ESTRATÉGICOS DAS ÁREAS – UNIDADES DE NEGÓCIOS

Área	Indicador	Meta 2021	Realizado em 31.12.2021	Desempenho 2021
Área de Operações e Canais Digitais (ADIG)	Nº de clientes MPMEs e pessoas físicas (PF) apoiados em 2021 (exceto cinco maiores bancos e Plano Safra)	44.400	37.795	85,12%
	Número de solicitantes de crédito no Canal MPME em 2021	100.000	220.686	220,69%
Área de Mercado de Capitais, Participações e Reestruturação de Empresas (AMC)	Fundos contratados	6	9	150,00%
	Realização de leilão de NPL (<i>non performing loans</i>)	1	2	200,00%
	Operações de desinvestimento (acima de R\$ 100 milhões)	7	6	85,71%
Área de Governo e Relacionamento Institucional (AGOV)	Marcos de originação de projetos de estruturação	16	21	131,25%
	Marcos de conclusão de projetos de estruturação	21	24	114,29%
Área de Estruturação de Parcerias de Investimentos (AEP)	Marcos de projetos de estruturação	23	29	126,09%
Área de Estruturação de Empresas e Desinvestimento (AED)	Marcos de estruturação de projetos executados	30	31	103,33%
Área de Indústria, Serviços e Comércio Exterior (AI)	Geração de divisas BNDES Exim (em R\$ milhões)	4.100	4.371	106,61%
	Instrumentos alternativos (parcela do indicador compartilhado com AF)	5	10	200,00%
Área de Gestão Pública e Socioambiental (AGS)	Quantidade de operações aprovadas pela área	27	28	103,70%
	Capacitação do BNDES nos temas ASG (marcos)	7	7	100,00%
Área de Energia (AE)	Incentivo ao mercado livre de energia	80%	90%	112,50%
	Aumento de capacidade instalada em energias renováveis (MW)	1.000	2.448	244,80%
	Operações cofinanciadas e com compartilhamento de riscos (compartilhado com AF)	3	10	333,33%
Área de Saneamento, Transporte e Logística (AST)	Aprovações AST com aspectos ASG	6	10	166,67%
	Instrumentos alternativos (parcela do indicador compartilhado com AF)	2	4	200,00%

INDICADORES ESTRATÉGICOS DAS ÁREAS - UNIDADES DE SUPORTE

Área	Indicador	Meta 2021	Realizado em 31.12.2021	Desempenho 2021
Gabinete da Presidência (GP)	Cesta GP de projetos corporativos	100%	100%	100,00%
	Grau de conhecimento BNDES + <i>influence marketing score</i> (IMS) amplo	100%	95%	95,00%
Área de Planejamento Estratégico (AP)	Avaliação de risco socioambiental de produto	100%	100%	100,00%
	Cesta AP de indicadores do <i>front office</i>	100%	98%	98,00%
	Satisfação com os serviços prestados pela AP	85%	80%	94,12%
Área de Tecnologia da Informação (ATI)	Satisfação com projetos de desenvolvimento de <i>software</i> entregues pela ATI	90%	99%	110,00%
	Disponibilidade dos sistemas principais de TI	99,5%	99,9%	100,40%
Área de Suporte ao Negócio (ASN)	% novos serviços/infraestrutura prestados (de lista pactuada)	100%	100%	100,00%
	Média de <i>performance</i> de quatro indicadores de nível de serviço	100%	100%	100,00%
Área de Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional (APEC)	Cesta de entregas estratégicas APEC – gestão	100%	100%	100,00%
	Cesta de entregas estratégicas APEC – propósito	100%	133%	133,00%
	Satisfação com os serviços de RH – Canal RH e Serviços	95%	96%	101,05%
Área Financeira (AF)	Operações com soluções financeiras apoiadas pela AF (compartilhado com AE, AST e AI)	6	17	283,33%
	Aprimoramentos na governança da gestão de ativos e passivos	100%	100%	100,00%
	Diversificação das captações em mercado e com organismos multilaterais e agências oficiais de crédito	3	3	100,00%
Área de Controladoria (ACO)	Novo sistema de tributos ACO 2021	100%	100%	100,00%
	Revisão e implementação de processos selecionados	100%	100%	100,00%
Departamento de Relações com Investidores (DERI)	Gestão do relacionamento com investidores	96	96	100,00%
	Demandas agências de <i>rating</i> atendidas no prazo e <i>rating</i> ASG	90%	96%	106,67%
Áreas Jurídicas (AJs)	Grau de contribuição das áreas jurídicas para o atingimento das metas dos indicadores destacados pelas áreas-clientes	100%	98%	98,00%
	Grau de satisfação com a prestação dos serviços jurídicos	85%	87%	102,35%
	% de atendimento dos pareceres consultivos no prazo	95%	100%	105,26%
Área de Integridade e Compliance (AIC)	Planos de continuidade de negócios – agenda ASG	90%	100%	111,11%
	Informações para tomada de decisão	100%	100%	100,00%
Área de Gestão de Riscos (AGR)	Tempo médio de emissão de certificado de registro (CR) <i>project finance</i> (dias)*	25	23	108,00%
	Governança da gestão de risco de mercado em renda variável	100%	100%	100,00%

INDICADORES ESTRATÉGICOS DAS ÁREAS – UNIDADE INDEPENDENTE

Área	Indicador	Meta 2021	Realizado em 31.12.2021	Desempenho 2021
Auditoria Interna (AT)	Aplicação consistente de <i>analytics</i> nas auditorias	60%	100%	166,67%
	Medição da evolução em 2021 da capacidade da AT pelo IA-CM	100%	100%	100,00%
	Auditorias do PAINT 2021 concluídas no exercício	100%	100%	100,00%

* Para este indicador, o objetivo é que o realizado fique igual ou abaixo da meta. Assim, o cálculo do desempenho é feito pela meta sobre o realizado.

Nota: ASG significa ambiental, social e de governança.

As duas principais explicações para alguns indicadores terem apresentado resultados bem acima da meta são: (i) o fato de alguns deles serem inéditos, não havendo histórico que balizasse a definição da meta; e (ii) os esforços internos do BNDES, especialmente por meio de projeto corporativo (P1), que teve o objetivo de implementar soluções de financiamento de infraestrutura com assunção direta de riscos de projetos e mobilização de recursos nos mercados de crédito e de capitais. Como resultado, o P1 teve impacto expressivo nos indicadores inéditos da AE, AI, AST e AF

relacionados a instrumentos alternativos e a operações cofinanciadas e com compartilhamento de riscos.

O aumento de capacidade instalada para energias renováveis (fotovoltaica e eólica) em operações aprovadas atingiu 2.448 MW, frente à meta de 1.000 MW. Esse desempenho está em linha com a dinâmica do setor em 2021. Segundo a Aneel, 7.562,08 MW passaram a fazer parte da matriz elétrica brasileira no ano de 2021 – 57,8% a mais do que o estimado no início de 2021.

No caso do “Número de solicitantes de crédito no Canal MPME em 2021”, o desempenho foi impulsionado pelos esforços empreendidos no ano anterior, em meio à atuação anticíclica emergencial relacionada à pandemia de Covid-19, voltados à ampliação do acesso ao canal. Os resultados não eram ainda muito visíveis em 2020, quando a meta do indicador foi definida, tendo a ampliação do acesso se concentrado em 2021.

Destacamos também os principais indicadores cujo desempenho ficou aquém da meta estabelecida:

- O indicador de satisfação com os serviços prestados pela AP teve 94,1% de desempenho. Nota-se, porém, o crescimento da média das notas da pesquisa de satisfação semestral: de 7,8, no primeiro semestre de 2021, para 8,1, no segundo semestre, resultado de esforços da área.
- O número de MPMEs e PFs apoiadas no ano (exceto cinco maiores bancos e Plano Safra) ficou em 37,8 mil. Embora inferior à meta de 44,4 mil (desempenho de 85%), ficou acima da média

do período 2016-2020 (28,8 mil clientes) e do resultado de 35,8 mil em 2020, o melhor da série histórica até então, em razão das medidas emergenciais para MPMEs.

- Com relação ao indicador de desinvestimento da AMC, foram realizadas seis das sete operações de desinvestimento acima de R\$ 100 milhões previstas, principalmente devido às oscilações do mercado de ações ao longo do ano.

Projetos corporativos

Os projetos estratégicos corporativos buscam contribuir para a implementação dos objetivos estratégicos ou para o atingimento dos indicadores, visando melhorias em nossa atuação.

São atividades temporárias, com objetivos claros e predefinidos e têm caráter transversal, envolvendo e/ou impactando diferentes unidades do Banco.

Cerca de 95% das entregas previstas nos projetos de 2021 foram concluídas.

PROJETOS CORPORATIVOS 2021

P1) SINDICALIZAÇÃO E ASSUNÇÃO DE RISCOS DE PROJETOS:

implementar soluções de financiamento para infraestrutura, com assunção direta de riscos de projetos e mobilização de recursos de mercado. Entregas das principais frentes:

- » **Política de crédito e garantias:** desenvolvimento do novo *rating* de operações (com garantias customizadas), revisão da metodologia de cálculo de limites de exposição de grupos econômicos e estruturação de casos-piloto.
- » **Debêntures:** revisão do portfólio de produtos debêntures, construção de governança das carteiras (*books*) e aperfeiçoamento de aferição dos *spreads* cobrados.
- » **Outras soluções financeiras:** desenvolvimento de atividades de estruturação e/ou coordenação de emissões e solução *backstop*, além de aperfeiçoamentos no produto BNDES Garantia.
- » **Governança do cofinanciamento:** definição de diretrizes e objetivos esperados com a estrutura de governança, papel de cada área no processo e normatização pertinente ao tema.

P2) EVOLUÇÃO CULTURAL: preparar o corpo funcional para os desafios de um mundo em constante mudança e engajá-lo com o propósito e a estratégia do BNDES, construindo conjuntamente uma nova cultura organizacional. Entregas das principais frentes:

- » **Jornada da liderança:** diagnóstico da cultura instalada e definição da cultura desejada, além da identificação e priorização de ações para a evolução cultural.
- » **Jornada de RH:** sensibilização das equipes da APEC e do GP, além da realização de diagnóstico e recomendações sobre práticas de RH e de capacitação para a atuação alinhada ao propósito e aos comportamentos definidos na identidade institucional.
- » **Jornada da mudança:** elaboração de plano estratégico de comunicação e início da definição e acompanhamento de indicadores de evolução cultural.
- » **Jornada de comunicação interna:** definição da governança para gerenciamento de crises de imagem e reputação, além de execução de programas de comunicação institucional e de formação.

P3) BNDES ASG (ambiental, social e de governança): tornar o BNDES referência de banco de desenvolvimento na agenda socioambiental. Entregas das principais frentes:

- » **Políticas e efetividade:** revisão da Política Socioambiental Operacional, atualização dos critérios de exclusão da Política Operacional, avaliação de risco socioambiental na criação e revisão de produtos, elaboração de ferramenta de impacto de operações e revisão dos indicadores de resultado. Ainda teve início processo para medir a pegada de carbono do BNDES (escopo administrativo) e foram instituídos instrumentos da Política Socioambiental de Mercado de Capitais.
- » **Processos de gestão ASG:** elaboração de proposta de aperfeiçoamento da governança ASG do BNDES e de procedimentos para gestão de risco socioambiental em operações indiretas, definição do plano de trabalho da Política de Responsabilidade Social e Ambiental (PRSA) e da metodologia de avaliação ASG de empresas, formalização do Sistema de Gestão Socioambiental (SGSA) e estabelecimento de arcabouços de gestão ASG na Fábrica de projetos, na operação de fundos não reembolsáveis e em nossa carteira de crédito.
- » **Governança de inovações ASG:** definição de critérios para caracterização de soluções ASG, elaboração do modelo de impacto para comparação entre soluções e implantação do processo de desenvolvimento desse tipo de solução.
- » **Frameworks ASG para investidores:** obtenção de *second opinion* para o *framework* de emissão de títulos sustentáveis, emissão de *rating* ASG, e avaliação sobre a pertinência de nossa adesão a princípios e pactos ASG, que resultou em nosso ingresso no Pacto Global e na associação ao Carbon Disclosure Project (CDP).
- » **Pessoas e cultura:** realização de treinamentos básicos obrigatórios para todos os empregados, além de *workshops* direcionados para executivos.
- » **Comunicação:** veiculação de campanha publicitária sobre sustentabilidade, além de realização de ações de comunicação institucional e conscientização interna.

P4) PROCESSOS DE CRÉDITO: revisar e implementar processos de concessão de crédito direto mais automatizados, digitais e integrados, com o intuito de otimizar as atividades operacionais, permitindo melhor alocação das equipes e melhor atendimento ao cliente. Entregas das principais frentes:

- » **Portal do Cliente:** incorporação de mudanças normativas em habilitação e processos, melhorias para segurança no tratamento das informações, avanços na transição para o novo sistema de solicitação de financiamento e utilização do portal como espaço de trabalho pelas equipes internas.
- » **Processo de análise e contratação:** padronização do processo de tramitação e registro das operações nas etapas de análise e contratação, considerando a utilização da assinatura digital.
- » **Processo de acompanhamento:** implementação de novas funcionalidades no sistema de acompanhamento de forma a habilitá-lo a ser o canal de comunicação com o cliente e a otimizar o tratamento de obrigações contratuais, dando maior transparência e rastreabilidade a essa etapa.
- » **Normativo e minutas contratuais:** revisão nos normativos internos buscando o seu aperfeiçoamento para melhor atender ao cliente, mantendo nosso nível de *compliance*.

Projetos estratégicos corporativos 2022

A carteira de projetos estratégicos de 2022 foi elaborada a partir da atualização anual da estratégia, da análise de seus riscos e oportunidades, e da definição das principais entregas das áreas no âmbito do plano de negócios 2022.

As temáticas dos quatro principais projetos de 2021 foram mantidas, com o estabelecimento de novas entregas. Foi criado um novo projeto com o objetivo de estruturar, em conjunto com o Governo Federal, o novo sistema público de apoio às exportações e criar ou aperfeiçoar mecanismos e instrumentos sustentáveis, competitivos e perenes do BNDES para prover garantia e/ou *funding* para operações de financiamento à exportação de bens e serviços.

Ameaças e oportunidades

O mapeamento das ameaças e oportunidades é elemento fundamental de nosso planejamento estratégico e uma determinação da Lei das Estatais, sendo aprovado pelo CA.

A identificação das ameaças visa prevenir a instituição em relação a desafios e incertezas que possam dificultar o cumprimento da estratégia. A prospecção das oportunidades, por sua vez, visa potencializar nossa atuação. Aprovamos, em dezembro de 2021, no âmbito da revisão anual de nossa estratégia, uma atualização das ameaças ou oportunidades, reavaliando também sua probabilidade de ocorrência e seu grau de impacto sobre o atingimento dos objetivos estratégicos. Foram identificadas ameaças e oportunidades associadas a um ou mais temas estratégicos, priorizadas em função do grau de probabilidade e impacto. O quadro a seguir ilustra algumas das ameaças e oportunidades priorizadas.

A análise das ameaças e oportunidades é base para a atualização da estratégia de longo prazo e do plano de negócios com indicadores e projetos corporativos para o exercício seguinte. Nesse sentido, por exemplo, a oportunidade identificada de “desenvolver mercados de *project finance limited* e *non recourse*” é analisada no projeto P1. A ameaça de “ataque à segurança cibernética do BNDES”, por sua vez, é abordada no projeto P4.

AMEAÇA (A) OU OPORTUNIDADE (O)	GRAU DE PROBABILIDADE	GRAU DE IMPACTO	TEMA(S) ESTRATÉGICO(S)
(O) Desenvolver mercados de <i>project finance limited</i> e <i>non recourse</i>	Alto	Alto	Infraestrutura
(O) Atrair <i>funding</i> e promover o compartilhamento de riscos por meio de, entre outros instrumentos, empréstimos securitizados e empréstimos sindicalizados	Alto	Alto	Infraestrutura
(O) Fortalecer a agenda de concessões e PPPs, aprimorando a modelagem e a alocação de riscos	Moderado	Alto	Modernização do Estado
(A) Instabilidade política, jurídico-institucional ou regulatória	Moderado	Alto	Modernização do Estado; Infraestrutura
(A) Dificuldade de fazer articulações políticas, com Governo Federal, entes subnacionais e demais atores envolvidos	Moderado	Alto	Modernização do Estado
(O) Potencializar a agenda ASG e fortalecer o posicionamento do BNDES no tema, tornando o Banco um paradigma global	Alto	Alto	Ambiental; Infraestrutura; Social; Estrutura produtiva
(O) Apoiar agendas e iniciativas de inovação e promoção de ganhos de eficiência ou aumento de produtividade alinhadas à transição para uma economia de baixo carbono	Alto	Alto	Estrutura produtiva; MPME; Social
(O) Apoiar a agenda de exportações, inclusive mediante a participação na reformulação da governança do sistema de apoio público às exportações	Moderado	Alto	Estrutura produtiva
(O) Desenvolvimento de sistema de apoio por meio de garantia	Moderado	Alto	MPME; Gestão de ativos e passivos
(A) Não adequação das condições estruturais de financiamento do país à complexidade dos temas prioritários	Alto	Alto	Estrutura produtiva
(O) Usar o aprendizado na pandemia para desenvolver soluções rápidas e melhorar a atuação do BNDES	Moderado	Alto	Emergencial
(O) Intensificar o trabalho de forma matricial	Alto	Alto	Pessoas
(O) Avaliar os impactos do regime híbrido de trabalho, as relações e a organização do trabalho	Alto	Alto	Pessoas
(O) Atender às demandas regulatórias de governança em sustentabilidade e clima, posicionando melhor o BNDES na agenda ASG	Alto	Moderado	Governança
(O) Posicionar o BNDES como o banco do desenvolvimento sustentável brasileiro	Alto	Alto	Comunicação
(O) Elaborar e aprimorar as ferramentas de TI para a otimização de tarefas e aprimoramento da cultura orientada a dados	Alto	Alto	TI
(A) Ataque à segurança cibernética do BNDES	Moderado	Alto	TI; Gestão integrada de riscos
(O) Aprimorar a gestão integrada de riscos com a inclusão dos riscos climáticos	Alto	Moderado	Gestão integrada de riscos
(A) Elevação da concentração de risco de crédito setorial	Alto	Moderado	Gestão integrada de riscos
(O) Aumentar a eficiência e produtividade do BNDES	Alto	Alto	Processos e normas
(O) Promover uma cultura orientada a dados e de otimização das tarefas	Moderado	Alto	Orientação a dados

Plano Trienal 2020-2022

O Plano Trienal 2020-2022 foi lançado em dezembro de 2019 com foco em nossas entregas para a sociedade no período. Ele explicita nossas agendas estratégicas e define indicadores econômicos e sociais associados ao impacto de nossa atuação.

As entregas foram definidas pela Diretoria em dezembro de 2019, em sintonia com as estimativas do *pipeline* de projetos e com o cenário econômico então delineado.

A pandemia exigiu redirecionamento de esforços governamentais e ajuste na orientação estratégica do BNDES, com ênfase na atuação anticíclica emergencial. Provocou também incerteza em relação ao desempenho da economia, inclusive quanto a parâmetros críticos para a análise de projetos, como as projeções de crescimento da demanda e do comportamento dos preços e dos juros. Essa conjuntura adversa teve efeitos nas projeções de investimentos nos mais diversos setores da economia e impactou diretamente no Plano Trienal.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos resultados alcançados nos dois primeiros anos de vigência do Plano Trienal, destacando as metas até 2021 e até 2022, bem como o acumulado para os dois anos e o realizado em 2021.

A primeira tabela mostra as entregas relacionadas à prestação de serviços (Fábrica de projetos). Elas estão baseadas em estimativas sobre os projetos com leilões concluídos e seus benefícios para a sociedade, depois de implantados. A tabela seguinte apresenta as entregas relativas às demais formas de atuação. Isso abrange o impacto previsto de projetos apoiados por meio de financiamento ou de garantias que foram aprovados pelo Banco nos anos de referência.

Em saneamento, destacou-se no ano o leilão da **concessão dos serviços no estado do Rio de Janeiro**, dividida em quatro blocos, com perspectiva de beneficiar um total de 14,2 milhões de pessoas, das quais mais de 7,6 milhões atualmente não são atendidas pelo sistema. Adicionalmente, foram concluídos leilões no Amapá, com previsão de impactar 734 mil pessoas, incluindo mais de 600 mil no sistema, e em Alagoas (blocos B e C), cuja



Saiba mais em Nosso desempenho > Desestatização e estruturação de projetos

ENTREGAS DO PLANO TRIENAL 2020-2022 – FÁBRICA DE PROJETOS

SETOR	ENTREGA TRANSFORMADORA	META PLANO TRIENAL 2020-2022	META ATÉ 2021	REALIZADO EM 2021	REALIZADO DE 2020 ATÉ 2021
Saneamento	Estruturação de projetos para levar serviços de saneamento a pessoas não atendidas atualmente pelo sistema (mil pessoas)	20.000	6.000	9.195	10.435
Parques e florestas	Conceder unidades de conservação de parques e florestas nacionais (qtd.)	20	N.A.	0	0
Logística	Estruturação de projetos para gestão privada em portos públicos (% das trocas comerciais)	30,0%	0,6%	0,0%	0,0%
	Estruturação de projetos para extensão de rodovias concedidas (km)	13.670	4.670	1.477	2.747
Desestatização	Realização de processos de desestatização: venda de empresas ou estruturação de fundos imobiliários (qtd.)	30	20	4	6

ENTREGAS DO PLANO TRIENAL 2020-2022 – CRÉDITO E DEMAIS FORMAS DE ATUAÇÃO

SETOR	ENTREGA TRANSFORMADORA	META PLANO TRIENAL 2020-2022	META ATÉ 2021	REALIZADO EM 2021	REALIZADO DE 2020 ATÉ 2021
Energia	Aumento da capacidade instalada energias renováveis (em GW)	3,0	2,2	2,4	3,8
	Expansão realizada da rede de distribuição de gás natural (km)	2.200	2.000	1.239	2.490
Logística	Implantação, duplicação ou modernização de trechos ferroviários (km)	2.500	250	0	0
	Implantação, duplicação ou modernização de trechos rodoviários (km)	5.000	1.600	997	2.601
Mobilidade urbana	Demanda atendida por novos sistemas de média e alta capacidade (mil usuários/dia útil)	1.000	100	633	633
Saneamento	Quantidade de pessoas que passará a ter acesso à rede de esgoto somada à quantidade de pessoas beneficiadas pela ampliação do tratamento de esgoto (mil)	5.500	2.271	84	146
	Quantidade de pessoas que passará a ter acesso à rede de água somada à quantidade de pessoas beneficiadas pela ampliação do tratamento de água (mil)	1.000	270	255	513
TICs	Novos acessos de serviços de banda larga fixa – pessoas conectadas (mil pessoas)	4.000	2.250	542	1.150
Educação	Apoio, por meio de instrumentos financeiros, à educação básica e/ou profissionalizante (número de alunos, em mil)	1.000	400	121	229
Saúde	Unidades de saúde do SUS beneficiadas pelo apoio do BNDES (qtd.)	1.000	800	890	1.370
Segurança	Projetos voltados a melhorar a eficiência dos serviços de inteligência em segurança pública (qtd.)	20	10	0	6
Emprego	Geração ou manutenção de empregos diretos e indiretos (mil empregos)	6.572	5.500	804	5.524
MPME	Apoio a MPMEs e pessoas físicas em operações de crédito e garantia (mil clientes)	625	525	129	593



Saiba mais em Nosso desempenho > Desestatização e estruturação de projetos

estimativa é atender 1,3 milhão de pessoas, ampliando o acesso à rede para mais de 800 mil.

Quanto às concessões de **unidades de conservação de parques e florestas nacionais**, há diversos projetos em andamento. Durante o ano de 2021, foram realizadas dez consultas públicas de parques estaduais, além de consulta pública e lançamento do edital do Parque Nacional de Iguaçu.



Saiba mais em Nosso desempenho > Desestatização e estruturação de projetos

No caso da estruturação de **projetos de portos**, foram obtidos avanços relacionados aos portos de Vitória (Codesa), de Santos e de São Sebastião, pioneiros da participação privada na gestão de portos organizados. Destacam-se, em 2021, a abertura da consulta pública do Porto de São Sebastião e a entrega dos estudos do Porto de Santos. Para o Porto de Vitória, por seu caráter pioneiro e inovador, foi necessário um diálogo amplo sobre o projeto com todo o setor portuário, o que requereu maior prazo para a estruturação.

Em rodovias, foram a leilão em 2021 os projetos da rodovia BR-153 GO/TO (851 km), e da BR-116 RJ/SP (626 km), estruturados pelo BNDES em parceria com o PSP Infra. Cabe mencionar que três projetos tiveram cronogramas adiados em função de atualizações solicitadas por agências reguladoras, poder concedente e decisões de tribunal de contas.

Quanto à venda de empresas e/ou estruturação de fundos mobiliários, foram realizados em 2021 quatro processos de desestatização, abrangendo três estatais do Rio Grande do Sul (CEEE-D, CEEE-T e Sulgás) e uma do Amapá (CEA). A postergação de atividades e a alteração de cronogramas durante a pandemia impactou todo o ciclo de vida dos projetos.

No setor de energia, nosso apoio em 2021 correspondeu a um aumento de 2,4 GW da capacidade instalada de energias renováveis, resultado de projetos aprovados **de energia solar e eólica**. Por sua vez, a expansão de 1,2 mil km da rede de distribuição de gás natural foi resultado da realização do plano de investimento da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás).



Saiba mais em Nosso desempenho > Infraestrutura

Em logística, as rodovias implantadas, duplicadas ou modernizadas com nosso apoio totalizaram 997 km no ano, resultado da **aprovação de três projetos**: CART Raposo Tavares (834 km), MT-100 (112 km) e adicional contorno Litoral Sul (51 km). No caso de ferrovias, o resultado decorreu fundamentalmente da postergação de renovações antecipadas de contratos de concessões previstos para 2020-2021 e do fato de a única ferrovia concedida em 2021, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), ainda não ter solicitado financiamento ao BNDES ou ao mercado.



Saiba mais em Nosso desempenho > Infraestrutura

Em mobilidade urbana, nosso apoio resultou em mais 633 mil usuários por dia atendidos por novos sistemas de média e alta capacidade. Esse incremento está relacionado principalmente à aprovação em 2021 de financiamento ao metrô de São Paulo.

No setor de saneamento, os resultados decorrem da aprovação do financiamento à **Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar)**. A mudança no marco regulatório do saneamento demandou adaptações por parte dos prestadores de serviço, o que tornou mais complexa a análise das operações e ampliou os prazos de aprovação.

No setor de tecnologias da informação e comunicação (TIC), **a entrega de novos acessos de serviços de banda larga fixa** teve como resultado 542 mil pessoas conectadas em 2021. O ano foi marcado pela assinatura do quarto contrato de captação com o Funttel, com a aprovação de um FIDC com recursos do fundo e a criação da linha BNDES Finame Funttel. Realizamos ainda a primeira aquisição de debêntures de telecomunicações, entre outras operações.

Na educação, 121 mil alunos serão beneficiados pelo apoio à educação básica e/ou profissionalizante, principalmente em função do apoio ao projeto **Cisternas nas Escolas**, em parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB). As escolas atendidas registraram número de matrículas abaixo da média das escolas rurais do Nordeste, o que explica o resultado alcançado.

Na área de saúde, 890 unidades de saúde do SUS foram beneficiadas. Contribuíram para esse resultado o *matchfunding* Salvando Vidas (502 unidades), o financiamento à Prefeitura de Belo Horizonte (346 unidades), às PPPs de Belo Horizonte (quarenta unidades de atenção primária) e ao estado de São Paulo (uma unidade de saúde da mulher), bem como o crédito ao Real Hospital Português de Beneficência em Pernambuco.

No setor de segurança, o indicador de projetos voltados a melhorar a eficiência dos serviços de inteligência em segurança pública foi impactado por restrições de crédito a alguns clientes públicos e pelo acúmulo de outras demandas prioritárias nos estados e municípios no segundo ano de pandemia. Em 2021, houve avanço no âmbito da parceria que celebramos com o BID e o Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP), com a priorização do desenvolvimento de ferramentas para apoio à estruturação de projetos com base em evidências (Plataforma Proseg Federativo).

O indicador de geração ou manutenção de empregos, diretos e indiretos, registrou em 2021 cerca de 804 mil postos de trabalho associados a financiamentos do BNDES.

Por sua vez, a atuação do BNDES por meio de crédito ou garantia beneficiou aproximadamente 129 mil MPMEs e pessoas físicas no ano, ainda marcado pelos impactos da pandemia. Houve grande demanda desse segmento de clientes, sobretudo no setor agrícola.



Saiba mais em Nosso desempenho > Infraestrutura



Saiba mais em Nosso desempenho > Estrutura produtiva



Saiba mais em Nosso desempenho > Socioambiental

IMPACTO DA ATUAÇÃO DO BNDES

GRI

103-1 | 103-2 | 103-3 | 203-1 | 203-2

Acesse em:
www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/4c4dd694-aebe-43f3-bbc9-389beda26075/



Levamos em consideração os seguintes conceitos para avaliar o impacto de nossas ações:

EFICÁCIA

grau de cumprimento das entregas previstas;

EFETIVIDADE

grau de cumprimento dos objetivos previstos, em termos de promoção do desenvolvimento nas dimensões econômica, social, ambiental e/ou institucional;

AValiação DE EFETIVIDADE

análise que busca identificar por meio de exames sistemáticos a extensão em que os objetivos foram alcançados.



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-a-sociedade



Acesse em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/20601>

Contamos com um conjunto de atividades de monitoramento e avaliação que tem como principais propósitos prestar contas de nossos resultados e gerar aprendizados que possam aprimorar nossa atuação.

Como previsto em **política corporativa sobre o tema**, nosso monitoramento e avaliação engloba um conjunto de processos analíticos, articulados entre si e com nosso planejamento estratégico, destinados à análise da eficácia e da efetividade de nosso apoio, visando promover melhorias contínuas em nossas atividades.

Os impactos de nossa atuação ocorrem tanto sobre os clientes quanto, de forma mais agregada, sobre municípios, regiões ou setores, seja pelos efeitos diretos e/ou indiretos de nosso apoio.

As atividades de monitoramento e avaliação, nesse contexto, buscam investigar os impactos de nosso apoio sobre os clientes, regiões e setores.

Para subsidiar essas atividades, são definidos previamente objetivos e indicadores de eficácia e de efetividade para as operações ou para os instrumentos financeiros utilizados. Os indicadores são selecionados pelas áreas operacionais a partir de um conjunto previamente definido com a unidade responsável por monitoramento e avaliação. As unidades operacionais são responsáveis por monitorar e analisar os indicadores, de maneira a contribuir para o aprendizado da organização. São realizadas, também, avaliações de efetividade, que são estudos mais profundos sobre determinados tipos de apoio, conforme prioridades estabelecidas pela administração. Essas avaliações podem ser executadas internamente, contratadas ou realizadas em parceria com avaliadores externos.

RELATÓRIO DE EFETIVIDADE

Consolidamos os resultados dos indicadores e as evidências geradas pelas avaliações de efetividade em relatório publicado a cada dois anos.

A **quinta edição do Relatório de Efetividade do BNDES**, referente ao biênio 2020-2021, será lançada em 2022, após apreciação pela Diretoria e CA.

AValiações DE EFETIVIDADE

Em 2021, lançamos quatro relatórios de avaliação de efetividade (RAE).

- Publicado em fevereiro, o primeiro analisou os **impactos do apoio do BNDES a obras de mobilidade urbana** na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O estudo trouxe evidências de que

os investimentos financiados tiveram os seguintes efeitos no entorno das estações de transporte: (i) redução na concentração de partículas totais em suspensão; (ii) redução das internações associadas a acidentes, hipertensão e doenças cerebrovasculares; e (iii) aumento no número de empresas e empregos, especialmente no setor de serviços e para trabalhadores com ensino médio e superior.

- Em agosto, lançamos um RAE sobre os **impactos de investimentos em saneamento nos indicadores de saúde** de municípios que tiveram descontigenciamento de recursos para esse tipo de obra. Os resultados apontaram efeitos significativos sobre a saúde da população, sobretudo para bebês de até um ano de idade. As estimativas obtidas indicaram que um município que recebe um novo projeto de saneamento básico experimenta uma redução nas internações hospitalares de até 1,1% para o total da população e de 4,0% para bebês de até um ano de idade.
- Em outubro, foi lançado RAE que avaliou a **contribuição do apoio da BNDESPAR para a governança das empresas**. O trabalho verificou uma correlação positiva entre o apoio via participação acionária e a melhoria de governança das pequenas e médias empresas apoiadas no período avaliado. No estudo de evento realizado – abordagem econométrica que analisa o tempo decorrido após o investimento –, foi encontrada alguma evidência de efeito positivo do apoio da BNDESPAR sobre a gestão das empresas no período de três a quatro anos após o aporte inicial.

Ainda em outubro, publicamos **avaliação sobre o impacto do apoio concedido pelo BNDES (via instrumentos de crédito) e pelo Sebrae (com consultoria de negócios)** no emprego formal em micro e pequenas empresas. Foram observados efeitos positivos do apoio isolado de cada uma das instituições sobre o emprego, com magnitude maior para o apoio via crédito. Outra questão investigada foi se o efeito era maior quando uma empresa recebia, no mesmo ano, os dois tipos de apoio, ou seja, se havia complementaridade entre elas. As estimativas obtidas mostraram que sim, registrando que o efeito estimado do apoio conjunto foi entre 1,3% e 1,7% maior do que nosso apoio isolado e entre 3,1% e 6% maior do que o apoio isolado do Sebrae.

Em 2021, lançamos também o segundo **Relatório de Impacto das Operações de Crédito no Combate às Desigualdades**, que apresenta dados sobre a distribuição regional de nosso crédito, além de seu alcance no que tange a gênero, raça e pessoas com deficiência e à identificação de empresas lideradas por mulheres.



Acesse em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/21362>



Acesse em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/21464>



Acesse em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/21483>



Acesse em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/20761>

CAPTAMOS

INSUMOS

FINANCEIROS

R\$ 22,2 bilhões
de recursos do FAT

R\$ 26,4 bilhões
de entradas originadas da
carteira de renda variável

R\$ 1,2 bilhão
de captações internas
e externas

R\$ 126,5 bilhões
de retorno das
operações de crédito

HUMANOS

2.471
empregados

85%
de nível universitário

58%
pós-graduados

INTELLECTUAIS

20h
de treinamento
por empregado

1.367
participações
em treinamentos

69 anos
de conhecimento acumulado
em análise setorial e em
estruturação de projetos

SOCIAIS E RELACIONAIS

+ de 7 milhões
de visitas a nosso
site no ano

+ de 560
proposições legislativas
acompanhadas

1.804
demandas recebidas e
tratadas pela Ouvidoria

26
filiações a entidades
de diferentes setores
da economia

+ de 112 mil
atendimentos realizados
por nossa Central

TENDO COMO

IDENTIDADE INSTITUCIONAL



PROPÓSITO

Transformar a vida de gerações, promovendo desenvolvimento sustentável



VALORES

Ética, espírito público, compromisso com o desenvolvimento e excelência



PRINCÍPIOS

Comprometimento, agilidade, cooperação, inovação, transparência e efetividade



MISSÃO

Viabilizar soluções que transformem o setor produtivo e promovam o desenvolvimento sustentável



VISÃO

Ser o banco de desenvolvimento sustentável brasileiro



COMPORTAMENTOS

Decisões com base no propósito, excelência no atendimento ao cliente, olhar inovador, liderança engajadora, colaboração e integração, e desenvolvimento contínuo

MISSÕES ESTRATÉGICAS



INFRAESTRUTURA



ESTRUTURA PRODUTIVA



SOCIAL



AMBIENTAL



MPME



MODERNIZAÇÃO DO ESTADO



EMERGENCIAL

PARA GERAR

Conforme indicado, algumas entregas já foram realizadas, enquanto outras refletem a consolidação dos resultados previstos por projetos aprovados em 2021.

PARTES INTERESSADAS

 SOCIEDADE

 GOVERNO

 ÓRGÃO DE CONTROLE E DE FISCALIZAÇÃO

 INVESTIDORES

 PÚBLICO INTERNO

 CLIENTES

 AGENTES FINANCEIROS

 ACADEMIA

PRODUTOS E SERVIÇOS

 FINANCIAMENTOS (p. 26)

 SERVIÇOS (p. 29)

 PARTICIPAÇÕES (p. 29)

 GARANTIAS (p. 29)

 APOIO NÃO REEMBOLSÁVEL (p. 30)

 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (p. 30)

RESULTADOS

FINANCEIROS

R\$ 34,1 bilhões
de lucro líquido

R\$ 15,7 bilhões
em tributos

R\$ 30,6 bilhões de resultado
com participações societárias

0,19% de inadimplência
(+90 dias, em 31.12.2021)

Desembolsos totais equivalentes a

0,74% do PIB

MANUFATURADOS

542 mil

pessoas a serem beneficiadas por
acesso a serviços de banda larga fixa
(pessoas conectadas)

633 mil

usuários por dia útil a serem atendidos
por sistemas de alta e média capacidade
de mobilidade urbana

2,4 GW

de aumento de capacidade de geração
de energia renovável previsto

1.239 km

de expansão de rede de distribuição
de gás natural implantada

997 km

de trechos rodoviários com previsão de
implantação, duplicação ou modernização

INTELLECTUAIS

1,3 milhão

de acessos à biblioteca
digital do BNDES

+ de **30** publicações

lançadas para disseminação de
conhecimento e transparência

SOCIAIS E RELACIONAIS

129 mil

MPMEs e pessoas físicas apoiadas

9,2 milhões de pessoas a serem
beneficiadas por acesso a saneamento
a partir de projetos estruturados

804 mil empregos
gerados ou mantidos durante
a fase de implementação dos
investimentos fixos apoiados

+ de **40%** do apoio indireto e
via garantias destinado a municípios
com Índice de Desenvolvimento
Humano Municipal (IDHM - 2010)
abaixo do valor nacional

121 mil alunos a serem
beneficiados pelo apoio à educação
básica e profissionalizante

890 unidades de saúde do SUS a
serem beneficiadas com nosso apoio

NATURAIS

22,1 milhões de toneladas de
CO₂eq em emissões evitadas por meio
de projetos de energias renováveis e
mobilidade urbana aprovados em 2021

+ de **560** sistemas ecológicos
de tratamento de esgoto entregues,
beneficiando mais de **3,4 mil pessoas**



Nossas diferentes modalidades de atuação se complementam de modo a potencializar nossa contribuição para o desenvolvimento sustentável do país. Financiamentos e prestação de serviços são hoje nossas frentes principais de atuação. Além disso, trabalhamos por meio de participações, garantias e apoio não reembolsável. Nossa produção de conhecimento registra aprendizados e fornece subsídios para nossas diferentes áreas de apoio.



ATENÇÃO:

Não credenciamos consultores (pessoas físicas ou jurídicas) como intermediários para facilitar, agilizar ou aprovar operações de crédito.



Veja mais em:

www.bndes.gov.br/guia

FINANCIAMENTOS

Concedemos recursos por um período predeterminado, oferecendo soluções de financiamento, limites de crédito, debêntures e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC). Merece destaque nossa atuação no crédito de longo prazo, fundamental para o cumprimento de nossa estratégia.

Nossos **financiamentos** podem ser concedidos a empresas de todos os portes e a pessoas físicas, a depender da finalidade, diretamente ou por intermédio de instituições financeiras credenciadas (indiretamente).

FLUXO OPERACIONAL

Nosso processo de concessão de crédito para operações diretas, mistas e indiretas não automáticas é baseado na utilização de cinco esteiras de crédito padronizadas.

Depois de uma etapa de habilitação, em que avaliamos se o cliente está apto ou não a operar conosco, com base em análises de crédito, cadastro e *compliance*, as operações seguem pelas diferentes esteiras de acordo com suas características e seu grau de complexidade.

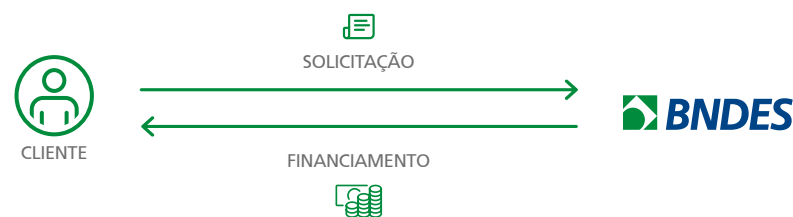
PORTAL DO CLIENTE

A **plataforma** integra diversas etapas do relacionamento com nossos clientes, em particular a solicitação e o acompanhamento dos financiamentos contratados diretamente com o Banco. Hoje, ela é a porta de entrada para a maioria das solicitações de apoio financeiro direto. Em 2021, o Portal do Cliente passou a contemplar novos produtos e integrações com bases de dados internas e externas, viabilizando o processamento de 100% das solicitações de habilitação/análise cadastral e mais de 80% das solicitações diretas de financiamentos reembolsáveis.

 Acesse em: <https://portal.bndes.gov.br/>

OPERAÇÕES DIRETAS

Nessa modalidade, as operações são realizadas diretamente com o BNDES. Para solicitar apoio direto, é necessário, em geral, que o financiamento tenha valor superior a R\$ 40 milhões. Em alguns casos específicos, como no apoio a projetos de inovação, saneamento, eficiência energética, provedores regionais, entidades filantrópicas, reflorestamento, compra de máquinas, equipamentos e bens industriais, entre outros, é possível solicitar apoio direto em financiamentos de valor inferior a esse limite.



OPERAÇÕES INDIRETAS

São operações realizadas por meio de instituições financeiras credenciadas. Essas entidades são responsáveis pela análise do financiamento e pela negociação das condições com os clientes – respeitando algumas regras e limites definidos pelo BNDES –, além de assumirem o risco de não pagamento da operação. Por isso, podem aceitar ou não o pedido de crédito.

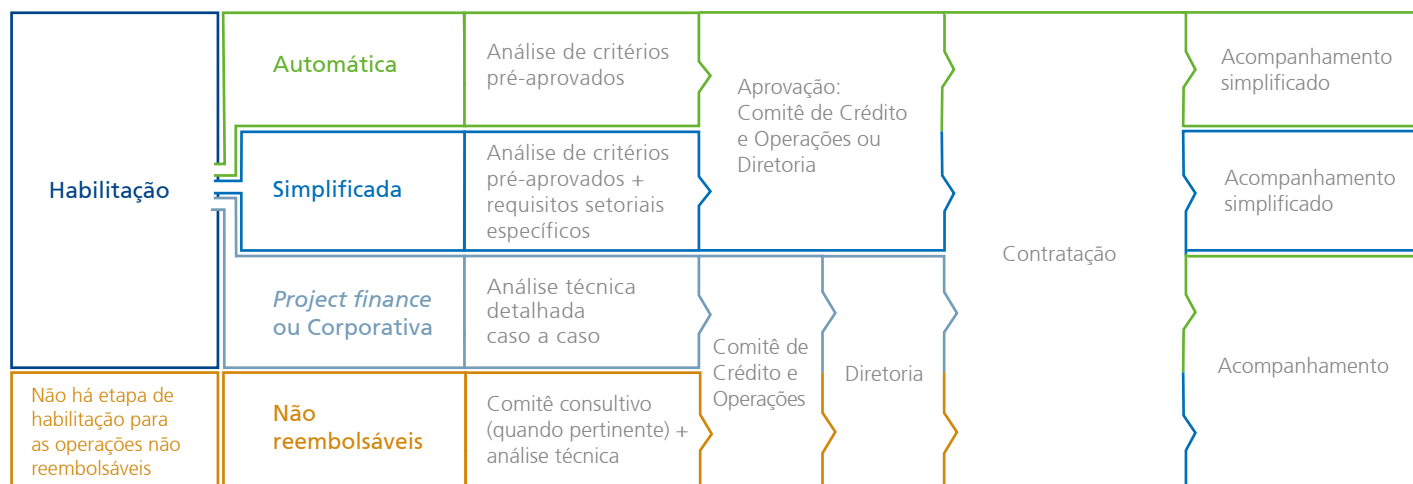
PODEM SER:

- **Automáticas:** operações de financiamento com valor de até R\$ 150 milhões. A instituição financeira credenciada recebe e analisa o pedido, aprova o crédito e nos solicita a homologação e liberação dos recursos. Ao chegar no BNDES, essas operações são, em sua maioria, processadas automaticamente, o que confere agilidade ao processo, sem dispensar a segurança, com redução do tempo entre a solicitação do crédito e sua aprovação final.
- **Não automáticas:** operações de, no mínimo, R\$ 40 milhões, em que a instituição financeira credenciada, responsável pelas condições e pelo risco, nos encaminha consulta prévia para análise. Nesse caso, as operações de financiamento são individualmente avaliadas e aprovadas por nós.



OPERAÇÕES MISTAS

São operações que combinam as formas direta e indireta não automática. Nesse caso, o BNDES e a instituição financeira credenciada compartilham o risco da operação. As operações mistas geralmente ocorrem por sugestão do Banco ou da instituição financeira.



Um pedido de financiamento com objeto definido, como a compra de um equipamento nacional, tramita pela esteira automática. Nela, o pedido é analisado com base em uma lista de critérios previamente aprovados pela Diretoria e, caso cumpra todos os requisitos necessários, é submetido ao Comitê de Crédito e Operações (CCOp) ou à Diretoria, a depender do valor da operação.

Na esteira simplificada, a principal diferença é que, em função do tipo de objeto do financiamento, há uma validação um pouco mais complexa, que leva em conta requisitos setoriais específicos. O acompanhamento na esteira simplificada também é mais detalhado do que na automática.

Já projetos mais complexos, como *greenfields* e de infraestrutura em geral, seguem pelas esteiras corporativa ou de *project finance*, que diferem, principalmente, em relação à estruturação financeira e às garantias da operação.

Nesses projetos, equipes técnicas multidisciplinares especializadas no setor se aprofundam, durante a análise, em diversos aspectos da proposta, como a viabilidade econômico-financeira, os aspectos socioambientais, a estratégia e a governança

da empresa, a análise do mercado e as garantias oferecidas.

Por fim, nas operações com recursos exclusivamente não reembolsáveis, não há etapa de habilitação e o cadastro é verificado durante a análise. Essas operações seguem uma esteira específica, dadas suas características. Dependendo de seu objetivo, a solicitação de apoio pode passar pela avaliação de um comitê consultivo antes de ser analisada por nossa equipe técnica.

Os pedidos das esteiras corporativa, de *project finance* e não reembolsável também são analisados em relação à elegibilidade, com base em nossas políticas operacionais e de crédito, sendo encaminhados ao CCOp para deliberação.

Regulamento socioambiental

O **regulamento de gestão socioambiental de operações**, que substituiu a política socioambiental voltada a operações, estabelece os procedimentos relativos à identificação e ao tratamento dos impactos sociais e ambientais



Saiba mais em Sustentabilidade

O QUE NÃO APOIAMOS

Não oferecemos apoio financeiro a clientes condenados, seja na esfera administrativa ou judicial, por atos que envolvam: discriminação de raça e gênero; trabalho infantil; trabalho escravo; assédio moral ou sexual; e crime contra o meio ambiente. No caso de condenação por esses atos, **a contratação ficará impedida** até a comprovação da regularização da situação pelo cliente.


Consideramos, ainda, restrições impostas por acordos internacionais, como o financiamento a armas químicas e nucleares e a substâncias poluentes e que destroem a camada de ozônio.

Não apoiamos investimentos no segmento de motéis, saunas e termas, e exploração de jogos de azar e apostas. Há, ainda, um rol de atividades, empreendimentos e itens de alguns setores – agropecuário, armas, bancário,

energia, imobiliário, madeira, mineração, saneamento e resíduos sólidos, siderurgia, e sucroalcooleiro – que estão sujeitos a condições específicas para o apoio.

No caso do setor agropecuário, por exemplo, não apoiamos a aquisição de animais para revenda, a pesca em período proibido ou em lugares interditados pelo órgão competente. Não são apoiáveis empreendimentos do setor de mineração que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo, bem como empreendimentos localizados em unidades de proteção integral.

Em 2021, revisamos nossa lista de exclusão e de apoio condicionado, **deixando de apoiar atividades com alta exposição a riscos socioambientais** e estabelecendo condicionantes para o apoio a outros setores com maior potencial de impacto negativo.

 Para mais detalhes sobre atividades, empreendimentos e itens não financiáveis, acesse: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes

 Saiba nas seções Ética, integridade e transparência e Sustentabilidade

das operações financiadas e está alinhado a boas práticas internacionais. Operações de maior risco estão sujeitas a procedimentos mais detalhados de diligência e acompanhamento, conforme a classificação de sensibilidade socioambiental atribuída.

O regulamento prevê ainda que na análise socioambiental dos clientes seja verificado o atendimento de exigências sociais legais e de nossas diretrizes e procedimentos relativos a manutenção de emprego e **direitos humanos**, como a proteção de pessoas portadoras de deficiência e a inexistência de práticas de discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo, assédio moral ou sexual.



Saiba mais em **Ética, integridade e transparência**

Acompanhamento

Todos os projetos aprovados e contratados passam por uma etapa de acompanhamento, na qual os recursos do financiamento são desembolsados ao cliente de acordo com cronograma preestabelecido, e uma equipe do BNDES verifica o cumprimento das obrigações contratuais e a evolução do investimento apoiado, realizando ajustes na operação, sempre que necessário.

Continuamos a aprimorar o processo e o sistema de acompanhamento, visando reduzir custos e riscos operacionais e melhorar a experiência do cliente, a transparência e a rastreabilidade. Durante o ano, foram desenvolvidas funcionalidades no Portal do Cliente que, além de permitirem ao cliente realizar solicitações referentes a seu contrato, tais como liberação de crédito e prorrogação de prazos, facilitam nosso acompanhamento das obrigações contratuais.

Nas operações indiretas automáticas, o acompanhamento é realizado pelas instituições financeiras credenciadas e verificado por nós, a partir de técnicas de amostragem que consideram quesitos como materialidade e risco. Realizamos, ainda, o cruzamento de informações com bases de dados internas e externas para melhor direcionar os

ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS COM IMAGENS DE SATÉLITE

Usamos imagens de satélite para aferir a evolução física de projetos, especialmente em empreendimentos implantados em áreas de grande extensão.

Em 2021, mais de 45 projetos foram acompanhados dessa forma. Essa ferramenta também vem sendo utilizada para suporte à análise de projetos em estruturação, buscando subsidiar as equipes responsáveis na compreensão do contexto territorial e dos impactos potenciais no entorno dos projetos.

esforços de verificação de conformidade e prevenção a fraudes, e seguimos orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar a correta aplicação dos recursos e o cumprimento das exigências normativas.

Monitoramento e avaliação

O **monitoramento e a avaliação** de eficácia e efetividade dos projetos são iniciados já na etapa de análise. Nesse primeiro momento, verificamos o alinhamento do projeto a políticas públicas, identificamos os impactos esperados e definimos os objetivos e indicadores de eficácia e de efetividade a serem monitorados. Após a conclusão do projeto, é realizada uma avaliação final, que confronta os valores previstos com os valores realizados dos indicadores e aponta lições aprendidas.

EXPORTAÇÃO

Os sistemas públicos de apoio às exportações existem em mais de setenta países. Somos um dos principais componentes do sistema brasileiro, que, por meio de um conjunto de instrumentos alinhados a políticas públicas, permite a prática de custos e prazos mais compatíveis com o mercado internacional.

Além de nossos financiamentos, o sistema conta com linhas operadas pelo Banco do Brasil com recursos do Tesouro Nacional (Proex Financiamento e Proex Equalização) e com o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), lastreado no **Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**, para a cobertura às garantias prestadas pela União para riscos comerciais, políticos e extraordinários.

Nossas linhas de apoio à exportação, desde a sua criação, estão voltadas a segmentos que têm maior necessidade de financiamento a médio e longo prazo, atendendo a um objetivo bem específico: viabilizar condições de financiamento compatíveis com o mercado internacional para que as empresas brasileiras consigam exportar sem desvantagem em relação a seus competidores internacionais.

Esse sistema está passando por processo de aprimoramento e reformulação no âmbito do Ministério da Economia, do qual estamos participando com protagonismo no diagnóstico das dificuldades atuais e na **construção de soluções**.

RENDA FIXA

Operamos como investidor em ofertas públicas no mercado de títulos corporativos de renda fixa

Saiba mais em **Impacto da atuação do BNDES**



CRENCIAMENTO DE FORNECEDORES INFORMATIZADO (CFI)

As máquinas, equipamentos, componentes, sistemas industriais e os serviços tecnológicos financiados pelo BNDES são registrados previamente no CFI – Credenciamento Finame. O credenciamento desses itens, além de indicar a capacidade de fornecimento local, que contribui para a geração de empregos e desenvolvimento industrial brasileiro, viabiliza a concessão de crédito de forma automatizada e segura por uma ampla rede de agentes repassadores de nossos recursos.



Saiba mais em **Sustentabilidade financeira**



Saiba mais em **Nossa estratégia**

desde 2006, com a missão de criar produtos e realizar investimentos visando desenvolver o mercado de capitais de renda fixa. Nossos objetivos são atuar de forma complementar ao mercado privado, oferecendo opções de financiamento para as empresas brasileiras, e canalizar recursos privados para elevar o investimento no país, em particular, nos setores de logística e transporte, mobilidade urbana, energia e saneamento básico.

Nossas condições de financiamento e políticas de crédito são desenhadas para fomentar, ainda, a originação de debêntures. Alguns destaques são: compartilhamento de garantias entre nosso financiamento e as debêntures de mercado e previsão de vencimento cruzado entre a debênture e nosso financiamento.

SERVIÇOS

Como banco de serviços, apoiamos o Estado brasileiro e os entes públicos em projetos de **desestatização** em todas as modalidades: concessões, parcerias público-privadas (PPP) e privatizações, atuando na estruturação de projetos e parcerias com novos investidores e operadores qualificados.

Atuando como fábrica de projetos, desempenhamos papel estratégico na coordenação de esforços e recursos (públicos e privados) para viabilizar projetos de diferentes segmentos, possibilitando redução de gargalos, geração de oportunidades de investimento, redução dos gastos públicos e melhoria dos serviços disponibilizados para a população.

Oferecemos uma solução integrada para nossos clientes do setor público, provendo serviços desde a originação até o pós-leilão dos projetos.

Damos transparência às informações sobre o banco de serviços no **BNDES Hub de Projetos**, *site* em que os interessados podem saber mais sobre nossa carteira. Em **nosso site**, disponibilizamos informações sobre todas as contratações de consultores para projetos de desestatização. Além disso, contamos com a fiscalização do TCU e da Controladoria-Geral da União (CGU), que contribuem para a melhoria de nossos processos.

PARTICIPAÇÕES

Nossas soluções envolvem a entrada no capital de uma empresa ou sociedade de propósito específico (SPE), como investidor direto ou por meio de fundos de investimento em participação

em empresas em todos os estágios de desenvolvimento.

Atuamos de modo complementar ao mercado e a nossos produtos de financiamento tradicionais, contribuindo não apenas para os planos de negócios e o fortalecimento da estrutura de capital das empresas brasileiras, mas também para o desenvolvimento do mercado de capitais do país, por meio de incentivos às melhores práticas de governança corporativa e iniciativas de cunho social e ambiental.

Para isso, investimos em ações e/ou debêntures conversíveis em ações de empresas de capital aberto ou fechado, constituídas como sociedades anônimas, em ofertas públicas ou privadas.

Nossos investimentos acontecem de forma transitória, minoritária e não executiva, sempre com horizonte de longo prazo e em condições de mercado. Portanto, eles ocorrem em termos equitativos em relação aos demais investidores, não embutindo subsídios para as empresas investidas, que ficam submetidas a prazos, estruturas e dinâmicas comuns a todos os integrantes do mercado de capitais.

Atuamos também por intermédio de **fundos de investimento**, que, em sua maioria, adquirem participações acionárias ou debêntures. Seleccionamos, periodicamente, gestores para fundos de investimento com foco no desenvolvimento de mercados e setores em que se identifica maior carência de recursos. A atuação por meio de fundos visa desenvolver empresas inovadoras e cadeias produtivas que consideramos prioritárias, estimular o empreendedorismo e o investimento em infraestrutura, além de difundir a cultura de capital de risco no país.

GARANTIAS

Atuamos na gestão de três fundos garantidores: dois são organizados a partir do **Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI)** – FGI Tradicional e Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI Peac) – e o terceiro é o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC). Atualmente, apenas o FGI Tradicional encontra-se aberto para contratação de novas operações.

O BNDES FGI Tradicional tem o objetivo de contribuir para a ampliação das oportunidades de acesso a crédito para empresas e empreendedores de menor porte, além de transportadores de carga autônomos, neste caso, complementando



Saiba mais em [Desestatização e estruturação de projetos](https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/index.html)



Acesse em: <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/index.html>



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao



Saiba mais nas seções [Novas soluções e produtos e Nosso desempenho > Mercado de capitais](#)

Em 31 de dezembro de 2021, os cotistas do BNDES FGI eram a União Federal (majoritária), o próprio BNDES e outros 31 agentes financeiros.

Em 2021, o BNDES FGI Tradicional apresentou um crescimento significativo, garantindo um volume financiado de cerca de R\$ 2,2 bilhões (aproximadamente 60% superior a 2020).

garantias para aquisição de bens de capital. As garantias oferecidas pelo fundo permitem que as instituições financeiras aprovelem financiamentos em melhores condições, como prazos mais longos, menos exigências de entrada e até taxas de juros mais baixas.

Atualmente, o **BNDES FGI Tradicional** apoia operações de crédito realizadas por meio de diversas linhas e programas de financiamento, tanto de agentes financeiros e outras fontes de recursos, quanto com repasse do BNDES.

O FGI Peac foi instituído em 2020 com o objetivo de apoiar primordialmente pequenas e médias empresas (PME), associações, fundações de direito privado e cooperativas (exceto as de crédito) na obtenção de crédito durante a fase aguda da crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19.

Em 2021, o FGI Peac foi integrado ao Sistema de Informações de Créditos (SCR) do Banco Central do Brasil, permitindo que processos de solicitação de honra e recuperação de crédito passassem a ser executados de maneira digital, sem intervenção humana e com alto nível de *compliance*. Não foram contratadas novas operações em 2021.

BNDES GARANTIA



Acesse em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-garantia

O produto **BNDES Garantia** foi estruturado em 2020, em substituição ao produto BNDES Fianças, para oferecer soluções de forma independente ou complementar a outros produtos do Banco, em operações realizadas diretamente. O produto provê garantia fidejussória a obrigações pecuniárias assumidas pelos clientes com credores nacionais ou estrangeiros.

As primeiras operações foram contratadas em 2021, fornecendo garantia para emissões de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) realizadas por cooperativas agrícolas.

APOIO NÃO REEMBOLSÁVEL

Aplicamos recursos não reembolsáveis em projetos de caráter social, cultural, ambiental, científico e tecnológico. Esses recursos podem ser utilizados em complemento ao apoio financeiro reembolsável para projetos de investimento ou para ajudar a atrair outros parceiros e podem ter origem em parte de nosso lucro, caso do BNDES Fundo Socioambiental,

ou em doações externas, a exemplo do Fundo Amazônia.

Além disso, temos fundos para apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento (**BNDES Funtec**), de preservação e revitalização do patrimônio cultural brasileiro (Fundo Cultural) e de estudos técnicos ou pesquisas de terceiros (BNDES FEP).

Revisamos, em 2021, o regulamento do antigo BNDES Fundo Social, que passou a ser denominado **BNDES Fundo Socioambiental**, reforçando a possibilidade de apoio a projetos de cunho ambiental. O novo regulamento permite também ampliar o apoio a projetos de educação, priorizando temas transformadores que possam contribuir para um salto de qualidade da educação básica nas redes públicas.

O BNDES FEP também teve suas normas revistas em 2021, com objetivo de incluir em seu escopo de apoio iniciativas de estruturação de projetos. Assim, o fundo passou a contar com as seguintes modalidades: (i) prospecção e pesquisa (estudos setoriais); (ii) desenvolvimento de projetos (estudos técnicos de projetos de infraestrutura); (iii) pró-estruturação de projetos (estudos preliminares para desestatização, projetos-piloto de estruturação de desestatizações, estruturação de novos veículos financeiros); e (iv) estruturação ambiental, social e de governança (ASG) – modelagens nos setores ASG.

No apoio não reembolsável, priorizamos estruturas de governança em **parceria** com a sociedade civil e com empresas privadas.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Produzimos regularmente análises setoriais e econômicas, avaliações de efetividade, seminários e publicações voltados para disseminar **conhecimento** e ampliar o debate sobre desenvolvimento, além de informar a sociedade sobre os resultados de nossa atuação.

Anualmente, são publicadas duas edições dos periódicos *Revista do BNDES* e *BNDES Setorial*. O primeiro apresenta artigos sobre temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social, enquanto o segundo reúne análises relacionadas aos setores da economia brasileira que o Banco apoia ou vislumbra apoiar. Ambos têm empregados do Banco como autores ou coautores, visando **compartilhar o conhecimento** técnico produzido internamente.



Saiba mais em [Sustentabilidade](#)



Saiba mais em [Nosso desempenho > Socioambiental](#)



Saiba mais nas seções [Novas soluções e produtos](#) e [Nosso desempenho](#)



Acesse em www.bndes.gov.br/conhecimento



Saiba mais em [Nossos relacionamentos](#)

NOVAS SOLUÇÕES E PRODUTOS

GRI

102-2 | 102-6 | 102-11 | 103-1
103-2 | 103-3

Saiba mais em Nossa estratégia



Nossas soluções e produtos são desenvolvidos para viabilizar a implementação de **nossa estratégia**. Buscamos oferecer soluções complementares às do mercado, focando em diferenciais como oferta de prazos mais longos, presença em múltiplos setores, *expertise* em serviços, entre outros.

Levamos em consideração a necessidade de nossos clientes atuais e potenciais, as possibilidades de gerar externalidades positivas para a sociedade, oportunidades de parcerias com atores do mercado, sinergias com nosso portfólio, alinhamento às nossas diretrizes estratégicas e avaliações existentes de impacto. Como resultado, contamos com uma **diversidade de soluções** que envolvem crédito, serviços, garantias, participações e apoio não reembolsável.

A partir das metas e diretrizes traçadas em nosso plano estratégico e dos impactos esperados, desenhamos a estratégia de portfólio. Em 2021, foram exemplos de diretrizes para novos produtos:

- promover a produtividade e a competitividade;
- estimular o desenvolvimento territorial e regional;
- impulsionar a eficiência energética e a descarbonização;
- transformar para a economia e a sociedade digitais; e
- fomentar a gestão e capacitação do setor público.

GESTÃO DE PRODUTOS

A gestão de nossos produtos é regida por um regulamento interno que estabelece regras, diretrizes, processos, papéis e responsabilidades para a atividade.

O processo de criação ou alteração de produtos começa com a elaboração de conceito por uma área operacional, que, a partir de sua experiência e do contato com clientes, identifica oportunidades e necessidades de mercado. Esse conceito é encaminhado à unidade responsável pela gestão de produtos – que avalia e dá suporte no alinhamento do conceito à estratégia corporativa e às políticas operacionais, no posicionamento do instrumento de apoio e na análise de sua viabilidade.

Essa primeira proposta conceitual inclui uma avaliação preliminar do mercado e a descrição da solução, com indicação do seu mérito para os clientes e para o Banco, e de seu alinhamento à estratégia corporativa e às políticas internas. Também engloba uma análise preliminar das externalidades e do potencial de receita *versus* custos de desenvolvimento e operacionalização da solução.

Depois da apresentação e aprovação da proposta pelo Comitê Gerencial (CG), o conceito é desenvolvido pelas duas unidades com apoio da equipe jurídica, apreciado novamente pelo CG e encaminhado à Diretoria para aprovação. Essa proposta inclui também uma análise dos impactos socioambientais do instrumento de apoio e possíveis contribuições para os ODSs.

Concluído esse processo, o instrumento de apoio criado ou alterado será incluído em nossas **Políticas Operacionais**.

SOLUÇÕES PARA NOSSAS PRINCIPAIS AGENDAS ESTRATÉGICAS

Em 2021, lançamos e aprimoramos instrumentos de apoio que reforçam nosso papel no desenvolvimento do país, em temas relevantes como infraestrutura, ASG, estrutura produtiva e MPMs. Estruturamos novas soluções buscando tornar nossa estratégia mais efetiva.

Infraestrutura

Visando impulsionar a agenda de infraestrutura, aprimoramos nossas políticas e soluções de crédito, garantia e serviços para ampliar o cofinanciamento e assumir mais riscos nas operações. Nossa unidade de gestão de riscos participou ativamente da estruturação de operações-piloto, em especial no que tange ao risco de crédito envolvido, precificação e modelagem das garantias oferecidas.

Ao longo do ano, utilizamos formas inovadoras de apoio em soluções de financiamento sindicalizadas, com cofinanciamento e compartilhamento de riscos em operações de infraestrutura rodoviária e de mobilidade urbana.

Um marco importante foi a estruturação de nossa primeira operação na modalidade **project finance non-recourse**, que viabilizou financiamento a projeto de rodovia de pequeno porte em Mato Grosso (MT-100), concedida a um grupo de infraestrutura de médio porte.

Em 2021, revisamos ainda nosso portfólio de produtos de debêntures simples em oferta pública, com a criação de um novo produto mais aderente às práticas de mercado. O produto BNDES Debêntures em Ofertas Públicas – que substitui os produtos BNDES Debêntures Sustentáveis e de Infraestrutura e BNDES Títulos Corporativos em Ofertas Públicas – permite apoiar emissões ou séries que se destinem a financiar reorganizações societárias, capital de giro isolado e reestruturação financeira.

Nosso conjunto principal de normativos operacionais, incluindo orientações básicas, regulamentos transversais, regulamentos dos instrumentos de apoio (produtos, linhas, programas e fundos) e regulamento das tarifas.

MONITORAMENTO DE TENDÊNCIAS

Além dos instrumentos de apoio lançados por nossos pares, tanto públicos como privados, monitoramos também os movimentos relativos à inovação e tecnologia, de grande impacto no mercado bancário. São exemplos as mudanças trazidas pelo *open banking*, os novos modelos de negócios de *banking as a service* e *banking as a platform*, as *fintechs* reguladas e não reguladas, o desenvolvimento da internet das coisas (IoT) e de máquinas e serviços 4.0, e o fomento a créditos de carbono e instrumentos voltados à eficiência energética.



Saiba mais em O que fazemos



Saiba mais em Nosso desempenho

A modalidade considera como garantia somente os recursos advindos do próprio empreendimento, como as receitas provenientes das tarifas de pedágio, não sendo exigidas garantias corporativas dos sócios ou fianças bancárias.

Foram desenvolvidos também novos instrumentos para a prestação do serviço de estruturação e coordenação de emissões de debêntures em ofertas públicas e para provisão de crédito contingente (*backstop*).

ASG

Para elaborar soluções ligadas à agenda ASG, contamos atualmente com um departamento dedicado à escuta das necessidades de possíveis parceiros e ao apoio de nossas áreas operacionais. A unidade mantém contato com mais de trezentas empresas, com os mais diversos focos de atuação.

Lançamos em 2021 o **BNDES Crédito ASG**, com o conceito de ESG *linked loan*. O produto foi elaborado com foco em setores considerados estratégicos para reduzir emissões (como siderurgia e mineração) ou com grande potencial de captura de carbono (a exemplo da cadeia da madeira), contribuindo para a transformação do setor produtivo e para a agenda do desenvolvimento sustentável.

Foram lançadas também novas ações de *matchfunding*, como **Floresta Viva**, que visa apoiar projetos de restauração florestal a partir de espécies nativas e sistemas agroflorestais nos vários biomas do país; e **Resgatando a História**, voltada ao apoio de projetos de recuperação do patrimônio histórico brasileiro. Ambas as iniciativas contam com diferentes instituições parceiras, que somam recursos aos aportados pelo Banco.

Ainda em 2021, trabalhamos na elaboração do programa **BNDES Parques e Florestas**, lançado em 2022 com o intuito de apoiar projetos de investimento em concessões públicas de parques naturais ou urbanos e de florestas. O programa conta com orçamento de R\$ 500 milhões e poderá financiar sociedades de propósito específico (SPE), concessionárias ou sociedades controladoras de SPEs.

Revisamos ainda o **Programa Fundo Clima**, considerando novas diretrizes do Plano Anual de Aplicação de Recursos 2021, e as linhas **BNDES Finame** e **BNDES Finame Direto**, para a inclusão de novas classes de produtos de baixa emissão de carbono financiáveis – veículos para logística industrial, veículos e máquinas agrícolas, e embarcações.

ASG e MPME

Outro destaque foi a criação de uma nova solução de garantia voltada para investimentos em eficiência energética realizados por MPMEs.

Elaborado em conjunto com o **Laboratório de Inovação Financeira (LAB)**, o **FGenergia** conta com recursos captados com instituições nacionais e internacionais que apoiam iniciativas voltadas para sustentabilidade. A primeira captação, em 2021, se deu por meio do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), que destinará R\$ 40 milhões ao fundo, viabilizando o princípio de sua implementação.

O **programa** entrou em operação no início de 2022. As garantias oferecidas cobrem 80% do valor do financiamento, que pode chegar a R\$ 3 milhões por empresa, e os prazos de cobertura variam de 12 a 84 meses.

MPMEs

Em 2021, ampliamos nossa atuação com **fundos de crédito voltados a MPMEs**, ofertando recursos por meio de novos parceiros e alcançando empreendedores por canais alternativos aos bancos tradicionais. Os fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) – em conjunto com *fintechs* e plataformas digitais – são uma importante ferramenta para o desenvolvimento de novos canais de crédito e do mercado de *private debt* no Brasil.

Revisamos também as regras para o apoio da BNDESPAR a fundos de investimento em participações e projetos que investem em empresas emergentes e capital semente, buscando ampliar o apoio a esses negócios. As principais mudanças foram: a possibilidade de investimento em sociedades com sede no exterior, desde que tenham 90% ou mais de seus ativos localizados no Brasil; e a simplificação de procedimentos para participação da BNDESPAR nesses fundos, de acordo com o percentual que detenha do capital comprometido.

Outras novidades

Em 2021 criamos o subprograma **BNDES Crédito Rural Custeio**, destinado a cobrir despesas como aquisição de insumos para a restauração e recuperação das áreas de reserva legal, e compra e aplicação de bioinsumos. Lançamos ainda o programa **BNDES Gás**, para apoiar novos investimentos na cadeia de valor do gás natural.

Divulgamos também o **BNDES Finame Funttel**, que contará com dotação inicial de até R\$ 100 milhões do **fundo** para financiar a aquisição de equipamentos de telecomunicações previamente credenciados pelo Banco, no modelo do BNDES Finame. A solução utiliza a rede de agentes financeiros credenciados para pulverizar o acesso aos recursos do Funttel, alcançando MPMEs e fomentando a conectividade de banda larga no Brasil, especialmente em regiões com limitados serviços de telecomunicação, inclusive por meio de provedores de pequeno porte.

Acesse em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-credito-asg



Esse tipo de financiamento permite que sejam oferecidas condições mais atrativas – como menor taxa de juros – para clientes que comprovem a melhoria de indicadores sociais, ambientais e de governança durante a vigência da operação. Além disso, inclui contrapartidas mínimas de divulgação e transparência de ações socioambientais.

O modelo de *linked loan* foi testado com o **BNDES Renovabio**, criado no fim de 2020 para auxiliar o setor de biocombustíveis na tarefa de descarbonização da economia brasileira. O programa serviu de piloto para a construção de um arcabouço normativo mais amplo de soluções financeiras baseadas em desempenho sustentável.



Saiba mais em Nosso desempenho > Estrutura produtiva



Saiba mais em:
www.labinovacaofinanceira.com/lab/



Acesse em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/garantias/fgenergia

Saiba mais em Nosso desempenho > Anticíclico emergencial



BLENDED FINANCE

Com o intuito de ampliar os recursos disponíveis para projetos de impacto socioambiental positivo, desenvolvemos uma **nova estrutura de financiamento híbrido**. Nosso objetivo é elaborar pilotos combinando nossos recursos não reembolsáveis, por meio do **BNDES Fundo Blended Finance**, a diferentes tipos de capitais – públicos, privados e filantrópicos, nacionais ou internacionais.



Saiba mais em:
https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/export/sites/default/galleries/downloadgallery/BNDES_WHITE_PAPER_BLENDED_FINANCE.pdf



Saiba mais em Nosso desempenho > Infraestrutura



Saiba mais em Sustentabilidade financeira



Somos uma empresa estatal não dependente, com controle direto da União, não sujeita a intervenção, liquidação extrajudicial ou falência, conforme legislação vigente. O BNDES não recebe ajuda financeira do Governo Federal, nosso controlador, nem de qualquer outra instância governamental.

FONTES DE RECURSOS

O retorno de nossas próprias operações, somado a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Tesouro Nacional, constitui a parcela principal de nossas fontes de recursos, que é complementada por outros fundos governamentais, captações no exterior, emissões públicas e instrumentos bancários.

Com a instituição da Taxa de Longo Prazo (TLP), que convergirá com o mercado a partir de 2023, e as devoluções antecipadas de empréstimos tomados com o Tesouro Nacional, temos nos estruturado para buscar alternativas de *funding*.

Nesse contexto, iniciamos os estudos para otimizar o uso das fontes de recursos do BNDES por meio do desenvolvimento e da implantação de metodologia própria de curva de custo de *funding* (FTP - *funds transfer pricing*).

Além disso, estamos avaliando as diretrizes de uma nova política de captação de recursos, de forma a aumentar a integração entre captações, aplicações e gestão de liquidez.

FONTES GOVERNAMENTAIS

Tesouro Nacional

Em janeiro de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) declarou a irregularidade dos empréstimos concedidos pela União a instituições financeiras controladas, firmados mediante a emissão direta de títulos públicos. Em acordo com o Ministério da Economia (ME), em março, encaminhamos o plano de devolução, cuja efetiva execução ficará sujeita a nosso planejamento financeiro e condicionada a análises de liquidez, fluxo de caixa, riscos, entre outras. No cronograma, consideramos a possibilidade de pagamentos de R\$ 85,4 bilhões até dezembro de 2022.

Em razão das medidas adotadas para combater os efeitos da pandemia, em 2020, não antecipamos pagamentos de empréstimos remanescentes com a União, mantendo apenas os pagamentos regulares dos contratos.

Em dezembro, o TCU considerou adequados os cronogramas apresentados pelo BNDES, exceto por não ter sido incluída a devolução dos R\$ 13,3 bilhões em Instrumentos Elegíveis a Capital Principal (IECP), em discussão na Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal (CCAF/AGU). Em atenção à decisão do Tribunal, em abril de 2022, aprovamos a liquidação antecipada dos R\$ 13,3 bilhões, cujo efetivo pagamento ficará pendente da autorização do Banco Central do Brasil.

Os pagamentos antecipados – relativos a empréstimos realizados entre 2008 e 2014 – foram retomados em 2021, totalizando R\$ 63,0 bilhões ao longo do exercício. Desde 2015, não captamos mais recursos dessa fonte e já fizemos a **devolução antecipada** de R\$ 472,0 bilhões. Com essas liquidações, o Tesouro Nacional deixou de ser nossa principal fonte de recursos, e, em 31.12.2021, nossas obrigações restantes totalizavam R\$ 124,4 bilhões.

FAT

A Reforma da Previdência determinou mudanças no FAT que implicaram a diminuição de 40% para 28% do percentual de arrecadação do PIS-Pasep destinado ao BNDES. Tal arrecadação, definida originalmente pela Constituição Federal de 1988, tem o objetivo de gerar oportunidades de emprego e proteger o trabalhador desempregado. Essa redução, contudo, não representou perda de recursos para o Banco, já que o novo texto pôs fim à incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) de 30% sobre esses recursos.

Em 2021, o FAT permaneceu como nossa principal fonte de recursos institucionais, com saldo de R\$ 347,4 bilhões em 31.12.2021



Saiba mais em Nosso desempenho > Desempenho econômico-financeiro

Os recursos do FAT são captados em duas modalidades: FAT Constitucional e FAT Depósitos Especiais. A primeira prevê aplicação em programas de desenvolvimento econômico a partir de diretrizes estabelecidas pela Política de Aplicação de Recursos do FAT Constitucional. Aprovada em 2021, a política indica a valorização e integração das dimensões ASG, a submissão de programação anual para aplicação dos recursos e mecanismos que flexibilizam o uso dos recursos pelo Banco.

A modalidade FAT Depósitos Especiais, por sua vez, é destinada a programas e setores específicos, previamente determinados e aprovados pela Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

OUTRAS FONTES GOVERNAMENTAIS

- Fundo da Marinha Mercante (FMM) – em 2021, renovamos o convênio com o Ministério da Infraestrutura até 2026 e recebemos repasses do fundo de R\$ 234,93 milhões.
- Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) – em 2021, foram realizados dois aditivos ao contrato de 2016, com repasse de R\$ 324,8 milhões e prorrogação de vigência até dezembro de 2024.
- Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB) – em novembro de 2021, assinamos o segundo termo aditivo ao contrato com o MMA, com vigência de um ano. No decorrer do ano, o patrimônio do fundo aumentou em R\$ 1,25 milhão.
- Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) – em dezembro de 2021, nossos contratos com a Ancine e com o BRDE para repasse dos recursos do FSA – do qual somos o agente financeiro central – foram renovados por cinco anos. No ano, recebemos repasses de mais de R\$ 337 milhões para o desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no país.
- Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FT) – em 2021, recebemos transferências de R\$ 78,8 milhões do fundo.
- Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) – em dezembro de 2021, firmamos o quarto contrato com o Ministério das Comunicações e recebemos repasse de R\$ 184,3 milhões de recursos para apoiar projetos voltados ao desenvolvimento e à difusão de tecnologia no setor de telecomunicações.

(R\$ 340,7 bilhões do FAT Constitucional e R\$ 6,7 bilhões do FAT Depósitos Especiais). Foram captados, ao longo do exercício, R\$ 20,8 bilhões de recursos do FAT Constitucional e R\$ 1,4 bilhão do FAT Depósitos Especiais.

CAPTAÇÕES EXTERNAS

Emissão de títulos externos (*bonds*)

Há mais de trinta anos, atuamos com emissões de títulos externos, com os objetivos de: expandir e diversificar nossas fontes de recursos e nossa base de investidores; incentivar o acesso de outros emissores brasileiros ao mercado de *bonds*; desenvolver o mercado de títulos ASG; e criar novos pontos de referência em nossa estrutura a termo de taxa de juros internacionais.

Em 2021, destaca-se o lançamento do Sustainability Bond Framework, que facilita a emissão pelo Banco de títulos verdes, sociais e sustentáveis, no Brasil e no exterior.

Nosso saldo com obrigações de *bonds* totalizou R\$ 9,0 bilhões em 31.12.2021. No ano, houve acréscimo de R\$ 609 milhões por variação cambial, em função da valorização do dólar em relação ao real (7,4%).

Captações com organismos multilaterais

O saldo de nossos empréstimos com agências governamentais e instituições multilaterais totalizou R\$ 24,4 bilhões em 2021. Liquidamos R\$ 4,5 bilhões no ano, com efeito atenuado por variação cambial de R\$ 1,9 bilhão.

Tais captações geralmente são destinadas a setores ou segmentos empresariais específicos e devem atender às condições do ente credor. Nos últimos anos, as captações com organismos multilaterais têm sido focadas em projetos ASG.

Vale destacar os empréstimos aprovados nos anos de 2020 e 2021 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB), no valor total de US\$ 2,45 bilhões, que aguardam a aprovação da garantia da União pelo Senado Federal para posterior contratação e desembolso dos recursos.

No âmbito das ações de gerenciamento de nossa estrutura de ativos e passivos, em 2021, realizamos o pré-pagamento de dívidas com o Instituto de Crédito Oficial (ICO), com saldo de principal de US\$ 171 milhões, e com o Japan Bank for International Cooperation (JBic), com saldo de principal de US\$ 143 milhões.

CAPTAÇÃO PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Em 2021, concluímos, em conjunto com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida) e o ME, a etapa de negociação dos termos contratuais para captação de recursos com o Green Climate Fund (GCF) para iniciativa de resiliência climática no semiárido nordestino.



Veja mais em: [https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-FIDA-e-ME-lancam-R\\$-1-bi-para-seguranca-alimentar-e-resiliencia-climatica-no-semiarido/](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-FIDA-e-ME-lancam-R$-1-bi-para-seguranca-alimentar-e-resiliencia-climatica-no-semiarido/)

CAPTAÇÕES INTERNAS

Letras financeiras do BNDES

Essas operações integram a estratégia de desenvolver novos instrumentos de captação de mercado, em complemento a nossas fontes tradicionais de recursos, para fazer frente a nossas necessidades orçamentárias de investimentos e futuros desembolsos.

Em agosto de 2021, foi publicado o **Relatório Anual da Letra Financeira Verde**, emitida pelo BNDES em 2020. O montante de R\$ 1 bilhão foi lastreado em projetos de energia eólica e solar, com capacidade instalada de 445 MW, energia suficiente para abastecer 740 mil residências, e com projeção de redução de emissão de 1,8 milhão de toneladas de CO₂e.

Letras financeiras são títulos de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, emitidos exclusivamente por instituições financeiras e outras instituições com funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil (BCB).



Accesse em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/21261>

TRIBUTOS

A governança sobre a questão tributária é distribuída entre nossas diferentes áreas, que ficam responsáveis pela apuração, pelo pagamento e pelo registro contábil em Sistema Integrado de Tributos.

Acompanhamos diariamente as mudanças na legislação tributária para avaliar eventuais impactos de novos normativos na apuração de tributos. O processo de monitoramento é feito com o suporte da ferramenta Legalbot – que permite desde a captura até o acompanhamento de planos de ação relativos à legislação emitida, que possa impactar nossas atividades –, além de realizado de forma descentralizada pelas diversas áreas.

O processo de gestão tributária é analisado também no âmbito da **gestão de riscos operacionais**, que contempla todos os nossos processos organizacionais.

Cooperamos com a Administração Tributária com base em princípios éticos e de transparência, prestando todas as informações requeridas para o cumprimento de nossas obrigações.

Nossas despesas tributárias, devidamente auditadas, são divulgadas em nossas **demonstrações financeiras** trimestrais. Como só atuamos no Brasil, não há recolhimento de tributos em outras jurisdições fiscais.

Em outubro de 2021, passamos a integrar o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal (Programa Confia), o qual pretende melhorar o relacionamento entre os contribuintes e a Receita Federal.

Estamos acompanhando as discussões no Congresso Nacional sobre a Reforma Tributária, que altera a base de cálculo e as alíquotas de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No entanto, as incertezas sobre o texto final impossibilitam que apuremos eventual impacto nesse momento.



Saiba mais em [Gestão de riscos](#)



Accesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/informacoes-financeiras/

TAXAS DE JUROS

TAXA DE LONGO PRAZO (TLP)

Referência para nossos empréstimos desde 2018, a TLP é composta de uma parcela fixa, definida na

contratação e anunciada pelo BCB a cada mês, e de outra variável, relativa ao IPCA. A concessão de crédito em condições financeiras referenciadas pela TLP pode incorporar ou não a variação mensal do IPCA ao principal da dívida.

O ano de 2022 será o último com aplicação de **fator de desconto de convergência** para as taxas de mercado.

TAXA FIXA DO BNDES (TFB)

A **TFB** foi criada em 2018 com o objetivo de reduzir as incertezas quanto à variação do custo de nosso financiamento, principalmente para pequenas e médias empresas que poderiam ter dificuldades para gerenciar passivos indexados à inflação.

SELIC EXIGÍVEL

Passamos a ofertar nova opção de custo financeiro para nossos produtos indiretos automáticos, a Selic Exigível. Nesse referencial de custo financeiro, exige-se o pagamento da integralidade dos juros a cada período, havendo redução mais rápida do saldo devedor e menor despesa com juros pelos clientes.

ATUAÇÃO COMO DEALER DO BCB

Em 2021, permanecemos credenciados a atuar como *dealer* do BCB, o que nos permite acessar a contratação direta das operações de *go around* (leilão informal realizado pelo BCB diariamente para prover a liquidez adequada ao mercado financeiro), de nivelamento de liquidez bancária e de compromissadas pós-Copom.

Dado que o volume financeiro que transacionamos é bastante elevado, essas operações efetuadas como *dealer* são importantes instrumentos para a gestão de nosso caixa. A prerrogativa de operar diretamente com o BCB proporciona flexibilidade diante de imprevistos no fluxo de caixa, redução dos riscos de aplicação e máxima rentabilidade dos recursos.

RISCO DE CRÉDITO

Monitoramos continuamente o risco de crédito de nossos devedores. Conforme exigência do BCB, constituímos provisões de acordo com a classificação de risco das operações e com o período de atraso de pagamentos de obrigações financeiras. Dessa maneira, mantemos capital suficiente para absorver eventuais perdas.

O valor provisionado de R\$ 19,7 bilhões em 2021 se manteve estável em relação aos R\$ 20,0 bilhões em 2020, refletindo a revisão no *rating* de alguns clientes.

Em 2021, atualizamos nossa metodologia de precificação de risco e de cálculo de limites de exposição de grupos econômicos, o que contribuiu para uma análise mais personalizada de cada projeto e de sua estrutura de garantias, bem como para melhor compartilhamento e alocação de riscos.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Apesar de realizarmos análises criteriosas para aprovação de nossos financiamentos, estamos sujeitos ao risco de os clientes enfrentarem dificuldade para honrar suas dívidas e outras obrigações.

Em 2021, o índice de renegociação atingiu 15,17% da carteira de crédito e repasses, bem inferior aos 51,26% registrados em 2020, ainda impactado pelas operações renegociadas no âmbito das operações de *standstill* realizadas no exercício.

EDITAL PARA CESSÃO DE CRÉDITOS INADIMPLIDOS

Em abril de 2021, realizamos pela primeira vez leilão para cessão de nossa carteira de créditos inadimplidos, que foi arrematada por R\$ 500 mil pela Brasil Distressed Consultoria Empresarial S.A. (BRD), proporcionando a redução de 25% da carteira ajuizada do Sistema BNDES.

Todos os créditos da carteira, composta por 249 devedores (321 contratos), estavam inadimplentes há mais de dez anos e eram oriundos de operações indiretas em bancos que tiveram interrupção de suas atividades por intervenção ou liquidação extrajudicial. Por lei, esses créditos foram sub-rogados ao BNDES, ou seja, tiveram sua titularidade transferida para nós.

Essa iniciativa visou adicionar uma nova modalidade de recuperação de créditos, bem como racionalizar os recursos empregados nessa atividade. O processo do leilão foi precedido de consulta pública a investidores para garantir que os termos do edital e contrato de cessão fossem aderentes às melhores práticas de mercado.

Em 2021, foi realizado ainda leilão referente aos créditos do BNDES e do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) habilitados no quadro geral de credores da liquidação extrajudicial do antigo Banco Econômico. Os créditos foram arrematados por R\$ 937,8 milhões pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Alternative Assets I, cujo único cotista é o banco BTG. Coube ao BNDES a parcela de R\$ 488 milhões. A decisão de fazer um leilão conjunto teve como objetivo obter melhor preço pelos créditos.

GARANTIAS

Temos como prática a exigência de garantias de crédito em nossas operações, que são consideradas para fins regulatórios e para precificação do risco da operação.

FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO (FGE)

O FGE é um fundo de natureza contábil por meio do qual a União confere garantias a exportações brasileiras para diversos países financiadas por instituições financeiras públicas e privadas. O fundo é superavitário e conta com ativos no total de R\$ 41 bilhões. As indenizações de nossas operações de apoio às exportações que apresentam atrasos em pagamentos vêm sendo realizadas normalmente pelo FGE nos termos do instrumento de garantia.



Saiba mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/tlp-taxa-de-longo-prazo



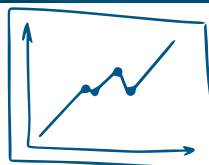
Saiba mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/tfb-taxa-fixa-bndes

INADIMPLÊNCIA

A **inadimplência** de nossa carteira de crédito e repasses atingiu 0,19% (+90 dias) em 31.12.2021, ficando abaixo da taxa do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que registrou 2,30% na mesma data. O indicador sofreu aumento em 2021 em razão do encerramento do *standstill* concedido a diversos grupos econômicos.



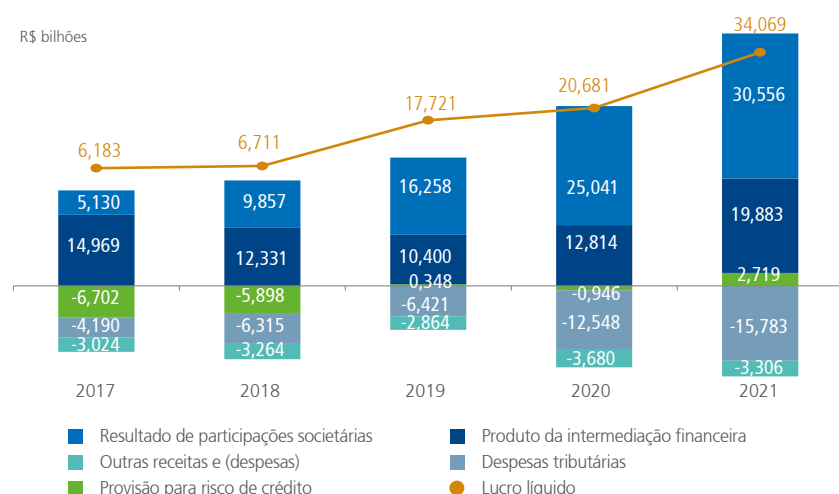
Saiba mais em **Nosso desempenho > Desempenho econômico-financeiro**



Desempenho econômico-financeiro

RESULTADO

Em 2021, nosso lucro líquido alcançou R\$ 34,069 bilhões, um crescimento de 64,7% em relação aos R\$ 20,681 bilhões de 2020. A evolução é explicada pelos resultados com intermediação financeira (aumento de 55,2% em relação ao exercício anterior) e com participações societárias (acréscimo de 22,0% em relação ao exercício anterior), assim como pela reversão de provisão para risco de crédito de R\$ 2,719 bilhões (ante despesa de R\$ 946 milhões em 2020).



RESULTADO RECORRENTE

Desde 2020 divulgamos, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o resultado recorrente do Sistema BNDES e sua conciliação com o lucro líquido.

	R\$ milhões	
	2021	2020
Lucro líquido contábil	34.069	20.681
Efeitos não recorrentes	(16.726)	(13.192)
Lucro recorrente	17.343	7.489
Provisão para risco de crédito (PRC)	(2.719)	946
Tributos sobre PRC	1.173	(413)
Lucro recorrente, ajustado pela PRC	15.797	8.022

Os efeitos considerados não recorrentes, embora relacionados a nossos negócios, não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis. Seu destaque possibilita melhor compreensão e avaliação do lucro recorrente. O principal efeito não recorrente está relacionado ao resultado com alienações de participações societárias.

Em 2021, o lucro recorrente foi de R\$ 15,797 bilhões, um acréscimo de 96,9% em relação aos R\$ 8,022 bilhões de 2020, com destaque para os resultados com intermediação financeira e participações societárias, principalmente receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP).

RESULTADO COM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

É composto por resultado com alienações, receita com dividendos e JCP, resultados com equivalência patrimonial, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, despesa com *impairment* e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

O resultado positivo com participações societárias – de R\$ 30,556 bilhões em 2021, ante resultado de R\$ 25,041 bilhões em 2020 – decorreu principalmente das receitas com dividendos/JCP e equivalência patrimonial, além da reversão de *impairment* de Petrobras, no valor de R\$ 5,449 bilhões. As alienações de participações societárias, que geraram resultado de R\$ 12,758 bilhões no exercício, estão alinhadas a nossa **estratégia de desinvestimentos**. Entre as operações, destacam-se o ganho bruto com as alienações totais de ações de Vale (R\$ 9,536 bilhões) e Klabin (R\$ 1,536 bilhão), e a venda parcial de JBS (R\$ 1,568 bilhão). Apesar do volume relevante, o resultado bruto com alienações apresentou decréscimo de 43,8% em relação a 2020.

PRODUTO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O ganho bruto de R\$ 3,8 bilhões com a venda de debêntures da Vale contribuiu para o aumento de 55,2% do produto de intermediação financeira em 2021, além do resultado positivo com derivativos de taxa de juros e o aumento da taxa Selic, que remunera as disponibilidades e os títulos públicos federais.

PROVISÃO PARA RISCO DE CRÉDITO

A provisão para risco de crédito é constituída conforme critérios estabelecidos pela Resolução CMN 2.682/1999.

A reversão de provisão de R\$ 2,719 bilhões, observada em 2021, decorre de reclassificações de risco, além de recuperações de créditos 100% provisionados em períodos anteriores e de recebimentos no âmbito do **Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**.



Saiba mais em Gestão de riscos

As demonstrações financeiras consolidadas

incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais (BNDESPAR e FINAME) e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva: Fundo BB Juno – Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior; Fundo BB Gaia – Fundo de Investimento de Renda Fixa; e Fundo BB Gaia II – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).



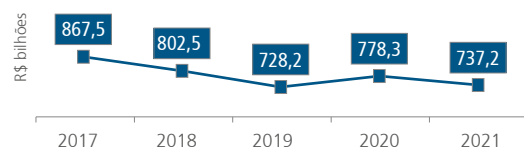
Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/informacoes-financeiras/.

Saiba mais em Sustentabilidade financeira



ATIVOS

ATIVOS TOTAIS



CARTEIRA DE CRÉDITO E REPASSES

Compreende os financiamentos concedidos de forma direta (operações de crédito) ou de forma indireta por meio de instituição financeira credenciada (operações de repasses), líquidos de provisão para risco de crédito.

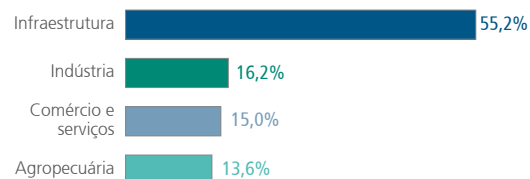


O decréscimo de R\$ 7,407 bilhões (1,7%) da carteira líquida no exercício de 2021 foi influenciado pelas liquidações de operações, que superaram em R\$ 46,963 bilhões os desembolsos no exercício, efeitos parcialmente compensados pela apropriação de juros, atualização monetária e variação cambial no período.

CARTEIRA POR TIPO DE OPERAÇÃO (2021)



CARTEIRA POR SETOR (2021)



Em 2021, 53,5% de nossa carteira de crédito (considerando operações diretas e indiretas não automáticas) correspondiam a projetos voltados para economia verde e desenvolvimento social. Do valor total da carteira de crédito, 22,4% referem-se a operações realizadas com micro, pequenas e médias empresas (MPME).

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

A carteira de crédito expandida em dezembro de 2021 era de R\$ 450,1 bilhões (R\$ 461,3 bilhões em 2020), incluindo operações de crédito diretas, indiretas e debêntures.

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

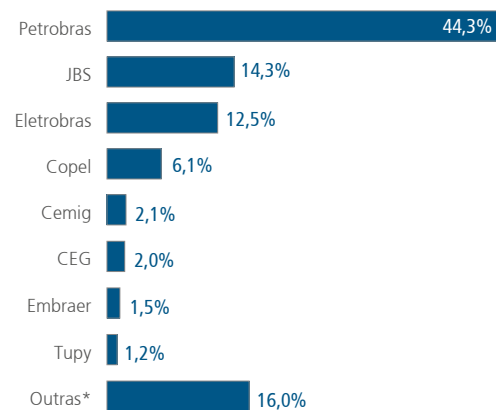
A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados de forma direta no âmbito de oferta pública ou emissão privada ou, ainda, pela integralização de capital no BNDES pelo Tesouro Nacional; além da participação em fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos mediante rigoroso processo de seleção.

A redução de 14,5% no valor da carteira em relação a 2020 reflete, em linha com a estratégia de desinvestimentos, as alienações integrais de Vale e Klabin e parcial de JBS, ocorridas em 2021.



PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(participações em coligadas + não coligadas em 31.12.2021)



* Empresas com menos de 0,9% de participação.

TESOURARIA

Composta de títulos públicos federais e aplicações em operações compromissadas, que representavam 94,4% do saldo em 31.12.2021.



Realizamos aplicações financeiras para preservar o valor dos recursos ainda não desembolsados.

A redução de 6,3% em 2021 refletiu principalmente as antecipações de pagamentos ao Tesouro Nacional (R\$ 63,0 bilhões), efeito atenuado pelo ingresso de recursos oriundos das alienações de ações e do retorno da carteira de crédito.

Os recursos de terceiros representavam R\$ 48,9 bilhões da carteira de Tesouraria em 31.12.2021 (R\$ 51,2 bilhões em 2020).

OUTROS ATIVOS

Compreendem créditos tributários, debêntures e direitos a receber, que representavam, em 31.12.2021, 81,6% do saldo de outros ativos, além de créditos perante o Tesouro Nacional.

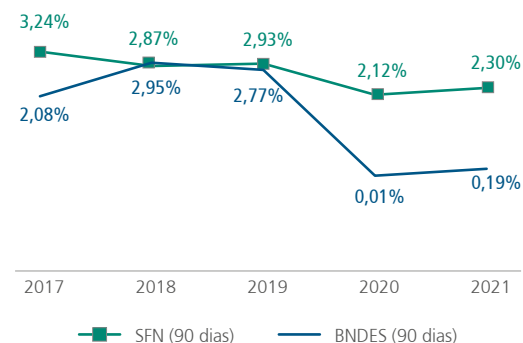


A redução de 20,0% refletiu, principalmente, recebimento de direitos conforme fluxo contratual.

INADIMPLÊNCIA BNDES VS. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN)

Nossa **inadimplência** (+90 dias) atingiu 0,19% em 31.12.2021, inferior à inadimplência de 2,30% registrada pelo SFN.

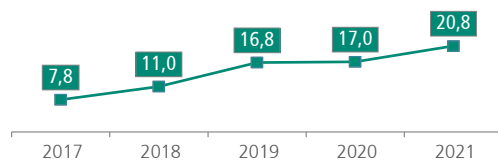
O índice de renegociação atingiu 15,17% da carteira de crédito e repasses em 2021 (ante 51,26% em 2020), sendo impactado pelas operações renegociadas no âmbito do *standstill* do setor elétrico, que alcançaram 6,34% da carteira bruta. O programa, voltado a usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW, estava inserido não somente no contexto da pandemia, mas também de enfrentamento à crise hídrica de 2021. Desconsiderando os efeitos das suspensões de pagamento durante o exercício (*standstill* do setor elétrico e para empresas afetadas pela pandemia), o índice de renegociação seria de 1,66%.



🔗 Saiba mais em Sustentabilidade financeira

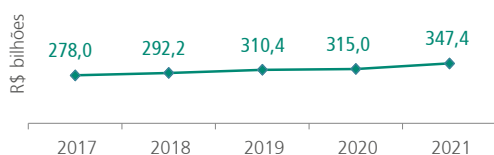
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ÍNDICE DE CAPITAL PRÓPRIO (%)



FAT

Em 2021, ingressaram R\$ 22,2 bilhões de recursos novos oriundos do **FAT**, sendo 93,7% desses recursos de fonte constitucional e 6,3% da modalidade Depósitos Especiais.



[Saiba mais em Sustentabilidade financeira](#)

TESOURO NACIONAL

Inclui operações de repasses e instrumentos elegíveis ao capital principal.

A redução de R\$ 70,8 bilhões (36,3%) das obrigações com o **Tesouro Nacional** decorre principalmente das liquidações antecipadas de R\$ 63,0 bilhões, dos quais R\$ 13,5 bilhões referentes a instrumentos elegíveis ao capital principal (IECP), e das amortizações ordinárias no montante de R\$ 12,8 bilhões, parcialmente compensadas pela apropriação de juros, correção monetária e pelo efeito da variação cambial.

Considerando as liquidações antecipadas realizadas desde 2015, as devoluções ao Tesouro Nacional totalizaram R\$ 472 bilhões ao fim de 2021.

Em 31.12.2021, as obrigações com o Tesouro totalizaram R\$ 124,4 bilhões, equivalentes a 16,9% do passivo total, dos quais R\$ 23,1 bilhões correspondem a IECP e R\$ 101,3 bilhões, a operações de repasses.

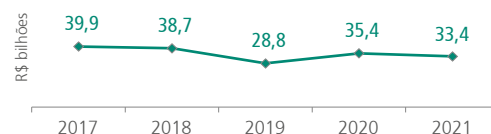


[Saiba mais em Sustentabilidade financeira](#)

CAPTAÇÕES NO EXTERIOR

Inclui em emissões de *bonds*, *green bonds*, repasses de instituições multilaterais e outros empréstimos.

Em 2021, houve redução de 5,7% do endividamento oriundo de **captações externas** em relação ao exercício anterior, cabendo destacar amortizações de R\$ 4,5 bilhões referentes, principalmente, a pré-pagamentos ao Instituto de Crédito Oficial (ICO) e ao Japan Bank for International Cooperation (JBic), atenuadas pelo efeito de variação cambial.

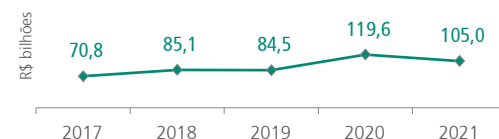


[Saiba mais em Sustentabilidade financeira](#)

OUTROS PASSIVOS

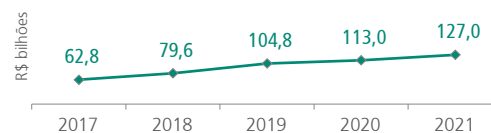
Os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do FGTS e do Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS) representavam 25,7% do saldo de outros passivos em 31.12.2021. Além desses recursos, R\$ 2,1 bilhões eram compostos de captações no mercado interno, como letras financeiras e repasses do FGE.

A redução observada em 2021 reflete o decréscimo no saldo de impostos diferidos, em razão de realização pelas alienações de ações.

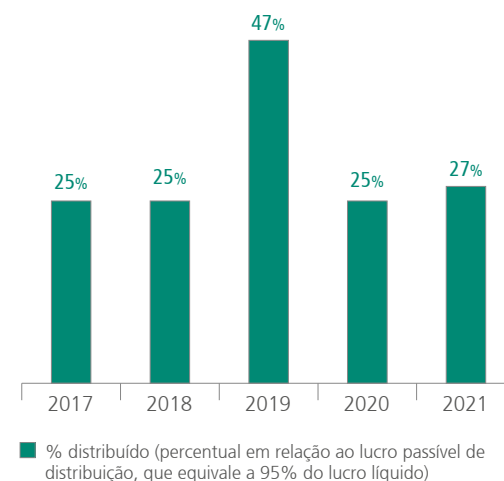


PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O crescimento de 12,4% em 2021 reflete os efeitos do lucro líquido de R\$ 34,069 bilhões no exercício, atenuados pela redução do ajuste de avaliação patrimonial dos títulos disponíveis para venda, que alcançou R\$ 11,4 bilhões no ano, e pelo pagamento de dividendos/juros sobre capital próprio intermediários no montante de R\$ 8,7 bilhões.



REMUNERAÇÃO AO TESOURO NACIONAL (dividendos e juros sobre capital próprio)



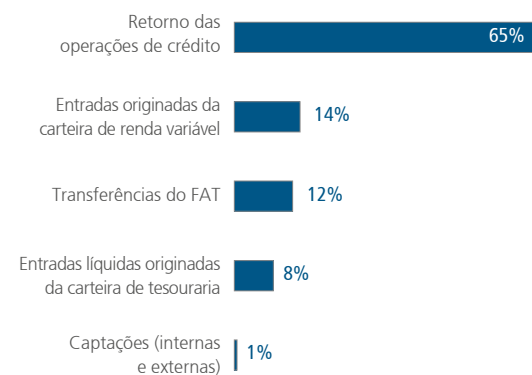
De acordo com a Política de Dividendos aprovada em 2017, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ao Tesouro Nacional está limitado a 60% do lucro líquido passível de distribuição.

Em 2021, realizamos pagamento de dividendos ao governo no total de R\$ 13,5 bilhões. Desse valor, R\$ 4,9 bilhões foram a título de remuneração mínima sobre o lucro de 2020 e R\$ 8,6 bilhões, a título de dividendos/juros sobre capital próprio intermediários sobre o lucro do primeiro semestre de 2021. Deste valor, R\$ 8,0 bilhões foram destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios (25%), e R\$ 596 milhões, de dividendos complementares.

Outros R\$ 10,732 bilhões (35% do resultado disponível) foram destinados para Reserva para Equalização de Dividendos Complementares, cujo pagamento deve ser objeto de deliberação em assembleia, nos termos do Estatuto do BNDES.

FLUXO DE CAIXA POR FONTES DE RECURSOS (2021)

PERFIL DAS ENTRADAS DE RECURSOS (2021)

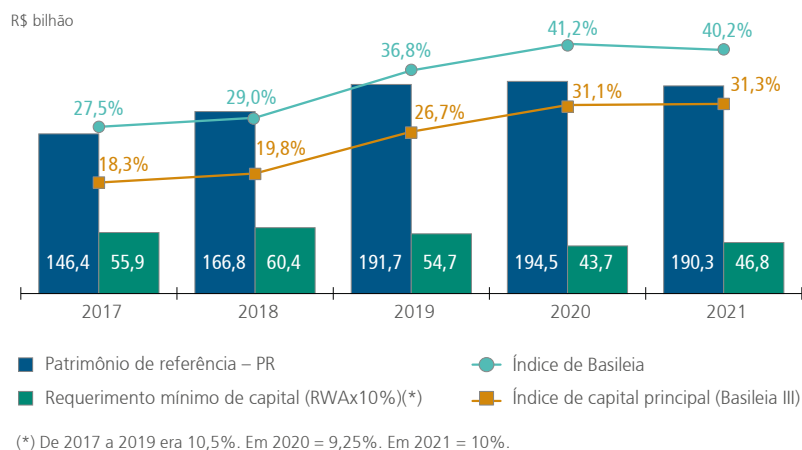


INDICADORES

INDICADORES	2017	2018	2019	2020	2021
Retorno sobre ativo total (ROA)	0,72%	0,83%	2,47%	2,93%	4,69%
Retorno sobre patrimônio (ROE)	12,97%	12,80%	28,64%	26,55%	34,23%
Índice de cobertura (provisão/créditos inadimplentes)*	1,07	1,49	1,10	126,83	14,08
Provisão/carteira de crédito e repasses	2,27%	4,39%	3,15%	4,29%	4,30%
Índice créditos AA-C	95,80%	94,70%	95,35%	91,94%	91,26%

* Inadimplência: a partir de 30 dias de atraso.

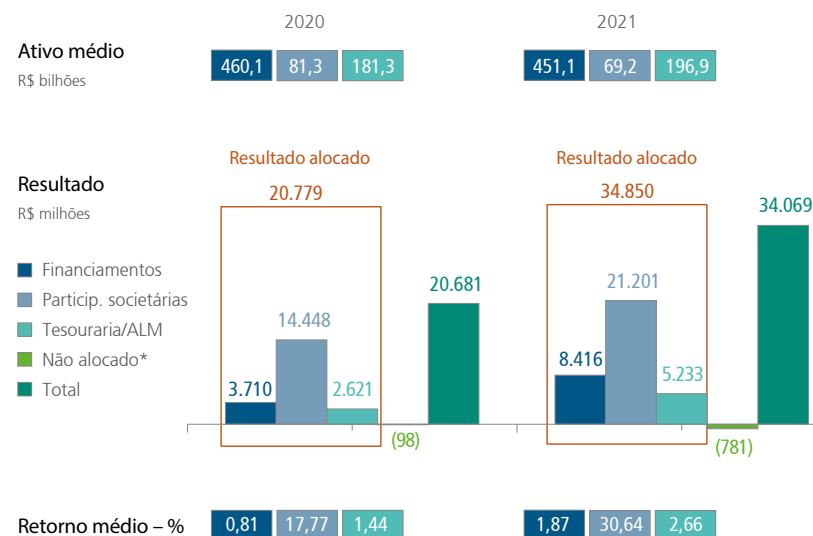
CAPITAL REGULATÓRIO



INFORMAÇÃO POR SEGMENTO (2021)

O BNDES define seus segmentos com base na natureza das formas de apoio em relatórios disponibilizados à administração para análise de desempenho e tomada de decisões. A metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios retrata ainda a alocação dos custos de captação baseada na gestão integrada de recursos (*asset liability management* – ALM).

Para mais informações, consulte as demonstrações financeiras consolidadas do Sistema BNDES.



(*) Efeito das diferenças temporárias de IR/CSLL e alteração de alíquota.

RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA (2021)

Importante indicador do papel social, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da empresa na geração de riqueza para economia na qual está inserida e sua efetiva distribuição entre os empregados, o governo, os agentes financiadores e seus acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2021 foi de R\$ 52,186 bilhões, desempenho 47% superior ao de 2020, provocado pelo crescimento do resultado com participações societárias, com destaque para receita com dividendos e juros sobre capital próprio, equivalência patrimonial e reversão de provisão para perdas em investimentos, e do produto de intermediação financeira.

FINANCIAMENTOS

Majoritariamente carteiras de crédito e repasses, líquidas de provisão, seguidas de debêntures.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Engloba investimentos, quer em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa), quer em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa).

TESOURARIA/ALM

Majoritariamente títulos públicos e aplicações em DI, além da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos.

NÃO ALOCADO

Inclui basicamente os efeitos de mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

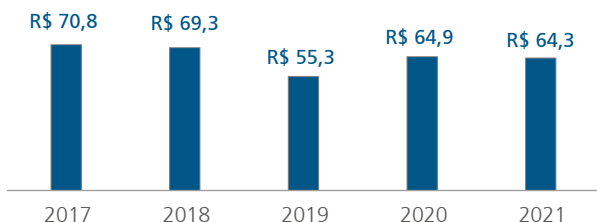
R\$ milhões	FINANCIAMENTOS	PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	TESOURARIA/ALM	NÃO ALOCADO	TOTAL
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16.464	27.455	8.267	-	52.186
Pessoal e encargos	1.569	174	89	-	1.832
Remuneração direta	970	108	55	-	1.133
Benefícios	474	53	27	-	554
FGTS	76	8	4	-	88
Outros	49	5	3	-	57
Participação dos empregados no lucro	217	24	12	-	253
Impostos, taxas e contribuições	6.256	6.055	2.933	781	16.025
Federal	6.243	6.044	2.932	781	16.000
Estadual	-	-	-	-	-
Municipal	13	11	1	-	25
Aluguéis	6	1	-	-	7
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.146	5.406	1.334	(199)	8.687
Lucros retidos/prejuízo do período	6.270	15.795	3.899	(582)	25.382

Desempenho operacional

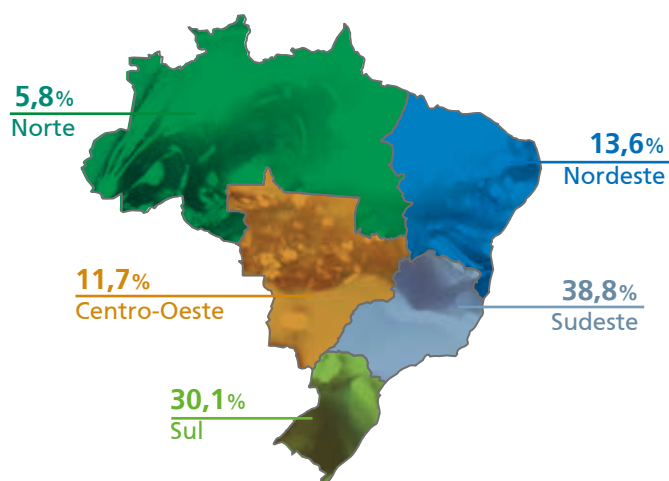
DESTAQUES 2021

Em 2021, desembolsamos R\$ 64,3 bilhões, mantendo o mesmo patamar de 2020.

SÉRIE HISTÓRICA DE DESEMBOLSOS TOTAIS
(R\$ bilhões)



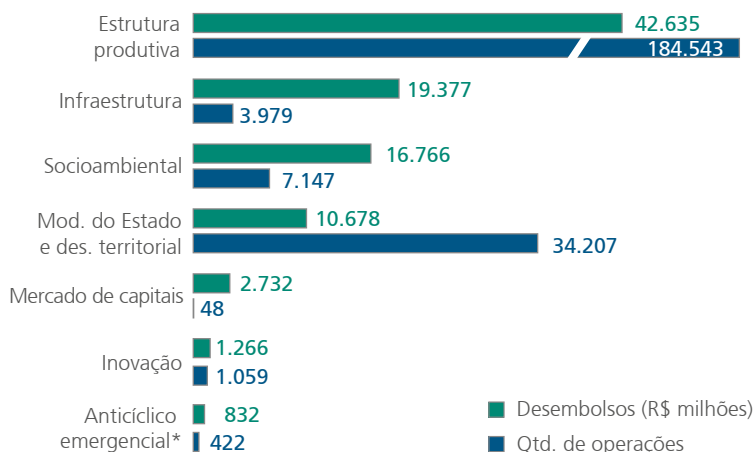
DESEMBOLSOS POR REGIÃO (% do total desembolsado)



MISSÕES ESTRATÉGICAS E TRANSVERSAIS

Nossos desembolsos para “Estrutura produtiva” corresponderam a 66% do total e para “Infraestrutura”, a 30%.

DESEMBOLSOS E QUANTIDADE DE OPERAÇÕES POR MISSÃO ESTRATÉGICA



Nota: As somas dos desembolsos e das operações por missão não refletem o total do ano, pois uma operação pode estar associada a mais de uma missão.

* Não inclui operações de garantia e medidas emergenciais realizadas com recursos do Governo Federal. Nem todas as ações anticíclicas emergenciais implicam desembolso. Estão considerados nesses valores: BNDES Crédito Direto Emergencial Saúde; BNDES Audiovisual; BNDES Crédito Pequenas Empresas; *matchfunding* Salvando Vidas; Saldo a liberar – estados; BNDES Crédito Cadeias Produtivas; BNDES Crédito Direto Emergencial (exceto saúde); Inovação Saúde – Parceria Embrapii; e fundos de crédito para MPMEs.

DESEMBOLSO
R\$ **64,3**
BILHÕES

OPERAÇÕES
191.093
1.060 DIRETAS
190.033 INDIRETAS

CLIENTES
117.082

(inclui pessoa física e pessoa jurídica)

NOVOS CLIENTES
50.517

(que não receberam recursos entre 2016 e 2020)

Nota: números de clientes e operações não incluem operações de garantia e medidas emergenciais realizadas com recursos do Governo Federal.

DESEMBOLSOS POR ODS

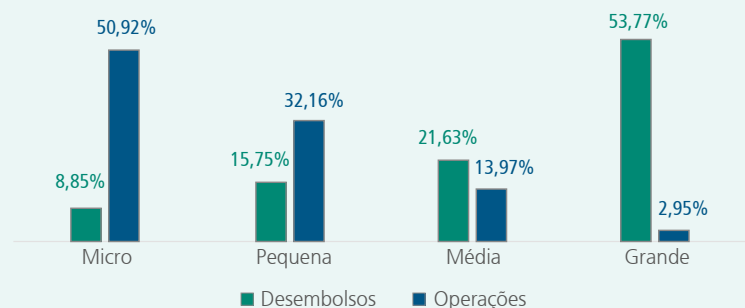
ODS	DESEMBOLSOS (R\$ MILHÕES)	OPERAÇÕES	
ODS 1	ERRADICAÇÃO DA POBREZA	1.899,7	24.576
ODS 2	FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	8.636,5	62.194
ODS 3	SAÚDE E BEM-ESTAR	1.424,0	1.181
ODS 4	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	116,3	914
ODS 5	IGUALDADE DE GÊNERO	2,7	73
ODS 6	ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	458,0	132
ODS 7	ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL	15.888,1	501
ODS 8	TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	26.256,2	176.805
ODS 9	INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	27.909,6	21.052
ODS 10	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES	9.519,1	32.601
ODS 11	CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	878,1	403
ODS 12	CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS	2.068,4	1.734
ODS 13	AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA	5.926,5	879
ODS 14	VIDA NA ÁGUA	293,2	422
ODS 15	VIDA TERRESTRE	742,2	533
ODS 16	PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	92,0	55
ODS 17	PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO	2.679,3	179

Nota: A soma dos desembolsos por ODS não reflete o total de desembolsos no ano porque há sobreposições na contagem (um mesmo desembolso pode ser considerado para diferentes ODSs).

MPMEs

As MPMEs ficaram com 46% do total desembolsado em 2021, com 22% do total de recursos destinados às médias empresas.

PARTICIPAÇÃO EM DESEMBOLSOS E OPERAÇÕES SEGUNDO PORTE DA EMPRESA



MICRO: receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 360 mil.

PEQUENA: receita operacional bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões.

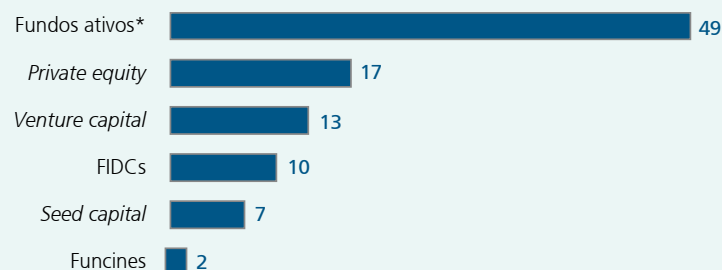
MÉDIA: receita operacional bruta anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões.

GRANDE: receita operacional bruta anual acima de R\$ 300 milhões.

Mercado de capitais

🔍 Saiba mais em [Nosso desempenho > Estrutura produtiva](#)

Em 2021, lançamos chamada para seleção de fundos de investimento em negócios de impacto e divulgamos a seleção do gestor do quarto fundo da série Criatec, com foco em ASG.



* Não considera fundos de incentivo fiscal

SEED CAPITAL (CAPITAL SEMENTE): modelo de investimento destinado ao apoio de empresas e projetos em estágio inicial de operação, buscando viabilizar seu modelo de negócios.

VENTURE CAPITAL: investimento em empresas de pequeno e médio portes já estabelecidas e com alto potencial de crescimento.

PRIVATE EQUITY: investimentos em participações societárias de empresas fechadas.

FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FIDC): veículos de investimento coletivo, destinados à aplicação em direitos e títulos representativos de crédito, também denominados direitos creditórios.

FUNCINE: fundo de financiamento da indústria cinematográfica nacional.

DESTAQUES DA CARTEIRA DE FUNDOS:

Taxa interna de retorno (TIR) de **17% a.a.** (valor em carteira)

250 EMPRESAS apoiadas em **20 UFs**

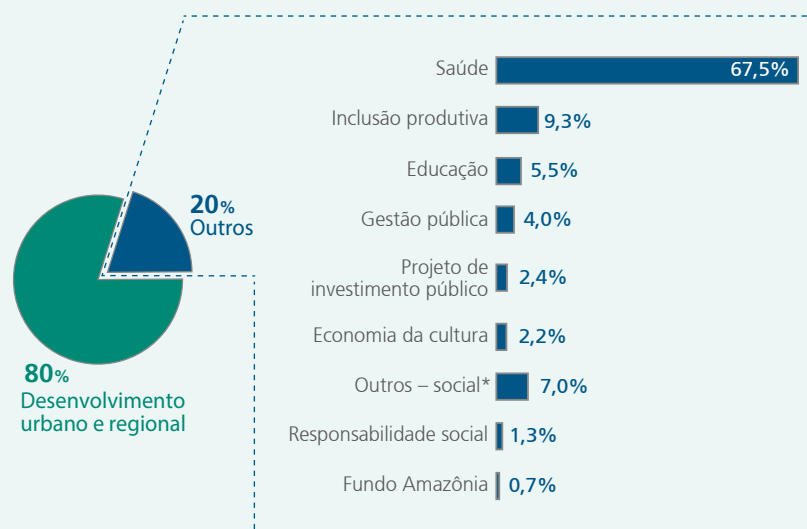
R\$ 6,5 BILHÕES em capital comprometido, diversificado em **17 setores**

R\$ 29 BILHÕES alavancados pelos investimentos da **BNDESPAR**

Desenvolvimento social

O tema do desenvolvimento urbano e regional seguiu sendo o foco da maior parcela de nossos desembolsos para desenvolvimento social, respondendo por 80% dos recursos. O apoio à saúde também se manteve importante em 2021, com desembolso 12% superior ao de 2020.

R\$ 9,9 bilhões em desembolsos

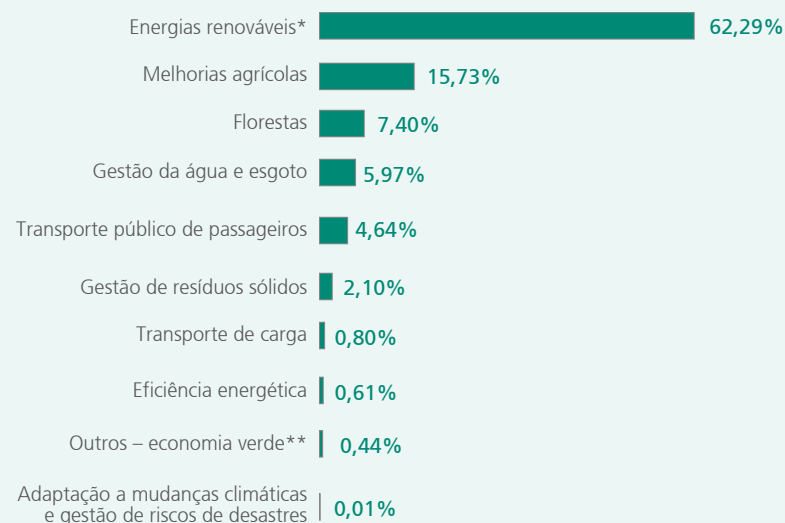


* Inclui projetos de investimento de MPMEs associados ao tema, apoio a projetos sociais, BNDES Fundo Socioambiental, BNDES Crédito Pequenas Empresas e Cartão BNDES.

Economia verde

Continuamos priorizando nosso apoio às energias renováveis, que registrou um crescimento de 71% dos desembolsos na comparação com 2020 e representa 62% da parcela de desembolsos destinados à economia verde em 2021.

R\$ 7,8 bilhões em desembolsos



* Inclui hidrelétricas acima de 30 MW.

** Inclui investimentos na redução do uso de recursos naturais e materiais, Fundo Clima e Cartão BNDES, quando relacionado.

INFRAESTRUTURA

Para ampliar os investimentos em infraestrutura, que têm grande influência no crescimento econômico, na geração de emprego e renda e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, atuamos por meio de financiamento, estruturação de projetos de desestatização e emissões de debêntures de empresas do setor.



> SANEAMENTO

Temos como orientação estratégica elevar e desconcentrar investimentos no setor, bem como ampliar o acesso aos serviços de água e esgoto, e reduzir desigualdades sociais e regionais.

Em 2021, participamos do debate acerca das questões institucionais e regulatórias do setor, além de organizarmos a quarta e a quinta edições da **Semana BNDES de Saneamento**, com *webinars* sobre temas como marco regulatório, estruturação de projetos, fontes de financiamento e impacto social. Durante o evento, apresentamos um estudo concluído no ano sobre o impacto do novo marco legal para a cadeia de fornecedores industriais, que trouxe uma avaliação a respeito de possíveis gargalos da indústria para atender ao grande volume previsto de investimentos decorrentes das concessões de serviços de saneamento em curso.



Saiba mais em
Nossos relacionamentos



Acesse em:
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/20821/1/PR_Saneamento_215279_P_BD.pdf

Além disso, publicamos **estudo** sobre o financiamento dos serviços de água e esgoto e os desafios para sua universalização.

Entre os projetos apoiados que tiveram sua execução concluída ao longo do ano, destacam-se:

- ampliação do Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia (CE), que atende uma população urbana de aproximadamente três milhões de pessoas;
- modernização e expansão do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de Castilho (SP), que possibilitou a ampliação do índice de tratamento e coleta de esgoto de 95% para 100% e a redução do índice de perdas de água de 36% para 23%;
- ampliação do sistema de abastecimento de água (com aumento de 98% para 100% de cobertura da população) e esgotamento sanitário (incremento

de 80% para 85% de cobertura) do município de Jaraguá do Sul (SC); e

- ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Santana do Parnaíba (SP), com benefício para aproximadamente cinquenta mil habitantes.

GRI

203-1

SANEPAR

Aprovamos financiamento no valor de R\$ 311,6 milhões à Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) para a ampliação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Pato Branco e Araongas, e de sistemas de abastecimento de água em Londrina, Dois Vizinhos, Imbituva e Castro. Com a execução do projeto, cerca de 37 mil pessoas passarão a ter acesso à rede de esgoto e a capacidade de reserva de água tratada será ampliada em 7,2 milhões de litros, aumentando a qualidade de vida e a segurança no fornecimento – com redução de perdas na distribuição de água tratada e de intermitência no abastecimento. Além disso, estima-se a geração de aproximadamente 6,5 mil postos de trabalho durante o período das obras.



^ Imagem do vídeo sobre o projeto. Confira em: www.youtube.com/watch?v=TT7QL0Y8Q50

ENERGIA



Nossa atuação no setor tem como foco o apoio às fontes renováveis de geração de energia, alinhada com as diretrizes do Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC), que visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

Solar e eólica

Um dos projetos de destaque aprovados em 2021 foi a expansão do complexo eólico Rio do Vento, localizado no Rio Grande do Norte, por meio de R\$ 874 milhões em financiamento e R\$ 24 milhões em debêntures.

COMPLEXO SOL DO SERTÃO

Em 2021, o complexo fotovoltaico Sol do Sertão entrou em operação comercial, com capacidade instalada total de 415 MW, o suficiente para gerar energia limpa e renovável para cerca de 580 mil residências. O projeto de implantação das oito usinas solares no município de Oliveira dos Brejinhos (BA) contou com nosso apoio financeiro, no valor de R\$ 910 milhões, gerando mais de dois mil empregos durante sua implantação. O projeto contribuirá para evitar emissões de cerca de 2,5 milhões de tCO₂e por ano.



^ Foto: Sol do Sertão/Energia Consult.

COOPERATIVA DE GERAÇÃO DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO (COPREL)

Constituída em 1968 para fornecer energia para produtores rurais na bacia do Alto Jacuí, a Coprel hoje está presente em 72 municípios. Em 2021, fechou contrato no valor de R\$ 81 milhões com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), por meio da linha BNDES Automático, para construir a pequena central hidrelétrica (PCH) de Tio Hugo, no rio Jacuí, nos limites dos municípios de Ibirapuitã (RS) e Tio Hugo (RS). A PCH tem capacidade de beneficiar nove mil famílias.

UTE GNA I – GÁS NATURAL AÇU

Em 2021, entrou em operação a Usina Termelétrica GNA I, primeira usina térmica movida a gás natural liquefeito que financiamos e a segunda maior usina termelétrica em operação no Brasil. Localizada no Porto do Açú, em São João da Barra (RJ), tem capacidade instalada de 1.338,3 MW, suficiente para atender cerca de 2,8 milhões de domicílios. Durante sua implantação, o projeto gerou mais de 8,8 mil empregos e, na fase operacional, a estimativa é de que empregue cerca de duzentas pessoas.

A operação de financiamento, no valor de R\$ 1,7 bilhão, foi estruturada em parceria com a agência alemã de crédito à exportação Euler Hermes e com o KfW IPEX-Bank.

O projeto teve ainda uma emissão de debêntures de infraestrutura no valor de R\$ 1,8 bilhão, nossa primeira estruturação do tipo. Adquirimos 30% dos títulos, investindo R\$ 550 milhões. Ao atuarmos também como investidores, temos como objetivo dar confiança à empresa e aos potenciais investidores de que haverá demanda.

Além da implantação da usina, o apoio viabilizou a construção de um terminal de importação e regaseificação de gás natural liquefeito, da Subestação Açú e de uma linha de transmissão de uso exclusivo, conectando a usina ao Sistema Interligado Nacional.

Gás natural

Em 2021, lançamos o programa **BNDES Gás**, a fim de financiar novos investimentos em oferta e em consumo na cadeia de valor do gás natural. Aprovamos cerca de R\$ 2 bilhões para projetos no segmento de distribuição, com o objetivo de desenvolver a infraestrutura de gás natural no país.

Percebendo o contexto de transformação do setor, realizamos o segundo *webinar* Gás para o Desenvolvimento e publicamos estudos específicos sobre o tema, com destaque para o relatório ***Gás para o desenvolvimento – perspectivas de oferta e demanda no mercado de gás natural do Brasil***, que contém um vasto mapeamento da cadeia produtiva.

Participamos ativamente das discussões sobre o Novo Mercado de Gás, colaborando com o Comitê de Monitoramento do Gás Natural (CMGN) nessa iniciativa do Governo Federal, com destaque para a elaboração da Nova Lei do Gás (Lei 14.134/2021).

Debêntures

Além das operações do Rio do Vento e da GNA, participamos de outras duas emissões de debêntures em projetos de energia, com compartilhamento de *funding*: dos complexos eólicos Tucano I (R\$ 25 milhões) e Tucano II (R\$ 34,5 milhões), na Bahia, somando capacidade instalada de mais de 300 MW.



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/infraestrutura/gas-para-o-desenvolvimento/programa-gas



https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/20581/1/Relatorio_Gas_Deenvolvimento%20Final.pdf



^ Foto: GNA/Leondenis Junior



> MOBILIDADE URBANA

Nossa atuação em projetos de mobilidade urbana é focada em sistemas de transporte de média e alta capacidade que contribuam para melhorar a circulação nas cidades brasileiras e a qualidade de vida da população. Buscamos ainda promover o uso de fontes limpas e a integração dos modais.

Em 2021, estruturamos e aprovamos operação de cofinanciamento ao metrô de São Paulo na modalidade de *project finance non-recourse* e com compartilhamento de risco entre diversos bancos fiadores. O projeto prevê a criação de 15 estações e de seus acessos em 15,3 km de via, a construção de três terminais de ônibus e de um pátio de estacionamento de trens, a aquisição de 22 novos trens (132 vagões) e sistemas, além de investimentos sociais em comunidades do entorno das estações. Após a conclusão do projeto, estima-se que serão evitadas emissões de 200 mil tCO₂e por ano, já que o metrô é um dos modais de transporte mais sustentáveis.



> LOGÍSTICA E TRANSPORTE

O apoio ao setor visa contribuir para a implantação de uma matriz de transporte mais integrada e sustentável, que aumente a segurança dos usuários, proporcione maior qualidade nos serviços, amplie a oferta de modos de transportes mais eficientes e contribua de forma efetiva para fortalecer a competitividade das empresas.

Entre os projetos concluídos ao longo do ano, merece destaque a modernização de frota ferroviária da MRS, por meio da compra de 15 locomotivas, revitalização de outras 46, além da aquisição de 577 vagões, por meio de financiamento de R\$ 252 milhões.

Outro destaque de 2021 foi a estruturação de operação-piloto na modalidade *project finance non-recourse* para a MT-100, rodovia com cerca

Saiba mais em
Novas soluções e produtos



^ Foto: MRS/Victor Moreira

de 100 km de Alto Taquari (MT) até a divisa com o estado do Mato Grosso do Sul. A operação explorou as possibilidades de flexibilização de garantias e maior assunção de riscos, viabilizando, dessa forma, o financiamento de um projeto de infraestrutura de médio porte, que teria maior dificuldade no acesso ao crédito do Banco.

Aprovamos ainda, em 2021, financiamento de R\$ 345 milhões à empresa Wilson Sons Serviços Marítimos para construção de cinco embarcações e manutenção de 29 rebocadores de sua frota, em Guarujá (SP). Também foi aprovado projeto para implantação, pelo grupo Cosan, de terminal rodoferroviário de transbordo de cargas no município de São Simão (GO), com financiamento de R\$ 69 milhões.

Debêntures

Em 2021, investimos em três emissões de debêntures de infraestrutura de rodovias, das empresas Eixo SP, Cart e Litoral Sul, somando R\$ 689 milhões de um montante de R\$ 3,15 bilhões emitidos. O investimento em debêntures reforça nossa diretriz de cofinanciamento, possibilitando o apoio a projetos com um instrumento que, por meio do mercado de capitais, permite a participação de outras fontes de recursos.

O investimento na emissão da Eixo SP faz parte de nosso apoio ao maior lote rodoviário já concedido no Brasil. A operação foi um projeto-piloto em que atuamos também na estruturação da oferta. Vale destacar que o apoio se deu por meio de instrumento de mercado, securitizável, ainda no período de maior risco do projeto (*pre-completion*).

O apoio à emissão da Cart teve o objetivo de reestruturar o endividamento da concessionária, que conseguiu alongar o perfil da dívida e, dessa forma, melhorar a percepção de risco do projeto e liberar recursos para investimentos. Nesse caso, saímos da posição de maior credor da companhia, com 28% do total das dívidas anteriores, para uma participação de cerca de 15%, abrindo espaço para outros investidores de mercado.

Nosso investimento na operação da Litoral Sul foi de 6,7% do valor total da emissão de R\$ 2 bilhões feita pela concessionária. O objetivo da emissão era captar recursos para a execução do novo contorno de Florianópolis (SC), um projeto *greenfield* que prevê a implantação de 50 km de pista dupla, quatro túneis e sete pontes. O contorno irá segregar o trânsito urbano da região metropolitana e o corredor de cargas da BR-101, que escoia produção e transporte do Mercosul, contribuindo para melhorar a mobilidade da região.

Publicamos ainda estudo setorial que explora aspectos da modelagem e regulação de concessões rodoviárias e seus impactos na financiabilidade dos projetos.



Accesse em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/21524>



Saiba mais em Nossa estratégia



Veja mais em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Maior-estruturador-de-projetos-do-mundo-BNDES-registra-lucro-liquido-recorde-em-2021>

Nossa atuação em estruturação de projetos e desestatização é parte relevante de nossa estratégia, no âmbito da missão de modernização do Estado brasileiro. Depois de dois anos construindo nossa carteira de projetos, em 2021, nos tornamos o **maior estruturador mundial de projetos de desestatização** entre bancos de desenvolvimento, agências multilaterais e empresas privadas, segundo dados da consultoria Infraglic.

Atuamos por meio da estruturação tanto de projetos de concessão e PPPs de ativos, com duração limitada – normalmente de 20 a 35 anos –, quanto de projetos de venda de empresas ou de outros ativos (privatizações).

Nessas frentes, coordenamos esforços e recursos de diversas partes interessadas, aliando nossa experiência e conhecimento regulatório e de políticas públicas ao bom relacionamento com entes públicos e mercado de investidores privados.

Como gestores do Fundo Nacional de Desestatização (FND), temos a atribuição de executar processos de desestatização de ações ou cotas de propriedade direta ou indireta da União, depositadas no fundo, emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND), promovendo sua venda.

GESTÃO

Contamos com unidades vinculadas à Diretoria de Concessões e Privatizações, que, conjuntamente, atuam como banco de serviços, dedicando-se às atividades de desestatização e estruturação de projetos.

A governança dos projetos de desestatização e a gestão da carteira são centralizadas em uma unidade específica, que também apoia a contratação de serviços terceirizados.

Nossa Política de Atuação na Desestatização e Estruturação de Projetos, aprovada pelo CA, estipula as diretrizes para essas atividades, que incluem o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de projetos voltados à melhoria dos serviços públicos; o incremento da disponibilidade de infraestrutura adequada no país; a viabilização de investimentos; e a racionalização de gastos públicos. Para isso, dispomos de duas soluções: **BNDES Estruturação de Projetos** e **BNDES Estruturação de Projetos Imobiliários**.

O Comitê de Estruturação de Projetos (CEP), formado por superintendentes, aprecia a elegibilidade dos projetos e acompanha o desempenho financeiro e operacional da carteira, bem como o redirecionamento dos esforços de fomento.

Já o Colegiado de Diretores de Estruturação de Projetos (CDEP) aprova o sumário executivo das modelagens de projetos de estruturação realizadas e o modelo de gestão de desempenho da carteira, entre outras atribuições.

Por fim, nossa Diretoria é responsável por aprovar a contratação dos consultores que dão apoio à estruturação dos projetos, assim como o contrato de prestação de serviços com o cliente, após avaliação de elegibilidade pelo CEP. No caso de projetos em que temos mandato legal para execução – como aqueles do PND –, o edital de venda do ativo também passa pela aprovação da Diretoria.

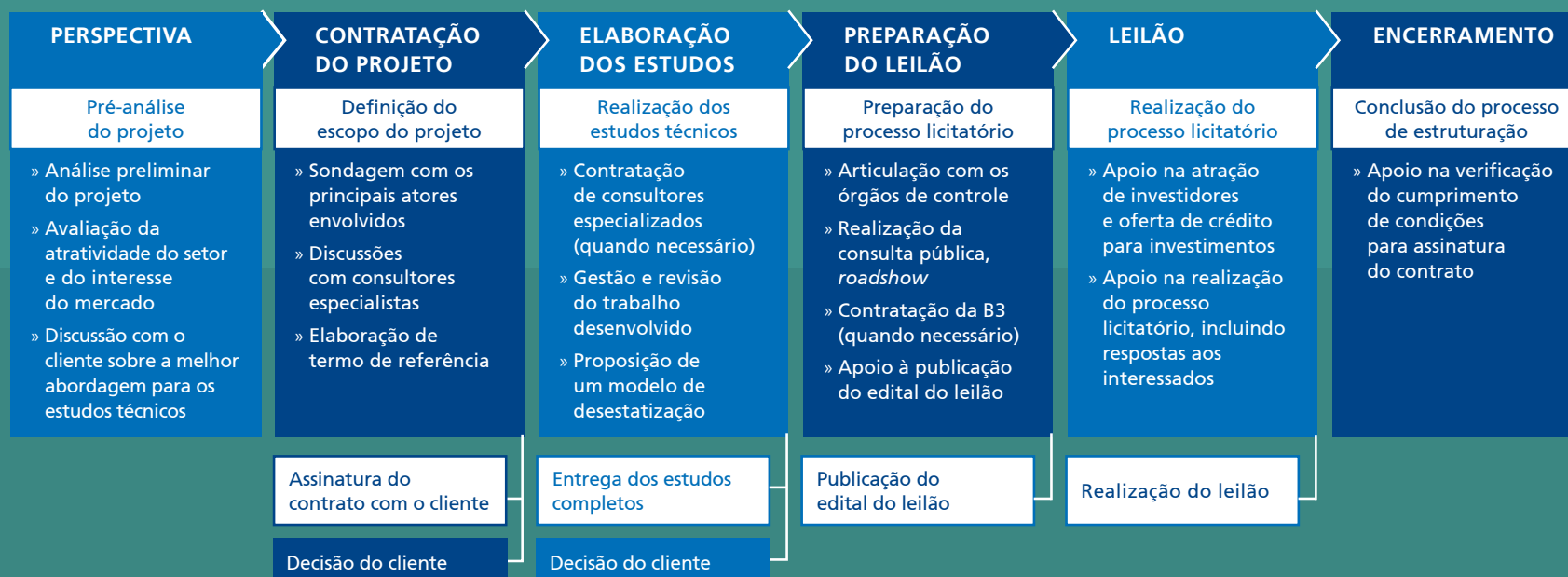
Conheça as etapas do processo de desestatização:



Veja mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos#



Saiba mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos-imobiliarios#



Capital mobilizado: no caso de concessões e PPPs, considera os investimentos para todo o período de concessão e as outorgas já compromissadas ou estimadas; com relação às privatizações, leva em conta o valor das transações já realizadas e o compromisso de investimentos de operações realizadas ou modeladas.

IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS

Nossa atuação no segmento possibilita reduzir gargalos de infraestrutura e gerar oportunidades de investimentos privados em projetos de interesse público.

Encerramos o ano de 2021 com 159 ativos em nossa carteira de projetos, totalizando R\$ 382 bilhões em **capital mobilizado**, incluindo 22 empresas a serem desestatizadas, em diversos setores, como mostra o quadro a seguir.

Durante o ano, foram assinados 28 novos contratos de desestatização para estruturação de 44 projetos, entregues 57 estudos aos clientes, publicados 12 editais e realizados 11 leilões. Estão previstos 26 leilões para o primeiro semestre de 2022, em diferentes setores.

 MEIO AMBIENTE 52	 INFRAESTRUTURA URBANA 34	 INFRAESTRUTURA SOCIAL 8
> Parques 44 > Florestas 8	> Saneamento 19 > Mobilidade 4 > Iluminação pública 11	> Saúde 2 > Educação 3 > Segurança pública 3
 TRANSPORTE 36	 ENERGIA 10	 TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO 4
> Rodovias 32 > Portos 4	> Energia elétrica 7 > Gás natural 3	> Comunicação 2 > Tecnologia 2
 OUTROS 15		
> Imóveis 12 > Abastecimento 1	> Indústria 1	> Serviços não financeiros 1

Setores de destaque

O ano de 2021 foi um marco em nossa atuação no **setor de saneamento**, com o leilão de sete projetos estruturados pelo Banco nos estados do Amapá, de Alagoas e do Rio de Janeiro, que somam mais de R\$ 27 bilhões em outorgas arrecadadas e cerca de R\$ 38 bilhões em investimentos previstos.

Esses projetos englobam a prestação de serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto – no caso do Amapá, abrange toda a cadeia de água e esgoto –, beneficiando uma população de mais de 16 milhões de pessoas, das quais 9 milhões não tinham acesso aos serviços. Além dessas entregas, estamos trabalhando na estruturação de mais seis projetos de concessão do setor e assessorando a desestatização da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan).

No segmento de **rodovias**, foram realizados estudos e consultas públicas de projetos nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rondônia, Mato Grosso e Goiás, que representam mais de 6 mil km de extensão de estradas.

Ocorreram também, em 2021, as consultas públicas dos projetos de desestatização dos **portos** de Vitória (ES) e de São Sebastião (SP) e a entrega dos estudos do porto de Santos (SP). Iniciamos, ainda, o projeto de desestatização da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) e dos portos organizados administrados por ela.

Já no setor de **energia elétrica**, apoiamos a privatização da 11ª companhia nos últimos cinco anos. Os 11 projetos totalizam investimentos estimados em R\$ 13 bilhões nos primeiros cinco anos após os leilões e representam uma transferência de dívidas para o setor privado da ordem de R\$ 19 bilhões.

Com o intuito de diversificar nossa atuação, em 2021, trabalhamos de forma pioneira na estruturação de **ativos ambientais** e de iniciativas nas áreas de **saúde, educação e segurança**; assim como na destinação ou venda de **ativos imobiliários**. Nossa carteira conta ainda com importantes projetos de privatização de empresas nos setores de **comunicação e tecnologia**.

EFETIVIDADE

Com base em nosso macroprocesso de **monitoramento e avaliação de efetividade**, os projetos de desestatização que estruturamos devem apresentar, no momento da aprovação, informações sobre seu alinhamento a políticas públicas e um quadro de resultados (QR) que explicita objetivos e indicadores de entregas (eficácia) e de efeitos esperados (efetividade).

Assim, após a assinatura do contrato com o vencedor do leilão, os indicadores estabelecidos no QR são acompanhados – de preferência anualmente – e podemos verificar se o projeto alcançou os efeitos esperados ao fim do período previsto.

CONCESSÃO DE SANEAMENTO DO RIO DE JANEIRO

No primeiro leilão para concessão regionalizada dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do estado do Rio de Janeiro, realizado em abril, foram arrematados os blocos 1, 2 e 4 – pela Aegea (1 e 4) e pela Iguá (2) –, com um valor total 134% superior ao mínimo estipulado no edital e arrecadação de R\$ 22,6 bilhões. O consórcio SAAB II (grupo Águas do Brasil), representado pela corretora Itaú, foi o vencedor do leilão para o último dos quatro blocos (bloco 3). A oferta do grupo foi de R\$ 2,2 bilhões, 90% acima do valor mínimo estipulado para outorga do serviço (R\$ 1,16 bilhão).

Considerando todos os quatro blocos, 7,6 milhões de pessoas passarão a contar com serviços de água e esgoto até 2033. O projeto de saneamento do Rio de Janeiro, que é o maior do gênero no Brasil, deve gerar 45 mil empregos e investimentos de mais de R\$ 32 bilhões.

No segundo semestre, promovemos em conjunto com a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP) a Jornada de Direito dos Imóveis Públicos, com o objetivo de identificar caminhos jurídicos inovadores e eficientes para melhorar a gestão dos imóveis públicos do país. O evento reuniu dezenas de profissionais do Direito, resultando em uma **publicação** que compila 47 enunciados jurídicos elaborados pelos grupos de discussão.



Acesse em:
<https://web.bnides.gov.br/bib/jspui/handle/1408/21763>



Saiba mais em
[Impacto da atuação do BNDES](#)



ESTRUTURA PRODUTIVA

Nossa atuação em estrutura produtiva tem como objetivo estratégico apoiar o aumento da produtividade, da competitividade e do emprego, integrando inovação, empreendedorismo, sustentabilidade e exportação.

AGRONEGÓCIO

O agronegócio constitui, historicamente, um de nossos principais setores de apoio. Em 2021, nossos desembolsos para o setor somaram mais de R\$ 19 bilhões, representando cerca de 30% do total, com destaque para a agropecuária (aproximadamente 85% do total do agronegócio) e, em menor grau, para a agroindústria (principalmente alimentos processados, biocombustíveis e papel e celulose).

Nossas soluções estão disponíveis a produtores e empresas de todos os portes, desde o agricultor familiar, passando pelo médio produtor, até as maiores cooperativas e empresas do agronegócio.



Saiba mais em
Novas soluções e produtos

Aprovamos durante o ano sete operações do **BNDES Renovabio**, no valor total de R\$ 500 milhões.

Criado em 2020 para auxiliar o setor de biocombustíveis na tarefa de descarbonização da economia brasileira, o programa teve sua primeira operação aprovada em maio de 2021, no valor de R\$ 100 milhões, com a usina Santa Adélia. Os recursos são destinados à unidade produtora de biocombustíveis do grupo, localizada em Jaboticabal (SP). O financiamento apoiará os esforços da empresa na melhoria de sua eficiência, com possibilidade de redução do componente *spread* básico do BNDES no custo do empréstimo caso esse objetivo seja atingido.

Aprovamos, ainda, operação com a Girassol Agrícola para a instalação de sistema de energia solar fotovoltaico voltado ao consumo industrial e agrícola da empresa. Foi nossa primeira aprovação do subprograma Energias Renováveis do Fundo Clima na **esteira simplificada**.

Saiba mais em O que fazemos



DESCARBONIZAÇÃO DA MATRIZ DE TRANSPORTES

Assinamos com a Volkswagen do Brasil um **protocolo de intenções** para a descarbonização de veículos automotores no país, buscando propor ações que contribuam para disseminar a adoção da eletrificação associada a biocombustíveis e disponibilizar instrumentos de apoio financeiro. A empresa anunciou a implantação no país de um centro de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias em biocombustíveis, além de ter lançado uma estratégia global para se tornar neutra em carbono até 2050.

Veja mais em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Descarbonizacao-de-veiculos-e-foco-de-acordo-entre-BNDES-e-Volkswagen/>

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Em 2021, a Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol) concluiu projeto de construção de um centro de distribuição para produtos resfriados/congelados, em Corbélia (PR). Com um investimento total de R\$ 124 milhões, a iniciativa contou com nosso financiamento, no valor de R\$ 100 milhões, contribuindo para o aumento da capacidade de armazenagem da cooperativa e a geração de 261 empregos diretos.



Centro de distribuição da Copacol, em Corbélia (PR). Foto: Copacol/Aline Sandri.

Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF)

Somos um dos principais repassadores dos PAGFs no âmbito dos planos Safra, definidos pelo Governo Federal.

Em 2021, aprovamos 16,6 bilhões em operações com recursos desses programas, sendo R\$ 3,1 bilhões na safra 2020-2021 (janeiro a junho) e R\$ 13,5 bilhões na safra 2021-2022 (julho a dezembro). Vale destacar que o valor repassado no segundo semestre corresponde a cerca de 95% dos recursos disponibilizados ao Banco para o plano 2021-2022. Nesse desempenho tiveram papel importante os bancos cooperativos e do sistema de cooperativas de crédito, que repassaram cerca de 43% do total dos recursos.

Programa BNDES Crédito Rural

Lançado em 2020, o programa BNDES Crédito Rural tem o objetivo de manter uma oferta de crédito contínua ao setor rural, independentemente do orçamento dos PAGFs. Das operações homologadas até 2021, 97% foram destinadas a MPMEs.

Ainda em 2021, lançamos um **novo subprograma do BNDES Crédito Rural** com foco na oferta de crédito para custeio das atividades agropecuárias.

Biocombustíveis

Durante o ano, participamos de diversos grupos de trabalho do Programa Combustível do Futuro, iniciativa liderada pelo Ministério de Minas e Energia (MME) que busca incrementar o uso de combustíveis sustentáveis e de baixa intensidade de carbono. No âmbito desse trabalho, realizamos em novembro um *workshop* conjunto com o MME sobre o panorama e as perspectivas dos combustíveis sustentáveis na aviação brasileira.

BIOINSUMOS

Incluimos a possibilidade de apoio à produção e à comercialização de bioinsumos nas linhas BNDES Finem – voltadas a operações superiores a R\$ 20 milhões – e BNDES Crédito Rural Custeio – acessível a produtores de menor porte, inclusive pessoas físicas. Com isso, contribuimos para o meio ambiente ao estimular o aproveitamento de resíduos na própria atividade agropecuária, além de reduzir a dependência externa de insumos utilizados no campo. A medida está alinhada estrategicamente ao **Programa Nacional de Bioinsumos**, lançado em 2020 pelo Mapa.



Acesse em: www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inovacao/bioinsumos



Saiba mais em
Novas soluções e produtos



13

BENS DE CAPITAL FINANCIADOS PELO BNDES FINAME NOS MAIS DIVERSOS SETORES

A S. M. Natureza é uma empresa de Boa Vista (RR) que presta serviços de tratamento e disposição de resíduos não perigosos, desde o processo de coleta até o reaproveitamento e recolocação dos produtos no mercado. Para reforçar suas atividades, a empresa comprou uma retroescavadeira por meio de operação no valor de R\$ 240 mil, intermediada pelo Banco CNH.

No caso do Hospital de Fraturas, em Recife (PE), que atua com atendimento especializado em ortopedia e traumatologia, nosso apoio foi usado para a compra de um novo tomógrafo. O equipamento, financiado com recursos do BNDES Finame por meio de uma operação no valor de R\$ 701 mil negociada com o Bradesco, permitiu que a empresa começasse a realizar cirurgias neurológicas.



^ O Hospital de Fraturas (PE) adquiriu novo tomógrafo por meio do BNDES Finame. Foto: André Telles.

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Há cerca de sessenta anos, o BNDES Finame oferece financiamento para a produção, aquisição e comercialização de bens de capital de fabricação nacional. Em 2021, os desembolsos do produto totalizaram R\$ 23,6 bilhões.

A pedido dos clientes, em 2021, ampliamos a lista de bens industrializados de fabricação nacional que podem ser financiados pela linha BNDES Finame Materiais Industrializados, buscando dar mais dinamismo a diversos setores da indústria de transformação.

EXPORTAÇÃO

Em novembro, alcançamos a marca de US\$ 100 bilhões desembolsados por meio de nossas linhas de financiamento à exportação, atingida após trinta anos de operação. Ao longo desse período, apoiamos as exportações de mais de 1.500 empresas de diversos setores da economia, com destaque para a exportação de aeronaves, máquinas industriais e agrícolas, plataformas de petróleo, ônibus e caminhões, além de bens e serviços de engenharia.

Em 2021, foram aprovados R\$ 3,9 bilhões e desembolsados R\$ 2,6 bilhões para o apoio à exportação.

EXPORTAÇÃO DE AERONAVES DA EMBRAER

Durante o ano, aprovamos **financiamento para a exportação de 24 jatos comerciais E175 da Embraer** para a SkyWest Airlines, maior empresa de aviação regional do mundo, baseada nos Estados Unidos. O financiamento, no valor de mais de US\$ 500 milhões, segue a linha de operações realizadas por agências de crédito à exportação em países com indústrias aeronáuticas de ponta.

A operação, por meio da linha BNDES Exim Pós-Embarque, foi garantida pelo seguro de crédito Aircraft Non-Payment Insurance (ANPI), operado pelo consórcio de seguradoras privadas Aircraft Finance Insurance Consortium (AFIC). A operação foi a primeira desse tipo em que utilizamos seguro privado de crédito, assim como a primeira exportação da Embraer a contar com a garantia ANPI/AFIC.

🔗 Saiba mais em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-apoia-exportacao-de-24-avioes-da-Embraer-para-os-Estados-Unidos/>

Produtos de defesa

Aprovamos em 2021 um regulamento para o credenciamento de produtos de defesa pelo Banco, o que nos permitirá oferecer crédito a um conjunto mais amplo de fabricantes de produtos incluídos na **Base Industrial de Defesa**.

A iniciativa é fruto de protocolo de intenções estabelecido em conjunto com o Ministério da Defesa (MD) em 2020, a fim de propor soluções para ampliar o apoio à base.

INDÚSTRIAS DE BASE E EXTRATIVA

Apoiamos não só empreendimentos estruturantes de grande porte do setor, como também empresas com perfil inovador e elevado potencial de crescimento.

Buscamos dar especial ênfase ao apoio a projetos comprometidos com a sustentabilidade e que permitam o desenvolvimento de rotas tecnológicas ligadas a mineração sustentável, materiais avançados, economia circular e química verde. Para viabilizar investimentos promotores de elevado impacto socioeconômico, trabalhamos cada vez mais em conjunto com outros agentes financiadores, de forma a trazer novos recursos, compartilhar riscos e oferecer condições de financiamento ainda melhores.

Em 2021, aprovamos operações de financiamento com empresas da cadeia de floresta plantada – Irani Papel e Embalagem S.A., Suzano S.A. e **Norflor Empreendimentos Agrícolas S.A.** – que somam cerca de R\$ 3,8 bilhões. Os projetos têm em comum a realização de investimentos voltados à sustentabilidade, seja por meio da absorção de CO₂e, da implantação de estrutura produtiva com maior eficiência energética ou da atuação com comunidades visando reduzir as desigualdades regionais.



Saiba mais em:
www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa



Saiba mais em:
<https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-apoia-plantio-de-eucalipto-no-interior-de-Minas-Gerais/>

KLABIN

Em agosto de 2021, entrou em operação a primeira etapa do projeto Puma II da Klabin S.A., que consiste em uma linha de produção de celulose não branqueada de eucalipto, integrada a uma máquina de produção de papel. O diferencial da nova linha é a fabricação de papel exclusivamente a partir de fibra de eucalipto, um processo inovador que proporciona melhor rendimento da madeira utilizada, menor consumo de vapor na produção, redução da gramatura e do peso final das embalagens e redução da área florestal necessária para o fornecimento de matéria-prima. Com investimento total de R\$ 10,3 bilhões, o projeto teve financiamento de R\$ 3 bilhões do Banco, sendo o restante provido por credores como BID/IFC e Finnvera.



^ A nova linha de produção da Klabin entrou em operação em 2021. Foto: Klabin.

Em linha com a estratégia de atuar complementando *funding* do mercado, cofinanciamos em 2021 uma **nova planta de celulose solúvel**, a ser construída em Minas Gerais pela *joint venture* LD Celulose S.A., formada pela Duratex S.A. e a companhia austríaca Lenzing AG. Com crédito no valor de R\$ 697 milhões, estamos apoiando a aquisição de máquinas, equipamentos e materiais industrializados de fabricação nacional para o projeto.

Mineração

Em novembro, firmamos protocolo de intenções com o MME com o objetivo de estudar, discutir e propor ações voltadas ao desenvolvimento do setor mineral. O protocolo prevê a elaboração de um plano de trabalho que deverá se desdobrar em diversas ações ao longo dos próximos anos, relacionadas a mineração sustentável, inovação e mecanismos de financiamento ao setor.

BENS DE CONSUMO, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Desembolsamos R\$ 1,38 bilhão, em 2021, para projetos de investimento de empresas da indústria de bens de consumo, do comércio e de alguns segmentos de serviços, como audiovisual e turismo. Os desembolsos à indústria tiveram crescimento expressivo, aumentando quatro vezes em relação a 2020.

Entre as operações aprovadas no ano, destacam-se o financiamento ao **ciclo de investimentos do grupo Tramontina**, no valor de R\$ 304,4 milhões, visando apoiar a aquisição de máquinas, equipamentos e outros materiais industrializados de fabricação nacional; e o apoio financeiro, no valor de R\$ 150 milhões, ao projeto de crescimento da Casa e Vídeo S.A., que prevê abertura de mais de trezentas lojas até 2023, com criação de cinco mil empregos diretos.

O investimento total do projeto, de R\$ 451 milhões, será viabilizado com a participação de outras instituições financeiras.

INOVAÇÃO

INDÚSTRIAS INTENSIVAS EM TECNOLOGIA E CONECTIVIDADE

No início do ano, criamos uma nova unidade dedicada ao apoio de indústrias intensivas em tecnologia e conectividade, como telecomunicações, tecnologias da informação e comunicação (TIC), setores automotivos, de bens de capital e de aeronáutica e defesa. Entre as nossas prioridades, estão buscar formas alternativas de apoio à universalização da conectividade no Brasil, por meio de apoio a provedores regionais; e apoiar o adensamento produtivo e tecnológico da indústria automotiva no contexto de descarbonização da economia.

Telecomunicações

Os provedores regionais têm sido fundamentais para acelerar a difusão de banda larga fixa e fibra óptica no país, especialmente em cidades pequenas e médias e áreas rurais. Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), há cerca de seis mil empresas desse tipo no país, que detêm mais de 25% do mercado de banda larga fixa (em número de acessos).

Em 2021, participamos da emissão de debêntures da Brisanet – no valor total de R\$ 500 milhões –, investindo R\$ 10 milhões em títulos emitidos pela empresa. Os recursos apoiarão o plano de investimento da companhia, direcionado ao adensamento da oferta de internet de alta velocidade em municípios da região Nordeste do Brasil.

CADEIAS PRODUTIVAS

Em 2020, lançamos o BNDES Crédito Cadeias Produtivas, com foco em alcançar um amplo número de empresas de menor porte a partir de redes verticais coordenadas por empresas-âncora. Ao fim de 2021, o programa já contava com R\$ 337 milhões em crédito contratado por meio de cinco empresas-âncora – Renner, Boticário, Arezzo, Malwee e Portobello. Os desembolsos totalizavam R\$ 151 milhões, beneficiando 93 MPMEs ancoradas.

Em 2021, merece destaque a operação de R\$ 200 milhões com o grupo Boticário. Até dezembro, já haviam sido beneficiadas 41 empresas da cadeia produtiva do grupo.



Saiba mais em:
[https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-aprova-R\\$-697-milhoes-para-Duratex-adquirir-maquinas-industriais-e-equipamentos/](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-aprova-R$-697-milhoes-para-Duratex-adquirir-maquinas-industriais-e-equipamentos/)



Saiba mais em:
<https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-aprova-credito-para-ciclo-de-investimentos-da-Tramontina/>



Saiba mais em:
<https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-apoia-criacao-de-centro-de-pesquisa-e-desenvolvimento-para-novos-produtos-de-telecomunicacao/>



Saiba mais em
[Sustentabilidade financeira](#)



Saiba mais em
[Novas soluções e produtos](#)

Aprovamos também operações diretas de apoio aos planos de investimentos da WKVE (Minas Gerais) e da Coprel (Rio Grande do Sul), que contribuirão, conjuntamente, para a conexão de mais de 28 mil novos acessos de banda larga. Operações que aprovamos com a Intelbras e com a **DPR Telecomunicações** propiciarão ainda o desenvolvimento de tecnologias relacionadas, respectivamente, a 5G/IoT e à infraestrutura de redes.

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel)

Assinamos novo contrato de **captação com o Funttel** em 2021, no valor de R\$ 184 milhões. Os recursos poderão ser repassados por meio do novo programa **BNDES Finame Funttel** e do FIDC Funttel, modalidade em que o Banco poderá adquirir cotas de fundos estruturados com empresas interessadas.

O FIDC Funttel Padtec foi o primeiro contratado na modalidade e servirá de piloto para os fundos seguintes. Com aporte de até R\$ 80 milhões do BNDES e de até R\$ 20 milhões da Padtec S.A., empresa brasileira fornecedora de sistemas de comunicações ópticas, o fundo irá viabilizar acesso a crédito com menores taxas e maiores prazos de pagamento para dezenas de pequenas e médias empresas, clientes da Padtec.



Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii)

Em 2021, estruturamos nova parceria com a Embrapii para alavancar investimentos de até R\$ 510 milhões em projetos inovadores relacionados a transformação digital, bioeconomia florestal, economia circular, tecnologias estratégicas da saúde, materiais avançados, novos biocombustíveis e defesa. A parceria contará com R\$ 170 milhões em recursos não reembolsáveis do BNDES Funtec e será operacionalizada a partir de 2022.

MERCADO DE CAPITAIS

Em 2021, seguimos com os desinvestimentos em renda variável com o intuito de diminuir nossa **exposição ao risco de mercado** e reposicionar nossa carteira, reduzindo sua concentração em empresas maduras e alinhando-a com nossas



Saiba mais em [Gestão de riscos](#)

diretrizes estratégicas. **Nossas alienações**, incluindo participações societárias, direito de subscrição e debêntures, somaram em receita mais de R\$ 20 bilhões, referentes principalmente a Vale (R\$ 14,8 bilhões), JBS (R\$ 2,6 bilhões), Klabin (R\$ 2,4 bilhões), Cemig (R\$ 109 milhões) e Kepler Weber (R\$ 108 milhões). No ano, concluímos os desinvestimentos na Vale, de modo que não temos mais ações de emissão da companhia. Além disso, realizamos uma oferta pública de distribuição secundária de debêntures participativas da Vale, da espécie subordinada, de titularidade do BNDES, da BNDESPAR e da União, e dois leilões referentes a créditos não performados do Sistema BNDES (em abril) e relacionados à liquidação extrajudicial do antigo Banco Econômico (em setembro).

FUNDOS PARA INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO

Lançamos chamada pública para seleção de fundos de investimento voltados a negócios de impacto. Foram recebidas 14 propostas e selecionados três fundos, que poderão receber alocação de até R\$ 450 milhões da BNDESPAR.

Divulgamos ao fim de 2021 outra chamada pública para seleção do gestor do fundo **Criatec 4 ASG**, voltado para investimento em participações em capital semente. Em sua quarta edição, o fundo deve investir em até cinquenta *startups* de pelo menos quatro regiões do país.

BNDES GARAGEM

Lançamos em 2021 a segunda edição do programa BNDES Garagem, com o objetivo de selecionar e acelerar até 45 *startups* de impacto, priorizando soluções voltadas para educação, saúde, sustentabilidade, *govtech* e cidades sustentáveis. O programa recebeu 1.366 propostas e selecionou vinte *startups* para o estágio de criação – em que se busca criar ou aprimorar um produto mínimo viável (MVP) – e 25 para o estágio de tração – no qual o intuito é dar escala aos negócios. Durante quatro meses do programa, os **participantes** receberão gratuitamente apoio do BNDES, do Consórcio AWL e de parceiros do mercado para estimular seus negócios a crescer e obter investimentos.



Saiba mais em
[Nosso desempenho > Desempenho econômico-financeiro](#)



Saiba mais em
[Nosso desempenho > Desempenho econômico-financeiro](#)



Saiba mais em:
<https://garagem.bndes.gov.br/>



As micro, pequenas e médias empresas (MPME) são um segmento-chave para o desenvolvimento da economia nacional, uma vez que representam a grande maioria dos estabelecimentos formais e respondem por parcela significativa dos empregos. Apesar de seu papel na dinâmica econômica, as MPMEs ainda enfrentam restrições de acesso ao crédito que impedem seu pleno desenvolvimento, impactando o potencial de geração de emprego e renda do país.

Cientes do potencial dessas empresas para o desenvolvimento sustentável, destacamos o apoio às MPMEs como um de nossos focos de atuação na atualização do planejamento estratégico realizada ao fim de 2021.



Saiba mais em [Nossa estratégia](#)

Como banco de desenvolvimento, atuamos para democratizar o acesso ao crédito para esse segmento de empresas por meio de instrumentos financeiros diretos e indiretos, sendo os últimos a principal forma de apoio às MPMEs.



Saiba mais em [O que fazemos](#)

Para viabilizar nossas operações indiretas, contamos com uma rede de mais de sessenta agentes financeiros credenciados que operam com

nossos recursos em grande parte do território nacional, promovendo a capilarização do crédito e a desconcentração bancária.

Em setembro de 2021, os cinco maiores bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) concentravam 70% da carteira de crédito do país. Já em nossa carteira de crédito indireto eram responsáveis por menos de 50% do total.

Com nosso apoio, contribuimos para o aumento da produtividade das MPMEs e impactamos positivamente as variáveis que captam o crescimento dessas empresas, como investimento, emprego e faturamento. Além dos efeitos sobre as empresas apoiadas, há evidência de resultados positivos para a economia local.

COMO APOIAMOS AS MPMES

Para além das orientações e metas definidas no plano de negócios 2021, a gestão do apoio às MPMEs passa por ações permanentes de modelagem de novas soluções financeiras ou revisão das existentes – incluindo produtos de garantias, que buscam facilitar e melhorar as condições de obtenção de crédito por essas empresas. Buscamos, sempre que possível, incorporar as necessidades desse público por meio de condições financeiras diferenciadas ou de instrumentos desenhados sob medida. Trabalhamos, ainda, para simplificar nossos processos de modo a facilitar o acesso das MPMEs a financiamento – nosso ou de outros agentes financeiros.

Atualmente, nosso apoio às MPMEs é realizado principalmente por meio dos seguintes instrumentos financeiros, que fazem parte de nosso portfólio na modalidade indireta:

- **BNDES Finame** – financia a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais previamente credenciados, incluindo produtos com eficiência energética e tecnologia 4.0, equipamentos agrícolas, ônibus e caminhões, e materiais industrializados.
- **BNDES Automático** – inclui linhas específicas para MPMEs, como o BNDES Crédito Pequenas Empresas e o BNDES Crédito Médias Empresas, que atendem às necessidades do dia a dia das empresas, além de projetos de investimento para modernização e ampliação da estrutura produtiva.
- **BNDES Crédito Serviços 4.0** – oferece financiamento para contratação de serviços tecnológicos, previamente credenciados, voltados a otimizar a produção, viabilizar projetos de manufatura avançada e implantar soluções de cidades inteligentes e similares.



Saiba mais em [Nossa estratégia](#)

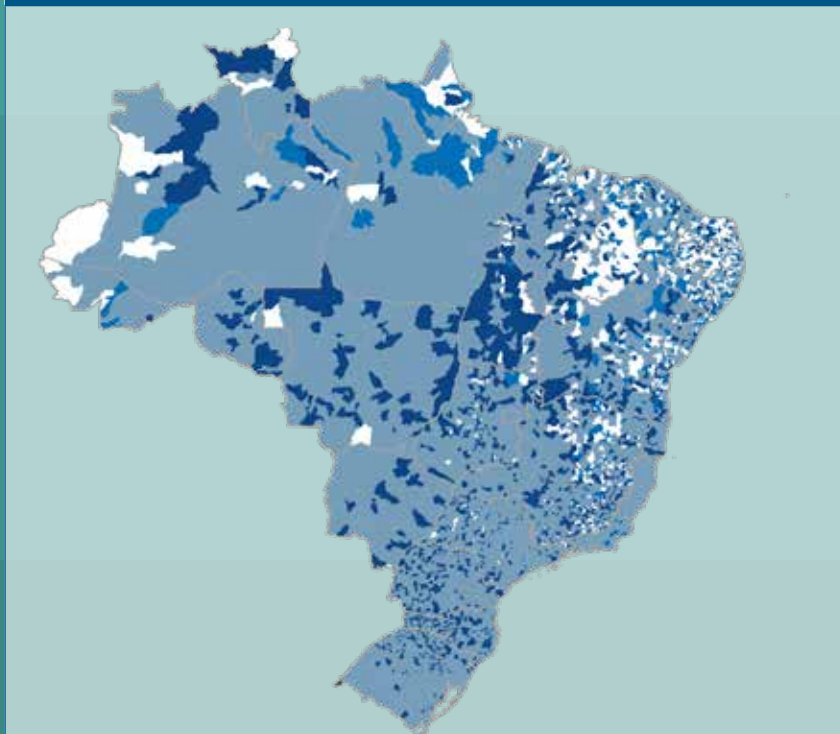


Saiba mais em [Novas soluções e produtos](#)



Saiba mais em [Nosso desempenho > Estrutura produtiva](#)

EXISTÊNCIA DE AGÊNCIA BANCÁRIA E DE APOIO DO BNDES POR MUNICÍPIO EM 2021 (EM OPERAÇÕES INDIRETAS E FGI)



Categorias:

- Com apoio sem agência
- Sem apoio com agência
- Com apoio com agência
- Sem apoio sem agência

Saiba mais em
Nosso desempenho >
Estrutura produtiva

Saiba mais em O que fazemos

- **Crédito rural** – inclui os Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF), que financiam investimentos e despesas de custeio de produtores rurais, agricultores familiares e cooperativas; e linhas próprias, como BNDES Crédito Rural.
- **Garantia (BNDES FGI)** – estimula as instituições financeiras a aprovarem financiamento em melhores condições para empresas e empreendedores de menor porte, além de autônomos transportadores de carga.
- **Cartão BNDES** – crédito rotativo, pré-aprovado, para aquisição de bens, insumos e serviços que tenham fabricação total ou parcial no Brasil e que sejam previamente credenciados pelo Banco.
- **BNDES Microcrédito** – direcionado a microempresas ou microempreendedores individuais, financia capital de giro e investimentos produtivos de atividades de pequeno porte.

Em 2021, demos continuidade também a uma das medidas emergenciais implantadas em 2020, permitindo a suspensão de pagamentos (*standstill*) para operações indiretas automáticas com micro e pequenas empresas no período de maio a outubro. O objetivo foi manter negócios e, conseqüentemente, empregos, durante a pandemia.

Canal MPME

Por meio dessa **plataforma**, oferecemos soluções financeiras e não financeiras ao público de MPMEs, com o objetivo de facilitar o acesso do segmento a crédito. Para isso, traçamos uma identificação entre os interesses do cliente – micro, pequena ou média empresa – e dos parceiros que concedem crédito e oferecem serviços no canal.

Chegamos, no ano, a um total de dez *fintechs* credenciadas na plataforma, ampliando os agentes de crédito disponíveis. Reforçamos também as parcerias com o Sebrae visando oferecer capacitação de qualidade aos clientes na gestão de seus negócios e uso mais eficiente dos créditos solicitados.

Foram criadas, ainda, métricas para avaliação do desempenho dos parceiros do Canal MPME, buscando a melhoria do atendimento.

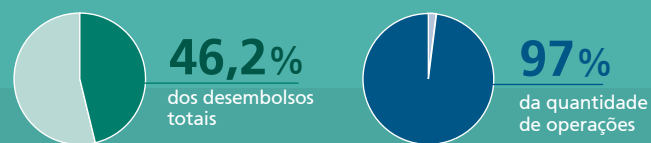
Desde seu lançamento, em 2017, a plataforma teve como resultado R\$ 1,9 bilhão em crédito contratado, 13 mil propostas aprovadas e 5,7 mil empresas que contrataram sistemas de gestão disponibilizados pelo canal.

Em 2021, criamos uma integração do canal com o Banco Central que permite, mediante aprovação explícita do cliente, a busca de suas informações de endividamento no Sistema de Informações de Créditos (SCR). O objetivo é encaminhar o cliente a parceiros do canal de acordo com seu perfil e auxiliar em sua qualificação.

Acesse em: <https://ws.bndes.gov.br/canal-mpme/#/home>

HISTÓRICO DE ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS

Nosso apoio às MPMEs vem se intensificando ao longo dos anos. Enquanto na década de 1990 elas representavam cerca de 15% dos desembolsos do Banco, **em 2021, essa participação foi de:**



Apesar desse crescimento, continuamos atentos às necessidades desse público, que passam pela estruturação de mecanismos mais eficazes de garantia, por menores taxas de juros e pela assunção de mais riscos pelo Banco.

Além disso, é importante que possamos desenvolver **instrumentos alternativos** capazes de promover a produtividade e a competitividade das MPMEs por meio da inovação, da ampliação de parcerias, de fundos garantidores e do mercado de dívida privada.

AValiação DO APOIO A MPMEs

Avaliamos a efetividade de nosso apoio às MPMEs por meio do Quadro da Teoria da Mudança, metodologia que estabelece objetivos e indicadores para monitorar os resultados de um conjunto de operações.

Em 2021, o Cartão BNDES e a linha BNDES Crédito Pequenas Empresas foram avaliados por meio desse instrumento. A apuração sugeriu um impacto positivo direto na geração de empregos e na evolução do faturamento das empresas apoiadas.

Além disso, realizamos **avaliações de efetividade**, por vezes em parceria com outras instituições, como foi o caso de relatório elaborado em conjunto com o Sebrae em 2021.

RELACIONAMENTO COM MPMEs

As MPMEs são responsáveis pelo maior volume de demandas nos nossos diversos **canais de atendimento**, gerando, em média, mais de 6,8 mil contatos por mês em nossa Central de Atendimento. Por meio desse canal, prestamos informações sobre nossos produtos e serviços e demais assuntos operacionais relacionados a esse público. Contamos também com *e-mail* corporativo para o tratamento direto das demandas de agentes financeiros e outros parceiros estratégicos em nosso modelo indireto de financiamento.

Saiba mais em
Nosso desempenho >
Desempenho operacional

Saiba mais em
Novas soluções e produtos

Saiba mais em
Impacto da atuação do BNDES

Conheça outros estudos sobre o impacto de nosso apoio a MPMEs em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-a-sociedade/efetividade/avaliacoes-impacto-bndes

Saiba mais em
Nossos relacionamentos

SOCIOAMBIENTAL

LINHA ISE



Em 2021, foram concluídos diversos projetos financiados com recursos da linha Investimentos Sociais de Empresas (ISE), aprovados entre os anos de 2019 e 2020. Entre eles, destacam-se ações de reforma e construção de instalações escolares, que somam cerca de trinta unidades já operacionais, beneficiando diretamente mais de 15 mil estudantes das redes públicas de educação em diferentes regiões do país. Esse apoio contribuiu também para a instalação e operacionalização de mais de 62 laboratórios de informática.



A conclusão de projetos voltados à segurança hídrica e ao acesso à água, que também contaram com recursos da linha ISE, beneficiou mais de 1.080 famílias nas regiões semiáridas do Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco. As ações apoiadas utilizam tecnologias sociais como barreiros trincheiras, tanques em lajedos de pedra e cisternas de placas, além de promoverem a revitalização de poços e a instalação de unidades de tratamento e dessalinização das águas.

Foram também entregues no ano mais de 560 sistemas ecológicos de tratamento de esgoto, próprios para pequenas unidades residenciais rurais (ecofossas), e incentivadas práticas sustentáveis de descarte de resíduos orgânicos (compostagem), potabilização de água e manejo de quintais produtivos. Esses projetos estavam distribuídos principalmente nos estados do Rio Grande do Norte e Bahia, impactando mais de 3.485 pessoas.

BNDES FUNDO SOCIOAMBIENTAL

Em 2021, o **BNDES Fundo Socioambiental** teve seu **primeiro ciclo de seleção** de projetos, no qual foram recebidas 37 propostas de iniciativas ligadas a temas como educação, geração de emprego e renda e meio ambiente. Após avaliação do comitê consultivo do fundo, 13 projetos, que somam R\$ 153 milhões em investimentos, foram considerados aptos para seguir no processo de análise.

Na modalidade de apoio continuado, o fundo recebe propostas de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, e pode aportar até 50% do investimento previsto nas iniciativas, que devem ter valor de no mínimo R\$ 5 milhões.

No início de 2022, o BNDES Fundo Socioambiental teve seu orçamento ampliado para R\$ 150 milhões, o que possibilita o apoio de projetos até um valor de R\$ 300 milhões, na modalidade de apoio continuado.

FLORESTA VIVA

Em 2021, lançamos o **matchfunding Floresta Viva**, com a abertura da chamada pública para seleção do parceiro gestor da iniciativa. O programa é voltado para a restauração ecológica em unidades de conservação e em áreas de preservação permanente e reserva legal de propriedades rurais de até quatro módulos fiscais, com foco na formação de corredores ecológicos e recuperação de bacias hidrográficas. A iniciativa abrange todos os biomas brasileiros e terá os executores e locais da restauração definidos por meio de editais lançados em 2022.

A meta de investimento é de R\$ 500 milhões ao longo de sete anos, com até 50% de recursos do Banco. Esperamos alcançar entre 16 mil e 33 mil hectares de área restaurada, contribuindo para remoção de aproximadamente nove milhões de toneladas de carbono da atmosfera – considerando um ciclo de 25 anos de crescimento da floresta – com previsão de certificação dos créditos de carbono gerados. Ainda em 2021, foi atingido o valor de R\$ 50 milhões em *match* e, até maio de 2022, o valor total já alcançou R\$ 676 milhões, sendo R\$ 250 milhões do Banco e R\$ 426 milhões de apoiadores.

ESTRUTURAÇÃO DE ATIVOS AMBIENTAIS

Nossa carteira de desestatização contava com 52 ativos ambientais **em estruturação** ao fim de 2021, entre parques e florestas que somam mais 8,3 milhões de hectares. O Parque Nacional do Iguaçu, que foi o primeiro projeto estruturado pelo Banco no setor, teve seu edital de concessão publicado em dezembro de 2021.

SAÚDE

Nosso apoio ao setor ocorre por meio do financiamento a projetos da indústria e a serviços de saúde, da estruturação de PPPs e do apoio não reembolsável a projetos estratégicos, com recursos de nossos fundos estatutários.

A implantação da unidade fabril da Labcor, no município de Contagem (MG), é um dos projetos que apoiamos. Concluída em 2021, a unidade de produção de próteses e enxertos cardiovasculares teve financiamento de R\$ 8 milhões do Banco, de um investimento total de R\$ 11 milhões.

Já a M3 Health concluiu no ano o desenvolvimento interno do processo de fabricação de implantes odontológicos via impressão 3D, registrando 12 produtos e depositando nove patentes. Nosso apoio, no valor de R\$ 36 milhões, foi utilizado para a construção da unidade fabril da empresa, concluída



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/parcerias/floresta-viva



<



Saiba mais em Desestatização e estruturação de projetos



<

Saiba mais Novas soluções e produtos.

Saiba mais em:
[https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-amplia-em-R\\$-50-milhoes-Fundo-Socioambiental-para-apoio-a-educacao-meio-ambiente-e-emprego/](https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/BNDES-amplia-em-R$-50-milhoes-Fundo-Socioambiental-para-apoio-a-educacao-meio-ambiente-e-emprego/)

em 2019, e para os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), finalizados em 2021.

Entre os projetos aprovados em 2021, destaca-se o financiamento à concessionária Saúde Primária BH, que venceu concorrência da Prefeitura de Belo Horizonte para implantar e administrar quarenta unidades básicas de saúde, por meio de uma PPP. O financiamento, no valor total de R\$ 180 milhões, foi realizado em parceria com o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG), que aportou R\$ 60 milhões em complemento aos R\$ 120 milhões do BNDES.

Aprovamos também crédito de R\$ 49 milhões para a prefeitura modernizar a infraestrutura de saúde do município. A solução tecnológica a ser implantada em 364 unidades de saúde proporcionará a informatização do atendimento aos pacientes, reduzindo filas e tempo de espera, além de racionalizar o uso de recursos.


No estado de São Paulo, aprovamos crédito para a construção do Centro de Referência em Saúde da Mulher (CRSM), atual Hospital Pérola Byington. A nova sede permitirá ao CRSM ampliar em 20% o número de prontos atendimentos e em 30% as cirurgias e internações realizadas na unidade.

P&D EM SAÚDE

Em 2021, foi concluída a implantação do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento de Medicamentos (NPDM) da Universidade Federal do Ceará (UFC), voltado para a realização de ensaios pré-clínicos e clínicos de medicamentos e vacinas. O projeto, orçado em R\$ 32 milhões, contou com apoio de R\$ 25 milhões em recursos não reembolsáveis do **BNDES Funtec**. O NPDM tem 57 pesquisadores e 15 técnicos trabalhando em suas instalações. Entre 2015 e 2021, o núcleo realizou 23 ensaios clínicos, depositou 56 pedidos de patentes e duas marcas, além de ter realizado extensa produção científica.

Assinamos, em 2021, acordo de cooperação técnica com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) para apoiar o desenvolvimento de vacinas brasileiras contra a Covid-19. Por meio da parceria, apoiaremos com recursos não reembolsáveis a realização das fases mais avançadas de ensaios clínicos, aproveitando nossa *expertise* no apoio ao setor farmacêutico.

Ainda no contexto das vacinas, destaca-se nosso apoio ao Centro Henrique Penna (CHP), parte do Complexo Tecnológico de Vacinas do *campus* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Manguinhos, no Rio de Janeiro. Com recursos do BNDES Funtec, no valor de R\$ 48 milhões, contribuimos para a produção 100% nacional do ingrediente farmacêutico ativo (IFA) da vacina, autorizada pela Anvisa em janeiro de 2022, concluindo o processo de transferência de tecnologia da Astrazeneca para a Fiocruz.

 Saiba mais em [O que fazemos](#)



> DESENVOLVIMENTO URBANO, CULTURA E TURISMO

Estruturamos, em 2021, projeto conjunto com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Ministério do Turismo (MTur)

MATCHFUNDING SALVANDO VIDAS

No âmbito do *matchfunding Salvando Vidas*, lançado em 2020 como uma de nossas medidas emergenciais de combate à pandemia de Covid-19, foram doadas em 2021 usinas de oxigênio para 16 hospitais sem fins lucrativos que atendem o SUS em diversos estados do país. A doação contou com recursos de sete empresas parceiras, que foram dobrados pelo Banco, totalizando R\$ 11 milhões.

O programa permitirá também a doação de cerca de quatrocentos refrigeradores para armazenamento de vacinas – 151 já entregues em 2021 –, em parceria com a Coca-Cola Foundation. Com valor total de R\$ 7 milhões, a doação beneficiará cerca de cinco milhões de pessoas ao reforçar a estrutura de imunização de mais de quatrocentos municípios brasileiros. As cidades foram escolhidas com base na população (até vinte mil habitantes) e nos índices de cobertura vacinal e desenvolvimento humano (IDH) – critérios definidos em conjunto com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

 Veja mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contracoronavirus/mas-informacoes/matchfunding-salvando-vidas

para apoiar a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM), visando promover investimentos em infraestrutura turística em 15 municípios brasileiros. A iniciativa, que conta com recursos não reembolsáveis no valor de R\$ 19,8 milhões, prevê a realização de estudos para a estruturação de centros de interpretação turística e implantação de sinalização, segundo orientações do Iphan, em sítios declarados patrimônios culturais da humanidade pela Unesco.

Em fevereiro de 2021, celebramos contrato com o Núcleo de Gestão do Porto Digital a fim de estruturar um projeto-piloto para reabilitação de centros históricos, com base no centro histórico de Recife (PE). Durante o ano, foi realizado um ciclo de seis seminários técnicos sobre a experiência de cidades que passaram por processos de transformação urbana, como Barcelona, Porto, Nantes, São Paulo, Rio de Janeiro, Hamburgo e Quito. Para 2022, está prevista a entrega do modelo de governança do projeto-piloto.

Museus reabertos

A nova sede do **Museu Casa do Pontal**, no Rio de Janeiro, foi inaugurada em outubro de 2021. O projeto contou com nosso apoio, no valor de R\$ 4,9 milhões, para a implementação da museologia e a realização da programação educativa durante o primeiro ano de funcionamento.

O museu do **Santuário Nacional Padre José de Anchieta** (ES), apoiado pelo Banco, foi reformado e reaberto em novembro de 2021. As obras duraram três anos e envolveram novas salas de visitação interativa, centro de pesquisa, projeto paisagístico, cafeteria e loja de lembranças. O projeto contribui para a sustentabilidade financeira do museu e para a qualificação do turismo no estado.



Saiba mais em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Com-apoio-do-BNDES-Museu-do-Pontal-sera-inaugurado-em-nova-sede/>



Assista ao vídeo sobre o projeto: <https://www.youtube.com/watch?v=iiQvUoKdxLk&t=62s>

BIOPARQUE DO RIO

Em março de 2021, foi concluído o projeto de reforma e modernização do zoológico do Rio de Janeiro, importante equipamento da cidade voltado ao turismo. Renomeado como **BioParque do Rio**, o projeto recebeu investimentos de R\$ 74 milhões (R\$ 51,8 milhões financiados pelo BNDES), que serviram para implantar o moderno conceito de enclausuramento reverso em uma área de 73 mil m², dando mais espaço e melhores condições de vida aos animais. Além de estimular o turismo, o bioparque também funciona como centro de pesquisas, atua no tratamento de animais e oferece experiências educativas para os visitantes.

Assista ao vídeo sobre o projeto: www.youtube.com/watch?v=Heo2TPvViY&t=71s



Inaugurado em 2021, BioParque do Rio contou com apoio do BNDES.
Foto: Acervo BNDES/André Telles.

Resgatando a História

Veja mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/patrimonio-cultural-brasileiro/resgatando-a-historia

A iniciativa **Resgatando a História**, lançada em 2021, já conta com a participação de Ambev Brasil, EDP, Instituto Cultural Vale, Instituto Neoenergia e MRS Logística, que em parceria com o Banco estão investindo R\$ 240 milhões em 21 projetos de restauração e revitalização de patrimônio material e imaterial e de acervos memoriais. As iniciativas foram

selecionadas por meio de uma chamada pública que teve 164 propostas inscritas, de todo o país. Com a ação, consolidamos nossa posição como um dos maiores e mais perenes apoiadores do patrimônio histórico brasileiro – chegando à marca de mais de R\$ 600 milhões investidos em projetos de restauro, preservação e revitalização de cerca de duzentos monumentos localizados em todas as regiões do país.

Matchfunding BNDES+ Patrimônio Cultural

Em uma nova etapa, o programa selecionou **dez projetos** em 2021, priorizando propostas que usam a internet para ampliar a experiência do público. Desde sua primeira edição, em 2019, o BNDES+ Patrimônio Cultural já beneficiou um total de 43 projetos de preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro, mobilizando R\$ 6,1 milhões – R\$ 3,6 milhões do Banco e R\$ 2,5 milhões arrecadados com cerca de 11 mil doadores, por meio de plataforma de *crowdfunding*.

Acervos memoriais

Seis projetos do edital de segurança em instituições culturais públicas de guarda de acervos memoriais foram aprovados em 2021 – Pinacoteca de São Paulo (SP), Palácio Itamaraty (RJ), Museu Imperial de Petrópolis (RJ), Museu Casa de Rui Barbosa (RJ), Sítio Roberto Burle Marx (RJ) e Museu Nacional de Belas Artes (RJ). Ao todo, com a conclusão do ciclo de apoio do edital, serão investidos R\$ 15,7 milhões em iniciativas de prevenção e combate a incêndios, modernização das instalações elétricas e proteção contra descargas atmosféricas.



Conheça as iniciativas:
<https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Programa-Matchfunding-BNDES-Patrimonio-Cultural-seleciona-10-novos-projetos/>

O Sítio Roberto Burle Marx foi reconhecido em 2021 pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. O espaço contou com nosso apoio, no valor de R\$ 5,4 milhões, em 2019, para sua requalificação e sustentabilidade.



Saiba mais em: <https://pt.unesco.org/news/sitio-roberto-burle-marx-passa-integrar-lista-do-patrimonio-mundial-da-unesco>

PRÊMIO SAT TEM SEGUNDA EDIÇÃO

Em 2021, foi concluída a segunda edição do Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT), realizada em parceria com Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Embrapa, Iphan e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O prêmio objetiva reconhecer e divulgar ações de salvaguarda e conservação dinâmica de bens culturais imateriais associados à agrobiodiversidade e à sociobiodiversidade, presentes nos SATs brasileiros, bem como promover os sistemas de uso do ambiente, paisagens e estratégias agroalimentares de agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais brasileiras.

A segunda edição do prêmio, que contou com valor global de R\$ 560 mil, oriundos do BNDES Fundo Socioambiental, premiou **dez ações**. Os três primeiros colocados receberão o valor bruto de R\$ 70 mil e os outros sete, de R\$ 50 mil.

Conheça os vencedores em www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/social/premio-bndes-boas-praticas-sistemas-agricolas-tradicionais



Assista ao vídeo sobre os vencedores do prêmio em: www.youtube.com/watch?v=qouWdURmSI

Programa Revive Brasil

Em conjunto com o MTur e o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), demos início ao apoio ao programa Revive Brasil, que tem como objetivo requalificar imóveis do patrimônio histórico brasileiro com potencial turístico, permitindo sua concessão à iniciativa privada. Contribuiremos, assim, para a realização de estudos de viabilidade de um conjunto inicial de bens imóveis, durante a fase piloto do programa – Forte Orange (PE); Fortaleza de Santa Catarina (PB); Fazenda Pau D’Alho (SP); antiga Estação Ferroviária de Diamantina (MG) e Palacete Carvalho Motta (CE).



4 > EDUCAÇÃO

Destinamos durante o ano, no âmbito da Iniciativa BNDES Educação Conectada, cerca de R\$ 7,5 milhões para investimentos em infraestrutura e aquisição de equipamentos para escolas, beneficiando mais de sessenta mil alunos de cerca de 150 escolas, em quatro territórios atendidos pelo projeto.

A iniciativa contribuiu ainda para formação de mais de novecentos gestores e professores de seis redes de ensino da Bahia e do Paraná no tema do uso da tecnologia como ferramenta pedagógica.

Entre as atividades de 2021, merecem destaque o lançamento do site do Observatório Tecnologia na Escola (Otec) – que reúne 35 instituições acadêmicas e de pesquisa, além da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do BNDES, e faz parte da estratégia de monitoramento e avaliação da iniciativa –; o segundo plano de trabalho firmado com o Ministério da Educação (MEC); e a renovação e o estabelecimento de diversas parcerias.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)

No âmbito de nosso contrato com o Senai, oito novos empreendimentos com foco em qualificação profissional, produtividade e inovação tecnológica na indústria nacional foram inaugurados no ano: quatro centros de formação profissional, sendo três na Bahia e um em Minas Gerais; dois institutos de inovação, no Rio Grande do Sul e em Pernambuco; e dois institutos de tecnologia, na Bahia e no Espírito Santo. Os projetos fazem parte de um contrato de financiamento celebrado em 2012 no valor total de R\$ 1,5 bilhão.

CISTERNAS NAS ESCOLAS

Em agosto de 2021, celebramos um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Cidadania e a Fundação Banco do Brasil (FBB) para viabilizar a implantação de cisternas escolares no âmbito do Programa Cisternas. Aprovamos a alocação de R\$ 20 milhões do BNDES Fundo Socioambiental para iniciar as ações na região Nordeste em 2022, juntamente com a FBB. A estimativa é apoiar em torno de duas mil escolas rurais, beneficiando 121 mil alunos da região.

MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Apoiamos os estados e o Distrito Federal especialmente por meio de planos de investimentos, apoios setoriais e projetos de desestatização, priorizando investimentos voltados à melhoria da oferta de serviços sociais básicos (saúde, educação e segurança pública) e ao desenvolvimento regional.

Em 2021, aprovamos o projeto de investimento da Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE/PR), destinado a aumentar a eficiência e o impacto da atuação do órgão. Com investimento total de R\$ 51,5 milhões, sendo R\$ 46 milhões financiados pelo Banco, o projeto envolve ações de integração de gestão e sistemas, melhoria de processos e adoção da metodologia de auditoria internacional, além de desenvolvimento de controle inovador para os processos de aquisição do estado, baseado em tecnologia *blockchain*.

Rodovias

Aprovamos financiamentos para a melhoria da infraestrutura rodoviária nos estados de Santa Catarina e do Paraná em 2021. No primeiro, os investimentos serão destinados a implantação, pavimentação e gerenciamento de diferentes vias do estado, totalizando R\$ 424,8 milhões, dos quais R\$ 382,4 milhões serão financiados pelo BNDES. Já no Paraná, o projeto tem como foco a duplicação e restauração da rodovia estadual PR-317, com investimento total de R\$ 233 milhões, sendo nosso financiamento de



Saiba mais em [Desestatização e estruturação de projetos](#)



Acesse em: <https://otec.net.br/iniciativa-bndes-educacao-conectada/>



R\$ 209,7 milhões. A iniciativa tem sinergia com o pacote de concessões rodoviárias paranaense, modelado pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), previsto para ir a leilão em 2022.



> Iluminação pública

O projeto de iluminação pública do município de Limeira (SP) contará com nosso apoio e prevê a implantação de tecnologia LED em até 33.736 pontos de luz. Nosso financiamento, de R\$ 43,7 milhões, contribuirá para modernização do parque de iluminação pública da cidade, resultando em benefícios como economia de energia, redução de emissões de CO2, aumento da segurança e valorização do espaço público.

Segurança

Auxiliamos na mobilização de esforços e recursos de diversos agentes para investimentos voltados ao fortalecimento da governança e gestão do setor e à transição para uma nova concepção de segurança pública, baseada em evidências. Com isso, buscamos contribuir para a redução dos altos índices de criminalidade e violência, com impactos positivos em qualidade de vida, competitividade, melhoria do ambiente de negócios e aumento das condições de retenção e atração de capital para o país.

Ao longo do ano, prestamos assessoria técnica para formulação de projetos com análise de determinantes dos problemas do setor e oferta de soluções baseadas em evidências.

Lançamos uma iniciativa-piloto de aceleração de projetos, em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e sua rede de especialistas, para aumentar a aderência de soluções às necessidades de cada ente público e agilizar a construção de propostas e pedidos estruturados de financiamento.

A consulta pública da PPP do complexo prisional de Blumenau (SC) foi lançada em 2021 e tem leilão previsto para 2022. São estimados investimentos em torno de R\$ 240 milhões somente nos primeiros dois anos do contrato, que tem prazo de 35 anos. O projeto consiste na construção, equipagem e manutenção de um complexo prisional modelo com, pelo menos, 2.979 vagas.



> ANTICÍCLICO EMERGENCIAL

Em conjunturas adversas, atuamos de forma anticíclica para promover a retomada da economia e sua sustentabilidade. Assim, a partir de 2020,

lançamos um conjunto de iniciativas para a superação dos efeitos da pandemia de Covid-19. Até o fim de 2021, essas **medidas emergenciais** ajudaram a **mobilizar mais de R\$ 150 bilhões**, destinados prioritariamente a MPMEs e ao setor de saúde.

Embora a maior parte das medidas tenha sido encerrada em 2020, diversas iniciativas tiveram desdobramentos importantes em 2021:

- **Renovação do *standstill*** – abrimos uma nova rodada de suspensão temporária de pagamento de amortizações de financiamentos para entes públicos e empresas de setores específicos com operações em andamento com o Banco.
- **Matchfunding Salvando Vidas** – lançamos uma nova etapa do programa, que deve prosseguir até julho de 2022. O objetivo é arrecadar mais de R\$ 100 milhões em doações visando apoiar a linha de frente de combate à pandemia. Desse total, R\$ 50 milhões serão oriundos do BNDES Fundo Socioambiental e usados para dobrar as doações da iniciativa privada. O Salvando Vidas é uma campanha de apoio financeiro para proteger quem está na linha de frente dos hospitais públicos e filantrópicos que atendem o SUS no Brasil.
- **BNDES Crédito Cadeias Produtivas** – o programa teve R\$ 337 milhões em operações aprovadas em 2021 (protocoladas em 2020).
- **Fundos de crédito para MPMEs** – em 2020, lançamos uma chamada pública para seleção de fundos de crédito para MPMEs, com objetivo de aportar até R\$ 4 bilhões para reforçar o crédito a pequenos negócios. Até dezembro de 2021, contratamos sete fundos, tendo aprovado R\$ 2,5 bilhões em recursos para crédito. Esses recursos podem ser acessados em plataformas 100% digitais, como maquininhas de vendas, *marketplaces* ou *fintechs*, com ganhos potenciais em agilidade de análise, diversidade de opções de garantias e menos burocracia na contratação.

PROGRAMA BNDES DE APOIO EMERGENCIAL AO COMBATE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Sete projetos apoiados pelo Programa BNDES de Apoio Emergencial ao Combate da Pandemia do Coronavírus, lançado em 2020, foram concluídos em 2021, e outros cinco seguem em execução. A ProLife foi uma das empresas apoiadas, contando com crédito livre no valor de R\$ 10 milhões para a aquisição de insumos e expansão de sua produção, especialmente de monitores de sinais vitais.

Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/medidasemergenciais



Veja os resultados atualizados em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contracoronavirus/mais-informacoes/acompanhamento-medidas-emergenciais-contracoronavirus



Somos uma das três instituições brasileiras credenciadas a repassar recursos do Green Climate Fund (GCF), um dos maiores fundos globais de combate à mudança do clima.

Pensamos o desenvolvimento sustentável a partir de uma integração das dimensões econômica, social e ambiental, o que se reflete em nossa estratégia e em nossas políticas, práticas e procedimentos, assim como em nosso relacionamento com todas as partes interessadas.

Nossa atuação socioambiental é regida pelos preceitos constantes da Resolução CMN 4.327/2014 e de suas atualizações. Visamos contribuir com as metas brasileiras (NDC) estabelecidas no Acordo de Paris e buscamos alinhamento com alguns parâmetros internacionais, como os padrões de desempenho da International Finance Corporation (IFC) e as salvaguardas socioambientais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para operações de exportação. Nossa agenda estratégica contribuiu ainda para os ODSs da Agenda 2030.

Para nós, a sustentabilidade vai muito além do apoio à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), da preservação da biodiversidade e da realização de projetos sociais. Por meio de nossas soluções, ajudamos também na ampliação do acesso a serviços básicos para a população, na redução de desigualdades regionais, na geração de trabalho digno, no apoio ao empreendedorismo e às pequenas empresas, no fortalecimento da infraestrutura sustentável e no aumento da produtividade e da competitividade, inclusive por meio de inovação.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE NOSSA ATUAÇÃO

A maior parte dos impactos de nossa atuação é resultado dos investimentos que apoiamos, realizados por nossos clientes. Por isso, oferecemos condições diferenciadas para investimentos sustentáveis ou que colaborem com a transição para uma economia neutra em carbono.

Contamos com políticas e diretrizes para a concessão do apoio financeiro que preveem não só a observação das legislações aplicáveis, de normas setoriais específicas e da regularidade ambiental dos empreendimentos, mas também de práticas de responsabilidade social e ambiental por parte dos clientes.

Tendo em vista nosso amplo espectro de atuação, eventualmente podem ocorrer impactos negativos no apoio a projetos de setores como mineração, agroindústria, petróleo e gás, entre outros.

GOVERNANÇA DO TEMA

Contamos com uma estrutura de governança robusta para tratar dos temas social e ambiental, que vai desde nossos colaboradores até o Conselho de Administração (CA).

Essa governança foi revisada em 2021 de modo a reforçar sua importância. Como resultado, as atividades de cunho estratégico e transversal foram concentradas na unidade de planejamento, reforçando a interação com o tema. Reformulamos o Comitê de Sustentabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Territorial (CSS), que passou a se chamar Comitê de Sustentabilidade (CS), estabelecendo maior participação da alta administração do BNDES. Por fim, mapeamos as principais atividades relacionadas à agenda de sustentabilidade para melhor distribuí-las entre as equipes do Banco.

Foram mantidos núcleos temáticos nas unidades de relacionamento corporativo e de relacionamento com investidores, bem como uma área dedicada às operações de cunho socioambiental – a Área de Gestão Pública e Socioambiental (AGS) – e um **subcomitê ASG ligado ao CA**. A agenda de sustentabilidade contou ainda com um núcleo temático ligado à comunicação estratégica, buscando dar maior transparência a nossa atuação no tema.

A fim de cumprir as diretrizes estabelecidas em nossa Política de Responsabilidade Socioambiental Corporativa (PRSA), **equipes de nossas diversas unidades** atuam com o suporte de times especializados no tema socioambiental.

PRSA

Nossa PRSA é uma norma de conteúdo programático e estratégico, de caráter transversal e abrangente, e tem sua estratégia de execução consolidada em planos de implementação trienais. Ela estabelece as bases e o direcionamento para nossa atuação em sustentabilidade. Os compromissos do Banco estão sintetizados nos princípios e diretrizes da política, que devem orientar nossas práticas e responder às demandas de partes interessadas, entre elas, o Conselho Monetário Nacional (CMN), no papel de regulador.

Lançada em 2010, a PRSA teve sua última atualização aprovada em 2019, resultado de um processo de consulta pública aberto a todos em nosso *site*. Já os planos de implementação contemplaram os períodos de 2015-2017 e 2018-2020.



Saiba mais na seção Governança



Entenda como as diferentes áreas contribuem no tema da sustentabilidade: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/nossa-governanca-em-desenvolvimento-sustentavel/governanca-sustentabilidade



Saiba mais em Nossa estratégia

Em 2021, no âmbito do projeto corporativo **BNDES ASG**, buscamos aprofundar temas presentes em planos anteriores, mas também inaugurar novas abordagens para incorporação da sustentabilidade nas práticas de negócios do Banco. Assim, o projeto corporativo representou um período de transição entre os planos plurianuais da PRSA, com a aprovação do Plano PRSA 2022-2024 ao fim de 2021.

Gestão do risco socioambiental em operações

Em 2021, revisamos nosso regulamento interno para o desenvolvimento e gestão de políticas operacionais, incluindo a análise dos seguintes aspectos **na aprovação de cada novo instrumento de apoio**: classificação socioambiental; contribuições para os ODSs; e impactos socioambientais e climáticos negativos e positivos.

Reformulamos também nossa política socioambiental voltada para as operações de crédito, que passou a se chamar **Regulamento de Gestão Socioambiental de Operações**.

O regulamento representa o desdobramento da PRSA em termos operacionais.

Incorporamos ao regulamento o novo conceito de sensibilidade socioambiental das operações – calculado com base na categoria ABC, no valor e no prazo da operação. Além disso, estabelecemos nova metodologia para avaliar a gestão socioambiental de clientes. Os dois aspectos combinados determinam o tratamento a ser dado para gestão do **risco socioambiental** nas etapas de análise e acompanhamento das operações.

No caso das operações de valores mobiliários, a subscrição também deve abranger a avaliação socioambiental prévia da postulante, envolvendo seus principais aspectos sociais e ambientais e sua regularidade perante os órgãos ambientais competentes.

Para as operações indiretas automáticas, a gestão dos aspectos socioambientais é realizada pelos agentes financeiros, observando normas expedidas pelo BNDES e comunicadas por meio de circulares. Como se trata de um volume muito grande de operações de menor valor, o acompanhamento é feito de forma amostral.

De forma complementar, em 2021, realizamos o monitoramento do risco socioambiental da carteira de operações dos agentes financeiros por meio da avaliação de sua capacidade de gestão desses aspectos diante do volume de recursos gerido. Esse procedimento deve ser repetido de forma periódica nos próximos anos.

A regularidade socioambiental dos projetos apoiados é um compromisso contratual dos clientes e seu descumprimento pode ensejar a interrupção dos desembolsos e, até mesmo, o vencimento antecipado da dívida.

Realizamos, ainda, o monitoramento dos riscos socioambientais, registrando dados referentes às perdas efetivas em processos judiciais em função de danos socioambientais.

Em 2021, não houve registro de perdas de ordem socioambiental relacionadas aos clientes. Também não foram identificadas multas significativas ou sanções não monetárias resultantes da falta de conformidade com leis e/ou regulamentos ambientais ou socioeconômicos em 2021.

Contamos, ainda, com **outros normativos relacionados à sustentabilidade** em suas dimensões corporativa, operacional e setorial.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na revisão do planejamento estratégico aprovada em dezembro de 2021, nossa missão “Socioambiental” foi desmembrada em duas: “Social” e “Ambiental”. A primeira tem como foco saúde, educação e segurança pública. Já a missão “Ambiental” tem por objetivo promover a transição justa para uma economia neutra em carbono e resiliente ao clima, fomentando o crescimento econômico dentro dos limites do planeta e posicionando o BNDES e o Brasil como polos de investimentos sustentáveis no cenário internacional.

A partir das discussões de nosso novo mapa estratégico, estabelecemos alguns indicadores corporativos e de áreas relacionados à sustentabilidade, como o número de operações aprovadas nos focos social e ambiental; o valor de créditos de carbono adquiridos; o aumento da capacidade instalada em energia renováveis; e o número de setores reportados em nosso Painel NDC.

Para 2022, aprovamos novo projeto corporativo relacionado ao tema ASG, dessa vez com maior foco em clima, buscando tornar o Banco uma liderança no processo de transição justa para uma economia neutra em carbono e com menos desigualdades sociais.

RATING ASG

Em 2021, participamos de processo de avaliação e *rating* ASG, com objetivo de adquirir conhecimento estruturado sobre nossos pontos fortes e necessidades de melhoria, inclusive sobre como estamos em relação a nossos pares, além de atender a uma demanda latente de investidores e outras partes interessadas por



Saiba mais em Novas soluções e produtos



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/outras-politicas-e-regulamentos/regulamento-socioambiental/regulamento-gestao-socioambiental/

O regulamento prevê que a categoria socioambiental (ABC) pode ser estabelecida considerando as características do instrumento de apoio utilizado, do setor de atividade econômica da operação ou do projeto de investimento a ser financiado.



Saiba mais em Gestão de riscos



Consulte em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/outras-politicas-e-regulamentos/outras-politicas-regulamentos

mais informações sobre nosso posicionamento e esforço para avançar nessa agenda.

O processo de avaliação para a emissão do *rating* foi conduzido pela Vigeo Eiris – uma das agências mais representativas do setor, atualmente parte da Moody's ESG Solutions. A análise envolveu nossas diversas áreas e foi realizada por meio de um questionário qualitativo e de entrevistas com pessoas selecionadas com base em seu conhecimento e experiência, englobando alta administração e empregados.

A agência Vigeo Eiris atribuiu ao BNDES o rating A1+, o mais alto de sua escala, e posicionou o Banco no 86º lugar entre as 4.913 empresas participantes do *ranking* mundial. O Banco ocupou a quarta colocação entre as 848 organizações analisadas em mercados emergentes.

Os benefícios esperados a partir da publicação do *rating* ASG incluem a melhoria da imagem e reputação do BNDES na comunidade internacional, o aumento da liquidez nos títulos de dívida emitidos pelo Banco e a redução dos custos de captação.

Saiba mais em
O que fazemos



ATUALIZAÇÃO DA LISTA DE EXCLUSÃO SETORIAL

Ampliamos o escopo de vedação de apoio a setores e empreendimentos críticos em termos de riscos socioambientais.

Confira as principais mudanças:

- No setor elétrico, ampliamos a vedação a usinas térmicas a combustíveis fósseis, incluindo, além daquelas movidas a carvão, as térmicas a óleo derivado de petróleo.
- No setor de mineração, incluímos na lista de exclusão projetos de mineração de carvão para abastecimento de térmicas, além de vedar o apoio à extração e beneficiamento de amianto.
- No setor de saneamento, estabelecemos a condição de tratamento do esgoto em projetos de coleta.



Conheça todos em
www.bndes.gov.br/ra2021

Seguimos, ainda, uma série de acordos multilaterais – relativos a temas como espécies ameaçadas, camada de ozônio, poluentes, armas, entre outros – que regulam o financiamento de atividades e projetos.



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes

Todas as informações estão disponíveis em nosso site, aumentando a transparência e facilitando o relacionamento com o cliente e demais *stakeholders*.

CAPACITAÇÕES

Disponibilizamos em 2021 dois treinamentos com o objetivo de melhorar a capacitação de nossos empregados no tema ASG: Introdução ao ASG no BNDES, com ampla adesão do corpo funcional, e Gestão socioambiental de operações, voltado, principalmente, a equipes operacionais.

Em agosto e setembro, foi realizada capacitação das equipes operacionais para implantação da política de gênero aplicável aos projetos apoiados com recursos do GCF, do qual o Banco é agente financeiro repassador. A capacitação sobre inclusão e diversidade foi conduzida por consultoria especializada e envolveu trinta colaboradores de nossas diferentes áreas.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Em 2021, lançamos o Painel NDC, um complemento ao painel ODS com foco em clima, que mostra nossa contribuição para as metas de redução de emissão de gases de efeito estufa do Brasil – baseadas em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês) –, a partir de nossa atuação nos setores de energia, florestas e mobilidade urbana desde 2015, quando foi firmado o Acordo de Paris.

Publicamos, ainda, um tutorial de navegação no Painel ODS, além de uma nota metodológica que explica como os objetivos estão inseridos em nossa estratégia e como apuramos a nossa contribuição para cada um deles.

Além disso, lançamos uma nova seção de sustentabilidade em nosso *site*, dedicada a organizar e apresentar tanto os compromissos do Banco na agenda quanto nossas linhas de apoio e entregas.

Realizamos duas campanhas publicitárias sobre o tema e uma campanha interna, “Sustentabilidade é a base”, com o objetivo de consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável entre nossos empregados.

COP 26

Em novembro, participamos da COP 26, em Glasgow, onde foram debatidas questões relacionadas às mudanças climáticas por participantes de diversos países. Além de estarmos presentes no pavilhão do governo brasileiro, tomamos parte nas atividades conduzidas pelo IDFC, que reúne diversos bancos públicos de desenvolvimento ao redor do mundo.

Em 2021, aprovamos o plano de trabalho para implementação de nossa Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade. Trata-se de um plano trienal com ações internas, voltadas aos nossos empregados, e ações externas, cujo público-alvo são clientes, fornecedores e prestadores de serviços, considerando o papel indutor de boas práticas que o Banco pode desempenhar.



Saiba mais Ética, integridade e transparência



Acesse em:
www.bndes.gov.br/ndc



Acesse em:
www.bndes.gov.br/ods



Acesse em:
www.bndes.gov.br/desenvolvimentosustentavel



Saiba mais em
Nossos relacionamentos

COMPROMISSOS

Pacto Global

Em agosto de 2021, aderimos ao **Pacto Global da ONU**, que propõe o alinhamento de operações e estratégias das empresas a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

Ao aderir à iniciativa, iremos trabalhar em conjunto com a Rede Brasil do Pacto Global, que estrutura projetos e ações comuns entre os 1.300 membros nacionais, contribuindo para o desenvolvimento de práticas empresariais mais sustentáveis em sete plataformas de ação: ODS, água, agro sustentável, clima, direitos humanos, combate à corrupção e comunicação e engajamento.

CDP – Investors Club

Passamos a ser associados em 2021 ao Carbon Disclosure Project (CDP), uma organização internacional sem fins lucrativos que estimula empresas e governos a reduzir suas emissões de GEE, proteger os recursos hídricos e salvar as florestas.

Como o CDP é também uma plataforma de transparência das emissões, com a filiação e o reporte anual à entidade, esperamos impulsionar a transparência ambiental corporativa, além de ter acesso ao maior banco de dados ambientais corporativos do mundo, que poderá ser utilizado para informar nossas atividades de investimento e financiamento.

PRODUTOS E INSTRUMENTOS

Operamos com diferentes fontes de recursos para o apoio a operações que promovam a sustentabilidade. Sempre que possível, buscamos utilizar recursos próprios combinados aos de terceiros, principalmente privados, de modo a alavancar o apoio financeiro e seus impactos positivos para a sociedade.

Em 2021, captamos U\$ 500 milhões com o New Development Bank (NDB) para apoio a projetos que promovam a redução de emissões de gases de efeito estufa e a adaptação às mudanças climáticas, além de R\$ 184 milhões em recursos

do **Funttel** a serem utilizados para expansão do acesso à banda larga no país.

Divulgamos ainda um **framework para emissão de títulos sustentáveis**, com a finalidade de amparar futuras captações de recursos com investidores para aplicação em projetos previamente categorizados como sociais e ambientais.

Durante o ano, lançamos o **BNDES Fundo Socioambiental** e diversas **novas soluções e produtos** para o tema. Demos continuidade à iniciativa de **matchfunding** Salvando Vidas e, por meio de um aditivo assinado com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), voltamos a realizar operações indiretas no âmbito do Fundo Clima.

Ampliamos também o número de projetos com foco socioambiental em nossa carteira de estruturação, integrando iniciativas voltadas à concessão de unidades de conservação, como parques e florestas.

Definimos como prioridade para o BNDES Funtec, no biênio 2021-2022, o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis. Nesse contexto, serão priorizados temas socioambientais de alto impacto, como florestas nativas, saneamento básico (água e esgoto) e novos biocombustíveis.

Fundo Amazônia

Nossa experiência como gestores do Fundo Amazônia é considerada referência na captação e gestão de recursos externos. Criado em 2008, o fundo apoiou até 2021 mais de cem projetos, com desembolsos da ordem de R\$ 1,4 bilhão.

No ano de 2021, foram desembolsados cerca de R\$ 120 milhões para projetos em andamento, restando R\$ 380 milhões a serem desembolsados para projetos já aprovados. Foram **concluídos no ano dez projetos**, que finalizaram os processos de relatoria, avaliação e prestação de contas das atividades realizadas.

Atualmente, as doações ao fundo estão suspensas, enquanto o governo brasileiro e as autoridades dos países doadores negociam a recomposição da governança da iniciativa.



Saiba mais em
Nossos relacionamentos

Lançamos ao fim de 2021 o **Prêmio BNDES Todos Pela Sustentabilidade**, que tem como objetivo estimular a prática da filantropia, contribuindo para o desenvolvimento estruturado e perene de projetos e para alavancar o poder de impacto e transformação na sociedade. Espera-se que o prêmio possibilite uma interação com diferentes *stakeholders* engajados na agenda do desenvolvimento sustentável.



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/premio-bndes-todos-pela-sustentabilidade



Saiba mais em
Novas soluções e produtos



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/solucoes-de-financas-sustentaveis



Saiba mais nas seções
Novas soluções e produtos
e Nosso desempenho

O **BNDES Funtec** é um instrumento de apoio não reembolsável voltado a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), que busca estimular o desenvolvimento tecnológico e a inovação de interesse estratégico para o país, levando conhecimento da academia para as empresas.



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-funtec



Confira informações detalhadas sobre a atuação do fundo em: www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/



MODELO DE GOVERNANÇA

Nossa estrutura de governança tem como objetivo fortalecer nossa gestão, privilegiando um processo transparente e coletivo de tomada de decisão. Ela engloba o Conselho de Administração (CA) e seus subcomitês, o Conselho Fiscal (CF), o Comitê de Auditoria (Coaud), o Comitê de Riscos, o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e a Diretoria, além de outros comitês de diretores e superintendentes.

Os estatutos sociais das empresas do Sistema BNDES definem as competências do presidente, do CA, da Diretoria, dos diretores e dos demais órgãos estatutários. Algumas delas podem ser delegadas pelas alçadas originárias por meio de atos normativos relativos ao assunto específico. Há possibilidade ainda de subdelegação por diretores, superintendentes e chefes de departamentos.

O cargo de presidente do BNDES é ocupado por **Gustavo Montezano**, desde 16 de julho de 2019.

O CA segue um plano de trabalho anual, com reuniões ordinárias mensais, atualizado sempre que necessário. Participam periodicamente dessas

reuniões os comitês de assessoramento (comitês de Riscos, de Auditoria e de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração), com relato de seus respectivos membros sobre aspectos e preocupações mais relevantes acerca de sua esfera técnica de atuação.

A comunicação de preocupações cruciais ao CA é feita principalmente pelo Coaud, inclusive quanto ao cumprimento pela Diretoria das recomendações feitas por ele e por auditores independentes ou internos, assim como em relação à efetividade dos controles internos. Periodicamente, o comitê submete ao CA relatório que serve de importante instrumento para esse fim.

Conforme previsão estatutária, a Diretoria aprecia as matérias que vão para o CA e cada diretor participa das reuniões do conselho no relato das matérias relacionadas às suas áreas.

Os aspectos econômicos, sociais e ambientais são tratados em todas as esferas de nossa governança, sendo atribuídos a superintendentes e chefes de departamento, conforme previsto na Organização Interna Básica (OIB).



Veja o currículo do presidente do BNDES em www.bndes.gov.br/gustavo-montezano

CONSELHO FISCAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Conheça cada comitê em: www.bndes.gov.br/ra2021.

* Ao longo do relatório, fazemos referência à Diretoria Executiva simplesmente como Diretoria.

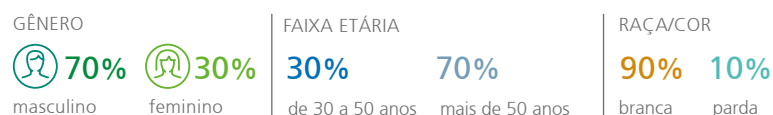
COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS

CONSELHO FISCAL: fiscaliza os atos dos administradores e verifica o cumprimento de seus deveres legais e estatutários; analisa as demonstrações contábeis trimestrais do BNDES; examina e emite parecer sobre as demonstrações financeiras semestrais da instituição, entre outras atribuições.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: é o nosso mais alto grau de governança. Opina sobre questões relevantes do desenvolvimento econômico e social do país relacionadas às nossas ações; aconselha o presidente do Banco sobre as linhas gerais orientadoras de suas ações; aprova as políticas gerais e programas de atuação de longo prazo; manifesta-se sobre as demonstrações financeiras da instituição, entre outras atribuições.

O presidente do CA do BNDES não acumula outra função executiva no Banco.



Os conselheiros em exercício em 31 de dezembro de 2021 têm mandato unificado até 26 de fevereiro de 2022.

Em 2021, recebemos o selo da instituição Women on Board, concedido a empresas que valorizam a diversidade de gênero em seu ambiente corporativo e que têm pelo menos duas mulheres no Conselho de Administração.

COMITÊ DE RISCOS: propõe recomendações ao CA sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de gestão de continuidade de negócios, plano de contingência de liquidez e capital; avalia os níveis de apetite a riscos; analisa o ambiente de risco do BNDES, entre outras atribuições.



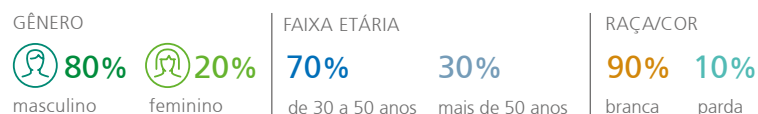
COMITÊ DE AUDITORIA: opina sobre a contratação e destituição do auditor independente; revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; avalia a efetividade e supervisiona as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna; monitora a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações divulgadas pelo BNDES; avalia e monitora exposições de riscos do Banco.



COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO: é o órgão de caráter opinativo e de assessoramento ao acionista controlador e ao CA nos processos de indicação, avaliação, sucessão e remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.



DIRETORIA EXECUTIVA: tem poder deliberativo e conta com uma ampla estrutura de comitês que atuam como instrumento de alinhamento estratégico em temas específicos. Esses comitês reúnem diversas instâncias hierárquicas, como diretores, superintendentes e chefes de departamento, de acordo com sua finalidade. Cabe à Diretoria, entre outras responsabilidades, gerir as atividades do BNDES e avaliar os seus resultados. A Diretoria deve submeter os assuntos que dependam de deliberação do CA, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse.



ASSEMBLEIA GERAL DO BNDES

É convocada pelo CA ou, em casos previstos em lei, pela Diretoria, pelo CF ou pela União. É realizada ordinariamente uma vez por ano ou extraordinariamente por interesse do BNDES. Entre suas competências estão: aprovação do relatório anual da administração; alteração do capital social e do estatuto social; eleição e destituição de membros do CA e do CF; e fixação da remuneração dos administradores do Banco e de membros do CF e do Coaud.

Os trabalhos da assembleia são liderados pelo diretor jurídico, por delegação do presidente do CA. Deverão comparecer à assembleia ao menos um membro do CF, a depender da matéria, e um procurador da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), representante da União, acionista única do BNDES.

COMO SÃO SELECIONADOS OS MEMBROS DO CA?

O CA é composto por 11 membros, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo: quatro indicados pelo Ministério da Economia (ME), um pelo Ministério das Relações Exteriores, cinco pelo ministério que estiver supervisionando o BNDES e um representante dos empregados do Banco, escolhido entre os ativos pelo voto direto de seus pares. Pelo menos três dos membros indicados pelos ministérios deverão ser independentes. Em 31 de dezembro de 2021 havia dez conselheiros ativos e uma vaga não preenchida. Os membros do CA têm prazo de gestão unificado de dois anos, contados a partir da data da posse, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Os indicados devem cumprir requisitos específicos, como ter notório conhecimento e formação acadêmica compatíveis com o cargo. A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) faz a análise prévia dos documentos comprobatórios do indicado e consulta a Casa Civil da Presidência da República para confirmar a indicação. Cumprida essa fase e não havendo objeções, o ME envia a documentação para análise de nosso Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Tendo o comitê, por maioria absoluta, verificado a presença de todos os requisitos e a ausência de vedações, o ministério responsável pela indicação do conselheiro encaminha sua decisão final para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A indicação é, então, submetida à Assembleia Geral do BNDES, a quem compete privativamente deliberar sobre a eleição e destituição dos membros do CA.

Avaliação do CA

O CA realiza anualmente uma autoavaliação de seu desempenho por meio de um questionário sobre a efetividade de sua governança. Na avaliação referente ao ciclo de 2021, os conselheiros responderão sobre temas como: alinhamento ao propósito; ASG; consecução dos objetivos estratégicos; e gerenciamento de riscos corporativos.

Revisamos em 2021 a norma de *background check* de membros estatutários do Sistema BNDES, que trata da verificação de impedimentos legais, situações de conflito de interesse e risco de integridade (processos administrativos, judiciais, mídia negativa e lista de sanções).

Essa avaliação permite que sejam identificadas oportunidades de melhoria, de modo que o colegiado tenha um progresso contínuo em seu desempenho, incluindo em aspectos econômicos, ambientais e sociais.


PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

A prevenção de conflitos de interesse em relação a membros de órgãos estatutários ocorre, inicialmente, no momento de sua indicação para o cargo e, depois, a cada ano, nas avaliações periódicas ou em eventuais reconduções. Nesses momentos, por meio do processo de verificação de integridade, são analisadas as atividades paralelas e vínculos societários de conselheiros e diretores, a fim de identificar situações que possam gerar conflitos. É realizado monitoramento contínuo de participações societárias desses membros.

O regimento interno do CA estabelece ainda que, em caso de conflito de interesses, os membros devem se abster das discussões e deliberações sobre a matéria, cumprindo-lhes comunicar seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e a extensão de seu interesse.

Como medidas mitigadoras previstas no regimento, as deliberações sobre assuntos que envolvem conflito de interesse são realizadas em reunião separada e exclusiva para esse fim, sem a presença do membro impedido. O membro que identificar impedimento de outro, não declarado voluntariamente, deverá colocar o tema em pauta para deliberação colegiada.

Contamos também com uma **Política para Transações com Partes Relacionadas**, cuja última versão foi aprovada por nosso CA em novembro de 2021. O objetivo dessa política é estabelecer e consolidar as principais regras a

 Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/prestacao-de-contas/regulamentos-politicas-corporativas/politica-para-transacoes-com-partes-relacionadas

MIX DE COMPETÊNCIAS E DIVERSIDADE NO CA

O ano de 2021 foi um marco na formação de um colegiado com alto grau de complementaridade de competências, com a alocação dos conselheiros em subcomitês temáticos de acordo com seus conhecimentos e áreas de interesse específicos, mediante indicação feita pelo próprio CA.

Os subcomitês temáticos contribuíram para aumentar a produtividade das reuniões do CA e possibilitaram o aprofundamento do conhecimento dos conselheiros em relação às matérias submetidas à apreciação do colegiado. Essa estrutura também incrementou o conhecimento coletivo do conselho, que em seus subcomitês teve contato com diversas equipes técnicas do Banco e variados assuntos. Veja a seguir os temas acompanhados por cada subcomitê.

Subcomitê 1 – ASG, comunicação, recursos humanos, *compliance*, jurídico, operações, imagem e governança

Subcomitê 2 – Financeiro, riscos, auditoria e novos produtos

Subcomitê 3 – Mercado de capitais, participações, crédito e garantias

Subcomitê 4 – Infraestrutura

serem observadas na transferência de recursos, bens, serviços ou obrigações, pecuniários ou não, que envolvam pessoa ou entidade relacionada com o BNDES, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DO BNDES AOS ADMINISTRADORES

A política global de remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e CA) e demais membros estatutários é elaborada e analisada pelo Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, com apoio da Área de Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional, seguindo as diretrizes da Sest. Posteriormente, é enviada para aprovação do CA e deliberação da Assembleia Geral do BNDES.

A Política de Remuneração dos Administradores das empresas do Sistema BNDES disciplina o processo de remuneração dos membros da Diretoria e do CA e leva em consideração a adequação às melhores práticas de mercado e às disposições legais; o reconhecimento da responsabilidade, do tempo dedicado à função, da competência e da reputação profissional dos administradores; o incentivo a comportamentos que não elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo; e a observância às metas e à situação financeira atual e esperada da instituição. A remuneração e os benefícios concedidos a nossos dirigentes podem ser encontrados em nosso [site](#).

Remuneração dos diretores

A remuneração fixa mensal dos membros de nossa Diretoria é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral. Os diretores têm direito a **remuneração variável anual (RVA)**, condicionada ao alcance de metas e de indicadores de desempenho previamente estabelecidos no programa, que não inclui bônus, gratificações e ganhos baseados em ações.

Ressalvando-se eventual deliberação contrária na Assembleia Geral, os membros da Diretoria fazem jus a auxílio-refeição e auxílio-alimentação; auxílio-moradia; férias anuais de trinta dias remuneradas com um terço além da remuneração fixa mensal; plano de assistência à saúde ou benefício de assistência à saúde; ajuda de custo; recolhimento de contribuição previdenciária patronal; recolhimento de FGTS; remuneração compensatória (quarentena); e

Em agosto de 2021, o CA aprovou a Política Corporativa de Controle de Conflitos de Interesse do Sistema BNDES, que define diretrizes para identificação e administração de situações de conflito de interesses decorrentes das atividades finalísticas exercidas pelo Banco.



Acesse em: www.bndes.gov.br/remuneracao-administradores-e-conselheiros



Saiba mais em [Nossa equipe](#)

gratificação natalina (13º salário). Os integrantes da Diretoria, não contam com assistência educacional; multa rescisória de FGTS (40%); abono pecuniário de férias (venda de um terço de férias); aviso prévio indenizado e auxílio-transporte.

Remuneração dos conselheiros

Os membros de nossos conselhos (CF e CA) fazem jus a remuneração mensal equivalente a 10% da remuneração mensal média dos membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. É, ainda, vedado o pagamento de participação nos lucros da empresa, de qualquer espécie, aos conselheiros.

Remuneração dos demais membros estatutários

A remuneração fixa mensal dos membros do Comitê de Auditoria equivale a 50% (para o coordenador) ou 40% (demais membros) da remuneração média mensal dos membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefício, e vedado pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros.

A remuneração dos membros do Comitê de Riscos, por sua vez, equivale a 10% da remuneração mensal média dos membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefício, e vedado pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros.

Já o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração é constituído por três membros, que também integram o CA ou o Comitê de Auditoria, sem remuneração adicional.

RESCISÃO

Não há aviso prévio para diretores ou conselheiros. Quando da rescisão, o membro da Diretoria tem direito a receber o saldo de dias trabalhados e os valores proporcionais relativos ao 13º salário. Os membros de outros órgãos estatutários têm direito a receber o saldo de dias até a data da exoneração.

Conforme legislação pertinente, os membros da Diretoria ficam impedidos, durante período de seis meses posterior à rescisão, de exercer atividades ou prestar quaisquer serviços relacionados à área de competência do cargo ocupado, contados a partir da data da exoneração. Para isso, é paga pelo BNDES – exclusivamente durante o período de impedimento após o término do mandato do membro da Diretoria – uma remuneração compensatória referente ao cargo que era ocupado, desde que aprovado pela Comissão de Ética Pública (CEP).

Aposentadoria

O plano de benefícios previdenciários patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES não é extensivo aos conselheiros.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estamos organizados em diretorias específicas, compostas por áreas. Cada área é de responsabilidade de um superintendente. Em 2021, dispúnhamos de nove diretorias, agrupadas em *back office* (atividades financeira e de controle e suporte ao negócio) e *front office* (concessão de apoio financeiro e estruturação de projetos e parcerias).

Ao longo do ano, a composição de nossa Diretoria teve apenas uma alteração em março: a nomeação de Bruno Caldas Aranha em substituição a Leonardo Mendes Cabral.

AUDITORIA INTERNA

Nossa unidade de Auditoria Interna é vinculada diretamente ao CA e tem como missão fortalecer a governança corporativa, a gestão de riscos e o sistema de controle interno por meio de avaliações e consultorias objetivas e da interlocução com os órgãos externos de controle e fiscalização (OEC): TCU, CGU e BCB.

Em 2021, foram acompanhadas 236 fiscalizações, verificações e auditorias provenientes desses órgãos, que resultaram no monitoramento de 63 recomendações, determinações e apontamentos ao BNDES recebidos no ano. As providências adotadas em relação às recomendações e determinações do TCU e da CGU estão disponíveis em nosso site, atendendo à Instrução Normativa 84/2020 do TCU.

Em decorrência dos trabalhos de auditoria interna realizados em 2021, foram emitidas 248 novas recomendações aos gestores de processo, que resultaram na implementação de ações mitigadoras de risco. Ao longo do ano, foram atendidas 197 recomendações – de 2021 e anos anteriores. A implementação das ações mitigadoras de risco pelas unidades auditadas é acompanhada pela Auditoria Interna, que reporta trimestralmente a situação ao Coaud e aos conselhos de Administração e Fiscal.

As principais atividades de controle realizadas pela unidade são divulgadas anualmente no *Relatório anual de atividades de auditoria interna*. O resultado das auditorias anuais de contas conduzidas pela CGU, das inspeções e auditorias realizadas pelo TCU e os acompanhamentos das providências das



Veja nosso organograma no verso da capa.



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/etica-e-compliance/conformidade/auditoria-interna

respectivas recomendações ou determinações proferidas por esses órgãos de controle são disponibilizados em nosso site.

LEGISLAÇÃO E NORMATIVOS

CONFORMIDADE

Estamos inseridos em um dos setores mais regulados da economia. Por isso, mantemos mecanismos para mitigação do risco de não conformidade à **pluralidade de normas a qual estamos expostos**, e que pode acarretar danos à reputação ou sanções à instituição. Esses mecanismos estão reunidos em nosso Programa de Conformidade, que engloba as práticas para cumprimento de obrigações presentes nas normas internas e externas e nos acordos firmados pelo Banco.

Algumas de nossas atuais práticas de gestão da conformidade são:

- avaliação diária das proposições de atos normativos apresentadas no Congresso Nacional, com acompanhamento daquelas consideradas de alta prioridade e impacto para o Banco;
- acompanhamento da emissão de normas externas, bem como monitoramento do cumprimento de tais normas por nossas unidades;
- manutenção da base de acordos celebrados pelo BNDES; e
- avaliações de *compliance*, testes de conformidade que buscam aferir o grau de cumprimento às normas internas e externas.

As eventuais não conformidades e deficiências de controle identificadas pelas unidades de *compliance* e de gestão de risco operacional são discutidas com as unidades envolvidas, que propõem planos de ação para a sua correção e aprimoramento dos procedimentos. Os resultados desses trabalhos são apresentados aos comitês competentes do Banco.

REVISÃO E ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Atualizamos, sempre que necessário, as cláusulas de nossos contratos para adequá-las a alterações normativas e à revisão de processos e políticas operacionais. Entre as principais alterações ocorridas em 2021 nas minutas de instrumentos contratuais padronizados de nossas operações diretas, estão:

- Inclusão de previsão sobre práticas e condutas do cliente que podem levar à resolução contratual nas minutas contratuais de operações não reembolsáveis.

- Alteração nas cláusulas de obrigações especiais e de declarações do cliente relacionadas às obrigações ambientais, objetivando a redução de custos de transação e a melhoria da experiência do cliente, bem como a diminuição de riscos operacionais.
- Inclusão de cláusula contratual disposta sobre a sistemática a ser adotada na hipótese de juros negativos.
- Dispensa de exigências legais em razão das medidas de flexibilização decorrentes da pandemia (Lei 14.179/2021), como a apresentação de certidão negativa de débito (CND) – exceto para débitos previdenciários –, comprovação de regularidade com o FGTS, Rais e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).
- Inclusão de declaração relativa à inexistência de inadimplemento com a União e órgãos e entidades das administrações direta e indireta, ressalvados os apontamentos cujo tratamento foi especificado. Essa declaração não abrange as obrigações cuja comprovação de adimplemento deva ser feita por intermédio de certidão, em razão da legislação vigente.

Além dessas alterações pontuais, foram criadas duas minutas para permitir a operacionalização dos programas **BNDES Renovabio**, com cláusulas especiais que possibilitam alterar a taxa de juros em função do atingimento ou não de marcos de redução de emissões de gases de efeito estufa, e **BNDES Crédito ASG**, com cláusulas para permitir redução ou aumento da taxa de juros e para prever compromissos ASG por parte das empresas.

REVISÃO DO ESTATUTO SOCIAL

Implementamos em 2021 a revisão do estatuto social da BNDESPAR, seguindo diretrizes já adotadas para o do BNDES e alinhadas com o estatuto-modelo para as empresas estatais, lançado pela Sest em 2020.

Merece destaque a reorganização do artigo que trata do objeto social, com a inclusão do apoio a instrumentos e sociedades que tenham por objetivo gerar impacto socioambiental e resultado financeiro positivo de forma sustentável e do apoio à recuperação e reestruturação de ativos que integrem as carteiras do Sistema BNDES.

Foi incluída também previsão expressa do interesse público no direcionamento das atividades da empresa, como já realizado no caso do BNDES, refletindo orientação da Sest e previsão existente na Lei das Estatais.

Um novo capítulo foi adicionado ao estatuto, prevendo regras gerais da administração, com destaque para a responsabilidade dos administradores e conselheiros fiscais por prejuízos ou danos causados no exercício das suas atribuições.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Para realizar nossas atividades, utilizamos insumos e serviços adquiridos por meio de diferentes processos de contratação que seguem os critérios de julgamento estipulados na Lei das Estatais ou, ainda, a modalidade pregão, nos termos da Lei 10.520/2002.



Veja as principais normas às quais estamos submetidos em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/Legislacao-do_Sistema_BNDES/legislacao-do-sistema-bndes-estatutos



Saiba mais em [Nosso desempenho > Estrutura produtiva](#)



Saiba mais em [Novas soluções e produtos](#)



Acesse em: www.bndes.gov.br/licitacoes-contratos

Nossos contratos administrativos são públicos e podem ser acessados em nosso **site**. Em 2021, foram assinados 286 contratos. Veja a seguir as licitações e as contratações realizadas no período.

CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE LICITAÇÃO	TOTAL
Alienações	8
Concorrências	12
Pregões eletrônicos	51

CONTRATOS, ADITIVOS E PAPS	TOTAL	ORIGEM
Contratos licitados	63	Licitações
Contratos por dispensa e inexigibilidade de licitação (exceto pequeno valor)	68	Dispensa de licitação e inexigibilidade
Contratações de pequeno valor	123	Dispensa de licitação
Aditivos	82	
Processo administrativo punitivo (PAP)	6	
Contratos para desestatização	32	Artigo 28, §3º, Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e Res. Dir. 3.685/2020

No ano de 2021, o novo modelo de **contratação de consultorias** para estruturação de projetos de desestatização, implementado durante 2020, foi objeto de posicionamento favorável dos órgãos de controle federal, com amplo debate entre as partes e aperfeiçoamentos.



Saiba mais em [Desestatização e estruturação de projetos](#)

CONTRATOS COM FORNECEDORES

Somos uma instituição bancária de natureza pública, que tem suas atividades-fim realizadas via de regra por equipes concursadas. Assim, a contratação de fornecedores está limitada principalmente à compra de insumos ou a prestação de serviços acessórios à atividade-fim do Banco, de acordo com condições estipuladas pela Lei das Estatais e por resolução de nosso CA.

Em relação a fornecedores de serviços, as atividades executadas de forma indireta incluem:

(i) atividades acessórias, auxiliares ou instrumentais, como serviços gerais e tecnologia da informação; e (ii) aquelas de apoio às atividades finalísticas do Banco, como, por exemplo, serviços relacionados aos projetos de desestatização.

Contamos também com fornecedores de materiais e equipamentos para suprir nossas necessidades operacionais.

Em 2021, mantivemos 803 contratos ativos com 632 fornecedores, cuja localização geográfica é apresentada na tabela a seguir, com destaque para os locais de nossos escritórios.

CIDADE	CONTRATOS	FORNECEDORES	% DE FORNECEDORES POR LOCALIZAÇÃO
Brasília	63	50	7,90%
Recife	13	13	2,05%
Rio de Janeiro	197	165	26,07%
São Paulo	255	182	28,75%
Outras cidades	275	222	35,23%
Total	803	632	100,00%

O somatório dos pagamentos realizados a fornecedores totalizou R\$ 372,4 milhões no ano.

Considerando nossa base de contratos, não identificamos mudanças relevantes na cadeia de fornecedores em 2021 que pudessem impactar nossas operações.

COMPRAS SUSTENTÁVEIS

De acordo com regulamento interno, nossas licitações e contratos deverão ser realizados dentro de parâmetros sustentáveis sob os aspectos social, econômico e ambiental. Cabe ao Banco adotar procedimentos racionais quando da tomada da decisão de consumo e considerar os diversos aspectos relacionados à execução do objeto contratual – como não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos; priorização no uso de produtos reciclados e/ou recicláveis; maior eficiência na utilização de recursos naturais; e análise dos impactos sociais decorrentes da execução, entre outros critérios.

O normativo prevê, ainda, que a adoção ou não de critérios de sustentabilidade deverá ser justificada nas contratações, levando-se em conta os custos e benefícios associados, além da realidade do mercado fornecedor. Nos casos em que forem aplicáveis, as exigências de caráter socioambiental devem estar fundamentadas objetivamente nas especificações técnicas da contratação.

ESTÍMULO A BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA EM COMPANHIAS INVESTIDAS

Buscamos sempre incentivar as companhias investidas a atingir padrões de governança corporativa cada vez mais elevados, seja por meio do exercício do direito de voto em seus colegiados, seja por meio de direitos contratualmente previstos em nossos acordos de acionistas. Uma boa governança corporativa aumenta a confiança dos investidores, mitigando conflitos de interesse e, historicamente, tem demonstrado geração de valor para a companhia.

Em dezembro de 2021, realizamos o evento Encontros sobre Governança e Conselhos de Administração, em que foram discutidos os desafios dos CAs para alcançar sustentabilidade e aprimorar governança no cenário pós-pandemia. O evento também abordou o tema da diversidade nesses colegiados.

Código de Stewardship

Por entender a relevância do papel dos acionistas na governança corporativa de suas companhias investidas, aderimos em 2017 ao Código de *Stewardship* da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec). Assim, divulgamos anualmente o *Relatório de Stewardship* da BNDESPAR, reportando com mais detalhes as atividades desenvolvidas no ano.

GESTÃO DE CUSTOS

Realizamos apuração de custos e de resultados das empresas do Sistema BNDES por área, departamento, linha e programa operado, com o objetivo principal de fornecer aos gestores informações para análise e tomada de decisão. Nosso processo também possibilita a análise de custos incrementais na criação de novas estruturas organizacionais e novos produtos, por exemplo.

O Sistema de Informações de Custos (SIC) do Governo Federal não é adotado como o principal sistema de apuração de custos por se tratar de ferramenta voltada para órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações.

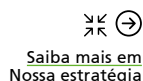
ÉTICA, INTEGRIDADE E TRANSPARÊNCIA



GRI

102-16 | 102-17 | 205-1 | 205-2
205-3 | 206-1 | 406-1 | 408-1 | 409-1
410-1 | 412-1 | 412-2 | 412-3
417-3 | 419-1

ÉTICA E INTEGRIDADE



Saiba mais em
Nossa estratégia

A ética é um dever de nossos empregados, administradores e prestadores de serviço. O compromisso com o tema está expresso em nossa declaração de **valores** e em nosso Código de Ética, que também é aplicável aos que interagem conosco, inclusive clientes e instituições financeiras credenciadas para repasse de recursos.

Em 2021, não houve registro de perdas decorrentes de fraudes ou de casos de corrupção, bem como de multas por não conformidade com leis e regulamentos, exceto em casos de reprocessamento de tributos e recolhimento de impostos em atraso. Nessa última situação, apenas uma delas é considerada relevante quando seu valor é comparado ao apetite a risco do Sistema BNDES. Apesar disso, quando esse valor é comparado ao histórico de perdas dessa natureza, é considerado um valor típico.

Durante o ano, não fomos alvo de processos relacionados à concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio, assim como não registramos nenhum caso de não conformidade relativo a comunicação e *marketing*.

Não houve, nos processos judiciais ou arbitrais, aplicação de multas ou sanções não monetárias resultantes da falta de conformidade com leis e/ou regulamentos socioeconômicos em 2021.

GESTÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e sua secretaria-executiva – vinculadas a nossa presidência – são responsáveis pela gestão de ética no Banco. Em 2021, foram conduzidos 133 procedimentos preliminares, como consultas relativas a condutas éticas, e realizadas ações preventivas internas de disseminação de valores, como campanhas de comunicação, cursos e eventos. Também tivemos participação ativa na coordenação do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais.

Normativos

Temos diversos documentos que contribuem para a prevenção e gestão do tema ética e integridade.

Realizamos anualmente treinamento obrigatório para os empregados, assim como para diretores e conselheiros, sobre as normas e valores vigentes, momento em que são renovadas as declarações de

cumprimento dessas normas. Além de participar do treinamento, todos os novos membros dos órgãos de governança também precisam ler e assinar uma declaração, normalmente associada ao termo de posse. Treinamentos regulares também são oferecidos aos parceiros de negócios.

POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ÉTICA E INTEGRIDADE

Programa de Integridade: reúne medidas, procedimentos e controles adotados para combater desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos.

Código de Ética: apresenta princípios, valores éticos e compromissos que devem ser observados por todas as pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, prestem serviços ao Sistema BNDES, de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem remuneração financeira. O documento foi desenvolvido em conjunto com todo o corpo funcional, por meio de consulta pública, sendo posteriormente aprovado pela Diretoria e pelo CA.

Política Corporativa de Integridade do Sistema BNDES: estabelece diretrizes e atribuições para o fortalecimento da integridade, visando a prevenção, detecção e remediação de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos ilícitos praticados contra o Sistema BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em consonância com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT): estabelece diretrizes e atribuições para prevenir a prática de lavagem de dinheiro nas operações, no país e no exterior, que envolvam o Sistema BNDES, além de reforçar nosso compromisso de cooperar com iniciativas nacionais e internacionais de PLDFT. A política é complementada por um conjunto de normativos internos elaborados em atendimento à nova regulamentação do BCB e da CVM.

Política Corporativa de Compliance: estabelece diretrizes e atribuições necessárias para a execução das atividades de *compliance* e para o fortalecimento dessa cultura. Foi revista em 2021 para refletir mudanças normativas ocorridas tanto no ambiente externo como no ambiente interno.

Além dos normativos, contamos também com as seguintes publicações: *Guia de Conduta e Integridade do BNDES*; *Guia de Conduta para Prestadores de Serviço do BNDES*; e *Ética e Integridade – 10 diretrizes de relacionamento com o BNDES*, as duas últimas com foco nos relacionamentos com o público externo.

SISTEMA DE CORREIÇÃO INTERNA

Nosso **sistema de correção interna** é composto pela Corregedoria, pelas comissões de procedimentos investigativos e processos de apuração, pelas comissões recursais e pelas autoridades ou órgãos colegiados competentes para julgamento dos processos de apuração de seus respectivos recursos. Esse sistema compõe o Programa de Integridade do Sistema BNDES com funcionamento supervisionado pelo CA e pelo Coaud.

O sistema tem por finalidade a detecção e a correção de irregularidades relacionadas às atividades das empresas do Sistema BNDES e que possam configurar infração disciplinar, ato de improbidade administrativa, ato lesivo contra pessoa jurídica integrante do Sistema BNDES e/ou ilícito penal.



Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/sistema-de-correicao

Elaboramos em 2021 nosso primeiro Relatório de Avaliação de Efetividade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (PLDFT), apresentando políticas, procedimentos e controles internos adotados pelo Banco com essa finalidade. O documento fornece informações ao Coaud e ao CA, assim como ao Comitê de Riscos, atendendo nova regulamentação do BCB sobre o tema. Emitimos também Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação de PLDFT, dando ciência à alta administração sobre as medidas adotadas para solucionar as deficiências apontadas no relatório de avaliação.

Atualizamos ainda o Questionário de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (Wolfsberg Questionnaire), que fornece uma visão das políticas e práticas de prevenção à lavagem de dinheiro que adotamos e está disponível em nosso *site*.

Para apoiar o monitoramento e a comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) de situações suspeitas, contratamos um novo sistema em 2021.

Estabelecemos ainda procedimentos de monitoramento e identificação de pessoas físicas e jurídicas que foram objeto de sanção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Seu escopo envolve processos de apuração, que deverão ser conduzidos com as garantias de ampla defesa e contraditório aos processados, bem como procedimentos investigativos, de caráter sigiloso, não punitivo e facultativo, instaurados quando verificados elementos mínimos indicativos de irregularidades que não configurem indícios suficientes para a instauração de processos de apuração.

A Corregedoria é vinculada ao presidente do BNDES e liderada pelo diretor responsável por *compliance*.

Procedimentos investigativos e processo de apuração

Em 2021, foram instaurados dois procedimentos investigativos e seis processos de apuração.

Um dos procedimentos investigativos instaurados foi referente a denúncia encaminhada à Corregedoria relacionada a um caso de conduta supostamente irregular na execução de serviços no âmbito de contrato administrativo. Esse processo está em fase de elaboração do relatório final, após a conclusão da fase de instrução.

No período, foram concluídos dez procedimentos investigativos e um processo de apuração, com a emissão de suas respectivas decisões finais.

Entre os procedimentos investigativos concluídos em 2021, dois, instaurados em 2020, estavam relacionados a condutas supostamente irregulares na execução de serviços no âmbito de contrato administrativo. Os procedimentos resultaram no enquadramento dessas condutas como atos lesivos, previstos no art. 5º, inciso IV, alínea “d”, da Lei Anticorrupção (“fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente”). Dessa forma, foram instaurados dois processos administrativos de responsabilização (PAR), que estão em andamento.

Foi ainda celebrado um termo de ajustamento de conduta (TAC), que tem por objetivo garantir a eficiência e a racionalidade, podendo ser celebrado

quando se observa infração disciplinar de baixo potencial ofensivo.

Em 2021, não foram registrados casos de corrupção envolvendo empregados do BNDES, não havendo, conseqüentemente, aplicação de penalidades relativas ao tema. Além disso, não foram registradas demandas referentes a casos de corrupção em operações de apoio financeiro do Banco.

DIREITOS HUMANOS

Em nossa **Política Corporativa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)**, assumimos o compromisso público com o “respeito integral aos direitos humanos, com uma pauta positiva para inclusão da diversidade e com o combate e repúdio a toda prática de atos que importem em qualquer tipo de discriminação ou violação de direitos”. O tema também está explícito em nosso **Código de Ética**, em que registramos o “compromisso vital com os direitos humanos de todos os participantes de nossa cadeia de relacionamentos”.

Contamos ainda com Política de Equidade de Gênero e de Valorização da Diversidade, que busca contribuir para a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação no ambiente de trabalho e nas instituições que participam de nossa cadeia de relacionamentos.

Em consonância com as duas políticas, nossa Política Socioambiental de Atuação em Mercado de Capitais também estabelece parâmetros relativos ao tema, que deverão ser observados na estruturação de um investimento pela BNDESPAR. Destaca-se a verificação da inexistência de trabalho em condições análogas à escravidão, trabalho infantil e situações de discriminação. Tais parâmetros estão previstos em todas as etapas do processo de investimento, desde a análise de elegibilidade da operação até o acompanhamento das operações que receberam investimento.

Entre as práticas adotadas internamente estão a **verificação de procedimentos relativos a direitos humanos** durante a análise cadastral de empresas solicitantes de financiamento direto e cláusula social padrão adotada em todos os nossos contratos, com menção explícita ao combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo no Brasil.

Isso permite que, uma vez constatado desrespeito à legislação em qualquer desses aspectos, possamos suspender os desembolsos e, em último caso, exigir o vencimento antecipado do contrato.

Dessa forma, não identificamos contratos com fornecedores e/ou disponibilização de apoio financeiro para pessoas jurídicas que se enquadrem em casos de trabalho infantil e de trabalho forçado ou análogo ao escravo.



Acesse em: www.bnades.gov.br/politica-responsabilidade-socioambiental

Acesse em: www.bnades.gov.br/codigo-de-etica



Em agosto de 2021, aderimos ao Pacto Global da ONU, que abrange compromissos derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos. Já éramos signatários também de compromissos coletivos, como a Carta Aberta de Empresas pelos Direitos Humanos (2018) e os Princípios de Financiamento Responsável do BRICS (2020).



Saiba mais em **O que fazemos**

VERIFICAÇÃO DE INTEGRIDADE PARA CARGOS

Antes da nomeação ou recondução de membros de órgãos estatutários, bem como previamente à contratação de assessores externos, é realizado processo de verificação de integridade em que são consultadas diferentes bases de dados contendo informações de mídias negativas, processos administrativos e judiciais, participações societárias e relacionamento prévio com o Banco. Com base nas informações coletadas, é verificada a existência de impedimentos legais ao relacionamento institucional com o profissional. Essa avaliação pode resultar em recomendações de não eleição, contratação ou permanência do indivíduo. A verificação é renovada anualmente ou quando há notícia de fato relevante.

CAPACITAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em 2021, passaram a ser oferecidos dois cursos internos de educação a distância sobre a temática ASG, que, entre outros temas, abordaram a questão dos direitos humanos.

Além disso, a equipe de segurança atuante no Edserj é capacitada, em seu curso de formação, em temas relativos a direitos humanos, conforme previsto na Portaria 3.233/12-DG/PF.



etica@bndes.gov.br ou www.bndes.gov.br/etica



www.bndes.gov.br/ouvidoria

Em 2021, o atendimento presencial em nosso escritório no Rio de Janeiro ficou suspenso em decorrência da pandemia.

Em 2021, a cláusula social foi estendida também para os contratos com fornecedores e prestadores de serviços, possibilitando a rescisão contratual em casos de descumprimento.

Por serem consideradas de importância para o BNDES, questões relacionadas à insalubridade e periculosidade no ambiente de trabalho, bem como risco para a saúde e segurança de comunidades potencialmente afetadas, são consideradas para a classificação do risco socioambiental dos projetos apoiados pelo Banco.

Em 2021, a CET recebeu uma denúncia a respeito de supostos atos discriminatórios de natureza religiosa em relação a um empregado terceirizado. A comissão instaurou procedimento preliminar, mas a demanda não apresentou elementos mínimos necessários para o seu processamento. O gestor do contrato foi orientado sobre como evitar a ocorrência de quaisquer atos discriminatórios.

A Ouvidoria do BNDES pode ser acessada para o encaminhamento de denúncias, sem prejuízo do canal próprio da CET. Ao receber a denúncia, a Ouvidoria pode efetuar o encaminhamento para a CET e/ou para outras unidades, como a Corregedoria do BNDES, a depender das circunstâncias do caso em análise.

Para acessar o canal de denúncias, basta entrar no site da **Ouvidoria** e clicar em “Envie sua mensagem à Ouvidoria”. A partir daí, o usuário será redirecionado para a plataforma Fala.BR, desenvolvida e gerida pela Ouvidoria-Geral da União. Trata-se de um ambiente sigiloso, hospedado fora dos servidores do BNDES.

Cabe ressaltar que embora os canais da Ouvidoria e da CET sejam distintos, a demanda em que haja um recorte ético, e que seja submetida pelo canal da Ouvidoria, será direcionada para a CET.

TRANSPARÊNCIA

ACESSO À INFORMAÇÃO

No âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI), nosso Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) oferece atendimento: telefônico (0800-887-6000), por correspondência, pelo *e-mail* sic@bndes.gov.br ou pela plataforma Fala.BR, que reúne, em um único local, as manifestações recebidas pelos SICs e ouvidorias dos órgãos federais.

SIGILO

Todas as nossas informações não enquadradas por lei como sigilosas podem ser consultadas pela sociedade, conforme dispõe a LAI. Os principais tipos de sigilo que temos dever de manter são:

- Sigilo bancário: direito individual de clientes e de terceiros à manutenção da confidencialidade de seus dados econômicos e financeiros.

SEMANA DE ÉTICA E INTEGRIDADE (SEI)

A partir de 2021, passamos a celebrar a SEI em maio, em razão do Dia Nacional da Ética (2 de maio). Entre os dias 3 e 7, realizamos cinco ações voltadas aos públicos interno e externo para fortalecer a cultura de ética e integridade do BNDES e para reforçar o nosso compromisso com o tema:

- Palestra Ética no Trabalho e nos Negócios, com o professor doutor Clóvis de Barros Filho – 340 participantes.
- *Webinar* Conflito de Interesses (destaque para transações com valores mobiliários e atividades paralelas) – 150 participantes.
- Treinamento Conflito de Interesses e PLDFT – obrigatório para todos os empregados e membros da alta administração, contou com participação de 93,4% dos empregados do Banco.
- Treinamento Ética e *Compliance* – curso ao vivo com destaque para o *Guia de conduta para prestadores de serviço do BNDES*, com 38 participantes.
- Comunicação do Dia Nacional da Ética para clientes – divulgação da data e do documento *Ética e integridade – 10 diretrizes de relacionamento com o BNDES*. Foram enviadas mensagens a 889 contatos.

Assim, as instituições financeiras não podem revelar, fora das hipóteses legais, os dados obtidos de seus clientes e de terceiros no exercício de sua atividade bancária. A observância do sigilo bancário é uma garantia de interesse público, em favor da credibilidade, estabilidade e solidez do sistema financeiro.

- Sigilo empresarial: é uma garantia de proteção dos dados e documentos produzidos por uma empresa no exercício de sua atividade econômica. A finalidade do sigilo empresarial é proteger as informações que propiciam ao empresário ou à sociedade empresária vantagens competitivas fundamentais para o êxito da atividade, tais como marcas, patentes, *know-how* e segredos industriais, cuja divulgação pode acarretar danos materiais ou morais.

TRANSPARÊNCIA EM NOSSO SITE

Lançamos em 2021 novos serviços de **transparência em nosso site**, como a consulta aos contratos de consultores de desestatização e os painéis visuais com dados das operações do BNDES Finame e de crédito rural.

Efetuamos melhorias na seção a partir de avaliação do TCU, que devem melhorar o índice de transparência de nosso site.

Incluímos também novos conteúdos no portal BNDES Aberto, como esclarecimento sobre **nosso apoio a empresas farmacêuticas**, devido a questionamentos recebidos no início do ano.

PLANO DE DADOS ABERTOS

Em 2021, publicamos nosso Plano de Dados Abertos e disponibilizamos o primeiro conjunto de dados (17 bases). Lançamos ainda o **Prêmio Dados Abertos para o Desenvolvimento**, buscando estimular a realização de estudos, análises e tecnologias que contribuam para aprimorar a gestão pública a partir dos dados disponibilizados. Foram premiados os três melhores trabalhos, obedecendo a critérios de impacto, usabilidade, criatividade e originalidade e qualidade técnica.



Acesse em: www.bndes.gov.br/transparencia



Saiba mais em: <https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/farmacenticas/>



Saiba mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/iniciativas/premio-dados-abertos



Em 2021, entre outras ações, revisamos nossas políticas de gestão de risco, seguimos aprimorando nossa gestão integrada de riscos, elaboramos proposta de apetite a risco socioambiental e de governança (ASG), além de termos estabelecido limites de risco de crédito para os setores prioritários de nosso planejamento estratégico. Conheça a seguir nossa matriz de riscos atualizada.

	PRINCIPAIS RISCOS	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
MACROECONÔMICOS	<p>Mudanças na conjuntura macroeconômica</p> <p>O retorno financeiro de nossas operações depende do desempenho da economia brasileira, uma vez que a capacidade de pagamento dos clientes e o valor de mercado dos instrumentos financeiros do BNDES são afetados por fatores macroeconômicos, como inflação, queda do PIB, queda do nível de renda, aumento do desemprego, flutuações nas taxas de câmbio e juros etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento periódico do desempenho da economia e análise de seu impacto em nossas operações. Estabelecimento de limites de risco, monitorados de forma periódica, para subsidiar o processo decisório da alta administração. Diversificação da carteira de apoio financeiro. Atuação do Comitê de Assuntos Financeiros e dos comitês de gestão de risco.
	OE: Gestão integrada de riscos; Gestão financeira de ativos e passivos; e todos os objetivos relacionados com as entregas para a sociedade.	
DE MERCADO	<p>Volatilidade do mercado de ações</p> <p>Tendo em vista o volume de nossa carteira de ações, composta inclusive por alguns dos principais ativos listados na B3, estamos sujeitos à alta volatilidade do mercado acionário brasileiro, o que se reflete no comportamento de nosso capital ao longo do tempo, oferecendo riscos também ao cumprimento de limites regulatórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento e controle dos riscos por meio de limites e relatórios diários. Aplicação da metodologia de quantificação do risco de concentração setorial. Atuação do Comitê de Gestão de Risco de Mercado, com recomendações para melhoria da gestão da carteira de renda variável. Revisão do apetite a riscos do BNDES em relação à exposição a operações de renda variável. Melhoria no processo de governança de risco de renda variável com a atuação mais ativa e tempestiva das equipes de gestão de risco de mercado.
	OE: Gestão integrada de riscos; Gestão financeira de ativos e passivos.	
DE CRÉDITO	<p>Concentração da carteira de crédito</p> <p>A carteira reflete a característica de concentração observada no mercado empresarial brasileiro.</p> <p>Deterioração do crédito</p> <p>Aumento do risco de perdas decorrente da pandemia de Covid-19.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aplicação da metodologia de quantificação do risco de concentração individual. Aplicação da metodologia de monitoramento das maiores exposições, visando antecipar possíveis estados de alerta. Aumento de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, compatível com o acréscimo de risco estimado, buscando atuar de forma preventiva, em função das incertezas econômicas.
	OE: Soluções para o cliente; Gestão integrada de riscos; Gestão financeira de ativos e passivos.	
OPERACIONAIS	<p>Perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, inerentes a qualquer negócio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e análise sistemática dos principais riscos operacionais e seus controles internos, com o objetivo de implementar ações de tratamento e aprimorar as metodologias utilizadas para o gerenciamento do risco operacional.
	OE: todos os objetivos estratégicos.	
LEGAIS	<p>Não observância de ordenamento jurídico e normas internas por causa da complexidade da estrutura legal e normativa, além de alterações nas leis ou regulamentação aplicáveis a nossa atuação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Tratamento no âmbito das metodologias de gestão do risco operacional, enfatizando a conformidade a leis e normas aplicáveis a nossa atuação, e especial atenção às determinações das cortes administrativas e judiciais. Monitoramento automático da emissão de normas externas pelos principais órgãos reguladores e tratamento no âmbito das metodologias de gestão do risco operacional, enfatizando a conformidade a leis e normas aplicáveis a nossa atuação, com especial atenção às determinações das cortes administrativas e judiciais.
	OE: todos os objetivos estratégicos.	
DE LIQUIDEZ	<p>Possibilidade de o BNDES não ser capaz de honrar suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, em função de eventos que afetem a entrada e saída de caixa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento e controle dos indicadores de riscos de liquidez por meio de limites e relatórios periódicos. Avaliação periódica de impactos nos indicadores de liquidez em função de eventos que possam afetar a entrada e saída de caixa do BNDES.
	OE: Socioambiental; Gestão integrada de riscos; Gestão financeira de ativos e passivos.	
SOCIOAMBIENTAIS	<p>Possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais, associadas à deterioração da imagem da instituição.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Verificação da conformidade legal e da observância de critérios estabelecidos em nossas políticas e processos de análise e acompanhamento, de acordo com as especificidades de cada operação, bem como estabelecimento de possíveis condicionantes socioambientais específicas com ações de prevenção, mitigação ou compensação complementares às exigências previstas em lei. Apuração, quando da análise cadastral, acerca da existência de ações civis públicas e ações penais de cunho ambiental, bem como de áreas embargadas pelo Ibama ou a presença no cadastro de empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à de trabalho escravo em nome das empresas postulantes, garantidoras e seus controladores. Avanços na execução do Plano Plurianual de Implementação e Monitoramento da nossa Política de Responsabilidade Social e Ambiental, sob a gestão do Comitê de Sustentabilidade (CS).
	OE: Socioambiental; Gestão integrada de riscos; Gestão financeira de ativos e passivos.	
REPUTACIONAIS	<p>Percepção negativa sobre a instituição por partes interessadas relevantes, que poderia afetar a capacidade de manter ou ampliar relações de negócio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Monitoramento e gestão de imagem da instituição. Análise cadastral dos clientes com identificação de pontos de atenção relacionados à integridade. Monitoramento de mídia negativa dos clientes. Avaliação e tratamento de denúncias recebidas pela Ouvidoria.
	OE: todos os objetivos estratégicos.	
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICOS	<p>Eventos que podem afetar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade de ativos de informação necessários para consecução dos objetivos estratégicos do Banco.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Identificação e análise dos principais riscos de segurança da informação, monitoramento de ameaças cibernéticas e de controles internos de segurança da informação, bem como preparação e planejamento de ações para o tratamento tempestivo dos incidentes.
	OE: todos os objetivos estratégicos.	

Nota: OE – principais objetivos estratégicos impactados (com base no mapa estratégico vigente ao longo de 2020).

GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS

Nosso CA é responsável por aprovar as políticas corporativas de gestão de riscos e controle interno, e por determinar a implementação de práticas de gestão decorrentes, além de supervisionar as já estabelecidas para prevenção e mitigação dos principais riscos aos quais estamos expostos.

Cabem também ao CA a definição do nível global de apetite ao risco e a aprovação do programa de testes de estresse. O conselho é continuamente informado sobre a gestão de riscos, por meio de boletins mensais de monitoramento de indicadores de risco – de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, reputacional, entre outros – e de apresentações de temas específicos. Além disso, relatórios complementares de risco de mercado, de crédito e operacional, elaborados periodicamente, são encaminhados aos comitês de riscos e de auditoria, ao CF e ao CA.

As principais atividades e os destaques do exercício relacionados aos temas de risco operacional, controle interno, *compliance* e segurança da informação são publicados em relatório anual específico, apresentado à Diretoria e ao CA.

As eventuais não conformidades e deficiências de controle identificadas pelas unidades de *compliance* e de gestão de risco operacional são discutidas com as unidades responsáveis, que propõem planos de ação para correção e/ou aprimoramento dos procedimentos. Os resultados desses trabalhos são apresentados ao Comitê de Gestão de Risco Operacional, Controles Internos e Integridade e, quando pertinente, ao Comitê de Riscos.

A estrutura de governança de gestão de riscos é constituída com vistas ao adequado tratamento do tema de forma organizada e tempestiva, possibilitando que a informação percorra todos os níveis organizacionais para subsidiar a tomada de decisão.

TRÊS LINHAS DE DEFESA

Nossa gestão de riscos é baseada no conceito de camadas ou linhas de defesa. A primeira camada é formada pelos gestores das diversas unidades, que têm a responsabilidade de gerir os riscos dos seus processos, além de definir e manter controles adequados.

A segunda camada, composta pelas unidades de integridade e *compliance* e de gestão de riscos, é responsável por desenvolver metodologias, apoiar os gestores quanto a sua aplicação e monitorar o ambiente e a gestão desses temas, reportando-se à **estrutura de governança** formada pelos comitês de

Gestão de Risco de Crédito, de Gestão de Risco de Mercado e de Gestão de Risco Operacional, Controles Internos e Integridade.

A terceira camada é formada pela Auditoria Interna, que tem o papel de avaliar de forma objetiva a integridade e adequação do sistema de controle interno, da gestão de riscos e da governança corporativa, reportando-se ao Coaud e ao CA.

POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

Nossas políticas formalizam conceitos, objetivos, princípios e responsabilidades aplicáveis ao processo de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e de controle interno, e ao processo de gestão da continuidade de negócios. São revisadas anualmente visando se adequar às alterações relevantes nos ambientes interno e externo.

Em 2021, todas as políticas foram revisadas com o objetivo principal de refletir melhorias no processo de governança de gestão de risco, sendo aprovadas pelo CA em novembro.

Dando continuidade à metodologia para mensurar as interações entre os riscos de crédito, de mercado e operacional, elaborada em 2020, foi necessário definir a governança de monitoramento e cálculos dos riscos integrados. Nesse sentido, em 2021 foi criada a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital, cujos principais objetivos são: (i) unificar as políticas de gestão integrada de risco do BNDES e de gestão de capital em um único ato normativo, com vistas a melhorar a governança de riscos integrados; (ii) determinar como se dá a definição dos limites globais por categoria de risco, do limite de risco integrado do Sistema BNDES e dos limites dos indicadores de capital; e (iii) definir papéis e responsabilidades no processo de gestão integrada de risco e capital.

Durante o ano, ainda foi elaborada e aprovada a Política Corporativa de Gestão de Risco de Modelo do Sistema BNDES, definindo processos, papéis e responsabilidades para avaliação, monitoramento e mitigação do risco associado ao uso de modelos quantitativos pelo Banco.

PRINCÍPIO DA AVALIAÇÃO

O princípio da avaliação, previsto em nossa Política de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, estabelece que os riscos operacionais e os controles associados a processos e atividades devem ser continuamente analisados pelos gestores dos respectivos processos organizacionais, inclusive quanto à adoção de novos produtos, serviços e sistemas.

- Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital
- Política de Gestão de Risco de Crédito
- Política de Gestão de Risco de Mercado
- Política de Gestão de Risco de Liquidez
- Política de Gestão de Segurança da Informação
- Política de Gestão de Continuidade de Negócios
- Política de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno
- Política de Gestão de Risco de Modelo

Em 2021, foi realizada pesquisa interna relacionada à gestão de risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez, que forneceu elementos para definir medidas de fortalecimento da cultura de gestão de riscos no BNDES.

Saiba mais em:
www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/colégiados_do_sistema_bndes/colégiados-bndes



No caso da criação de produtos ou de alterações relevantes nos procedimentos para sua operacionalização, elabora-se um relatório de viabilidade, que trata diversos aspectos relevantes, incluindo os associados a riscos operacionais e socioambientais.

Identificados os pontos relevantes, são avaliados com os gestores os controles e mitigadores que existem, bem como aqueles que eventualmente serão implementados para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos de risco operacional ou de seu impacto.

APETITE A RISCO

Desde 2013, adotamos políticas de monitoramento de risco de mercado para as carteiras de renda variável e de tesouraria. Tais políticas estabelecem uma governança acerca do monitoramento de limites de riscos. A prática é comum em bancos privados e públicos, além de ser uma exigência da regulação local. O maior benefício da fixação de limites é fornecer para os tomadores de risco uma diretriz clara de qual é o valor máximo de perda tolerável por nossos gestores.

Nossa Declaração de Apetite a Risco (RAS – *Risk Appetite Statement*) define a tolerância ao risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez da instituição em termos qualitativos e quantitativos. A aprovação dos limites é de competência do CA e da Diretoria, dependendo do caso.

Desde 2019, conforme proposto por nossa Diretoria e nossas unidades de gestão de risco, trabalhamos para reduzir o apetite a risco de mercado nas operações de renda variável, principalmente no que se refere às ações mantidas em carteira. Desde então, temos realizado **uma série de operações de desinvestimento**, de forma a enquadrar a carteira de ações aos novos limites de risco definidos.

Assim, temos buscado reduzir e desconcentrar o risco da carteira de ações, realocando-o em risco de crédito e em outros instrumentos considerados prioritários.

Destaca-se, em 2021, o estabelecimento de limites quantitativos de risco de crédito para os setores definidos como prioritários em nosso planejamento estratégico. A aprovação dos limites é de competência do CA e da Diretoria.

RISCO DE CRÉDITO

No âmbito do **projeto corporativo de sindicalização e assunção de riscos de projetos**, discutimos e avaliamos questões relacionadas a risco de crédito, precificação e modelagem de garantias vinculadas à estruturação de **operações-piloto**.

GARANTIAS

Introduzimos, em nossa política de crédito, nova abordagem concernente aos critérios mínimos de garantias exigidos em operações de crédito, baseada em customização. A maior flexibilidade na estruturação e negociação de garantias permitirá celebrar operações que não seriam possíveis com base nas regras anteriores.

LIMITES E MARGENS

Em compasso com as recentes evoluções nas regras para formatação de garantias em operações de crédito, revisamos o processo de definição de limites e margens dos nossos clientes. Dessa maneira, ficarão alinhadas e modernizadas as regras pertinentes ao risco de crédito para novas operações diretas, especialmente de **project finance**.

Além disso, parâmetros internos de cálculo de limites dos clientes serão atualizados conforme a mais recente definição de apetite ao risco.



Saiba mais em
Novas soluções e produtos

Em 2021, no âmbito de um de nossos projetos corporativos, elaboramos proposta de apetite a risco socioambiental e de governança (ASG) a ser incorporado em nossa RAS. Ao longo de 2022, será desenvolvida metodologia similar para quantificar o apetite a risco climático do BNDES com base na incorporação desse aspecto às classificações de risco de crédito.



Saiba mais em
Nossa estratégia



Saiba mais em Nosso desempenho > Desempenho econômico-financeiro

RISCO LEGAL – ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Em 2021, continuamos promovendo as adaptações voltadas à prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT), em função da Circular 3.978/2020 do BCB.

Outros normativos editados pelo BCB e CMN durante o ano também impactam nossas atividades, dentre os quais destacamos a Resolução BCB 131/2021, que atualizou o processo administrativo sancionador e regulamentou os parâmetros para a aplicação das penalidades administrativas previstas na Lei 9.613/98 (PLDFT). Já as resoluções do CMN 4.943/2021 e 4.944/2021 aprimoraram regras de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático aplicáveis às instituições financeiras em geral, sendo complementadas pela Resolução BCB 139/2021, que estabeleceu requisitos sobre esses mesmos aspectos para divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC).

Estamos nos adaptando também à Resolução CMN 4.893/2021, que dispõe sobre a política de segurança cibernética, e à Resolução CVM 39/2021, que trata do registro do Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro).

Seguimos ainda no processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que impacta várias de nossas atividades e cujas sanções previstas passaram a vigorar a partir de 2021, com início das orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD).

Por fim, a descontinuidade de diversos índices da Libor quanto a determinados prazos atualmente publicados pela ICE Benchmark Administration (IBA), com vigência a partir de 31.12.2021, impactou parte de nossos contratos de financiamento internacional. Com a alteração, anunciada pela Financial Conduct Authority (FCA) do Reino Unido em março de 2021, será necessário redefinir a taxa a ser adotada nesses contratos, em que a Libor prevalece como referência, e aplicar novos padrões de cláusulas com referência a índices substitutos.

CONTROLE DE RISCOS RELATIVOS A CORRUPÇÃO E INTEGRIDADE

Estamos expostos a riscos de que administradores, funcionários ou terceiros, em benefício ou interesse próprio, pratiquem atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira,

Saiba mais em Nossa estratégia

Saiba mais
Novas soluções e produtos



conforme atos previstos na Lei Anticorrupção. A possibilidade de ocorrência de tais situações é tratada nas atividades de gestão de riscos.

A avaliação de riscos operacionais, incluídas as categorias de fraude e corrupção, é aplicada periodicamente em toda a instituição a 100% das operações e processos.

No que se refere aos riscos de integridade, estabelecemos classificação de risco para clientes, parceiros, fornecedores e empregados. Quanto aos clientes das operações, a existência de pessoas expostas politicamente na diretoria ou controle, a sede em país da lista do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi), a burla na análise cadastral, a impossibilidade de identificar o beneficiário final e a notícia de prática de ilícito e comunicação ao Coaf são apontamentos que elevam a classificação de risco de integridade.

Nas avaliações realizadas em 2021, não foram identificados riscos de corrupção significativos.

INDICADORES DE CAPITAL

Os indicadores prudenciais permaneceram em patamares confortáveis ao longo de 2021, com o Índice de Basileia mantido em valores próximos a 40%, e o Índice de Capital Nível I, próximo a 31%, conforme indicado na tabela a seguir.

LIMITE DE EXPOSIÇÃO A EMPRESAS DO MESMO GRUPO

Com relação ao limite de exposição por cliente de 25% do Capital Nível I, dado pela

Resolução CMN 4.677/2018, estamos completamente enquadrados desde 2020.

EXCLUSÃO DO FAT DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.955/2021, os recursos do FAT deixarão de compor o Capital Nível II (capital suplementar de um banco) de forma escalonada. O montante de recursos reconhecido no Capital Nível II será reduzido em dez pontos percentuais ao ano até 2029, quando estará zerado. Em 2022, o valor do Capital Nível II será de 70% do saldo de 2019.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Desde o início da pandemia, houve aumento generalizado na internet de ataques, vazamentos de dados e tentativas de fraude por meio eletrônico. Inúmeras empresas privadas e instituições públicas foram vítimas de incidentes de segurança da informação em 2021, o que contribuiu para evidenciar a percepção de risco cibernético elevado.

Nesse contexto, em 2021, entre outras ações, aumentamos a frequência dos testes de invasão externos, ampliamos a participação em fóruns fechados de troca de informações de inteligência de segurança da informação e reforçamos as ações internas para promover a prontidão de empregados e estagiários. Por fim, cabe destacar que não tivemos nenhum incidente relevante de segurança da informação.

Ao longo do ano, realizamos mais de quatrocentas ações para redução de risco cibernético e aperfeiçoamento dos testes de contingência, o que representa um número de intervenções quatro vezes superior ao de 2020.

RECURSOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (R\$ MILHÕES)	DEZ. 2017	DEZ. 2018	DEZ. 2019	DEZ. 2020	DEZ. 2021
Patrimônio de Referência (PR)	146.368	166.805	191.684	194.493	190.284
(+) Capital Nível I	97.579	114.126	139.005	147.082	148.140
Capital Principal (CP)	97.579	114.126	139.005	147.082	148.140
(+) Capital Nível II	48.789	52.679	52.679	47.411	42.143
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	532.011	574.956	521.228	472.197	473.670
(+) de Crédito	478.161	468.555	450.484	404.084	392.982
(+) de Mercado	18.465	70.110	26.847	30.298	21.479
(+) Operacional	35.385	36.291	43.896	37.815	59.208
Índice de Basileia + ACP (PR/RWA) (mínimo regulatório – 10,0%)	27,51%	29,01%	36,78%	41,19%	40,17%
Índice de Capital de Nível I + ACP (NI/RWA) (mínimo regulatório - 8,0%)	18,34%	19,85%	26,67%	31,15%	31,28%
Índice de Capital Principal + ACP (CP/RWA) (mínimo regulatório – 6,5%)	18,34%	19,85%	26,67%	31,15%	31,28%



Mantemos relacionamentos com públicos variados, em sintonia com nossa estratégia institucional e com o papel de articulação que desempenhamos na promoção do desenvolvimento do país. Por meio dessas interações, coletamos informações e percepções com o intuito de aprimorar nosso atendimento e ajustar nossa estratégia, sempre que necessário.

Nossa política de relacionamento estabelece as diretrizes e orientações para nossas interações, listando os princípios que norteiam nossas ações – confiança, ética, integração, proximidade e transparência – e definindo os principais públicos de interesse.

Apresentamos, a seguir, nossas ações de relacionamento mais relevantes em 2021.

PODER PÚBLICO

Elaboramos no ano um guia de conduta e boas práticas em relacionamento institucional e governamental, com o objetivo de estabelecer orientações padronizadas para nossos relacionamentos, sempre pautados pela ética, transparência, impessoalidade e espírito público.

PODER EXECUTIVO FEDERAL

Em conjunto com o Ministério da Economia (ME), participamos de um **levantamento** das necessidades de investimentos em infraestrutura e indústria, bem como de discussões sobre os desafios e as oportunidades associados a esse tema.

Firmamos, ainda, um acordo de cooperação técnica com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), visando estabelecer intercâmbio de conhecimentos, experiências e informações. A parceria prevê a realização de pesquisas técnico-científicas voltadas ao desenvolvimento das duas instituições, contribuindo para formação, aperfeiçoamento e especialização de suas equipes e de servidores das três esferas da administração pública. Entre os destaques dessa colaboração, está nossa participação no programa Liderando para o Desenvolvimento, voltado a novos gestores de estados e municípios. Além disso, equipes do Banco oferecem programas relacionados a PPPs e concessões, *data science*, *blockchain*, planejamento e financiamento de investimentos em serviços públicos essenciais.

PODER LEGISLATIVO FEDERAL

Monitoramos a tramitação de propostas legislativas no Congresso Nacional que tenham impacto, direto ou indireto, em nossas atividades, buscando contribuir com a formulação e o aprimoramento de proposições prioritárias para o Banco e para a sociedade.

Atualmente, acompanhamos uma carteira de 568 proposições legislativas, que abrangem desde temas macroeconômicos, fiscais e orçamentários até questões sobre reformas microeconômicas e setoriais. Em 2021, respondemos a 19 requerimentos de informação e três indicações parlamentares, encaminhados pelo ME, elaboramos 57 ofícios em resposta às solicitações de parlamentares e respondemos dúvidas por diversos canais.


ESTADOS E MUNICÍPIOS

Ao longo do ano, interagimos com estados e municípios com o objetivo de consolidar nossa atuação em serviços para o setor público, fortalecendo nossa presença em todas as regiões do país. Com essa estratégia, **importantes projetos foram contratados em 2021**.

JUDICIÁRIO E ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Interagimos rotineiramente com órgãos de controle e fiscalização, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Secretaria de Gestão e Governança das Empresas Estatais (Sest), prestando informações e esclarecimentos e desenvolvendo parcerias e acordos de cooperação, com o intuito de aperfeiçoar nossa atuação. Mantemos interface com o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF) e o Poder Judiciário no acompanhamento de processos, atendimento a requisições de informações e cumprimento de ordens judiciais.

Estabelecemos em 2021 um acordo de cooperação técnica com o Supremo Tribunal Federal (STF) voltado para o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando o desenvolvimento institucional recíproco. Por meio da implementação de ações conjuntas, o acordo busca aprimorar o relacionamento institucional entre os participantes, em prol da segurança jurídica de negócios e investimentos.


Saiba mais em
Nossa estratégia



Saiba mais em Desestatização
e estruturação de projetos

ATENDIMENTO PRESENCIAL

Devido à pandemia de Covid-19, não foram realizados atendimentos presenciais em 2021.



Saiba mais em
O que fazemos

CLIENTES**CENTRAL DE ATENDIMENTO**

Ao longo do ano, realizamos 112.407 atendimentos, sendo 77% por telefone, 16% por formulário *web* e 7% por outros meios de atendimento. Além disso, foram realizados cerca de quatro mil contatos ativos para apoiar, principalmente, operações com o Cartão BNDES e **processos de credenciamento**. Em pesquisa de satisfação realizada após atendimento telefônico – considerando mais de 35 mil ligações –, cerca de 86% dos respondentes consideraram o atendimento da central ótimo e 10% o classificaram como bom.

Realizamos, em 2021, mais de duzentas campanhas de *e-mail marketing*, incluindo comunicados ao mercado e divulgações de eventos e ações de relacionamento do BNDES.

Diante de novas prioridades, o projeto de assistente virtual (*bot*), implantado em 2020 com o objetivo de responder a dúvidas sobre as medidas emergenciais do Banco, precisou ser interrompido e deverá ser retomado no primeiro semestre de 2022.

PORTAL RECLAME AQUI

Recebemos 58 manifestações durante o ano no portal Reclame Aqui, a maior parte relacionada à dificuldade de acesso ao crédito por meio de agentes financeiros. Apesar de todas as comunicações terem sido respondidas, somente 23 avaliações foram preenchidas, atribuindo ao BNDES a nota média de 6,6 (nível regular – amarelo).

PORTAL DO CLIENTE

Saiba mais em
O que fazemos

As **melhorias** realizadas na plataforma ao longo do ano consolidaram-na como o principal canal de comunicação entre o BNDES e seus clientes. Em 2021, foram protocolados 559 processos de habilitação/análise cadastral e 408 solicitações de financiamento, atingindo um montante de R\$ 53,5 bilhões em demandas de apoio financeiro nesse novo sistema.

SOCIEDADE**SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC)**

Recebemos 464 pedidos de informação no ano, todos respondidos dentro do prazo, com tempo médio de resposta de 16 dias.

Foram concedidos 81% dos acessos de forma integral, 10% parcialmente e 3% foram negados. O tema mais buscado foi desestatização, com a solicitação de informações sobre os processos estruturados pelo Banco. Em segundo lugar, ficaram os pedidos de informação relativos à contratação de operações de financiamento, seguidos de questionamentos diversos sobre produtos, programas e fundos que operacionalizamos ou gerimos.

OUVIDORIA

Em 2021, a **Ouvidoria** recebeu um total de 1.804 manifestações, sendo 927 denúncias. Comparado com 2020, houve um incremento de 207% das demandas classificadas como denúncias.

Nos últimos anos, temos tomado medidas para adequar o canal à legislação e às boas práticas de interação com a sociedade, além de promover um esforço constante para divulgá-lo aos públicos interno e externo. Nesse sentido, no segundo semestre de 2021, foi aprovado o novo regulamento da Ouvidoria, que, entre outras determinações, instituiu a política de não retaliação aos denunciadores de boa-fé.

As únicas denúncias recebidas envolvendo violação de privacidade dos clientes foram relativas à utilização indevida do Cartão BNDES por terceiros (clonagem) – cinco no total.

SITE

Em nosso portal institucional, mantivemos o compromisso de informar sobre as ações do Banco e divulgar nossos produtos financeiros. Em 2021, reformulamos a seção sobre desenvolvimento sustentável, em que são apresentadas nossas políticas, produtos, resultados e diretrizes para promover a sustentabilidade. Foram lançados também **novos serviços de transparência**. Por fim, foram implementadas, ainda, melhorias técnicas que resultaram no aumento de *performance* e de acessibilidade do *site*.

Ao longo do ano, o portal recebeu mais de 7,1 milhões de visitas, uma queda de 13,5% em relação a 2020 – primeiro ano da pandemia, quando teve mais de 8,2 milhões de acessos.

REDES SOCIAIS

Nossa atuação nas redes sociais buscou ampliar a visibilidade das notícias e *releases* divulgados pela assessoria de imprensa, dar transparência a nossas ações e divulgar eventos e comunicados.



Accesse em:
www.bndes.gov.br/ouvidoria



Saiba mais em **Ética, integridade e transparência**



^ Webséries divulgadas em nosso canal no YouTube: www.youtube.com/bndes.

Os temas que mais repercutiram em 2021 foram aqueles relacionados a projetos que estruturamos, aprovações de financiamentos a grandes empreendimentos, novos produtos financeiros para micro e pequenas empresas e apoio a energias renováveis e ao setor de saúde.

Em 2021, nossas redes somadas superaram a marca de 607 mil seguidores, um crescimento de pouco mais de 10% em comparação a 2020.

Uma novidade de 2021 foi a estruturação de uma grade de programação no YouTube, que já conta com sete webséries – incluindo conteúdos com dicas sobre linhas e programas de crédito (Dicas BNDES), notícias (Boa Notícia) e histórias de transformação viabilizadas pelo apoio do Banco (Desafios de Empreender). O canal do BNDES tem registrado cerca de 25 mil visualizações por mês e mais de 780 horas de exibição mensais.

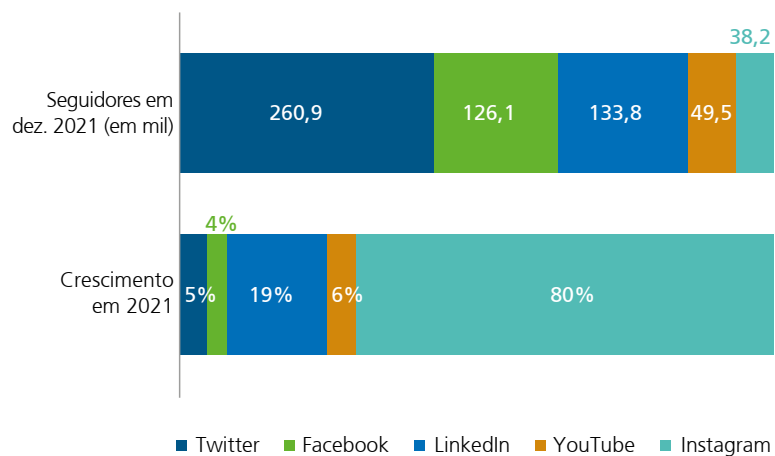
PUBLICIDADE

Em 2021, ampliamos nossa comunicação publicitária em relação aos últimos anos. Com isso, estimamos que metade da população brasileira tenha tido contato com alguma de nossas ações publicitárias no período.

A partir do conceito “O Brasil pode contar com o BNDES”, apresentamos à população os benefícios decorrentes de nossa atuação. Utilizando estratégia de *always on* (veiculação contínua), divulgamos, de maio a dezembro, diferentes realizações do Banco por meio de redes sociais (Twitter, LinkedIn, Instagram e Facebook), rádio e mídia exterior digital (painéis de rua, metrô, elevadores residenciais e aeroportos). Somente nas redes sociais, os anúncios foram exibidos mais de um bilhão de vezes, alcançando cerca de setenta milhões de brasileiros. A veiculação nas redes de rádios cobriu mais de cem municípios, inclusive as principais capitais; e a mídia exterior digital reforçou a divulgação nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, com mais de quatrocentos milhões de exibições.

Saneamento e sustentabilidade, agendas prioritárias em nossa atuação, também foram temas de campanhas publicitárias específicas. A ação sobre saneamento contou com um orçamento de R\$ 11,3 milhões e foi veiculada em TV aberta, internet, rádio e mídia exterior, buscando ressaltar a urgência do assunto e comunicar nossas ações que contribuem para a universalização desses serviços no país.

SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS DO BNDES





Saiba mais em Sustentabilidade

Com relação à **sustentabilidade**, foram realizadas duas ações. A primeira teve abrangência nacional e buscou ampliar o entendimento do conceito para além da questão ambiental, reforçando nosso posicionamento como o banco nacional do desenvolvimento sustentável. A campanha teve orçamento de R\$ 12,2 milhões, sendo veiculada em TV fechada, internet e mídia exterior. A outra ação, voltada ao público internacional, foi ao ar por ocasião da COP 26, com foco em investidores e executivos europeus e da América do Norte. Com um orçamento aproximado de R\$ 8,3 milhões, a campanha fez uso de revistas, jornais, redes sociais e TV, apresentando o BNDES como o banco brasileiro do desenvolvimento sustentável.

O valor investido em ações publicitárias ao longo do ano totalizou R\$ 58,8 milhões, o equivalente a 0,46% de nossa receita operacional bruta em 2020.

No período, aprovamos ainda o Regulamento de Publicidade do BNDES, que compilou normativos externos e internos já existentes e boas práticas do setor.

EVENTOS

Realizamos, ao longo de 2021, 18 eventos *on-line* para o público interno e 45 eventos *on-line* abertos ao público em geral. Entre estes últimos, vale destacar a 2ª Semana Gás para o Desenvolvimento, realizada em fevereiro, com 1.100 visualizações; as *lives* trimestrais de divulgação dos resultados do BNDES, com mais de 5.200 acessos, incluindo participação da imprensa; e a quarta e quinta edições da Semana BNDES de Saneamento, que ocorreram em junho e dezembro, somando mais de 5.500 acessos. A maior parte dos eventos foi transmitida por meio de nosso canal no YouTube. Alguns deles contaram com **páginas específicas em nosso site** – caso das três edições do Fórum BNDES de Sustentabilidade, realizadas em setembro, outubro e dezembro – nas quais aproveitamos para divulgar outros conteúdos relacionados ao tema. A partir de novembro, foram realizados ainda outros seis eventos híbridos (presenciais e *on-line*), totalizando 69 eventos no ano.

Nossa participação em feiras de negócios também foi afetada pela pandemia. Durante o ano, estivemos presentes na Feira do Empreendedor Digital 2021, realizada pelo Sebrae em outubro, de forma *on-line* e com alcance nacional. Nela, contamos com um estande virtual em que foram expostos linhas e produtos do Banco voltados ao público do evento.



ESPAÇO CULTURAL BNDES

Em 2021, o Espaço Cultural BNDES seguiu ativo por meio de seu canal no YouTube. Foram publicados, ao longo do ano, 84 vídeos de espetáculos musicais e bate-papos sobre música e artes visuais, relembrando atrações que passaram pelo Teatro e pela Galeria BNDES. Esses vídeos tiveram alcance de quase 15 mil visualizações e engajamento de mais de oitocentas horas de exibição.

IMPRENSA

Em 2021, atendemos a 504 demandas de veículos de comunicação e fomos citados em um total de 34.768 matérias veiculadas pela imprensa. Também produzimos e divulgamos 157 *releases*, notas, comunicados e avisos de pauta.

Nos leilões de concessões, PPPs e privatizações conduzidos pelo Banco, organizamos coletivas na sede da B3, divulgadas a nosso *mailing* de jornalistas e acompanhadas por nossa assessoria de imprensa. Participamos ainda de eventos e coletivas organizadas por parceiros, em especial órgãos do governo, para divulgar iniciativas conjuntas.

Na **Agência BNDES de Notícias**, foram publicadas 197 matérias, que geraram mais de 473 mil visitas ao *site* – aumento de 5% em relação ao ano anterior.

INVESTIDORES

Em 2021, estivemos em contato com 836 entidades em mais de 260 reuniões, em sua maioria virtuais, *webinars* e apresentações sobre o Banco e nossos projetos. Além da divulgação de comunicados sobre temas de interesse de investidores e dos eventos para apresentação dos resultados trimestrais, nossas ações de divulgação para esse público incluíram a publicação de nossa *Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa* e a realização

^ Nossa campanha sobre sustentabilidade buscou mostrar que o conceito está presente no dia a dia das pessoas. Assista em: www.youtube.com/watch?v=O33IRUZewR8.



Acesse em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/seminarios



Acesse em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/>

de *workshops* com agências de *rating* que acompanham o BNDES.

Merece destaque a iniciativa de mapeamento e relacionamento com investidores em setores específicos – a saber, portos, rodovias, mobilidade, parques, tecnologia da informação (TI) e serviços postais. A ação compreendeu a realização de 11 *webinars* e 19 *roadshows* ou *market soundings*, além do envio de 12 *newsletters*, com o objetivo de atrair investimentos para os projetos estruturados pela Fábrica de Projetos.



Acesse em: <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/>

Em agosto, lançamos na plataforma **BNDES Hub de Projetos** a Rede de Investidores, ferramenta que possibilita a conexão entre usuários com interesses comuns em projetos que estruturamos em diversos setores. Com isso, esperamos fomentar novas parcerias nacionais e internacionais, contribuindo para desenvolver a infraestrutura do país.



Acesse em: <https://ri.bndes.gov.br/>

Em setembro, inauguramos nosso **portal de relações com investidores**, com conteúdo bilíngue (português e inglês) e novas funcionalidades. O portal traz, de forma simples e completa, informações gerais sobre o BNDES, sua história, organograma, estatuto social, políticas que regem sua atuação, governança, informações financeiras e temas prioritários, como sustentabilidade e desestatização, além de publicações, comunicados e canais de contato.

PARCEIROS

AGENTES FINANCEIROS



Saiba mais em [O que fazemos](#)

Em nossas **operações indiretas**, atuamos com mais de sessenta instituições financeiras credenciadas a repassar nossos recursos ou habilitadas a operar com o BNDES FGI, como agências de fomento, bancos de montadoras, cooperativas de crédito e bancos cooperativos, privados e públicos.



Saiba mais em [Apoio a MPMEs](#)

Assim, atendemos às necessidades de recursos de **empresas de vários portes e de pessoas físicas**, bem como de entes do setor público, contribuindo, ainda, para reduzir a concentração do setor bancário brasileiro.

Em 2021, consolidamos a estrutura de *officers* utilizando o conceito de *key account managers* – modelo em que cada agente financeiro tem um ponto focal no BNDES, que o orienta em assuntos diversos, e cada *officer* cuida de uma carteira de agentes.

A adoção do modelo teve o objetivo de aprofundar o conhecimento dos canais de distribuição – trazendo maior especialização e *inputs* importantes do mercado – e desenvolver o relacionamento com os parceiros, oferecendo mais informações sobre nossas soluções e propiciando maior engajamento.

Ao longo do ano, realizamos cerca de 190 reuniões com agentes financeiros, incluindo eventos de fomento com vários bancos e encontros individuais de relacionamento.

FILIAÇÕES

Somos filiados a **26 entidades sem fins lucrativos**, brasileiras e estrangeiras, dos mais variados setores. Entre outros benefícios, as filiações permitem o acesso e o intercâmbio de conhecimentos com outras entidades em diferentes áreas de atuação, a ampliação do relacionamento e de ações institucionais de interesse comum e a participação em espaços e fóruns de debate sobre temas associados a nossa missão, além de maior visibilidade institucional para o alcance de nossos objetivos estratégicos.

Em 2021, promovemos uma revisão de nosso regulamento de filiações com o objetivo de organizar e simplificar os procedimentos.

ENTIDADES REPRESENTATIVAS

Somos associados a diferentes entidades representativas. Entre elas, destacam-se a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com as quais mantemos interação constante para construção, implementação e acompanhamento de nossas soluções.

Temos acordos de cooperação técnica com entidades setoriais como Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Sebrae, além de parcerias com cerca de 270 entidades empresariais representativas dos mais variados setores da economia.

Em 2021, realizamos 43 eventos envolvendo esses parceiros, sendo 16 deles voltados para temas ASG. Além disso, mensalmente, enviamos a essa base de entidades uma *newsletter* com assuntos voltados para MPMEs, cooperativas e produtores rurais. Iniciada em junho, a *newsletter* BNDES Parceiros registrou em 2021 cerca de 7,7 mil visualizações.



Veja a lista completa em www.bndes.gov.br/ra2021

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E AGÊNCIAS MULTILATERAIS

Interagimos com bancos de desenvolvimento internacionais de forma bilateral ou por meio da participação em associações e iniciativas que reúnem instituições financeiras. São exemplos o International Development Finance Club (IDFC) e o Long-Term Investors Club (LTIC), cujas atividades fundamentais consistem em posicionar os bancos de desenvolvimento como atores relevantes para a agenda de sustentabilidade e atrair investimentos em infraestrutura. Participamos ainda de outras iniciativas como o The Montreal Group (TMG), focado no apoio a MPMEs, e a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide), que busca estimular o intercâmbio, a disseminação e a reprodução de experiências e práticas financeiras entre seus membros da região.

Destaca-se também nossa participação, como membro do IDFC, em painéis realizados durante o International Union for Conservation of Nature (IUCN) World Conservation Congress (WCC), sobre biodiversidade, e durante a **COP 26, realizada em Glasgow**. Contribuímos, ainda, para a organização da cúpula do segundo Finance in Common, que reuniu bancos de desenvolvimento com o intuito de compartilhar melhores práticas, assumir compromissos coletivos e mobilizar diferentes países em prol dos ODSs. Participamos, por fim, de seminários do TMG voltados a soluções para MPMEs e atuamos como palestrantes em eventos organizados pela Alide, com destaque para temas sobre desenvolvimento sustentável e taxonomia.



Saiba mais em Sustentabilidade

PARCERIAS ASG

Entre as parcerias estabelecidas em 2021, merece destaque nossa adesão ao **Pacto Global da ONU** e ao **Carbon Disclosure Project (CDP) Investors Club**.



Saiba mais em Sustentabilidade

Desde 1995, somos voluntariamente filiados à Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI), uma ação global que conta com mais de 350 membros. A iniciativa busca mobilizar financiamento para o desenvolvimento sustentável e possui três conjuntos de princípios para as indústrias de bancos, de seguros e de investimentos.

Cooperamos desde 2019 com o Programa de Finanças Verdes do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, de início no âmbito do Prosperity Fund, que tem como objetivo

reduzir a pobreza em países em desenvolvimento, e atualmente com o UK Pact, que visa apoiar projetos climáticos transformacionais globalmente.

Participamos também de diversos grupos de trabalho da Iniciativa LAB, capitaneada pela CVM e pela ABDE, com o intuito de promover a inovação e as finanças sustentáveis no país.

Participamos, em 2020, de um grupo de trabalho informal que deu origem à Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD). Com o lançamento, passamos a fazer parte do Fórum da TNFD, grupo de instituições ao redor do globo que apoiam a iniciativa.

No ano, renovamos nossa participação no Climate Action for Financial Institutions, iniciativa voluntária concebida na COP 21, voltada ao fomento e à estruturação de investimentos de instituições financeiras necessários à transição para uma economia de baixo carbono. Além disso, firmamos memorando de entendimento com o Banco Mundial para troca de experiências e aprendizado em ações ligadas ao clima e à biodiversidade. Participamos, ainda, das Câmaras Técnicas de Energia e Mudança do Clima (CT Clima) e de Finanças Sustentáveis (CT-FIN) do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), com vistas a trocar experiências, conhecimentos e desenvolver melhores práticas e parcerias.

Conheça as iniciativas, pactos e protocolos de que participamos:

PACTOS

- » Declaração de Princípios de Financiamento Responsável do Brics
- » Código de *Stewardship* da Amec
- » Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção
- » Pacto Global da ONU

INICIATIVAS

- Fóruns setoriais e multissetoriais
- » International Development Finance Club (IDFC)
- » The Lab – Laboratório Global de Inovação Financeira para o Clima
- » Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Unep-FI
- » Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds)
- » LAB – Laboratório de Inovação Financeira
- » Long-Term Finance Club (D20 – LTIC)
- » The Montreal Group (TMG)
- » Mainstreaming Climate Action in Financial Institutions
- » Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura

Parcerias

- » Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide)
- » International Finance Corporation (IFC)
- » Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

ACADEMIA E FORMADORES DE OPINIÃO

PUBLICAÇÕES

Compartilhamos com a sociedade nossa produção de conhecimento por meio das diferentes publicações que editamos e disponibilizamos gratuitamente, em versão digital e/ou impressa. Todas elas podem ser acessadas na **seção Conhecimento** de nosso **site** e em nossa **biblioteca digital**, onde também é possível se cadastrar para assiná-las. Desde o começo da pandemia, o envio de exemplares impressos foi interrompido em razão do distanciamento social.

Em 2021, lançamos mais de trinta publicações, incluindo novas edições de nossos periódicos BNDES Setorial e Revista do BNDES, relatórios setoriais e institucionais, estudos da série Textos para Discussão, relatórios de avaliação de efetividade, entre outras.

Biblioteca digital

Nossa biblioteca digital teve 1,3 milhão de acessos em 2021, mantendo o resultado de 2020. Foram mais de 2,2 milhões de visualizações de itens. Durante o ano, foram acrescentados 79 novos documentos na plataforma, inclusive uma publicação inédita, os Cadernos Jurídicos do BNDES.

BLOG DO DESENVOLVIMENTO

Divulgamos, por meio do **Blog do Desenvolvimento**, conteúdos relacionados a nossa produção de conhecimento, na forma de artigos, infográficos, entrevistas e *white papers*. Em 2021, tivemos mais de 183 mil visualizações no **blog** e produzimos 54 *posts* sobre diferentes aspectos do desenvolvimento, tratando de questões setoriais, de temas transversais a nossa



atuação e de aspectos do cenário econômico brasileiro e mundial, incluindo sustentabilidade, MPMEs, saneamento e saúde.

Os conteúdos são divulgados periodicamente para uma base de mais de sete mil assinantes de nossa *newsletter* de conhecimento, que registrou um aumento de inscritos de cerca de 50% no ano.

PRÊMIO BNDES DE ECONOMIA

Realizado desde 1977, o Prêmio BNDES de Economia tem como objetivo estimular a pesquisa relativa a questões econômicas nacionais, regionais e setoriais, nos campos da ciência econômica pura e aplicada. Os vencedores são premiados em dinheiro e têm seus trabalhos publicados pelo Banco. No início do ano, foram divulgados os **resultados das categorias mestrado e doutorado da 38ª edição do prêmio**.

PÚBLICO INTERNO

Com o objetivo de manter nossos empregados informados sobre as principais atividades do Banco e promover maior engajamento em iniciativas e projetos relevantes, utilizamos recursos diversos de comunicação, como produção de matérias para *intranet*, realização de campanhas de comunicação interna, divulgação de *newsletter* semanal e de informes, entre outros.

Em 2021, produzimos 178 campanhas de comunicação interna, com destaque para a ação “Volta ao Banco”, que preparou o corpo funcional para o **retorno ao trabalho presencial**, incluindo a sinalização de diversos ambientes do Edserj e dos escritórios de representação. Também vale ser mencionada a campanha “Sustentabilidade é a base”, produzida com o objetivo de consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável entre o público interno.

Além dos canais de comunicação interna, contamos ainda com o Canal RH e Serviços, voltado a demandas e dúvidas dos empregados. Avaliações de satisfação com os serviços de recursos humanos são realizadas periodicamente, de forma que as solicitações e perguntas recebidas sejam acompanhadas e respondidas.



Acesse em: www.bndes.gov.br/conhecimento



Acesse em: www.bndes.gov.br/bibliotecadigital



Saiba mais em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/premio-bndes-economia/



Acesse em: www.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento



Saiba mais na seção [O Banco do desenvolvimento do Brasil](#)



Contamos com uma equipe comprometida, selecionada por concurso público, que está sempre em busca da excelência – um de nossos princípios.

PERFIL DO CORPO FUNCIONAL

Nossa equipe encerrou 2021 com 2.471 empregados: 2.450 contratados por tempo indeterminado, por meio de concurso público (1.581 do sexo masculino e 869 do sexo feminino), todos contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e de período integral; 20 contratados de forma transitória para exercício de cargos em comissão vinculados à alta

administração; e 1 cedido de órgão estatal para a mesma finalidade (no total, 17 do sexo masculino e 4 do sexo feminino), **além dos nove diretores e do presidente**. Além disso, **mantemos alguns contratos de terceirização**.

Na contratação por tempo indeterminado, não há diferenciação na admissão de homens e mulheres – todos participam de concurso público e são selecionados em função de seu desempenho.

A última seleção pública foi realizada em 2012 e seu cadastro de reserva expirou em junho de 2015. Desde então, em consonância com as diretrizes do Governo Federal, não ocorreram novas seleções públicas para cadastro de reserva de pessoal.

CONTRATAÇÕES EM 2021*

CONTRATAÇÕES		QTD.	TAXA
TOTAL		5	23,8%
Tipo	Transitórios	5	23,8%
Gênero	Masculino	5	23,8%
Faixa etária	Entre 30 a 50 anos	4	19,0%
	Acima de 50 anos	1	4,8%
Região	SE	3	14,3%
	CO	2	9,5%

Nota: referem-se aos contratados de forma transitória e aos cedidos de outras instituições da Administração Pública. A taxa é calculada considerando a base total de 21 transitórios.

DESLIGAMENTOS EM 2021*

DESLIGAMENTOS		QTD.	TAXA
TOTAL		42	1,7%
Tipo	Transitórios	2	9,5%
Gênero	Masculino	2	9,5%
Faixa etária	Entre 30 a 50 anos	1	4,7%
	Acima de 50 anos	1	4,7%
Região	SE	1	4,7%
	CO	1	4,7%
Tipo	Concursados	40	1,6%
Gênero	Masculino	25	1,0%
	Feminino	15	0,6%
Faixa etária	Abaixo de 30 anos	1	0,04%
	Entre 30 a 50 anos	10	0,4%
	Acima de 50 anos	29	1,2%
Região	SE	38	1,5%
	NE	2	0,08%

Nota: além de empregados transitórios, os desligamentos incluem também rescisões por motivo de aposentadoria ou a pedido. A taxa é calculada considerando a base total de concursados (2.450) ou de transitórios (21), conforme o caso.

* Os dados não consideram estagiários.

GRI

102-7 | 102-8 | 102-10 | 102-36
102-37 | 102-38 | 102-39 | 102-41
401-1 | 401-2 | 401-3 | 403-1 | 403-2
403-3 | 403-4 | 403-5 | 403-6 | 403-8
403-9 | 403-10 | 404-1 | 404-2
404-3 | 405-1 | 405-2



Saiba mais em Governança



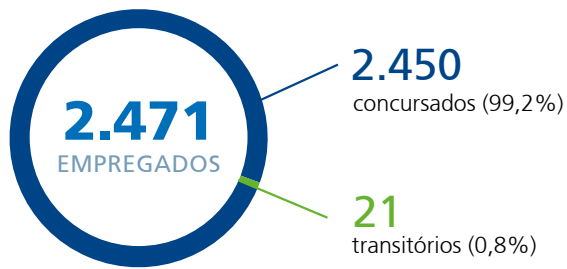
TAXA DE ROTATIVIDADE

CONCURSADOS TRANSITÓRIOS
1,6% **9,5%**

MÉDIA DE TEMPO DE TRABALHO

13,7 ANOS

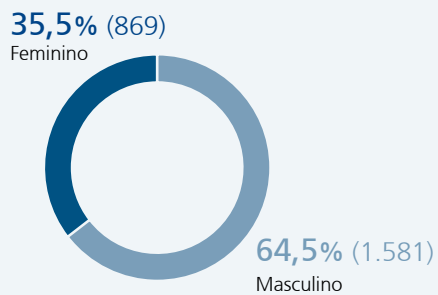
PERFIL DOS EMPREGADOS



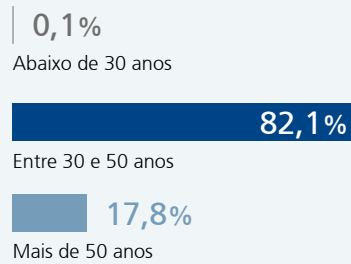
Nota: do total de empregados, 28 cedidos para instituições públicas, 41 cedidos em acordo de cooperação para movimentações temporárias, 3 cedidos à Fapes, 63 afastados por licença não remunerada e 12 afastados por motivo de doença (em 31.12.2021). As cessões e movimentações temporárias são regidas e diferenciadas pelo Decreto 10.835/2021. Todos os empregados são de vínculo integral.

CONCURSADOS

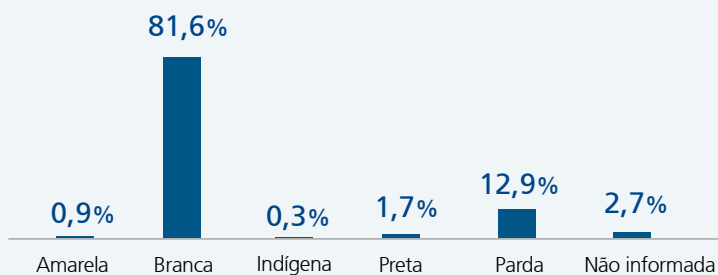
POR GÊNERO (%/QTD.)



POR FAIXA ETÁRIA



POR RAÇA/COR

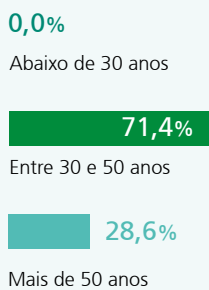


TRANSITÓRIOS*

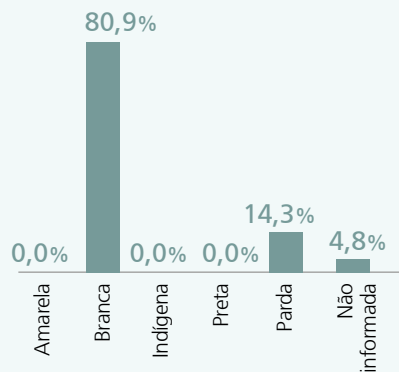
POR GÊNERO (%/QTD.)



POR FAIXA ETÁRIA

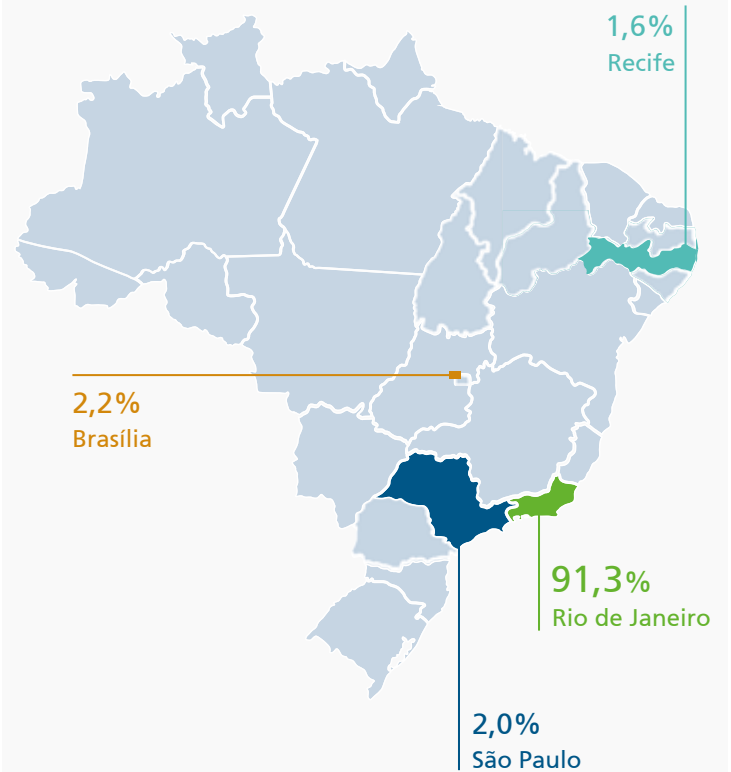


POR RAÇA/COR



* Todos os transitórios (21) ocupam funções de assessoramento.

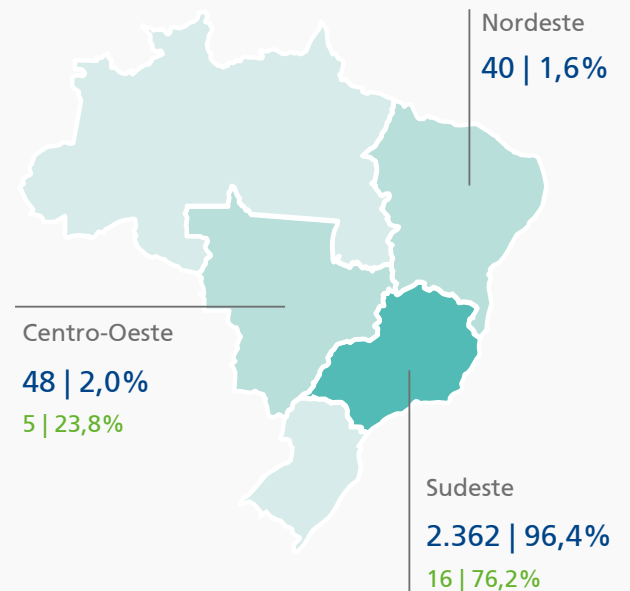
POR UNIDADE OPERACIONAL*



* Incluindo concursados e transitórios (2.471).
Empregados cedidos representam 2,9% do total

POR REGIÃO

■ Concursados ■ Transitórios

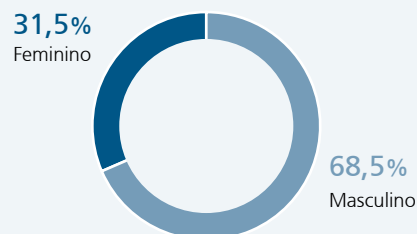


CONCURSADOS

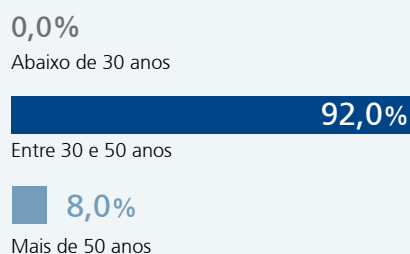
MÉDIA GERÊNCIA

(superintendentes, chefes de departamento e gerentes)

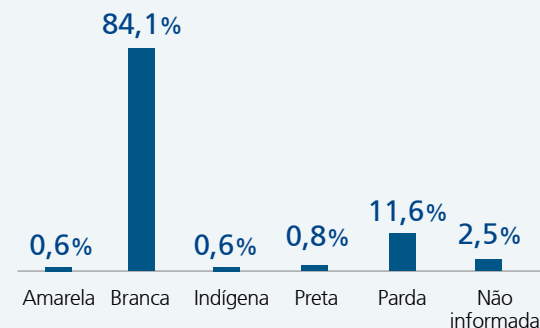
POR GÊNERO



POR FAIXA ETÁRIA



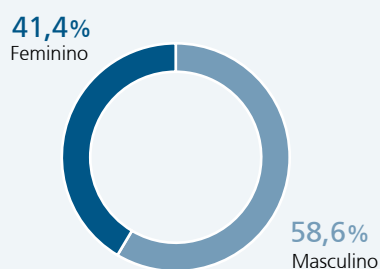
POR RAÇA/COR



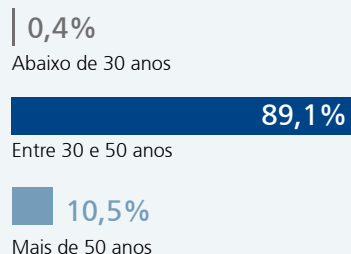
OUTRAS FUNÇÕES

(coordenadores, encarregados, secretários e assessores)

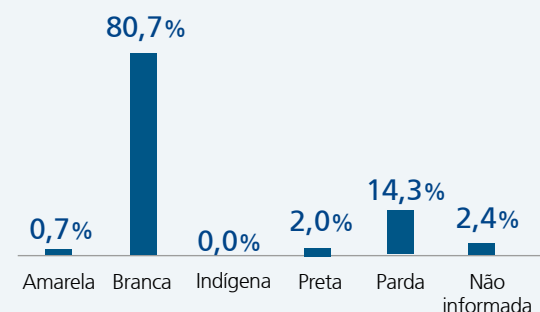
POR GÊNERO



POR FAIXA ETÁRIA

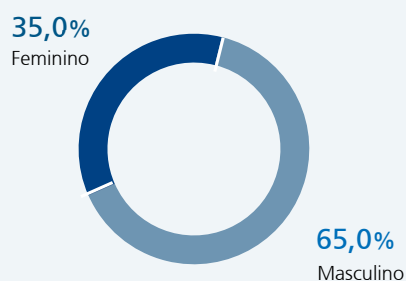


POR RAÇA/COR

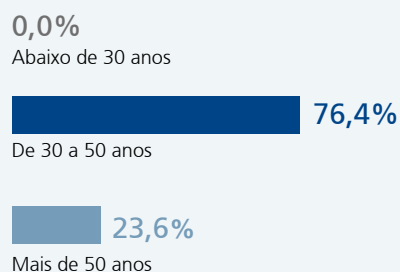


SEM FUNÇÃO

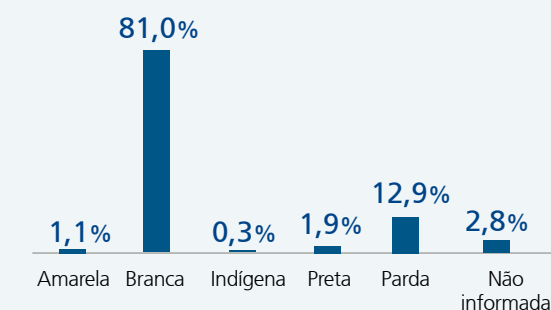
POR GÊNERO



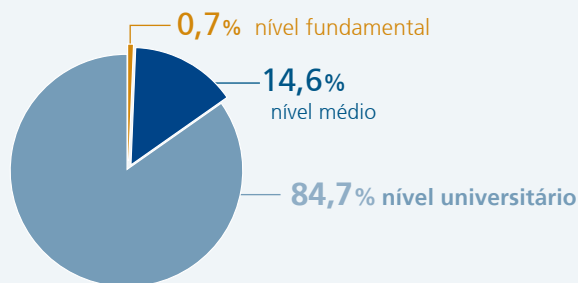
POR FAIXA ETÁRIA



POR RAÇA/COR



POR SEGMENTO FUNCIONAL

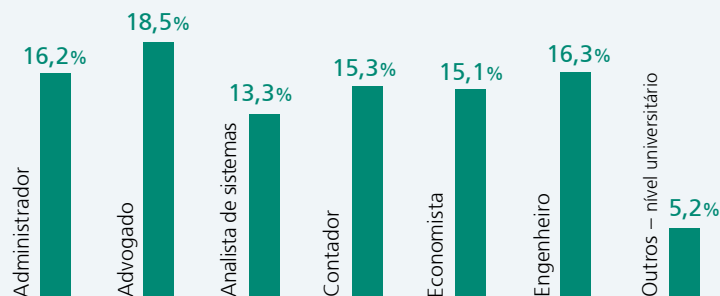


669 com pós-graduação *lato sensu*

675 com mestrado

83 com doutorado

POR FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

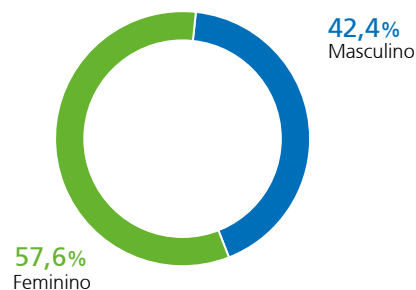


Nota: a categoria "Outros" inclui arquiteto, arquivista, bibliotecário, geólogo, psicólogo, técnico de comunicação e assessores externos.

ESTÁGIO NO BNDES

No ano de 2021, implantamos programa de desenvolvimento de estagiários com os seguintes objetivos: contribuir para que os estagiários se tornem pessoas atuantes na sociedade em defesa das questões socioambientais, engajando-os com o propósito do BNDES e com os ODSs da Agenda 2030; e incrementar seu grau de empregabilidade futura, propiciando o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais requeridas no mercado de trabalho atual.

Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 316 estagiários, sendo 134 do sexo masculino e 182 do sexo feminino.



DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Em 2021, nosso CA aprovou o plano de trabalho para a implementação de nossa Política Corporativa de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade – aprovada originalmente em 2015 e atualizada em 2020. O plano abrange iniciativas externas e internas necessárias ao exercício do compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em nosso ambiente de trabalho e nas instituições de nossa cadeia de relacionamento. Ele apresenta um cronograma trienal, de 2021 a 2023, e busca alinhamento ao novo ciclo do plano de ações da **Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA)**.

Em 2021, nosso quadro efetivo de pessoal contava com 39 pessoas com deficiência (PCD), o que representa 1,5% do total de empregados, além de 21 pessoas com deficiência estagiando, correspondendo a 6,5% do total de estagiários.

Ao ingressar, todos os estagiários passam pelo processo de facilitação da inclusão de PCD no BNDES, recebendo suporte da equipe de apoio à gestão de pessoas e do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

Nosso processo de seleção de estagiários visa reduzir a desigualdade de oportunidades e contribuir para maior diversidade no ambiente de trabalho e inclusão social desses estudantes, ao levar em consideração o histórico socioeconômico dos candidatos.

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO

Instituído em 2020, desde o pré-lançamento do programa até o fim de 2021, recebemos a proposição de 23 ações relacionadas a educação, arte, cultura, saúde, esporte e bem-estar, além da inscrição de 36 empregados interessados em atuar com trabalho voluntário.

PESQUISA DE CLIMA

Após a realização da pesquisa de clima Great Place to Work (GPTW), em dezembro de 2020, iniciamos em 2021 o desdobramento da comunicação dos resultados para as áreas e a elaboração dos planos de ações de melhorias.

A partir da apresentação dos resultados para os executivos de cada área, foi sugerida uma dinâmica a ser conduzida pelos superintendentes com suas equipes. Essas dinâmicas buscavam estimular a discussão sobre os pontos mais sensíveis do diagnóstico e promover a elaboração de planos de melhorias.

Como resultado, foram sugeridas diversas melhorias, categorizadas em uma biblioteca de ações de clima organizacional composta por 23 iniciativas. O material foi compartilhado com todo o corpo funcional a fim de gerar aprendizados e estimular a melhoria do clima.

Ao longo do segundo semestre, foram realizadas apresentações de compartilhamento de práticas entre os superintendentes, coordenadas pela unidade responsável pela gestão de pessoas.

CULTURA ORIENTADA PELO PROPÓSITO

No âmbito do projeto corporativo Evolução Cultural, foram definidos seis comportamentos-chave, impulsionadores da nossa cultura. Esses comportamentos passaram a fazer parte de nossa **identidade institucional**.

Desde o início de 2021, diversas atividades vêm sendo realizadas no **âmbito do projeto**, voltadas a todos os empregados, visando elaborar um diagnóstico da cultura atual e identificar iniciativas a serem implementadas para sua evolução. Entre elas, destacamos as seguintes:

- Pesquisa de cultura: lançada pelo presidente em *webinar* interno, contou com 1.422 respondentes.



Saiba mais em Sustentabilidade

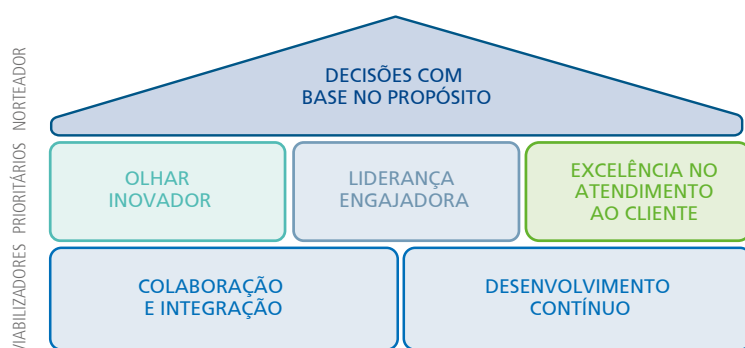


Saiba mais em Nossa estratégia



- Grupos focais: realizados com cerca de trezentos empregados para aprofundar e fazer recomendações sobre os temas de comunicação, liderança, meritocracia, foco no cliente, inovação e tomada de decisão.
- Comportamentos-chave: definição dos comportamentos para impulsionar a cultura do BNDES.
- *Kit líder*: elaboração de materiais divulgados em diversas reuniões para estimular os líderes a levarem as informações do projeto a suas equipes e realizarem ações de engajamento relacionadas aos comportamentos-chave.
- Multiplicadores de cultura: seleção de mais de cinquenta empregados, de todas as áreas do Banco, para atuar como agentes da mudança do projeto.

COMPORTAMENTOS-CHAVE:



ALOCAÇÃO DE EMPREGADOS

Respeitando os quantitativos de referência estabelecidos em 2020 para cada uma de nossas áreas, as mudanças efetuadas em 2021 limitaram-se à transferência de pequenas unidades, com o objetivo de criar maior sinergia entre as equipes e otimizar os trabalhos. Nesse contexto, os empregados estavam alocados por diretoria no fim de 2021 como mostra a tabela a seguir.

Legenda:

Azul: *Back office*Verde: *Front office*

DIRETORIA	QUANTIDADE	%
Operações	507	20,5%
Pessoas e Cultura	89	3,6%
Finanças	164	6,6%
Compliance	152	6,1%
Jurídica	319	12,9%
Crédito Produtivo e Socioambiental	263	10,6%
Concessões e Privatizações	192	7,7%
Concessão de Crédito Direto e Garantias	180	7,2%
Participações, Mercado de Capitais e Crédito	281	11,3%
Presidência	127	5,1%
Não alocados/outros*	197	7,9%

* Em dezembro de 2021, 12 empregados estavam afastados por motivo de doença (0,5%); 50, alocados na Auditoria Interna (2,0%); 72, cedidos (2,9%); e 63, em licença sem remuneração (2,5%).

FORMAÇÃO DE SQUADS

Em 2021, foram montadas equipes temporárias (*squads*) para ampliar a agilidade e flexibilidade no atendimento a iniciativas prioritárias e projetos multidisciplinares.

No total, foram formadas seis novas equipes temporárias em 2021, com participação de 31 empregados. Além disso, foram renovadas seis equipes compostas anteriormente, com presença total de 64 empregados. Assim, ao final do ano, tínhamos 12 *squads* ativos com um total de 95 empregados envolvidos.

SELEÇÃO DE EXECUTIVOS

Em 2021, foram realizadas seleções internas para o preenchimento de 26 posições executivas. Todas tiveram ampla divulgação e contaram com formação de comitês de seleção específicos para análise do material solicitado e do perfil dos candidatos.

MOVIMENTAÇÃO DE EMPREGADOS

No âmbito dos acordos de cooperação firmados em 2019 para movimentação temporária de empregados do BNDES, em 2021, foram realizadas três novas seleções, resultando na movimentação de sete empregados para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); quatro empregados para a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e um empregado para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, ao fim de 2021, havia um total de 29 empregados movimentados para a CVM, sete para a Susep e cinco para o IBGE.

Além de reforçar os quadros de pessoal das instituições de destino, as movimentações possibilitam trocas de conhecimento e uma colaboração mais estreita entre os órgãos envolvidos.

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Ao serem contratados, os empregados ingressam obrigatoriamente no primeiro nível do plano de cargos e salários, independentemente de experiência prévia, gênero ou posição na seleção, recebendo a mesma remuneração.

A progressão salarial ocorre pelos reajustes negociados em acordo coletivo de trabalho, pela evolução nível a nível no plano de cargos e salários conforme o processo de promoção anual ou pela ocupação de cargo executivo. Não há distinção de gênero nos valores recebidos por empregados do mesmo nível do plano de cargos e salários ou por funções executivas exercidas.

Para fins de apuração dos dados de proporção salarial entre mulheres e homens, foram considerados todos os empregados concursados, segregados por categoria funcional, além dos 21 transitórios.

DESCRIÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	PROPORÇÃO (MULHERES/HOMENS)
Salário-base médio anual ⁽¹⁾	Sem função	100%
	Outras funções	102%
	Média gerência	98%
	Transitórios	104%
Remuneração média total anual ⁽²⁾	Sem função	99%
	Outras funções	102%
	Média gerência	99%
	Transitórios	105%

(1) Salário-base: valor fixo e mínimo pago a um empregado pelo desempenho de suas tarefas. Esse valor não inclui quaisquer remunerações adicionais, como pagamentos de horas-extras ou gratificações.

(2) Remuneração: salário-base mais adicionais, como os baseados em tempo de serviço, bonificações, participação nos resultados, pagamento de benefícios, horas-extras, horas devidas e quaisquer auxílios adicionais (vale-transporte, auxílio alimentação, assistência educacional e outros).

A partir de abril de 2020, passamos a publicar em nosso *site*, nominalmente, o valor das remunerações de todos os nossos empregados. Fomos a primeira empresa estatal federal a fazer esse tipo de divulgação.

A proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago e a remuneração média anual de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) é de 238%.

Já a proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os demais empregados (excluindo o mais bem pago) é de 97%.

Nossos pleitos referentes à previdência complementar, política de pessoal, salários e benefícios são analisados e aprovados pela Secretaria de Governança das Empresas Estatais (Sest). Todos os nossos empregados são assistidos por acordo coletivo de trabalho (ACT), com direito ao mesmo índice de reajuste salarial, assim como a benefícios de assistência médica e odontológica, seguro de vida, programa de assistência educacional (modalidades auxílio-babá, auxílio-creche e auxílio ensino fundamental e ensino médio), auxílio-refeição e auxílio-alimentação, além de participação nos lucros ou resultados (PLR) e remuneração compatível com o mercado.

As comissões de negociação das empresas e de representantes dos empregados negociam os termos do ACT, buscando solucionar conflitos na

mesa de negociação, com pleno respeito ao exercício da liberdade sindical.

O pagamento da PLR só é realizado em caso de lucro líquido, pagamento de dividendos e desempenho igual ou superior a 80% dos indicadores de políticas públicas, operacionais e prioridades específicas das unidades fundamentais constantes no programa. O programa de PLR é aprovado pelo CA do BNDES e pela Sest, sendo então negociado com os sindicatos.

Desde 2018, como aprovado em ACT, o vale-transporte é disponibilizado aos empregados com custeio de até 4% do salário-base.

Contamos com benefício de assistência à saúde na modalidade de autogestão por operadora (Fapes). O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é um plano coletivo empresarial adaptado à Lei 9.656/98 e apresenta uma carteira de aproximadamente dez mil vidas entre titulares (empregados ativos e inativos) e dependentes. Sua cobertura inclui assistência médica, odontológica, hospitalar e complementar nos sistemas de escolha dirigida (rede credenciada) e livre escolha (sistema de reembolso, com limites estabelecidos em regulamento).

Em março de 2018, o plano foi fechado para novos empregados e instituímos o benefício de assistência à saúde na modalidade de reembolso – de até 50% do custo da mensalidade de um plano contratado no mercado de saúde suplementar.

Embora a Resolução CGPAR 23/2018 – que estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados – tenha sido sustada pelo Decreto Legislativo 26/2021, continuamos buscando a sustentabilidade do benefício, tendo como base o serviço concluído por consultoria especializada em 2021. Esse trabalho consistiu na análise de modelos de benefício de assistência à saúde que sejam vantajosos para as empresas do Sistema BNDES sob o ponto de vista econômico, financeiro, atuarial, operacional e regulatório.

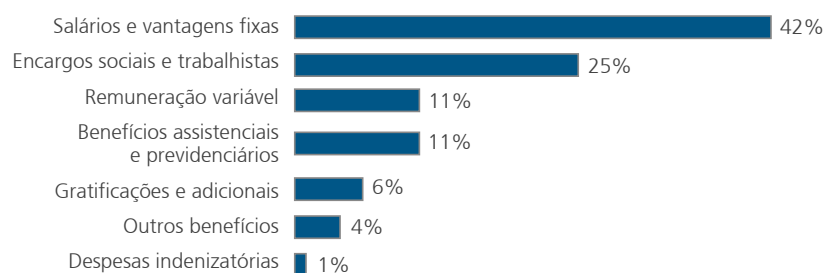
Oferecemos licença-maternidade ou licença-paternidade a todos os empregados. Em acordo com o Programa Empresa Cidadã, a licença-paternidade é de vinte dias corridos e a licença-maternidade pode ser estendida para até 180 dias. Em 2021, foram concedidas 42 licenças-maternidade e 62 licenças-paternidade, com 100% de retorno daqueles cuja licença terminou até 31 de dezembro. Além disso, foi de 100% a taxa de retenção de empregados nos 12 meses depois de terem retornado ao trabalho após a licença-maternidade/paternidade (até abril de 2022).

Proporcionamos salas de apoio à amamentação e abono diário de uma hora para a mãe lactante até que o filho complete um ano de idade, além de afastamento especial para mães ou pais de bebês prematuros que necessitem de hospitalização.

DESPESA DE PESSOAL

Em 2021, a despesa total com empregados ativos – incluindo quadro permanente, cedidos, transitórios em cargos comissionados, membros da Diretoria e de conselhos e comitês estatutários – foi de R\$ 2,023 bilhões.

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS COM EMPREGADOS ATIVOS



AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho no setor público tem sido uma demanda constante da sociedade e um importante instrumento de reconhecimento dos empregados.

Em 2021, realizamos a gestão de desempenho de nossos empregados por meio do modelo de gestão de desempenho individual (GDI), utilizado desde 2017 para toda a empresa. O processo é dividido em quatro etapas:

- **Pactuação:** alinhamento de expectativas realizado entre gestor e empregado no início do processo.
- **Acompanhamento:** possibilidade de realizar avaliações parciais e repactuações ao longo do tempo, caso necessário.
- **Avaliação do gestor pela equipe:** os subordinados avaliam seus gestores em relação ao rol de competências apontadas.
- **Autoavaliação e avaliação:** realizadas no fim do processo, pelo empregado e pelo gestor, respectivamente, considerando o atendimento ao que foi pactuado.

Gestor e empregado pactuam e acompanham as seguintes dimensões ao longo do processo: entregas e atividades a serem executadas ao longo do ano, competências cujo desenvolvimento deve ser priorizado no mesmo período e ações de desenvolvimento que possibilitem o aprimoramento da capacidade de entrega do empregado.

Do total de empregados concursados, 98,8% passaram por processo de avaliação de desempenho no ano.

PERCENTUAL DE EMPREGADOS QUE RECEBERAM AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR GÊNERO E CATEGORIA FUNCIONAL (2021).

GÊNERO	
Masculino	99,2%
Feminino	98,7%
CATEGORIA FUNCIONAL	
Média gerência	99,8%
Outras funções	100,0%
Sem função	98,0%

Nota: Nesse percentual estão considerados apenas empregados concursados, com exceção dos ausentes no período por ocasião de licenças, afastamento e cessões para outros órgãos.

SISTEMA DE PONTOS

Em 2021, implementamos um novo processo, complementar ao GDI, para avaliação comparativa e reconhecimento dos empregados, denominado Sistema Gestão de Pontos do Empregado (GPE). Enquanto a avaliação do GDI se baseia na relação entre o que foi pactuado individualmente e o que foi observado ao fim do ciclo, o GPE é baseado na comparação do nível de desempenho individual do empregado com o de seus pares.

O processo funciona a partir da distribuição de um total de pontos para cada unidade, que deve distribuí-los aos empregados de acordo com seus desempenhos. Adicionalmente, empregados que contribuíram em projetos corporativos e iniciativas prioritárias definidas pela Diretoria podem receber pontos extras, o que estimula a participação nessas atividades e promove o reconhecimento de equipes multidisciplinares e transversais.

A partir dos pontos atribuídos a cada empregado, é possível gerar um *ranking* da unidade, que retrata o desempenho de cada colaborador em relação ao grupo, o que pode estimular o desenvolvimento profissional.

O resultado do sistema de pontos foi utilizado para tomada de decisão em dois processos de recompensas: de promoção, com os empregados nos níveis mais altos do *ranking* recebendo avanços de nível na carreira; e da parcela individualizada de PLR, com incremento do valor para empregados mais bem posicionados na classificação.

Dessa forma, temos buscado disseminar a cultura de meritocracia no Banco, recompensando os empregados de acordo com o seu desempenho, estimulando o desenvolvimento contínuo e fornecendo mais insumos para o *feedback* entre gestor e subordinado.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL

Em 2021, demos continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados, embora as medidas de restrição ao convívio social decorrentes da pandemia tenham impactado a agenda de treinamentos.

Ao longo do ano, investimos aproximadamente R\$ 2,5 milhões em treinamentos externos de curta duração e programas de certificação, totalizando 1.367 inscrições e 28.075 horas de treinamento, uma média de 20,5 horas por empregado capacitado nessas modalidades.

Foram registradas 52 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação, com R\$ 1,2 milhão investidos nessa modalidade, com destaque para 16 participações em MBA com foco em PPPs e concessões.

No âmbito dos treinamentos internos customizados, ocorreram 29 turmas presenciais e *on-line* síncronas, com custo total de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. Foram computadas nesse segmento 1.968 inscrições e 10.775 horas de treinamento, em uma média de 5,4 horas por empregado.

Foram realizados, ainda, treinamentos de instrutoria interna, sem custo, como o de Introdução ao Orçamento Público e Desenho de PPPs para o Desenvolvimento.

Com o objetivo de sanar lacunas de conhecimento identificadas, foram implantados o Programa de Desenvolvimento de Empregados e o [Programa de Desenvolvimento de Líderes](#), que terão ações ofertadas para todos os empregados ao longo de 36 meses, a partir de um investimento previsto de aproximadamente R\$ 2,2 milhões.

No programa de idiomas, contabilizamos 932 inscrições e um investimento de R\$ 800 mil.

Seguimos investindo em diversas plataformas externas de cursos *on-line* e adicionando conteúdos a nossa plataforma de ensino a distância, o BNDES EAD. Destacaram-se em 2021 os cursos e tutoriais sobre a temática ASG e sobre *open banking*. O estímulo ao EaD permanece como um direcionador da aprendizagem corporativa no Banco, sobretudo no contexto de isolamento social que predominou durante o ano.

PLANO DE PREVIDÊNCIA

As empresas do Sistema BNDES são patrocinadoras do Plano Básico de Benefícios (PBB) – plano de previdência complementar, na modalidade benefício definido (BD), administrado pela Fundação de

Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes) – oferecido a todos os nossos empregados. A Resolução CGPAR 9/2016 disciplina as atividades de supervisão sobre a gestão da Fapes e do plano de benefício realizadas pelos patrocinadores.

O PBB está fechado para novas adesões desde 18 de dezembro de 2018 e já contempla parte das alterações (incisos I, II, VII e VIII do art. 4º) determinadas pela Resolução CGPAR 25/2018 – que estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto ao patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar. Para as adequações remanescentes (incisos III ao VI), foi solicitado prazo adicional para conclusão da negociação entre BNDES e Fapes.

Atualmente, há dois planos de equacionamento em vigor, com cobrança de contribuições extraordinárias dos participantes, paritárias com as do patrocinador, pelo prazo máximo de 25 anos (até fevereiro de 2042 e 2044). Para o período de abril de 2021 a março de 2022, o Plano de Custeio do PBB apresentou um aumento global e linear das contribuições normais de 32% em relação ao Plano de Custeio anterior.

Em 2021, foram realizados estudos para elaboração de uma proposta técnica para criação de um novo plano de previdência complementar para os empregados do Sistema BNDES na modalidade de contribuição definida (CD). A proposta do do regulamento do plano e o respectivo convênio de adesão foi aprovada pelos colegiados da Fapes e do Banco e foi encaminhada à aprovação dos órgãos de controle em maio de 2022.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Temos três comitês formais voltados à saúde e segurança no trabalho (SST) dos empregados. São eles a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), as equipes auxiliares de escape (EAE) e as equipes de socorristas.

Os acordos coletivos de trabalho têm englobado temas dessa natureza, como a realização de simulações regulares de evacuação do prédio principal do Banco no Rio de Janeiro; o repasse de informações sobre acidentes e doenças profissionais; e a constituição do SESMT, comum com a Fapes e a Cipa.

Mantemos atualizado nosso Programa de Gestão de Riscos (PGR), além de realizar o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e demais programas preventivos de saúde, conforme

Em 2021, no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Líderes, realizamos ações direcionadas a gerentes, chefes de departamento, superintendentes e diretores. Entre elas, destacamos curso para aprimoramento da competência comunicativa dos executivos; programa de *coaching* com foco no desenvolvimento ou aprimoramento de competências; planos de desenvolvimento individual; programa de liderança avançada com foco nos desafios contemporâneos; e ações de aplicação de conhecimentos da neurociência à liderança.

requisitos legais. Todas essas iniciativas colaboram para que controlemos as taxas de absenteísmo, bem como a ausência de atividades que representem para os empregados alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas a sua ocupação.

A taxa de absenteísmo relativa a SST em 2021 foi de 1,63, sendo calculada pela razão entre dias ausentes e dias programados, multiplicada por cem. A taxa considera somente as ausências de saúde e segurança no trabalho (neste caso, por considerar o afastamento em si e não entrar no mérito denexo causal, todas são computadas, inclusive acidentes de trajeto).

PERICULOSIDADE, AVALIAÇÃO DE RISCOS E INVESTIGAÇÃO DE INCIDENTES

Segundo os critérios estabelecidos pela legislação, somos uma empresa de grau de risco 1 (GR-1) e seguimos a lógica de PGR por demonstração ambiental. A avaliação quanto à periculosidade e insalubridade de nossas atividades está baseada em consultoria externa, sendo revisada em nosso PGR caso haja mudança significativa do perfil de risco da empresa.

Com relação à periculosidade, nossas atividades ocupacionais estão caracterizadas como “atividade predominantemente administrativa, de caráter intelectual, realizada em edificações comerciais com condições ambientais devidamente controladas, localizadas em centros urbanos, em expediente de 7h diárias, na posição sentado, com uso preponderante de ferramentas computacionais”. Ou seja, não há exposição a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica. Destaca-se ainda o fato de que, mesmo sendo uma empresa de atividade bancária, não contamos com agências ou atividades correlatas que exponham nossos empregados a roubos ou outras espécies de violência física, sejam relacionadas a segurança pessoal ou patrimonial, nas suas atividades profissionais.

Para fins de demonstração ambiental, em atendimento à legislação previdenciária, nossos empregados se enquadram na situação “não exposto a agente nocivo” prejudicial à saúde ou integridade física.

Nesse contexto, os incidentes de saúde e segurança do trabalho estão normalmente relacionados a questões de arranjo físico, acidentes de trajeto ou outros casos atípicos que precisem de tratamento preventivo, como viagens a serviço.

Os acidentes são comunicados ao INSS em cumprimento à Lei 8.113/1991 (atualmente por meio do eSocial) e investigados para adoção de medida corretiva com foco em prevenção ou para certificação dos dados do registro.

ACIDENTES DE TRABALHO

Nossas atividades não contemplam riscos de criticidade alta e consequência grave, tendo em vista a probabilidade de ocorrência e prejuízos causados.

Na tabela a seguir, apresentamos as taxas de SST referentes a 2021, considerando todos os trabalhadores com vínculo que demande controle previdenciário e ocupacional (não sendo contemplados, portanto, estagiários, jovens aprendizes e terceiros).

Em consonância com nosso perfil de risco, não foram registradas doenças ocupacionais em 2021.

TAXAS DE SST ⁽¹⁾	2021
Taxa de lesões (TL) ⁽²⁾	zero
Taxa de doenças ocupacionais (TDO)	zero
Taxa de dias perdidos (TDP) ⁽³⁾	zero
Óbitos decorrentes de acidente de trabalho ou doença ocupacional	zero
Número de horas trabalhadas ⁽⁴⁾	543.620

(1) Os dados são referentes ao período entre 1.1.2021 e 31.12.2021. O ano de 2021 foi atípico, em decorrência da pandemia de Covid-19. A totalidade de nossos empregados foi colocada em regime de teletrabalho a partir de 23.3.2020. O retorno ao presencial ocorreu em fases desde 8.11.2021.

(2) Frequência de acidentes com lesão (TL) - Consideram-se 2.000 horas de exposição anual por trabalhador (NBR 14280), ou seja, 2.000 horas x nº de empregados, com a base de empregados de 31.12.2021. Houve um total de três acidentes de trajeto (nenhum em transporte fornecido pela organização). Isso significa que não houve nenhum acidente típico no ano 2021.

(3) A taxa de dias perdidos (TDP) considera a ausência de acidentes típicos e pode refletir afastamentos mais longos de anos anteriores. Como se trata de acidentes de trajeto (nenhum em transporte fornecido pela organização) ou sob recurso no INSS, considera-se nenhum acidente típico refletindo em dias perdidos no ano de 2021.

(4) O número de horas trabalhadas considera os 2.471 empregados x 5 dias x 44 semanas = 543.620

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Contamos com SESMT que funciona como canal de recebimento de incidentes, posteriormente encaminhados à área do Banco responsável para que sejam solucionados com apoio das administrações condominiais.

Quando é necessário atendimento médico emergencial, ele é prestado pela equipe de saúde coordenada pelo SESMT. Além de um ambulatório ocupacional/emergencial localizado no Rio de Janeiro, os empregados ativos são cobertos por contrato de remoção para hospital.

O SESMT é composto entre as empresas do Sistema BNDES e a Fapes, contando com quadro mínimo formado por especialista em engenharia de segurança do trabalho, médico do trabalho, técnico

Em 13 de outubro de 2021, entramos com sucesso na Fase IV do eSocial – referente a eventos de saúde e segurança no trabalho (SST) – pela base de dados do Governo Federal, em consonância com o cronograma de implantação oficial. Além disso, estamos nos preparando internamente para migrar para a versão mais recente disponibilizada, o que deve ocorrer até maio de 2022.

ACOMPANHAMENTO DOS EMPREGADOS DURANTE A PANDEMIA

Com o apoio da Fapes, implementamos diversas medidas de prevenção à Covid-19 em nossos processos e ambientes de trabalho, bem como ações de acompanhamento de saúde e suporte psicológico, social e emocional de toda nossa força de trabalho.



Saiba mais em [O Banco do desenvolvimento do Brasil](#)

de segurança do trabalho e auxiliar de enfermagem do trabalho. As atividades são apoiadas, ainda, por diversos outros profissionais da área da saúde da fundação (como médicos, enfermeiros e psicólogos), além de empregados administrativos.

Há previsão do SESMT em nosso ACT, sendo suas atividades validadas pela Cipa, que possui representação dos empregados.

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO BNDES

A estrutura de saúde ofertada a nossos empregados é bastante ampla, contemplando a saúde ocupacional e a prestação de atendimento assistencial e emergencial nos locais de trabalho. Inclui também a realização de programas preventivos de saúde ligados a endocrinologia e nutrição; incentivo ao aleitamento materno; atualização vacinal; pneumologia, psiquiatria e psicologia; urologia; infectologia; e dermatologia.

Além disso, os empregados beneficiários do PAS dispõem de uma ampla rede credenciada de médicos, clínicas, hospitais, serviços diagnósticos e outros serviços relacionados à área da saúde. No âmbito do plano de saúde, os beneficiários podem participar de um programa de atenção primária à saúde.

Nossos estagiários dispõem de seguro obrigatório para cobrir eventuais acidentes, como previsto na Lei 11.788/2008, e contam com um benefício básico de saúde durante o período de estágio. Já os jovens aprendizes estão vinculados à instituição contratada pelo Banco para administrar o programa, que fica responsável pela oferta de plano de saúde.

DADOS DE SAÚDE DE EMPREGADOS

Com relação ao controle de informações pessoais dos empregados, por contarmos com uma equipe de saúde apartada da estrutura de recursos humanos, o sigilo médico pessoal é preservado de forma consistente. Sendo assim, há separação entre os documentos que são tomados como demonstrações ambientais – para cumprimento legal e de normas regulamentadoras, a exemplo do PGR e do PCMSO – e aqueles que são pessoais, com reflexo, inclusive, nos arquivamentos físicos e digitais.

Os documentos individuais dos empregados que não comportam dados sigilosos transitam entre as equipes de saúde e de recursos humanos, como é o caso das comunicações de acidente de trabalho (CAT) e do atestado de saúde ocupacional (ASO). Já atestados médicos apresentados para justificativa de ausência, registros de atendimentos médicos e psicológicos

e pareceres específicos, que estão resguardados pelo sigilo médico, são acessíveis apenas aos profissionais da equipe de saúde.

PARTICIPAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE EMPREGADOS EM QUESTÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA

A participação dos empregados nas questões de saúde e segurança do trabalho está assegurada pela Cipa (conforme previsto na NR-5), na medida em que ela é uma comissão paritária, composta em igual número por representantes do empregador e dos empregados.

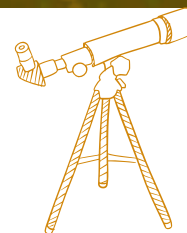
O processo de composição ocorre anualmente com indicação dos representantes do empregador e eleição dos representantes dos empregados. Aqueles que compõem a comissão são devidamente capacitados no tema saúde e prevenção, reunindo-se mensalmente para discutir e deliberar sobre questões que afetam todo o corpo funcional. As reuniões são abertas à participação de todos os empregados, e a comissão está apta a receber demandas e tratá-las em conjunto com a administração, com apoio técnico do SESMT.

Além de capacitação para os integrantes da Cipa, proporcionamos formação para as EAE e as equipes de socorristas, que são treinadas em diversos aspectos de primeiros socorros. Todas essas capacitações são ofertadas gratuitamente e durante horário de trabalho.

GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA

Em 2021, foram consolidados os ajustes nos conceitos de controle de segurança e saúde ocupacional, em função das novas redações das normas regulamentadoras (NR) 1, 7 e 9 (das portarias 6.730, 6.734 e 6.735 de 2020 da Secretaria de Previdência e Trabalho – SEPRT-ME), que dispõem sobre o tema. Considerando ainda o início do envio dos eventos relativos à saúde e segurança para o eSocial em 2021, passamos a refletir as novas NRs e exigências em nossos documentos, sistemas e nomenclaturas.

Realizamos a gestão de saúde e segurança do trabalho em consonância com o texto da NR-1, com uma dinâmica de gerenciamento baseada na abordagem PDCA (*plan, do, check, act*), amplamente utilizada em sistemas que seguem a norma ABNT NBR ISO 45001. No entanto, ainda não implementamos sistema de gestão passível de auditoria e certificação.



Nosso propósito é “transformar a vida de gerações, promovendo o desenvolvimento sustentável” e, como visão de futuro, buscamos “ser o banco do desenvolvimento sustentável brasileiro”. Para atingir esse objetivo, nossa missão é: “viabilizar e propor soluções que transformem o setor produtivo e promovam o desenvolvimento sustentável”.

A fim de promover a transição para uma economia neutra em carbono e resiliente ao clima, estamos empenhados em apoiar soluções que busquem a redução de emissões e a conservação e o uso sustentável da floresta e da biodiversidade, bem como a adaptação à mudança climática. Entre os segmentos de atuação relacionados a essa agenda estão eficiência energética, agricultura de baixo carbono, mineração sustentável, química verde e biocombustíveis. Também a estruturação de projetos “verdes” que promovam a proteção e recuperação de florestas nativas, mananciais e bacias hidrográficas ou que busquem maior eficiência no uso de recursos hídricos. Estamos comprometidos ainda a impulsionar a agenda de finanças verdes no país.

Para apoiar projetos que propiciem externalidades positivas, incluindo geração de emprego e renda, temos que atuar nas falhas de mercado, contribuindo para: (i) eliminar gargalos e promover uma infraestrutura integrada, sustentável e resiliente; (ii) estruturar e propagar iniciativas sociais, favorecendo a inclusão, com impacto na melhoria da distribuição de renda; (iii) aumentar produtividade, competitividade, empreendedorismo, sustentabilidade, inovação e exportações; (iv) promover a melhoria da qualidade da educação básica e ajudar no desenvolvimento de soluções que elevem a qualificação e a produtividade do trabalho; (v) ampliar o acesso a crédito das MPMs; e (vi) modernizar o Estado, apoiando o desenvolvimento de soluções para remover gargalos na prestação de serviços públicos.

Isso significa que devemos ser capazes de agir de forma tempestiva diante do desafio de promover o bom desempenho da economia e de atuar de forma anticíclica emergencial.

A partir de nossa capacidade de diálogo e articulação com Governo Federal, estados, municípios e setor privado, almejamos construir cada vez mais parcerias. Podemos contribuir para o desenho de políticas públicas, para a estruturação de consensos entre os diversos atores envolvidos em um mesmo projeto, como uma obra de infraestrutura, e para atrair investidores privados para projetos de interesse nacional.

Para concretizar nossa visão de futuro precisamos fortalecer a agenda de concessões de serviços públicos para o setor privado e desenvolver os mercados *de project finance* e de instrumentos de garantia para infraestrutura. Queremos potencializar nossa agenda ASG e ampliar nossa atuação na educação, além de apoiar agendas de inovação e eficiência na economia. Devemos ter um papel relevante no desenvolvimento de soluções financeiras e parcerias que aumentem a disponibilidade de *fundings* e estimulem o compartilhamento de riscos; desenvolvam o mercado de fundos de participações; promovam a sindicalização e assunção de riscos de projetos; bem como otimizem os processos de concessão de crédito e de apoio às exportações.

Em suma, acreditamos que nosso papel é fomentar o crescimento econômico dentro dos limites do planeta, posicionando o Brasil e a instituição como polo para investimentos sustentáveis no cenário internacional. Para tanto, precisamos ser ágeis e flexíveis, valorizando a economicidade, a eficiência e a produtividade, com ética e espírito público. Nossas decisões são tomadas com base no propósito, na excelência do atendimento ao cliente, no olhar inovador e no desenvolvimento contínuo da instituição.

NORMA	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA(S)	PACTO GLOBAL	ODS
CONTEÚDOS GERAIS					
GRI 102 – conteúdos gerais 2016	102-1	Nome da organização	11		
	102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	11, 26, 31, 58		
	102-3	Localização da sede da organização	11		
	102-4	Local de operações	11		
	102-5	Natureza da propriedade e forma jurídica	11		
	102-6	Mercados atendidos	11, 36		
	102-7	Porte da organização	24, 36, 40, 82		
	102-8	Informações sobre empregados e outros trabalhadores	82	6	5
	102-9	Cadeia de fornecedores	62		
	102-10	Mudanças significativas na organização e em sua cadeia de fornecedores	62		
	102-11	Princípio ou abordagem da precaução	31, 58	7	
	102-12	Iniciativas externas	75		
	102-13	Participação em associações	75		
	102-14	Declaração do mais alto executivo	5		
	102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	14, 40, 71, 92		
	102-16	Valores, princípios, normas e código de comportamento	14, 24, 68	10	16
	102-17	Mecanismos para orientações e preocupações referentes a ética	68	10	16
	102-18	Estrutura de governança	62		
	102-19	Delegação de autoridade	62		
	102-20	Responsabilidade de cargos e funções de nível executivo por tópicos econômicos, ambientais e sociais	62		
	102-21	Consulta a <i>stakeholders</i> sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais	7		
	102-22	Composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês	62		5
	102-23	Presidente do mais alto órgão de governança	62		
	102-24	Seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança	62		16
	102-25	Conflitos de interesse	62		16
	102-26	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na definição de propósito, valores e estratégia	14		
	102-27	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	62		
	102-28	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	62		
	102-29	Identificação e gestão de impactos econômicos, ambientais e sociais	7, 14, 71		
	102-30	Eficácia do processo de gestão de riscos	14, 62, 71		
	102-31	Análise de tópicos econômicos, ambientais e sociais	14, 62		
	102-32	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	7		
	102-33	Comunicação de preocupações cruciais	62		
	102-35	Políticas de remuneração	62		
	102-36	Processo para determinação da remuneração	62, 82		
	102-37	Envolvimento dos <i>stakeholders</i> na remuneração	82		
	102-38	Proporção da remuneração total anual	82		
	102-39	Proporção do aumento percentual na remuneração total anual	82		
	102-40	Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	75		
	102-41	Acordos de negociação coletiva	82	3	
	102-42	Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	75		
	102-43	Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	7		
	102-44	Principais preocupações e tópicos levantados	7		
	102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	36		
	102-46	Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos	7		
	102-47	Lista de tópicos materiais	7		
	102-48	Reformulações de informações	7		
	102-49	Alterações no relato	7		
	102-50	Período coberto pelo relatório	7		
	102-51	Data do relatório mais recente	7		
	102-52	Ciclo de emissão de relatórios	7		
	102-53	Contato para perguntas sobre o relatório	7		
	102-54	Declarações de relato em conformidade com a norma GRI	7		
	102-55	Sumário de conteúdo da GRI	93		
	102-56	Verificação externa	7		

NORMA	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA(S)	PACTO GLOBAL	ODS
TÓPICOS MATERIAIS					
APOIO A MPMS					
GRI 103 – forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	7, 51		
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	51	8	8, 9, 10, 12, 13, 17
	103-3	Avaliação da forma de gestão	51		
GRI 203 – impactos econômicos indiretos 2016	203-2	Impactos indiretos econômicos significativos	51		8, 9, 10, 12, 13, 17
DESESTATIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS					
GRI 103 – forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	7, 45		
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	45		6, 7, 8, 9, 13, 17
	103-3	Avaliação da forma de gestão	45		
GRI 203 – impactos econômicos indiretos 2016	203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	45		6, 7, 9, 11
	203-2	Impactos indiretos econômicos significativos	45		
IMPACTO DA ATUAÇÃO DO BNDES					
GRI 103 – forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	7, 23		
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	23		Todos
	103-3	Avaliação da forma de gestão	23		
GRI 203 – impactos econômicos indiretos 2016	203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	23		6, 7, 9, 11
	203-2	Impactos indiretos econômicos significativos	23		3, 4, 6, 7, 8, 9, 11
NOVA SOLUÇÕES E PRODUTOS					
GRI 102 – conteúdos gerais 2016	102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	31	8, 9	2, 7, 8, 9, 13, 15, 17
	102-6	Mercados atendidos	31		
	102-11	Princípio ou abordagem da precaução	31	7	
GRI 103 – forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	7, 31		
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	31		2, 7, 8, 9, 13, 15, 17
	103-3	Avaliação da forma de gestão	31		
SUSTENTABILIDADE					
GRI 102 – conteúdos gerais 2016	102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	58		13
	102-11	Princípio ou abordagem da precaução	58	7	
GRI 103 – forma de gestão 2016	103-1	Explicação do tópico material e seu limite	7, 58		
	103-2	Forma de gestão e seus componentes	58	8	Todos
	103-3	Avaliação da forma de gestão	58		
GRI 307 – conformidade ambiental 2016	307-1	Não conformidade com leis e regulamentos ambientais	58	7, 8	16
GRI 419 – conformidade socioeconômica 2016	419-1	Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica	58		16
OUTROS INDICADORES GRI RELATADOS					
GRI 201 – desempenho econômico 2016	201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	36		8
	201-4	Apoio financeiro recebido do governo	11, 33		
GRI 203 – impactos econômicos indiretos 2016	203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	23, 24, 40, 42, 45		6, 7, 9, 11
	203-2	Impactos indiretos econômicos significativos	23, 24, 40, 45, 51		3, 4, 6, 7, 8, 9, 11
GRI 205 – combate à corrupção 2016	205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados a corrupção	68, 71	10	16
	205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	68	10	16
	205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	68	10	16
GRI 206 – concorrência desleal 2016	206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	68		
GRI 207 – tributos 2019	207-1	Abordagem tributária	33		
	207-2	Governança, controle e gestão do risco fiscal	33		
	207-3	Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos	33		
	207-4	Relato país a país	33		

NORMA	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA(S)	PACTO GLOBAL	ODS
OUTROS INDICADORES GRI RELATADOS					
GRI 302 – energia 2016	302-1	Consumo de energia dentro da organização	11	8	12
	302-3	Intensidade energética	11	8	12
	302-4	Redução do consumo de energia	11		12
GRI 303 – água e efluentes 2018	303-5	Consumo de água	11	8	12
GRI 304 – biodiversidade 2016	304-3	Habitats protegidos ou restaurados	53	8	15
GRI 306 – resíduos 2020	306-3	Resíduos gerados	11	8	12
	306-4	Resíduos não destinados para a disposição final	11	8	12
	306-5	Resíduos destinados para disposição final	11	8	12
GRI 401 – emprego 2016	401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	82	6	
	401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	82		
	401-3	Licença maternidade/paternidade	82	6	
GRI 403 – saúde e segurança no trabalho 2018	403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	82		3, 8
	403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	82		3, 8
	403-3	Serviços de saúde do trabalho	82		3, 8
	403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	82		3, 8
	403-5	Capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	82		3, 8
	403-6	Promoção da saúde do trabalhador	82		3, 8
	403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	82		3, 8
	403-9	Acidentes de trabalho	82		3, 8
	403-10	Doenças profissionais	82		3, 8
GRI 404 – capacitação e educação 2016	404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado	82	6	
	404-2	Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	82		
	404-3	Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	82	6	
GRI 405 – diversidade e igualdade de oportunidades 2016	405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados	62, 82	6	5
	405-2	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos por homens	82	6	5
GRI 406 – não discriminação 2016	406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	68	6	
GRI 408 – trabalho infantil 2016	408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	26, 68	1, 2, 5	
GRI 409 – trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho forçado ou análogo ao escravo	26,68	1, 2, 4	
GRI 410 – práticas de segurança 2012	410-1	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	68	1	
GRI 412 – avaliação de direitos humanos 2016	412-1	Operações submetidas a avaliações de direitos humanos ou de impacto nos direitos humanos	68	1, 2	
	412-2	Capacitação de empregados em políticas ou procedimentos de direitos humanos	68	1, 2	
	412-3	Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas sobre direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação de direitos humanos	68	1, 2, 4, 5	
GRI 417 – marketing e rotulagem 2016	417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	68		
GRI 418 – privacidade do cliente 2016	418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	75	1	
GRI 419 - conformidade socioeconômica 2016	419-1	Não conformidade com leis e regulamentos na área socioeconômica	68		



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Caixa Postal 2868 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
 Telefone +55 (21) 2207-9400
 kpmg.com.br

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

Aos Conselheiros e Diretores do
BNDES
 Brasília - DF

Introdução

Fomos contratados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES" ou "Banco") com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade divulgadas no "Relatório Anual 2021" ("Relatório") acompanhadas a esse relatório, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração do BNDES

A administração do BNDES é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações de sustentabilidade divulgadas no "Relatório Anual 2021" de acordo com os *Standards* para Relato de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative – GRI, com a Orientação CPC 09 – Relato Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo *International Integrated Reporting Council* – IIRC) e com os controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações divulgadas no Relatório, com base nos trabalhos de asseguração limitada conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico (CT) 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Relatório, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e filiar no Brasil da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas de KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



A KPMG Auditores Independentes ("KPMG") aplica as normas brasileira e internacional sobre controle de qualidade, e conseqüentemente, mantém um sistema abrangente de controle de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento de normas éticas e profissionais, além dos requisitos legais e regulatórios aplicáveis. Cumprimos com o código de ética abrangente incluindo requerimentos detalhados de independência, estabelecidos com base nos princípios éticos de integridade, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e o comportamento profissional.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração do BNDES e outros profissionais do Banco que estão envolvidos na elaboração das informações constantes no Relatório, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações de sustentabilidade tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações divulgadas no Relatório, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação, materialidade e apresentação das informações constantes no Relatório e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas e sobre os processos associados às informações materiais de sustentabilidade divulgadas no Relatório, em que distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- a. planejamento dos trabalhos: consideração da materialidade dos aspectos para as atividades do BNDES, da relevância das informações divulgadas, do volume de informações quantitativas e qualitativas e dos sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração do Relatório do BNDES. Esta análise definiu os indicadores a serem testados em detalhe;
- b. entendimento e análise das informações divulgadas em relação à forma de gestão dos aspectos materiais;
- c. análise dos processos para a elaboração do Relatório e da sua estrutura e conteúdo, com base nos Princípios de Conteúdo e Qualidade dos *Standards* para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-Standards)* e com a Orientação CPC 09 – Relato Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo *International Integrated Reporting Council – IIRC*);
- d. avaliação dos indicadores não-financeiros amostrados:
 - entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
 - aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados no Relatório;
 - análise de evidências que suportam as informações divulgadas;

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e filiada no Brasil da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas de KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



- e. análise da razoabilidade das justificativas das omissões de indicadores de desempenho associados a aspectos e tópicos apontados como materiais na análise de materialidade do Banco.
- f. confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ ou registros contábeis.

Acreditamos que as informações, as evidências e os resultados obtidos em nosso trabalho são suficientes e apropriados para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho de asseguração razoável, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes no Relatório.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório Anual 2021, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os *Standards* para Relato de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative - GRI (GRI-Standards)*, com a Orientação CPC 09 – Relato Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo *International Integrated Reporting Council – IIRC*) e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

FICHA TÉCNICA

Composição dos cargos em 31 de dezembro de 2021

Presidente da República

Jair Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Guedes

BNDES

Conselho de Administração

Marcelo Serfaty (presidente)

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Fábio de Barros Pinheiro

Heloisa Belotti Bedicks

João Laudo de Camargo

Joisa Campanher Dutra Saraiva

Pedro Maciel Capeluppi

Sonia Consiglio Favaretto

Waldery Rodrigues Junior

Walter Baere de Araújo Filho

Conselho Fiscal

Pricilla Maria Santana (presidente)

Diogo Mac Cord de Faria (titular)

Marília Moreira Garcez (titular)

Antônio Simões Branco Junior (suplente)

Comitê de Auditoria

Fábio de Barros Pinheiro

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Marcelo de Miranda Serrano

Diretoria

Presidente

Gustavo Montezano

Diretores

Ângela Brandao Estellita Lins

Bianca Nasser Patrocínio

Bruno Caldas Aranha

Bruno Laskowsky

Claudenir Brito Pereira

Fábio Almeida Abrahão

Petrônio Duarte Caçado

Ricardo Wiering de Barros

Saulo Benigno Puttini

TELEFONES E ENDEREÇOS

Central de Atendimento

0800 702 6337

www.bndes.gov.br/faleconosco

Ouvidoria

0800 702 6307

Caixa postal: 15054

20031-120 | Rio de Janeiro | RJ

www.bndes.gov.br/ouvidoria

Escritórios

Edserj – Rio de Janeiro

Av. República do Chile, 100 | Centro

20031-917 | Rio de Janeiro | RJ

Brasília

Centro Empresarial Parque Cidade

Setor Comercial Sul – SCS

Quadra 9 | Torre C | 12º andar

70308-200 | Brasília | DF

Tel.: 61 3204 5600

São Paulo

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510

5º andar | Vila Nova Conceição

04543-906 | São Paulo | SP

Tel.: 11 3512 5100

Recife

Rua Padre Carapuço, 858 | 18º e 19º andares

Centro Empresarial Queiroz Galvão

Torre Cícero Dias | Boa Viagem

51020-280 | Recife | PE

Tel.: 81 2127 5800

Coordenação

Gabinete da Presidência

Área de Controladoria

Edição

Gabinete da Presidência

Departamento de Comunicação

Gerência de Editoração e Memória

Coordenação editorial

Fernanda Costa e Silva

Luisa de Carvalho e Silva

Gabriel Canedo

Redação

Flávia Castellan Braga

Gabriel Canedo

Luisa de Carvalho e Silva

Rodrigo Feyth de Negreiros

Sérgio Maranhão Carijó

Projeto gráfico e diagramação

Refinaria Design

Copidesque e revisão

Tikinet

Editado pelo Departamento de Comunicação do Gabinete da Presidência do BNDES
Maio de 2022